

CARLOS ALBERTO PIACENTI

**O POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DOS
MUNICÍPIOS PARANAENSES**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2009

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV

T

P579p
2009
Piacenti, Carlos Alberto, 1960-
O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios
paranaenses / Carlos Alberto Piacenti. – Viçosa, MG, 2009.
xxi, 201f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui apêndices.

Orientador: João Eustáquio de Lima.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 162-171.

1. Economia - Paraná. 2. Capital social. 3. Capital humano.
4. Desenvolvimento econômico. 5. Economia regional.
I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22.ed. 330.98162

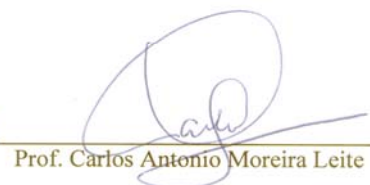
CARLOS ALBERTO PIACENTI

**O POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DOS
MUNICÍPIOS PARANAENSES**

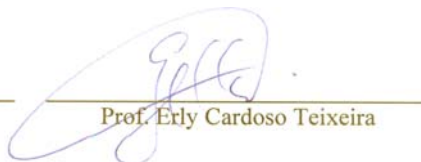
Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 10 de novembro de 2009.


Prof. Jandir Ferrera de Lima


Prof. Carlos Antonio Moreira Leite


Prof. Sílvia Harumi Toyoshima


Prof. Erly Cardoso Teixeira


Prof. João Eustáquio de Lima
(Orientador)

Aos meus pais, Anália e Roberto (in memoriam).

À minha esposa, Cláudia.

Aos meus filhos, Rodrigo e Rafael.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por tornar tudo possível.

Aos meus pais, Anália e Roberto (*in memoriam*), com saudades e pelo exemplo de vida.

À minha esposa, Cláudia, pelo amor, pelo carinho, pelo companheirismo, pela confiança e pela compreensão, especialmente nos momentos mais difíceis.

Aos meus filhos, Rodrigo e Rafael, pela compreensão e pelo carinho.

A todos os demais familiares, em especial à família da Cláudia, a Antônio, Regina, Reginaldo, Raquel, Sérgio, Letícia, Maria, Ladinha, Conceição e aos sobrinhos, que torceram e agora dividem comigo a alegria pela conclusão deste trabalho.

À Universidade Federal de Viçosa, especialmente ao Departamento de Economia Rural, pela oportunidade do aprendizado.

À Universidade Estadual do Oeste, pela liberação e pelos apoios institucional e financeiro para a realização do curso de doutorado.

À CAPES e ao CNPq, pelo apoio financeiro para a realização do curso de doutorado.

Ao professor João Eustáquio de Lima, pela orientação, pelo apoio permanente, pela confiança e pela amizade, que foram fundamentais para cumprir as diversas etapas do curso.

Aos conselheiros, professor Antônio Carvalho Campos e professora Fátima Marília Andrade de Carvalho, pela atenção e pela amizade, e pelas sugestões apresentadas para a realização deste trabalho.

Aos professores Carlos A. M. Leite, Erly C. Teixeira, Silvia H. Toyoshima e Jandir F. de Lima, integrantes da banca examinadora, pelas críticas e pelas sugestões para o aperfeiçoamento deste trabalho.

A todos os professores do Departamento de Economia Rural, pelo conhecimento e pelas orientações transmitidas.

Aos professores Aziz Galvão da Silva Junior, Maurinho L. dos Santos, Viviane da Silva Lírio, Marcelo José Braga e Wilson da Cruz Vieira, pela convivência e pela amizade.

Aos funcionários da Universidade Federal de Viçosa, em especial aos do Departamento de Economia Rural – Carminha, Cida, Graça, Helena, Luíza, Tedinha e Brilhante, pelo carinho, pela amizade e pela dedicação no atendimento.

Aos colegas dos cursos de Mestrado e de Doutorado – em especial a Adelson, Adriano, Alan, Alessandro, Aline, Beatriz, Camila, Carlos André, Cristiane, Denis, Eduardo, Eliane, Francisco, Flaviane, Fausto, Heloísa, Jair, João Ricardo, Joelsio, Kilmer, Leonardo, Marcelo Brandão, Marcelo Valente, Marine, Norberto, Paulo Scalco, Roberta, Rosângela, Sara, Thiago, Valéria e Vinicius, pela amizade e pelo companheirismo, que tornaram as dificuldades mais amenas.

Aos professores do curso de economia da UNIOESTE/Toledo, pela amizade e pelo companheirismo – em especial a Jandir, Moacir, Pery, Weimar, Mirian, Lucir, Jefferson e Rippel.

A Marcos, Jane, Rodrigo, Januir, Regina, Bruno, Costa, Verônica e Luizinho, pelo carinho e pela amizade.

A todos os amigos que fiz em Viçosa, em especial aos do Fut600.

A todos os que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, minha eterna gratidão e meu muito obrigado.

BIOGRAFIA

CARLOS ALBERTO PIACENTI, filho de Anália Resende Piacenti e Roberto Piacenti, nasceu em Taquaritinga - SP, em 30 de setembro de 1960.

Entre março de 1980 e dezembro de 1983 cursou Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Minas (FACESM), em Itajubá – MG.

Em março de 1984 ingressou no Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, em nível de Mestrado, do Departamento de Economia Rural, da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa – MG. A conclusão do mestrado ocorreu em fevereiro de 1987.

Em março 1988 iniciou como docente de curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Oeste (UNIOESTE), no *campus* de Toledo – PR.

Exerceu a função de Secretário da Fazenda do Município de Toledo e de Diretor Financeiro da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Social de Toledo (EMDUR) no período de 1990 a 1992.

Em março de 2005 ingressou no Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, em nível de Doutorado, do Departamento de Economia Rural, da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa – MG, submetendo-se à defesa de tese em novembro de 2009.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE FIGURAS	xvi
RESUMO	xviii
ABSTRACT	xx
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Considerações Iniciais	1
1.2. Disparidades entre os municípios no Paraná.....	6
1.3. O Problema e a sua Importância.....	11
1.4. Hipótese	17
1.5. Objetivos.....	17
2. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ.....	19

2.1. Mesorregião Centro-Occidental.....	23
2.2. Mesorregião Norte Central.....	25
2.3. Mesorregião do Norte Pioneiro.....	28
2.4. Mesorregião do Oeste Paranaense.....	31
2.5. Mesorregião do Sudoeste Paranaense.....	33
2.6. Mesorregião do Centro-Sul Paranaense.....	35
2.7. Mesorregião Sudeste Paranaense.....	37
2.8. Mesorregião Metropolitana de Curitiba.....	40
2.9. Mesorregião Noroeste.....	44
2.10. Mesorregião Centro-Occidental.....	46
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	50
3.1 Aspectos da Teoria Clássica do Desenvolvimento Regional.....	51
3.2. Modelo Teórico.....	56
3.2.1. A Teoria do Desenvolvimento Regional Endógeno.....	56
3.2.2. Regionalização do processo de desenvolvimento endógeno.....	69
3.2.2.1 Caracterização das regiões economicamente deprimidas.....	69
3.2.3. Teoria do Capital Humano.....	73
3.2.4. Teoria do Capital Social.....	76
4. REFERENCIAL ANALÍTICO.....	82
4.1. Dimensão Econômica.....	83

4.1.1. Indicador do nível de crescimento econômico dos municípios paranaenses- INC_{PR}	83
4.1.2. Indicador do ritmo de crescimento econômico dos municípios paranaenses - IRC_{PR}	83
4.1.3. Indicador do potencial de desenvolvimento dos municípios paranaenses - IPD_{PR}	84
4.1.3.1. Análise Fatorial – AF.....	84
4.1.3.2. Variáveis utilizadas na análise fatorial.....	91
4.2. Dimensão Social.....	93
4.2.1. Índice de longevidade dos municípios paranaenses - IL_{PR}	93
4.2.2. Índice de educação dos municípios paranaenses - IE_{PR}	93
4.3. Dimensão Institucional.....	95
4.3.1. Indicador da qualidade institucional dos municípios paranaenses - $IQIM_{PR}$	95
4.3.1.1. Grau de participação dos municípios paranaenses.....	96
4.3.1.2. Capacidade financeira dos municípios paranaenses.....	98
4.3.1.3.- Capacidade gerencial dos municípios paranaenses.....	98
4.4. Identificação dos Municípios Deprimidos no Estado do Paraná.....	101
4.4.1. Tipologia de municípios com relação à dimensão econômica.....	101
4.4.2. Modelos de municípios deprimidos em relação ao potencial endógeno.....	103

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	106
5.1. Análise do nível de Potencial de Desenvolvimento Endógeno dos Municípios Paranaenses.....	106
5.1.1. Análise da dimensão econômica dos municípios paranaenses pelo método tradicional.....	107
5.1.2. Análise da dimensão econômica dos municípios paranaenses de forma ampliada.....	117
5.1.3. Análise da dimensão social dos municípios paranaenses.....	127
5.1.4. Análise da dimensão institucional dos municípios paranaenses.....	130
5.1.5. Análise dos indicadores econômicos, sociais e institucionais para caracterização do potencial de desenvolvimento endógenos dos municípios paranaenses.....	139
5.1.6 - Análise do potencial de desenvolvimento endógenos por meio dos capitais humano e social dos municípios paranaenses.....	148
6. RESUMO E CONCLUSÕES.....	155
7 . REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162
APÊNDICES.....	172
APÊNDICE A.....	173
APÊNDICE B.....	201

LISTA DE QUADROS

	Página
1 Relação e participação percentual das dez maiores economias do Paraná em relação ao PIB no ano de 2006.....	3
2 Taxa de crescimento populacional, segundo a condição de domicílios no Paraná, no período de 1940 a 2007.....	5
3 Indicadores selecionados para as mesorregiões geográficas paranaenses – 2000.....	21
4 Formas de capital determinantes do processo de desenvolvimento regional.....	61
5 Relação das variáveis utilizadas na análise fatorial para a construção dos fatores, por ano e fonte para determinação do Indicador do Potencial de Desenvolvimento dos municípios paranaenses - IPD _{PR}	92
6 Percentual passível de ser obtido por cada município paranaense com base no subindicador existência de cadastro imobiliário.....	99
7 Percentual passível de ser obtido por cada município paranaense com base no subindicador cobrança de IPTU.....	100

8 Percentual passível de ser obtido por cada município paranaense com base no subindicador instrumentos de gestão pública municipal.....	101
9 Percentual passível de ser obtido por cada município paranaense com base no subindicador instrumentos de planejamento municipal.....	101
10 Caracterização das oito possíveis combinações entre os indicadores econômicos para determinação do potencial dos municípios.....	103
11 Caracterização das oito possíveis combinações entre os indicadores socioinstitucionais para a determinação do potencial endógeno.....	104
12 Distribuição por faixa percentual em relação à média estadual dos municípios paranaenses economicamente deprimidos, segundo o Indicador do Nível de Crescimento Econômico - INC_{PR} , para o ano de 2006.....	108
13 Classificação por ordem do Indicador do Nível de Crescimento Econômico - INC_{PR} dos 53 municípios paranaenses acima da média estadual, para o ano de 2006.....	109
14 Distribuição por faixa percentual em relação a média estadual dos municípios paranaenses economicamente deprimidos, segundo o Indicador do Ritmo de Crescimento Econômico - IRC_{PR} , para os anos de 1999 e 2006.....	111
15 Combinação da forma tradicional dos indicadores econômicos: Nível de Crescimento - INC_{PR} e Ritmo de Crescimento Econômico - IRC_{PR} dos municípios paranaenses – 1999 e 2006.....	113
16 Relação dos municípios paranaenses classificados simultaneamente nos indicadores econômicos de Nível de Crescimento - INC_{PR} e Ritmo de Crescimento - IRC_{PR} acima da média estadual.....	116
17 Adequabilidade da análise fatorial com base nos testes de KMO e esfericidade de <i>Bartlett</i>	118
18 Raízes características e porcentagem da variância explicada e acumulada da matriz de correlações simples (399 x 42), para os municípios paranaenses.....	119

19	Cargas fatoriais das 42 variáveis e valores das comunalidades explicada por cada fator.....	121
20	Distribuição por faixa percentual em relação à média estadual, segundo o Indicador do Potencial de Desenvolvimento dos Municípios Paranaenses - IPD_{PR}	126
21	Distribuição por faixa percentual em relação à média estadual, segundo o Índice de Longevidade nos Municípios Paranaenses - IL_{PR} , para o ano 2000.....	128
22	Distribuição por faixa percentual em relação à média estadual, segundo o Índice de Educação nos Municípios Paranaenses - IE_{PR} , para o ano 2000.....	130
23	Distribuição por faixa percentual em relação à média estadual, segundo o grau de participação no Índice de Qualidade Institucional Municipal ($IQIM_{PR}$) dos municípios paranaenses.....	132
24	Distribuição por faixa percentual em relação à média estadual, segundo a Capacidade Financeira dos municípios paranaenses.....	136
25	Relação dos municípios paranaenses que não apresentaram nenhum instrumento de gestão pública municipal.....	137
26	Distribuição por faixa percentual em relação à média estadual, segundo a capacidade gerencial do setor público dos municípios paranaenses.....	138
27	Combinação dos indicadores econômicos para a determinação do número de municípios paranaenses homogêneos.....	141
28	Combinação dos indicadores socioinstitucionais para determinação do potencial de desenvolvimento endógeno no conjunto de municípios tipos BBB e BAB, determinados na dimensão econômica.....	142
29	Organização das combinações para a construção dos arquétipos do Potencial de Desenvolvimento Endógeno dos Municípios Paranaenses.....	146

30	Participação percentual e número de municípios paranaenses economicamente deprimidos com base no potencial de desenvolvimento endógeno em relação ao período de emancipação.....	150
31	Distribuição do índice de educação em relação aos 85 municípios paranaenses economicamente deprimidos e com baixo potencial de desenvolvimento endógeno.	151
32	Caracterização do tipo de conselho municipal em relação aos 85 municípios paranaenses economicamente deprimidos e com baixo potencial de desenvolvimento endógeno.....	154
1A	Caracterização do tipo de conselho municipal em relação aos 85 municípios paranaenses economicamente deprimidos e com baixo potencial de desenvolvimento endógeno.....	173
2A	Classificação por ordem do Indicador do Ritmo de Crescimento Econômico - IRC _{PR} dos 40 municípios paranaenses abaixo da média do Estado, para os anos de 1999 e 2006.....	174
3A	Classificação por ordem do Indicador do Potencial de Desenvolvimento - IPD _{PR} dos 100 municípios paranaenses acima da média do Estado.....	175
4A	Classificação por ordem do Índice de Educação - IE _{PR} dos 56 municípios paranaenses acima da média do Estado.....	176
5A	Relação dos 42 municípios paranaenses por ordem do índice Rec/Desp no ano de 2007.....	177
6A	Relação dos 85 municípios paranaenses economicamente deprimidos com baixo potencial de desenvolvimento endógeno.....	178
7A	Relação dos 130 municípios paranaenses economicamente deprimidos com médio potencial de desenvolvimento endógeno.....	179
9A	Relação dos 51 municípios paranaenses economicamente deprimidos com alto potencial de desenvolvimento endógeno.....	181
11A	Relação dos 233 municípios paranaenses classificados na faixa “de 90 a 100” por cento da média estadual do Índice de Longevidade - IL _{PR}	183

12A	Relação dos 160 municípios paranaenses classificados na faixa “maior que 100” por cento da média estadual do Índice de Longevidade - IL_{PR}	184
13A	Relação dos 42 municípios paranaenses classificados na faixa “de 80 a 90” por cento da média estadual do Índice de Educação- IE_{PR}	185
14A	Relação dos 301 municípios paranaenses classificados na faixa “de 90 a 100” por cento da média estadual do Índice de Educação - IE_{PR}	186
15A	Relação dos 26 municípios paranaenses classificados dentro da Dimensão Econômica como de Alto Nível de Crescimento Econômico e Alto Ritmo de Crescimento Econômico (AA).....	187
16A	Relação dos 27 municípios paranaenses classificados dentro da Dimensão Econômica como de Alto Nível de Crescimento Econômico e de Baixo Ritmo de Crescimento Econômico (AB).....	188
17A	Relação dos 96 municípios paranaenses classificados dentro da Dimensão Econômica como de Baixo Nível de Crescimento Econômico e de Alto Ritmo de Crescimento Econômico (BA).....	189
18A	Relação dos 250 municípios paranaenses classificados dentro da Dimensão Econômica como de Baixo Nível de Crescimento Econômico e de Baixo Ritmo de Crescimento Econômico (BA).....	190
19A	Relação dos 68 municípios paranaenses que se classificaram entre 15% e 25%, segundo o grau de participação.....	192
20A	Relação dos 89 municípios paranaenses que se classificaram entre 1 e 2 salários mínimos regional, no índice de poupança real <i>per capita</i>	193
21A	Relação dos 188 municípios paranaenses que se classificaram entre 2 e 3 salários mínimos regional, no índice de poupança real <i>per capita</i>	194
22A	Relação dos 78 municípios paranaenses que se classificaram entre 3 e 4 salários mínimos regional, no índice de poupança real <i>per capita</i>	195
23A	Relação dos 37 municípios paranaenses que se classificaram entre 4 e 6 salários mínimos regional, no índice de poupança real <i>per capita</i>	196

24A	Relação dos 62 municípios paranaenses que apresentaram pelo menos três instrumentos de gestão pública.....	197
25A	Relação dos 49 municípios paranaenses que apresentaram pelo menos dois instrumentos de gestão pública.....	199
26A	Relação dos 52 municípios paranaenses que apresentaram pelo menos um instrumento de gestão pública.....	200
1B	Valores do salário mínimo regional no Paraná no ano de 2007, por grupo de trabalhadores.....	201

LISTA DE FIGURAS

	Página
1 Número de municípios paranaenses com indicadores em situação mais crítica que a média do Estado do Paraná - 2000.....	10
2 Localização das Mesorregiões e Microrregiões do Estado do Paraná - 2008.....	20
3 Percentual de pessoas que residem em municípios com IDH-M abaixo da média brasileira, segundo mesorregiões geográficas do Paraná – 2000.....	22
4 Etapas de um processo de desenvolvimento endógeno.....	63
5 Funções, Dimensões e Retroalimentação no Planejamento Regional.....	68
6 Possibilidades de combinações segundo o Nível de Crescimento e o Ritmo de Crescimento Econômico.....	70
7 Representação do ciclo vicioso do baixo potencial endógeno.....	72
8 Indicador de Qualidade Institucional dos Municípios Paranaenses IQIM _{PR}	96

9	Classificação dos municípios paranaenses em relação ao nível de crescimento econômico e ao ritmo de crescimento econômico -1999 a 2006.....	114
10	Localização dos 85 municípios paranaenses economicamente deprimidos com baixo potencial de desenvolvimento endógeno.....	147
11	Representação do terceiro quadrante da dimensão econômica e do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses.....	149
8A	Mapa com a localização dos 130 municípios paranaenses economicamente deprimidos com médio potencial de desenvolvimento endógeno.....	180
10A	Mapa com a localização dos 51 municípios paranaenses economicamente deprimidos com alto potencial de desenvolvimento endógeno.....	182

RESUMO

PIACENTI, Carlos Alberto, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2009. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Orientador: João Eustáquio de Lima. Coorientadores: Antonio Carvalho Campos e Fátima Marília Andrade de Carvalho.

O objetivo deste estudo foi identificar, dentre os municípios paranaenses, aqueles considerados economicamente deprimidos e, assim, determinar seu potencial de desenvolvimento endógeno. Para tanto, o estudo analisou três diferentes dimensões, que agregaram indicadores econômicos, sociais e institucionais dos municípios paranaenses. Para o estudo, utilizou-se a teoria do desenvolvimento endógeno, que pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial, constituindo, assim, o capital social do município. Entende-se que esse capital social, atuando de forma conjunta com outras formas de capitais (capital humano, capital cívico, entre outros), promove o desenvolvimento econômico do município. Assim, a pesquisa traçou o *ranking* de municípios economicamente deprimidos, conforme o grau do seu potencial de endogenia. As conclusões abrangeram cada uma das três dimensões e, de forma específica, a determinação do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios economicamente deprimidos. Na

dimensão social, o índice de educação utilizado para medir o capital humano determinou que 59,90% do total dos municípios paranaenses apresentaram baixo nível de capital humano. A dimensão institucional, que serviu de *proxy* para determinar o capital social dos municípios paranaenses, indicou que é baixíssima a participação da população nos conselhos municipais. Somente sete municípios no Estado apresentaram um grau elevado de participação, o que corresponde a 2% dos municípios do Paraná. A pesquisa também demonstrou que 35% dos municípios paranaenses não apresentam condições de alavancar a demanda efetiva das suas economias via gastos públicos ou investimentos e manutenção da infraestrutura municipal. Na dimensão econômica, dos 399 municípios, foram identificados 266 como economicamente deprimidos, representando 66,67% do total de municípios paranaenses, sendo que 85 deles foram classificados como de baixo potencial de desenvolvimento endógeno. Assim, 21,30% dos municípios paranaenses não apresentaram nenhum indicador econômico e socioinstitucional acima dos respectivos indicadores médios do Estado. Aproximadamente 70% desses municípios foram emancipados há mais de trinta anos e, nesse grupo, muitos estão com mais de cem anos de existência. O estudo conclui que os municípios paranaenses classificados como economicamente deprimidos são também, por extensão, municípios que apresentam baixos indicadores de capital humano e de capital social. Sobretudo, o estudo sugere que os municípios deprimidos devam ser tratados de forma diferenciada, tal como ocorre com as pequenas propriedades agrícolas, ou seja, com a formulação de políticas públicas específicas para eles, que estimulem a diversificação das atividades econômicas, privilegiando ações que gerem condições de permanência da população jovem nesses municípios. Tais políticas podem contribuir, assim, para que esses municípios retenham e consigam estimular seu capital humano e social.

ABSTRACT

PIACENTI, Carlos Alberto, D. Sc., Universidade Federal de Viçosa, November of 2009. **The endogenous development potential of the cities of Paraná state.** Adviser: João Eustáquio de Lima. Co-advisors: Antonio Carvalho Campos and Fátima Marília Andrade de Carvalho.

The objective of this study was to identify the cities of Paraná which were considered economically deprived and, thus, determine their endogenous development potential. Therefore, the present study analyzed three different dimensions that aggregated economic, social and institutional indicators of the cities of Paraná. For this study, the endogenous development theory, which considers the role of local actors, interacting in territorial cooperation, constructs the social capital of cities. The social capital is expected to interact with other forms of capital (human capital and civic capital, among others), promoting city economic development. Therefore, the research determined the *ranking* of cities economically deprived, according to the degree of their endogenous potential. The conclusions comprised each one of the three dimensions, specifically the determination of the endogenous development potential of the economically deprived cities. In the social dimension, the education index used to measure the human capital verified that 59,90% of the cities of Paraná presented a low level of human capital. The institutional dimension, which worked as a *proxy* for the determination of the social capital of the cities of Paraná indicated that the

participation of the population in the municipal councils is extremely low. Only seven cities in the state presented a high degree of participation, which corresponds to 2% of the cities of Paraná. The research also demonstrated that 35% of the cities of Paraná do not present conditions to increase the effective demand of their economies, through the public expenditures or investments and the maintenance of the municipal infrastructure. In the economic dimension, out of the 399 cities, 266 were identified as economically deprived, which means 66,67% of the total of the cities of Paraná. Out of these, eighty-five were classified as presenting low endogenous development potential. Therefore, 21,30% of the cities of Paraná did not present any economic and socio-institutional indicator above the respective average indicators of the state. About 70% of these cities were emancipated more than thirty years ago and many of them are more than one hundred years old. The study concluded that the cities of Paraná classified as economically deprived present, consequently, low indicators of human capital and social capital. Above all, the study suggests that the deprived cities should be treated differently, similarly to what happens in the small agricultural properties, in other words, specific public policies should be designed for them, stimulating the diversification of economic activities, favoring initiatives that generate conditions for the permanence of the young population in these cities. Such policies can help these cities to maintain and stimulate their human and social capital.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações Iniciais

O Estado do Paraná está localizado na região Sul e possui 399 municípios, está dividido em 10 mesorregiões e 39 microrregiões homogêneas. A boa fertilidade de grande parte dos seus solos proporciona ao Estado um elevado índice de produtividade agropecuária. Com exceção das serras, praticamente todo o território paranaense é agricultável. Em algumas regiões a utilização de avançadas técnicas agrícolas estimula a obtenção de altos índices de produtividade agrícola, como é o caso da soja e do trigo, que são cultivados em sistema de rotatividade, gerando duas safras anuais na mesma área. Já a pecuária paranaense apresenta elevado grau de desenvolvimento. O Estado possui um dos maiores rebanhos bovinos do país, sendo expressivas também as criações de suínos e de frangos.

Em 2006, a participação do Paraná no Produto Interno Bruto (PIB) nacional foi de 5,77 %, que corresponde a um total de R\$ 136.681 bilhões (IPIB, 2007). Em termos econômicos, o Estado veio, ao longo dos tempos, melhorando e consolidando a sua posição entre os Estado brasileiros, ocupando em 2006 a quinta posição em importância econômica. E, com base no seu potencial agrícola e agroindustrial, em 2008, alcançou a posição de quarto maior exportador entre

os Estados brasileiros. Comparativamente aos demais Estados brasileiros, o Paraná possui uma das melhores condições socioeconômicas do país, com PIB *per capita* de R\$ 13.186,00 (2006), índice de analfabetismo de 8,6% (2004) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,789 (2000), ocupando a 6ª posição no *ranking* entre as unidades da Federação (IPARDES, 2007).

A análise, em linhas gerais, do conjunto de informações apresentadas anteriormente, leva à falsa impressão de que, no Paraná, a distribuição da riqueza e dos avanços sociais ocorre de forma homogênea. Quando se analisa a formação e a distribuição de renda entre os municípios paranaenses, o resultado que se apresenta não é dos mais animadores. Aparentemente, alguns dados de conjuntura fazem transparecer que o Paraná é um Estado rico e com sua riqueza bem distribuída entre todos os paranaenses e, por consequência, os municípios também seriam promissores e com elevada capacidade de geração de renda. Na prática, porém, essa lógica não procede. Exemplo disto é o perfil da distribuição do PIB *per capita* estadual em dois períodos próximos. Segundo o IBGE (2007), a média do PIB *per capita* estadual elevou-se de R\$ 6.847,00 em 2000 para R\$ 13.186,00 em 2006. Essa elevação não foi distribuída de forma equitativa entre os municípios e, para piorar, ampliou-se o número de municípios situados abaixo da média estadual.

Esses dados apontam para uma discrepância e concentração na formação e na composição da renda entre os 399 municípios paranaenses. Dados divulgados pelo IBGE (2006a) e que estão apresentados no Quadro 1 apontaram que, dos dez municípios do Paraná por ordem de importância em função da sua participação no valor do PIB (2006), cinco cidades (Curitiba, Araucária, São José dos Pinhais, Londrina e Foz do Iguaçu) responderam sozinhas por 43,6 % do Produto Interno Bruto (PIB) estadual em 2006 (IPARDES, 2007).

Assim, ao mesmo tempo em que o Estado apresenta municípios com PIB *per capita* idêntica a de países do Primeiro Mundo, convive com a realidade de ter, dentro de uma mesma microrregião, municípios com renda e condições socioeconômicas idênticas a de muitas cidades localizadas em regiões de média e baixa renda da América Latina e da África.

O setor primário foi, historicamente, o desencadeador do processo de desenvolvimento econômico paranaense. Na visão de Prado Junior (1970), um dos fatores primordiais que diferencia o Paraná dos demais Estados brasileiros na questão agrícola está no processo de colonização do espaço paranaense em relação às principais regiões do país.

Quadro 1 - Relação e participação percentual das dez maiores economias do Paraná em relação ao PIB no ano de 2006.

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)
Curitiba	32.153.307	23,5
Araucária	8.467.759	6,2
São José dos Pinhais	7.034.113	5,1
Londrina	6.612.093	4,8
Foz do Iguaçu	5.467.714	4,0
Maringá	5.275.927	3,9
Ponta Grossa	4.382.467	3,2
Paranaguá	4.125.923	3,0
Cascavel	3.229.991	2,4
Guarapuava	1.909.615	1,4
Demais 389 municípios	58.051.930	42,5
PARANÁ	136.680.839	100,0

Fonte: IPARDES (2007).

Inicialmente essa diferença se deu na forma de distribuição da terra. No Paraná, no início do século XX, parte dos imigrantes, ao invés de venderem a sua força de trabalho como ocorria em outras regiões do Brasil, ganhavam pequenos lotes de terra, com o objetivo de que se estabelecessem e fomentassem a criação de novos espaços urbanos, explorando a madeira e promovendo o cultivo da erva-mate e do café. Se em São Paulo se fortaleceu o assalariamento, no Paraná

fortaleceram os pequenos empreendimentos agrícolas. Posteriormente, ocorreu a ação das empresas colonizadoras privadas, especializadas na divulgação e na venda de pequenos lotes de terra. Entre elas destacam-se a Colonizadora Madeireira Rio Paraná (Maripá), localizada em Toledo, e a Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da Paraná *Plantation* Ltda., localizada em Londrina, entre outras de menor expressão. Essas empresas promoveram a ocupação do espaço paranaense por meio de dois fluxos migratórios diferentes, sendo um composto por migrantes pertencentes aos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e outro formado por migrantes de São Paulo e de Minas Gerais. Os migrantes provenientes dos Estados do Sul ocuparam no Paraná as áreas situadas no sul e no sudoeste com direção ao oeste paranaense, enquanto que os paulistas e os mineiros dirigiram-se para o norte, com sentido a noroeste.

De acordo com Zaar (1999), os migrantes provenientes dos Estados do Sul eram considerados melhores e mais eficientes colonizadores por apresentarem caráter empreendedor e grande iniciativa de fomentação econômica. Desta forma, eles fortaleceram a presença do pequeno proprietário nas regiões ocupadas, garantindo a sua sobrevivência e da sua família. Passado o período de colonização, segue a fase de estabilização até meados de 1960, em que o setor primário da economia não possuía um caráter moderno e a tecnologia utilizada era rudimentar. No entanto, a partir do final dos anos 1960 e início da década de 1970, seguindo o exemplo de parte da agricultura nacional, o setor agrícola paranaense entra na fase de introdução de novas tecnologias, gerando crescimento e desenvolvimento. Desta forma, a produção agropecuária do Estado passou por profundas modificações, cuja essência foi iniciada pelo processo de modernização da agricultura brasileira.

Dados do Quadro 2 demonstram que, no período de 1940 a 1970 (anterior ao processo de modernização), a taxa de crescimento da população rural do Estado era positiva e tornou-se negativa após 1970, com o início da modernização tecnológica da agricultura e da pecuária no Estado. Seguindo uma tendência brasileira, bem como, de todos os países quando se desenvolvem.

Dentre os principais fatores que explicam as razões da saída do homem do campo, dois merecem maior destaque no que se refere ao Paraná; O primeiro deles está associado ao crédito rural e, mais especificamente, ao caráter seletivo da forma como esse benefício governamental foi concedido entre 1960 e 1970.

O caráter seletivo do crédito rural tornou a terra um ativo econômico de grande rentabilidade, visto que a terra era a condição primordial de acesso às linhas de financiamento. Assim, os grupos mais atingidos negativamente foram os arrendatários e os pequenos proprietários. O segundo fator foi o crescimento do setor industrial, de forma específica a expansão da chamada agroindústria urbana, que, com o seu fortalecimento, atraía cada vez mais parcela significativa da mão de obra rural. Com isso, parcela dos contingentes populacionais das áreas rurais se urbanizou cada vez mais.

Quadro 2 - Taxa de crescimento populacional, segundo a condição de domicílios no Paraná, no período de 1940 a 2007.

Anos	Urbana (%)	Rural (%)	Total (%)
1940/1950	5,84	5,54	5,61
1950/1960	9,31	6,33	7,16
1960/1970	6,73	4,10	4,97
1970/1980	5,97	-3,32	0,97
1980/1991	3,01	-3,03	0,93
1991/2000	2,59	-2,60	1,40
2000/2007	1,53	-1,27	1,04

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (2000).

Estudo realizado por Moretto et alii (2002) reforça que as bases da atual estrutura produtiva paranaense foram iniciadas em 1970 e foi após esse período que ocorreu a intensificação do processo de modernização da agropecuária e a ampliação do parque agroindustrial. Para tanto, o Estado contou com amplo financiamento para a compra de máquinas, de adubos e de corretivos, permitindo assim que, por meio do uso intensivo desses insumos, obtivesse ganhos de produtividade e de capitais cada vez maiores.

A conjugação desses instrumentos contemplou algumas regiões dentro do Estado, que eram aptas a produzirem produtos destinados ao setor exportador. Essa prática contribuiu para acentuar a heterogeneidade do desenvolvimento agrário, levando a uma situação de modernização parcial em algumas dessas regiões.

Independente das disparidades em termos de avanço tecnológico entre as regiões do Estado, o agronegócio foi um dos maiores responsáveis pelo crescimento e pelo dinamismo dos demais setores dentro do Estado. Dados do IPARDES (2007) demonstram que a participação do setor agropecuário no PIB estadual, que era de 23,58% em 1985, foi reduzida para 9,16% em 1995. E após o Plano Real, o setor se recuperou e em 2004 a sua participação já era de 18,39%. Mesmo com menor participação do setor agropecuário no PIB estadual em relação à indústria (39,99%) e aos serviços (41,63%), no ano de 2004, considerando-se em conjunto a produção agroindustrial com as atividades vinculadas, a participação do setor do agronegócio teve alcance de 35% do total do PIB em 2004/2005 (IBGE, 2006b). Apesar do avanço do agronegócio e do fortalecimento econômico do setor primário, as discrepâncias regionais na economia paranaense persistiram, demandando estudos e análises mais detalhadas sobre o perfil dessas disparidades.

1.2. Disparidades entre os municípios no Paraná

Em 2005, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), visando apresentar um retrato da situação do Estado, realizou uma

pesquisa caracterizando a diversidade de situações manifestada no território paranaense. Buscou-se ter elementos para compreender a dinâmica econômica e social do Estado, o que permitiu o apontamento de algumas tendências. As informações foram trabalhadas tendo como base o município (IPARDES, 2005).

Utilizando dados da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA/PR), procurou-se dimensionar o excedente econômico gerado em cada município, adotando apenas a divisão dos grandes setores econômicos: indústria, comércio, serviços e agricultura. Com esse procedimento, identificaram-se os principais municípios em geração de excedente econômico e, no caso de configuração de agrupamento de municípios contíguos, os espaços de maior importância econômica no Estado. Assim, foram apontados os municípios com baixa geração relativa de excedente econômico e com indicadores sociais abaixo da média estadual, formando espaços de precariedade social. Desta forma, a participação dos municípios relativamente ao total estadual revelou as diferenças entre os espaços, tanto em relação à geração de excedente econômico quanto à condição social da população, revelando a grande concentração espacial da riqueza e os seus reflexos.

Como resultado da organização espacial da atividade industrial, constatou-se que, no Paraná, a localização da produção industrial ocorreu similarmente ao processo de (des)concentração espacial e setorialmente concentrada da indústria brasileira. Isto é, aquele que privilegiou restritas parcelas do território em que os requisitos produtivos e de suporte infraestrutural se impuseram, com destaque para espaços metropolitanos e para centros regionais de maior porte e densidade econômica. Assim, no Paraná, os investimentos realizados após os anos 1990, principalmente no segmento de material de transporte, de metalurgia, de material elétrico, de material eletrônico e de petróleo, dentre outros, reforçaram a concentração industrial na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Para tal, foram importantes os investimentos nas atividades de petróleo em Araucária, bem como os investimentos nas novas montadoras de automóveis, como a Renault e a VW-Audi, que se instalaram em São José dos Pinhais. Como resultado, a RMC abriga, atualmente, cerca de metade do valor adicionado fiscal

estadual. O único segmento da economia paranaense que logrou alguma interiorização da indústria foi o setor alimentar.

Segundo o IPARDES (2005), a distribuição espacial das 300 maiores indústrias do Estado foi um dos elementos que contribuiu para a identificação dos espaços econômicos relevantes do Estado. Em termos espaciais, as indústrias de bens de capital e de consumo duráveis são as mais concentradas. Das 57 indústrias relacionadas, 49 estão localizadas na Região Metropolitana e responderam, em 2002, por 93,9% do faturamento deste grupo. Das demais, sete estão situadas entre Londrina e Maringá, participando com 5,8% do faturamento do grupo.

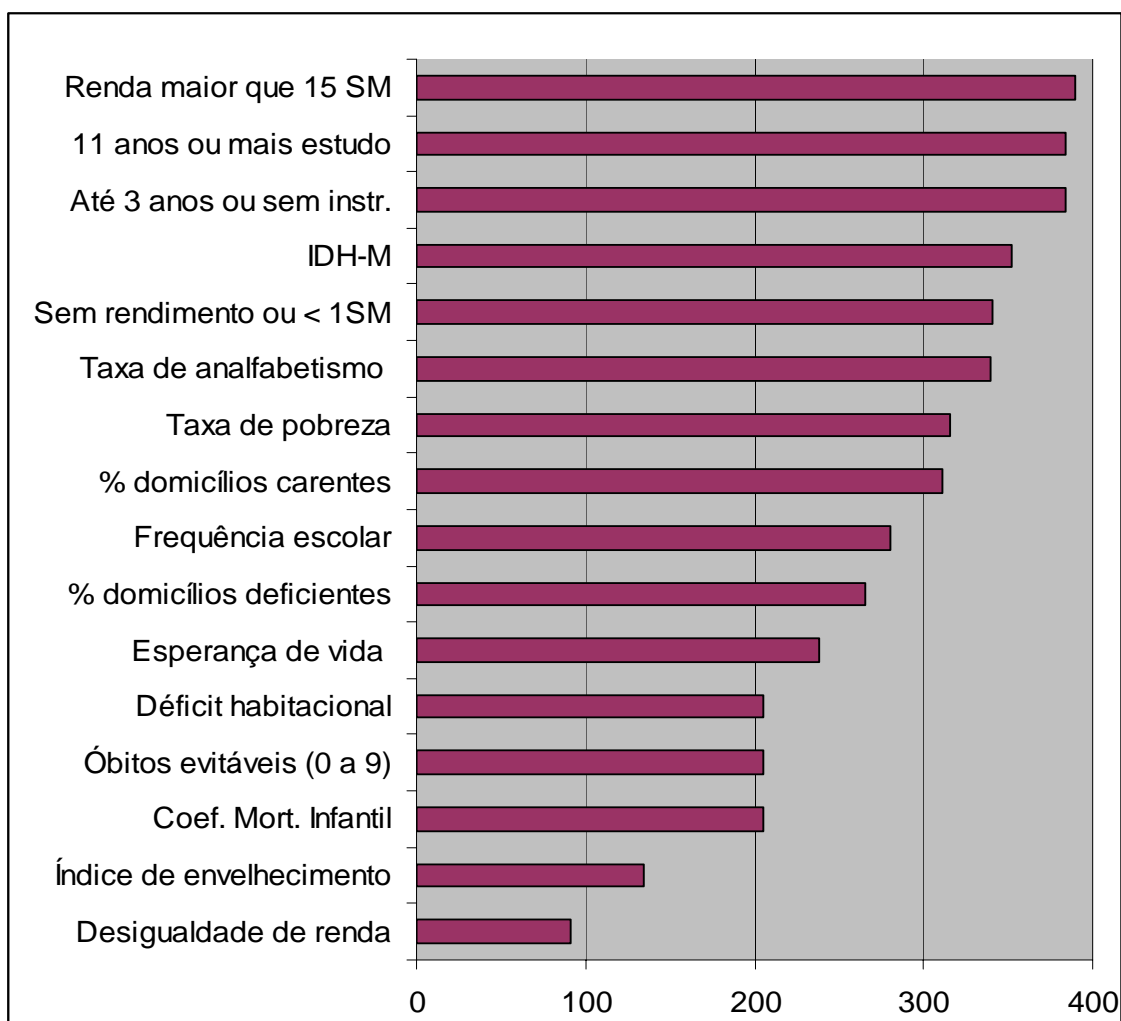
As 106 maiores indústrias classificadas como produtoras de bens intermediários (64 indústrias e 63,3% do faturamento do grupo) estão localizadas na Região Metropolitana; e, em segundo lugar aparece o eixo Londrina–Maringá, com participação bem menor (com 17 estabelecimentos e 14,4% do faturamento). No espaço especializado do Centro-Oriental estão seis estabelecimentos, que participam com 11,3% do faturamento desse grupo.

Em relação às 300 maiores indústrias, as de bens de consumo não duráveis são as menos concentradas espacialmente. Isso se deve principalmente às agroindústrias de alimentos que se localizam próximas à produção agrícola. Ainda assim, três mesorregiões respondem por 84% do faturamento do agrupamento e agregam 104 dos 137 estabelecimentos: a região metropolitana com 53,5% do faturamento e 47 estabelecimentos; o eixo Londrina–Maringá com 16,7% do faturamento e 32 estabelecimentos; e a região Oeste com 13,6% do faturamento e 25 estabelecimentos.

O estudo do IPARDES (2005) também analisou os indicadores de produção da agropecuária paranaense, que vem aumentando a sua participação no produto estadual. Além disso, o Estado se posiciona entre os líderes da produção de diversos produtos. O estudo aponta, no entanto, que, nos municípios em que a base econômica é a agricultura, em geral pequenos municípios, e em que a população urbana desenvolve principalmente atividades voltadas à produção agrícola, os índices de pobreza são proporcionalmente maiores.

Essas diferenças não estão somente nos aspectos da indústria e da agropecuária, mas elas podem ser identificadas nos espaços nos quais indicadores sociais apontam para proporções mais elevadas ou números absolutos mais expressivos de privação ou de carência. Para tanto, foram considerados os resultados das análises do diagnóstico das condições sociais da população paranaense, com a finalidade de caracterizar a sua precariedade, a sua carência ou a sua privação social, com base num conjunto de 16 indicadores para o ano 2000, e que relacionou dados sobre componentes demográficos, saúde, educação e renda, saneamento e moradia.

Segundo o IPARDES (2005), o conjunto de indicadores selecionados permitiu revelar os setores nos quais faltam ações pertinentes de políticas públicas que elevem as condições de acesso por parte dos municípios. Assim, tomando por base os indicadores referentes ao Estado (média, taxa, proporção, índice), foram identificados os municípios com desempenho acima e abaixo da média do Estado. Conforme se observa na Figura 1, em alguns indicadores é notória a elevada presença de municípios abaixo das proporções médias do Estado, assim o distanciamento entre os menores e os maiores valores dos indicadores acaba por elevar a média do Estado, contribuindo para que muitos municípios fiquem abaixo da média estadual. Neste sentido, observa-se quanto a: renda do responsável acima de 15 S.M. (390 municípios); 11 anos ou mais de estudo do responsável (384 municípios); anos de estudo do responsável até três anos ou sem instrução (384 municípios); IDH-M (352 municípios), rendimento do responsável pelo domicílio com menos de 1 salário mínimo e/ou sem rendimento (341 municípios).



Fonte: IPARDES (2005).

Figura 1 - Número de municípios paranaenses com indicadores em situação mais crítica que a média do Estado do Paraná – (2000).

Em relação a esses indicadores, os resultados revelam que a grande maioria dos municípios não atinge a média estadual, por ser essa, possivelmente, favorecida pela presença de elevados contingentes de responsáveis por domicílios nessas condições, nos maiores municípios e mais desenvolvidos do Estado. Em relação ao IDH-M, a composição do índice também sofre os efeitos

da variável renda média da população, que, no Estado, mostra-se muito heterogênea entre os municípios, porém elevada em poucos.

Os indicadores de saúde são os que apresentam menor número de municípios em condições mais precárias que a dos coeficientes estaduais: o coeficiente de mortalidade infantil (205 municípios), óbitos de crianças entre zero e 9 anos por causas evitáveis (205 municípios) e esperança de vida ao nascer para o ano de 2000 (238 municípios). Mesmo menores, são números expressivos e inaceitáveis, particularmente ao se referirem a óbitos de crianças por causas evitáveis.

Mais da metade dos municípios do Paraná tem os coeficientes mais elevados que a média estadual, indicando tanto a inadequação ou a ausência de assistência materno-infantil quanto a inexistência de condições de moradia adequada, incluindo falta de habitação, falta de saneamento e falta de outros serviços essenciais à saúde do morador, que podem ser visualizadas em relação os indicadores taxa de pobreza com 316 municípios, domicílios carentes (311 municípios), adensamento excessivo (266 municípios). (IPARDES, 2004a, 2004b).

1.3. O Problema e a sua Importância

O padrão de desenvolvimento econômico brasileiro tem bases na concentração de renda e na desigualdade social e, por extensão, nos Estados federados. Dentro deste contexto, a importância dos setores econômicos tem motivado a realização de estudos cujo foco é o entendimento do processo de modernização bem como a sua contribuição para o desenvolvimento e para a formação de renda local nas economias regionais. No Paraná, os setores industrial e agropecuário têm sido objeto de estudo de autores como Lourenço (2006), IPARDES (2005), Moretto et alii (2002), Ferrera de Lima, Piacenti e Alves (2005), Corrêa e Figueiredo (2006), Melo e Parré (2006) e Freitas et alii (2007). Eles analisaram isoladamente as contribuições e as transformações que ocorreram com cada setor dentro da economia paranaense. Cabe destaque,

conforme já apresentado na introdução, para o processo de concentração em algumas regiões de alguns segmentos industriais, bem como a especialização de algumas regiões em determinadas culturas ou em atividades agropecuárias.

Assim, o processo de modernização da agropecuária paranaense, que ocorreu inicialmente a partir da mesorregião Norte Pioneiro e Norte Central, se estendeu, posteriormente, para as demais regiões do Estado, modificando o perfil demográfico e econômico do campo e das cidades paranaenses. O avanço da modernização colocou o Paraná em destaque no âmbito nacional, ao apresentar resultados expressivos da sua agropecuária. Mesmo reconhecendo todo o processo como positivo, esse avanço apresentou também aspectos negativos, pois contribuiu para o aumento das disparidades regionais, haja vista que a absorção tecnológica e a reestruturação das economias urbanas ocorreram de forma diferenciada.

Assim, o avanço tecnológico ocorrido na agricultura do Estado foi, ao mesmo tempo, excludente, seletivo e localizado. Foi excludente porque o perfil dos atores selecionados quando da liberação do crédito foi diferenciado. Isso se explica porque a liberação de um maior ou menor volume de crédito dependia das garantias reais oferecidas e, neste contexto, os menos beneficiados foram os arrendatários e os pequenos proprietários. Foi seletivo uma vez que a prioridade de financiamentos e de investimentos se deu nas *commodities* destinadas à exportação, como a soja. E foi localizado porque esse processo privilegiou algumas regiões e, dentro destas, alguns municípios onde o relevo era mais favorável ao processo de mecanização. O processo de modernização, ao ser incrementado no setor agropecuário paranaense via aporte de capital, principalmente via crédito rural subsidiado, reproduziu as suas diferenças, gerando um processo de enorme desigualdade tecnológica no setor, onde os reflexos se fizeram sentir nas diferentes regiões do Estado.

Em síntese, os resultados da política de modernização agropecuária no Paraná (modernização advinda das ações da política nacional) proporcionaram também uma modernização desigual do território paranaense, em que a modernização do setor agropecuário não causou impacto apenas no setor rural.

Ao contrário, os laços de complementaridade entre cidade e campo, entre a forma de produzir na cidade e a forma de produzir no campo, foram modificados substancialmente.

Cabe ressaltar que, segundo o IBGE (2009), a base da economia paranaense está centrada em três pilares: o da agricultura (com destaque para milho, soja, cana-de-açúcar, trigo, café e mandioca), o da indústria (com destaque para a agroalimentar, a automobilística, a de papel e celulose) e o do extrativismo vegetal (madeira e erva-mate). Shikida (2009) aponta, porém, que o padrão da estrutura produtiva paranaense veio se modificando entre 1980 e 1995, revelando que os setores da transformação ligados aos produtos agropecuários perderam importância relativa, mormente na geração de valores adicionados. Segundo Rodrigues et alii (2005) e Rippel e Ferrera de Lima (2009), os setores emergentes na economia do Estado concentram as suas ações fundamentalmente no ramo de serviços e da indústria de transformação (metalurgia, mecânica, material de transporte, elétrico e eletrônico). O retrato dado pela atual participação dos valores adicionados da agropecuária (8,4%), indústria (30,2%) e serviço (61,4%) no Paraná evidencia bem esse quadro (IBGE, 2009).

Para Shikida (2009) e Rippel e Ferrera de Lima (2009), tais vicissitudes na economia estadual engendraram novas perspectivas para algumas regiões à custa de outras. Nesse sentido, comparando dois polos mesorregionais distintos, o IPEA et alii (2000) coloca que:

A mesorregião Metropolitana de Curitiba é a mais dinâmica do Estado. Concentra um terço da população paranaense e manifesta fortes indicativos de continuidade. Embora com diversidade em sua paisagem, é comandada por um processo de intenso crescimento, que, diferentemente das demais mesorregiões paranaenses, decorre de atividades dos segmentos modernos de produção IPEA et alii (2000, p. 127).

Outrossim, o mesmo IPEA et alii (2000) ressalta outra condição para a mesorregião Sudeste Paranaense, o que evidencia uma clara desigualdade entre esses dois polos de configuração regional:

A mesorregião Sudeste Paranaense, com fraca urbanização e economicamente frágil, por basear sua economia em atividades

pouco competitivas, começa a dar sinal de um esgotamento que incita lento movimento migratório rural em direção a suas áreas urbanas, bem como contínua migração seletiva para outras regiões, principalmente para a região metropolitana de Curitiba, dada sua proximidade IPEA et alii (2000, p. 120).

Gualda (2005) corrobora tais exposições dizendo que foram profundas as transformações pelas quais passou a economia paranaense nos últimos vinte anos. Essas transformações podem ser explicadas pela diversificação bem como pela ampliação da indústria estadual, que possibilitou o surgimento de setores produtores de máquinas e de insumos para a agricultura, que, aliados à produção padronizada de rações e de sementes, à expansão dos frigoríficos e ao caráter dinamizador das cooperativas, contribuíram para impulsionar a modernização do setor agropecuário.

Dentro deste contexto, o caráter diversificado do setor agrícola pode ser explicado também pelas suas próprias relações com a indústria. É que, paralelamente ao processo de industrialização, também crescem os mercados urbanos para produtos alimentares, já que a indústria tende a atrair mão de obra em busca de melhores salários para as regiões onde se instalam. O aumento do consumo de alimentos impulsiona a diversificação e a tecnificação do setor agropecuário para produzir mais e em melhor qualidade.

Um dos reflexos dessa combinação do setor agropecuário com a indústria e, por consequência, com o mercado externo, pode ser medido por meio do grande distanciamento do PIB *per capita* entre os municípios paranaenses, variando de R\$ 3.206,00 a R\$ 71.317,00. Dentro do universo de 399 municípios do Estado, 13% têm PIB *per capita* acima da média estadual e da brasileira de R\$ 12.688,00; 44% estão próximos da média da Região Norte do Brasil com R\$ 7.989,00; e 16% dos municípios paranaenses têm PIB *per capita* próxima ou abaixo da média da Região Nordeste do Brasil, com R\$ 6.029,00.

Além do PIB *per capita*, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) fornece um quadro quanto às disparidades socioeconômicas. Segundo Lourenço (2006), o Paraná detém o sexto IDH no *ranking* brasileiro, registrando resultado ligeiramente abaixo de 0,800, tido como piso para o grau de desenvolvimento

segundo as Nações Unidas. Analisando, porém, a distribuição desse índice por município no Estado, constata-se que somente 37% da população paranaense vive em municípios com IDH considerado elevado, ou seja, acima de 0,800, contra 65% no Rio Grande do Sul, 71% em Santa Catarina e 72% em São Paulo. Analisando o índice de Gini, para o ano de 2000 o Estado do Paraná apresentou o maior índice de concentração de renda dos Estados da Região Sul do Brasil, com 0,607. Esse aspecto, segundo Lourenço (2006), está comprovado pelo cálculo da proporção dos rendimentos absorvidos pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres da população. O grau de pobreza medido pelo percentual da população com rendimento *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo, no Paraná supera o percentual apurado nos Estados de Santa Catarina, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. E, neste contexto, quase 70% da pobreza encontra-se localizada nas pequenas cidades e na zona rural, o que agrava ainda mais o problema.

Para Lourenço (2006, p. 17), “*o descompasso entre os indicadores econômicos e sociais do Estado possui raízes estruturais, cuja identificação e interpretação exigiriam abordagens mais abrangentes e profundas*”. Esta anomalia, segundo Lourenço (2006), está concatenada à perpetuação de três fatores de exclusão: o primeiro teve como base a política pública baseada na concessão de incentivos fiscais e financeiros, tanto federal, quanto estadual, para a multiplicação das escalas e eficiências privadas, fator este que impôs a concentração espacial e técnica da produção, tanto na agricultura quanto na indústria; o segundo fator, mais de natureza federal, está relacionado à ausência de uma política agrícola consistente e articulada de longo prazo, com condições de reabilitar o retorno dos negócios rurais e promover à profissionalização dos produtores; e o terceiro fator é a ausência de atitudes mais ousadas pelo Estado, direcionadas a reduzir as disparidades inter- e intrarregionais na formação e na repartição da renda e na criação de oportunidades de trabalho. Uma extensão maior dessas desigualdades já foi apresentada na Figura 1, onde os aspectos de renda, saúde, educação e condições de moradia apresentam índices de disparidades alarmantes entre os municípios paranaenses.

Desta forma, uma avaliação não isolada, mas das diferentes dimensões que agreguem indicadores econômicos, sociais e institucionais dos municípios paranaenses, em relação à permanência ou à intensificação das desigualdades regionais, com base num conjunto multidisciplinar de indicadores, deve ser realizada. Assim, será possível mais que conhecer o estágio atual de crescimento e de desenvolvimento econômico de cada município por atividade, mas também identificar os elementos ou os fatores que contribuíram para o fortalecimento das desigualdades. Esses indicadores fornecerão um sistema de informações que permitirá, às instituições públicas e privadas, a promoção de ações que reduzam os desníveis regionais entre os municípios, criando condições para que eles possam ampliar as suas condições econômicas e sociais.

Políticas que estimulem e facilitem a redução dos desníveis regionais devem, portanto, avaliar as diferenças de indicadores entre os municípios. Detectando-se as semelhanças e as diferenças entre os municípios será possível adotar programas de apoio específicos e coerentes, por grupos distintos de municípios segundo suas particularidades, no processo de desenvolvimento econômico. Tais programas contribuiriam, assim, para que o Estado, por intermédio dos órgãos específicos, pudesse desenvolver ações setoriais mais efetivas e potencializadoras das suas atividades econômicas e que tenham por finalidade revitalizar os seus setores produtivos. Pois, entende-se que, quanto mais desigual for um município, menor é a capacidade de o seu crescimento econômico reduzir a sua pobreza, isto porque as oportunidades tendem a ser mais bem aproveitadas por aqueles municípios que possuem melhores condições endógenas de desenvolvimento. Ou seja, municípios mais dinâmicos demonstram maior capacidade de mobilização, de organização e de participação, favorecendo iniciativas coletivas que dependem, em grande parte, da coesão social, da solidariedade e da confiança dentre os que delas participam.

Assim, não são apenas os aspectos econômicos os responsáveis pelo dinamismo econômico do município, mas a associação deles com fatores endógenos, tais como capital humano, capital social, capital institucional, capital físico e capital natural.

Por isso, neste estudo, o desenvolvimento endógeno significa a capacidade de organização social da região em transformar o crescimento econômico em desenvolvimento econômico, por meio de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional – que será fortalecido por uma base de confiança e se sustentará por uma teia invisível, ou seja, o tecido social.

1.4. Hipótese

A hipótese central deste estudo estabelece que, no Paraná, os municípios economicamente deprimidos proporcionam um freio ao seu próprio processo de crescimento e de desenvolvimento econômico e das suas regiões. E, por apresentarem baixos indicadores de crescimento econômico, frequentemente são também municípios cujo capital humano e capital social (capacidade endógena) é pouco desenvolvido ou pouco empregado em ações de expressivo valor para a solução de problemas de interesse público.

1.5. Objetivos

O principal objetivo deste estudo é identificar e analisar o desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses. De modo específico, pretende-se:

- a) identificar e analisar as desigualdades econômica, social e institucional dos municípios por meio de indicadores que captem as dimensões econômica, social e institucional;
- b) identificar grupos de municípios, e caracterizar o processo de desigualdades econômicas que ocorreram em termos da dimensão econômica;
- c) estratificar os municípios em agrupamentos homogêneos, identificando os com baixo potencial econômico e associando-os com as dimensões sociais e institucionais;

d) identificar o potencial de desenvolvimento endógeno do conjunto de municípios considerados economicamente deprimidos;

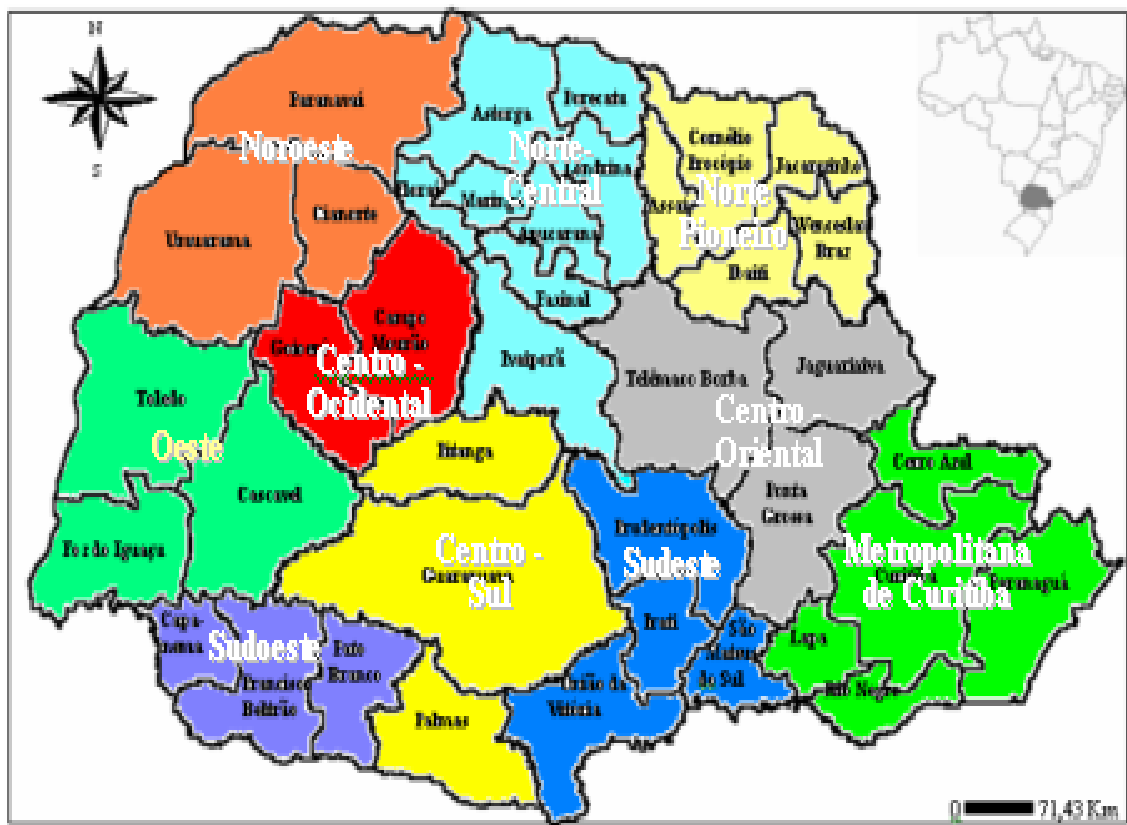
e) medir os índices de capital humano e capital social dos municípios paranaenses por meio dos níveis de educação, de confiança, de cooperação e de participação.

2. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

Este capítulo tem como finalidade fazer uma apresentação das características regionais do Estado do Paraná, bem como, de cada uma das suas dez mesorregiões, onde as primeiras movimentações de colonizadores no Estado tiveram início no século XVI. No século XVII, portugueses e paulistas começaram a ocupar a região, a partir da descoberta de ouro e à procura de índios para o trabalho escravo. A mineração acabou sendo legada a segundo plano pelos colonizadores, que se dirigiram em maior número para Minas Gerais. Até o século XVIII, existiam apenas duas vilas na região: Curitiba e Paranaguá. Esse processo retardou a ocupação definitiva da região, que pertencia à província de São Paulo até meados do século XIX. A autonomia do Estado ocorreu em 1853, quando teve início um programa oficial de imigração europeia para a região, principalmente de poloneses, de alemães e de italianos.

O território do Estado apresenta diferentes características físicas e climáticas propiciando a existência de atividades agrícolas diversificadas e a utilização de avançadas técnicas agrícolas, permitindo que algumas regiões alcancem os mais altos índices de produtividade do país. A produção industrial é diversificada, com destaque para as indústrias de papel e celulose, química, madeireira, alimentícia, de fertilizantes, eletroeletrônica, metal-mecânica, de cimento, têxtil e de cerâmica, além da agroindústria. Assim, para que seja

possível entender melhor a dinâmica do desenvolvimento endógeno nas diversas regiões do Estado, faz-se necessária uma apresentação das características gerais de cada uma das mesorregiões, bem como de suas microrregiões, visto que o objeto de estudo são as desigualdades econômicas e, por consequência, as ações que propiciaram o surgimento de municípios carentes do ponto de vista econômico, social e cultural. Assim, a forma, o tipo de colonização e o processo cultural que foi introduzido em cada uma das mesorregiões, propiciando algumas vantagens no nível e no ritmo de desenvolvimento econômico e social entre os municípios que no médio e longo prazo, isto está fazendo a diferença e cabe fazer a descrição. A localização das mesorregiões e suas respectivas microrregiões pode ser observada na Figura 2.



Fonte: Adaptado de IPARDES (2008).

Figura 2 – Localização das Mesorregiões e Microrregiões do Estado do Paraná-2008.

Segundo o IPARDES (2004b), as mesorregiões geográficas paranaenses são heterogêneas em termos de número de municípios, população, grau de urbanização, dinâmica de crescimento, participação na renda da economia do Estado e empregabilidade, como ilustram os seus indicadores gerais no Quadro 3.

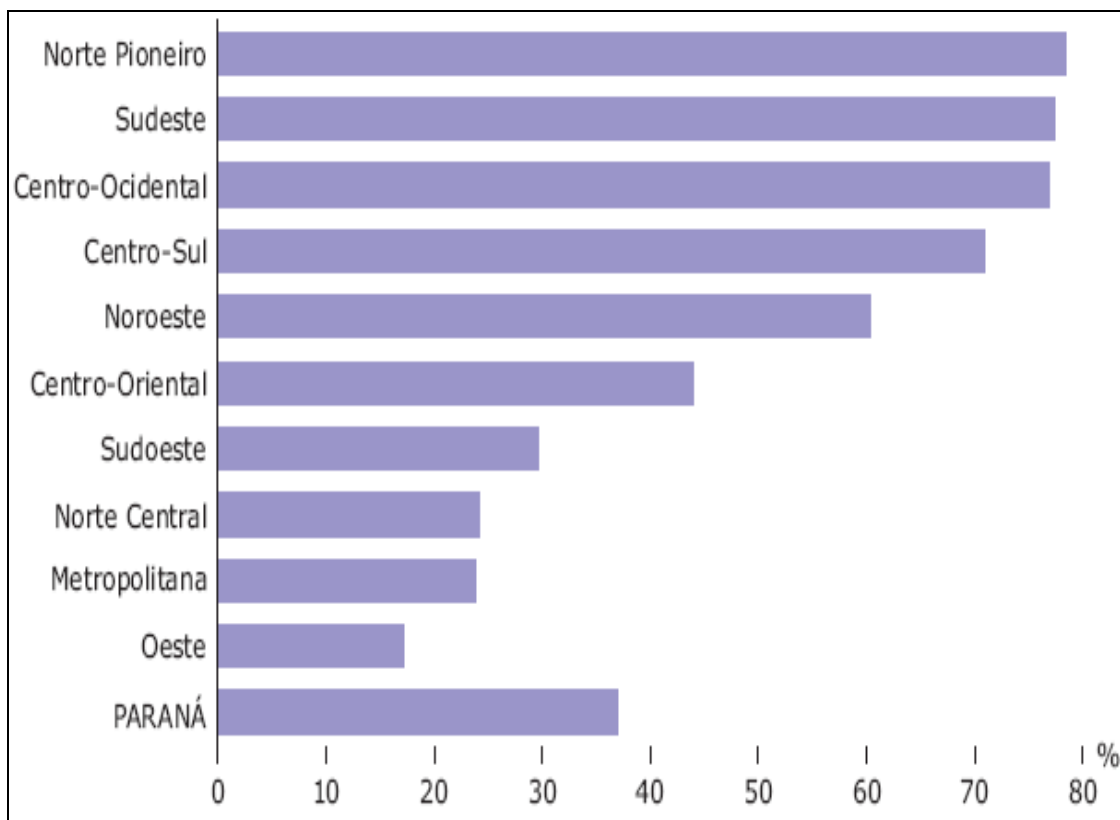
Quadro 3 - Indicadores selecionados para as mesorregiões geográficas paranaenses – 2000.

Mesorregião	Número de Municípios	População Total	Taxa de Cresc.	Grau de Urbanização	Participação no Valor Adicionado Fiscal do Estado (%)	Taxa de Desemprego (%)
			Pop. Total 1991-2000 (%a.a)			
Noroeste	61	641.084	-0,25	77,30	3,70	10,70
Centro-Occidental	25	346.648	-1,24	72,60	2,20	13,70
Norte Central	79	1.829.068	1,24	88,40	14,30	12,40
Norte Pioneiro	46	548.190	-0,15	75,10	2,80	11,90
Centro-Oriental	14	623.356	1,46	81,20	7,60	14,10
Oeste	50	1.138.582	1,28	81,60	13,80	12,80
Sudoeste	37	557.443	-0,13	59,90	3,50	8,40
Cento-Sul	29	448.500	0,69	60,90	3,90	11,50
Sudeste	21	377.274	0,89	53,60	2,30	9,00
Metropolitana de Curitiba	37	3.053.313	3,13	90,60	45,90	14,70
Paraná	399	9.565.458	1,40	81,40	100,00	12,80

Fonte: IPARDES (2004b).

As desigualdades regionais no Paraná manifestam-se também em relação às condições sociais da população. Conforme pode ser observado na Figura 3, enquanto algumas mesorregiões apresentam expressivas proporções de população vivendo em municípios com o IDH-M superior ao índice do Brasil (0,766), como é o caso das mesorregiões Oeste, Metropolitana de Curitiba e Norte Central, em outras, como na Centro-Occidental, na Sudeste e na Norte

Pioneiro, a maioria da população vive em municípios com IDH-M inferior a esse patamar. Na mesorregião Centro-Occidental, nenhum município supera a média estadual (0,789).



Fonte: IPARDES (2004b).

Figura 3 - Percentual de pessoas que residem em municípios com IDH-M abaixo da média brasileira, segundo mesorregiões geográficas do Paraná – 2000.

Tem-se também, em relação ao desempenho da renda, outra dimensão responsável pelas maiores diferenças entre municípios e regiões do Estado, do ponto de vista do desenvolvimento humano. Os diferentes níveis de renda

auferidos pela população estão relacionados com a incidência de pobreza. As mesorregiões Centro-Sul, Sudeste e Centro-Occidental apresentam altas taxas de pobreza, em todas superior a 30% do total de famílias. Neste contexto, segundo o IPARDES (2004), as regiões mais dinâmicas do Estado, com maior grau de urbanização, apresentam as menores taxas de pobreza, porém, como esses municípios vêm concentrando cada vez mais população, o número de famílias pobres vem elevando-se assustadoramente.

No Paraná, o desafio de superação das carências sociais depara-se com um quadro financeiro municipal heterogêneo, com grande parte dos municípios revelando uma extrema dependência das transferências federais do Fundo de Participação dos Municípios, situação relacionada à baixa capacidade de geração de receita própria. São poucos aqueles municípios que evidenciam melhores condições financeiras, seja pela capacidade de se autossustentarem, seja, ainda, por se beneficiarem de substantivos repasses de recursos compensatórios de diversas fontes.

2.1. Mesorregião Centro-Occidental

A mesorregião Centro-Occidental do Paraná é dividida em duas microrregiões: Campo Mourão e Goioerê, que, juntas, têm 25 municípios. O principal centro urbano é Campo Mourão, que representa aproximadamente 25% da população da mesorregião. A mesorregião possui 331.220 habitantes, o que equivale a 3,22% do total populacional do Estado (IPARDES, 2007).

Segundo o IPARDES (2004b), o processo de ocupação do Centro-Occidental foi intensificado durante a década de 1940 pelo encontro de dois fluxos populacionais: um deles relacionado à expansão da cafeicultura, vindo do Norte do Paraná, e outro oriundo do movimento de gaúchos e de catarinenses do oeste, ligados à agropecuária familiar. O modo de produção organizado familiarmente predominou até o início de 1970, momento em que a região se integrou ao movimento mais amplo de modernização da agricultura no Paraná. Esse processo teve impacto intenso sobre a dinâmica demográfica: a taxa de crescimento

populacional de 1991 a 2000 foi de -1,24% ao ano. A dificuldade em reter os contingentes populacionais é diagnosticada tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. Dentro dessa região, os principais fatores que contribuíram para caracterizá-la como área de esvaziamento populacional foram a concentração da terra e a decorrente desocupação de mão de obra rural.

A base da economia dessa mesorregião está na agroindústria. Segundo o IPARDES (2007), estima-se que 77% dos solos da mesorregião Centro-Ocidental sejam aptos à prática agrícola mecanizável. A cobertura vegetal original foi amplamente reduzida em favor do uso agrícola das terras, restando algo entorno de cerca de 5% dela (IPARDES, 2004b).

A mesorregião tem como característica a predominância de pequenos municípios. Desta forma, o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) da mesorregião é um dos mais baixos do Estado. Outro indicador que merece atenção está relacionado à situação de pobreza das famílias, pois, nessa mesorregião, 32% das famílias encontram-se classificadas como de extrema situação de pobreza e a taxa de desemprego é uma das mais altas do Estado, chegando a 13,7% (IPARDES, 2004b).

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Centro-Ocidental, tem-se: A microrregião de Campo Mourão com quatorze municípios e uma população de 212.794 habitantes. Essencialmente agrícola, com destaque para o plantio de soja e de milho, o município de Campo Mourão abriga a sede da maior cooperativa do Brasil e a terceira maior do mundo – a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda – COAMO (IPARDES, 2007). A microrregião de Goioerê com onze municípios e com uma população de 118.426 habitantes. A região de Goioerê possui grande representatividade de imigrantes italianos, espanhóis, japoneses, alemães, mesclados e outros grupos, como portugueses, poloneses, indígenas e afrodescendentes. O principal município é Goioerê, que, na década de 1970, passou a ser conhecido nacionalmente como “capital do algodão brasileiro”. Depois, com o fim do plantio do algodão na década de 1990 e com a emancipação de alguns dos seus distritos, o município foi perdendo população (IPARDES, 2007).

2.2. Mesorregião Norte Central

A mesorregião do Norte Central Paranaense é formada por 79 municípios agrupados em oito microrregiões. Apresenta 1.954.862 habitantes, correspondendo a 19,01% da população estadual. Essa mesorregião tem como principais centros os municípios de Londrina, de Maringá e de Apucarana, que se destacam pelo pioneirismo em termos de ocupação. O pioneirismo da ocupação é uma das especificidades do Norte Central paranaense. A cafeicultura, assentada em pequenas propriedades vinculadas estritamente ao mercado, serviu de base para o desenvolvimento da região. Até meados dos anos 1970, o estabelecimento de atividades produtivas dinâmicas nas áreas de fronteira estadual foi preponderante para a sua liderança no crescimento econômico do Paraná, tanto que o Norte Central paranaense era a mesorregião mais populosa do Paraná no início da década de 1970.

Segundo o IPARDES (2004b), a relativa redução populacional verificada a partir da segunda metade da década de 1970 não representou a perda de dinamismo da economia regional, visto que a saída de parte dessa população se deu devido à concentração da atividade industrial na Região Metropolitana de Curitiba. A mesorregião Norte Central apresenta o segundo maior parque industrial do Paraná, com produção diversificada de gêneros alimentícios, têxtil, mobiliário, açúcar e álcool, agroquímicos, embalagens plásticas e equipamentos para instalações industriais e comerciais.

Essa mesorregião, por estar arraigada na modernização da agropecuária e no aprofundamento da agroindustrialização, a sua base agropecuária se manteve competitiva, reforçando a sua articulação com a agroindústria e o mercado. Destaquem-se as produções de soja e de milho, sem deixar de mencionar o avanço principalmente da fruticultura. Outra característica importante da base produtiva é a sua organização em cooperativas (IPARDES, 2004b). Os indicadores relativos à dimensão social apontam para a forte heterogeneidade entre os municípios. De modo geral, o conjunto de municípios que compõem o eixo Londrina-Maringá apresenta as situações mais favoráveis em termos do

IDH-M, com algumas exceções em municípios periféricos aos polos (IPARDES, 2004b).

O setor agropecuário da mesorregião Norte Central manteve a sua competitividade, com investimentos na modernização da produção e no aprofundamento da agroindustrialização. As culturas de soja e de milho são preponderantes. A fruticultura vem ganhando espaço e se destaca por constituir-se como alternativa para a produção familiar. A organização em cooperativas, estas capazes de manter estruturas gerenciais e de mercado comparáveis às das grandes empresas, é também uma das características dos proprietários rurais no Norte Central (IPARDES, 2004b).

Os municípios de Londrina e de Maringá são as duas grandes aglomerações urbanas, com expressividade inclusive na hierarquia das redes urbanas do país, articulando uma grande área de influência que se estende desde parte do interior do Paraná até regiões dos Estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. Dentro do Norte Central, a heterogeneidade dos municípios é patente no tocante à variável renda: o conjunto de municípios do eixo Londrina–Maringá apresenta situação favorável em comparação com aqueles situados ao norte/noroeste da mesorregião, e ainda mais distante dos que se situam na porção sul. Tais contrastes se refletem nas variações do IDH-M entre os municípios. A dificuldade de crescimento das economias locais afeta diretamente as condições de vida da população.

Ocorre, todavia, que o dinamismo econômico também produz efeitos perversos, pois praticamente 95% da área total do Norte Central Paranaense foi desmatada. Juntamente com as atividades agrícolas intensas, esse componente expressa o quadro crítico de conservação ambiental da mesorregião.

Segundo o IPARDES (2004b), em relação à área educacional a mesorregião necessita ampliar a oferta de vagas para a educação infantil e para o ensino médio, além de fomentar condições para incorporar um contingente expressivo da população adulta não alfabetizada. O ensino superior, em compensação, está bastante desenvolvido, apresentando diversidade de instituições e de cursos (IPARDES, 2004b).

Com relação as microrregiões pertencentes à mesorregião Norte Central, tem-se: A microrregião de Apucarana com nove municípios e uma população de 270.874 habitantes, e ocupa a área central dessa mesorregião (IPARDES, 2007). A região fora colonizada pela Companhia Inglesa de Terras Norte do Paraná, que tomou posse de quase todo o novo norte paranaense (IPARDES, 2004b). A população da microrregião de Apucarana é composta, na maior parte, por brasileiros (negros e mulatos), havendo ainda a presença de outras etnias: ucranianos, japoneses, alemães, portugueses e italianos.

Apucarana é o principal município onde o destaque econômico da cidade é a fabricação de bonés, além do centro de produção e de industrialização de derivados de milho, que abastece diversas cidades do país. É também um polo de industrialização de couro, que gera milhares de empregos diretos e indiretos e tem seus produtos exportados para diversos países.

A microrregião de Astorga possui 22 municípios e uma população de 176.726 habitantes. Possui uma área total de 5.116,954 km². A cidade de Astorga está situada no noroeste do Paraná, a 45 km de Maringá, 65 km de Londrina e 420 km da capital, Curitiba (IPARDES, 2007).

A microrregião de Faxinal possui sete municípios e uma população de 45.381 habitantes, numa área total de 2.264,979 km². A microrregião de Floráí possui sete municípios e com uma população de 33.069 habitantes, numa área total de 1.299,655 km². A cidade Floráí conta com 5.051 habitantes (IPARDES, 2007; IBGE, 2007).

A microrregião de Ivaiporã tem quinze municípios e uma população de 142.508 habitantes, em uma área total de 6.154,282 km² (IPARDES, 2007). A cidade de Ivaiporã iniciou o seu ciclo colonizador por volta da década de 1940, quando as terras, consideradas as mais férteis do país, passaram a atrair a atenção de desbravadores que vieram de todas as regiões brasileiras.

A microrregião de Londrina tem seis municípios e uma população de 702.867 habitantes (IPARDES, 2007). Considerada importante polo de desenvolvimento regional, a cidade de Londrina exerce grande influência sobre todo o Paraná e Região Sul. Londrina é a segunda maior cidade do Paraná e a

terceira maior cidade do Sul do Brasil. A cidade é formada principalmente por descendentes portugueses, japoneses, italianos e alemães, além de outros grupos em menor escala, como poloneses, espanhóis, indígenas, búlgaros, britânicos e afrodescendentes (IPARDES, 2004b).

A agricultura continua a ser fundamental para Londrina, apesar de a sua importância ter diminuído nos últimos anos. A atividade agrícola diversificou-se e, além do café, atualmente se planta milho, trigo, algodão, feijão, amendoim, arroz, cana-de-açúcar, soja, frutas e hortaliças. Londrina se destaca hoje pelo setor de comércio e de prestação de serviços.

A microrregião de Maringá tem cinco municípios e uma população de 502.201 habitantes. O município de Maringá é de urbanização recente, urbanização planejada e arborizada, sendo a terceira maior do Estado em população. Além disso, essa região tem grande influência de imigrantes japoneses, italianos, alemães, portugueses, poloneses, espanhóis, indígenas e afrodescendentes (IPARDES, 2007).

O setor secundário não é tão expressivo como a agricultura, mas vem crescendo paulatinamente. A cidade tem um parque industrial em expansão, com destaque para a tecelagem e a agroindústria, mas principalmente para confecções (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Porecatu tem oito municípios e uma população de 81.236 habitantes, numa área de 2.368,593 km². A cidade de Porecatu faz divisa com o Estado de São Paulo através do rio Paranapanema. O destaque no município é a sua usina de açúcar e álcool, maior da América Latina (IPARDES, 2004b e 2007).

2.3. Mesorregião do Norte Pioneiro

A mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense é formada por 46 municípios agrupados em cinco microrregiões, com uma população de 540.296 habitantes, o que representa 5,25% da população do Estado. A primeira iniciativa para a ocupação da região foi resultado da política imperial de integração entre interior

e litoral brasileiro em meados do século XIX. O adensamento populacional, entretanto, só foi verificado no início do século XX. Tal ocupação caracterizou-se pela proliferação de núcleos urbanos sem a polaridade de nenhum deles. Disso resulta que, em 2000, todos os municípios da mesorregião tinham menos de 50 mil habitantes e nenhum deles exercia posição de destaque no âmbito da rede urbana do Estado (IPARDES, 2004b).

A população absorvida durante a expansão cafeeira colocava a Norte Pioneiro como uma das regiões mais densamente povoadas durante a década de 1970. Depois, no entanto, a crise do café e a mudança nas atividades agrícolas reduziram a necessidade de mão de obra no campo, resultando em saldos migratórios elevados de evasão no meio rural, entre 1970 e 2000. O crescimento das cidades da mesorregião não compensou tal perda populacional. A dinâmica demográfica foi também alterada pela baixa nos níveis de fecundidade e de mortalidade, alterando o perfil etário da população, diminuindo a participação dos grupos etários mais jovens e aumentando, relativamente, a população adulta e idosa (IPARDES, 2004b).

Apesar de a evolução do IDH-M ter sido positiva na maioria dos municípios durante a década precedente (1990), somente Cornélio Procopio e Barra do Jacaré apresentam IDH-M acima da média estadual. As taxas de frequência escolar e de alfabetização, em mais da metade dos municípios, estão abaixo da paranaense, e a mortalidade infantil acima, principalmente na parte sul da mesorregião.

O mercado de trabalho do Norte Pioneiro é predominantemente dependente das atividades agrícolas. Trata-se de uma das mesorregiões com menor peso da indústria na absorção da força de trabalho. A geração de postos apresenta baixo dinamismo, observando-se, inclusive, a diminuição do número de empregos formais em alguns dos maiores municípios. A indústria regional em geral concentra segmentos com baixa capacidade de agregação de valor. Na agricultura, destacam-se as produções soja, trigo e cana. No caso dos segmentos de produção familiar, tem-se incrementado a criação de alguns hortifrutigranjeiros. A pecuária extensiva figura como opção para áreas com

restrições físicas à mecanização da agricultura, assim como, em menor medida, o reflorestamento. A mesorregião Norte Pioneiro continua sendo a principal produtora de café do Estado do Paraná (IPARDES, 2004b).

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Norte Pioneiro, tem-se: A microrregião de Assaí com oito municípios e uma população de 70.554 habitantes. Com um grande número de imigrantes japoneses, inicialmente a cidade que dá nome a essa microrregião foi chamada de *Assailand* (*Assahi - sol nascente e Land - terra*). O progresso e o desenvolvimento de *Assailand*, graças à fertilidade da terra e a condições favoráveis, principalmente para as culturas de algodão e de café, atraíram gradualmente várias levas de imigrantes, na sua maioria de origem japonesa. Entre os pés de café e de algodão, os agricultores plantavam feijão, que, além de lhes fornecer alimento, era vendido a terceiros e custeava as outras plantações (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Cornélio Procópio tem quatorze municípios e uma população de 177.102 habitantes. O marco histórico da formação da cidade de Cornélio Procópio está ligado à construção da Estrada de Ferro São Paulo – Paraná, quando foi instalada uma estação ferroviária e inaugurada em 1931 (IPARDES, 2007).

A microrregião de Ibaiti com oito municípios e uma população de 76.566 habitantes. A cidade de Ibaiti, com aproximadamente 28.050 habitantes, é povoada por uma série de grupos étnicos, dentre eles: imigrantes da Itália, do Japão e da Alemanha. No ano de 1968, o município chegou a contar com 35 mil habitantes, mas, com os baixos preços do café e a geada de 1975, muitos moradores deixaram a cidade. Atualmente, Ibaiti vive um novo desenvolvimento, baseado na produção agrícola e na industrialização (IPARDES, 2007).

A microrregião de Jacarezinho tem seis municípios e uma população de 121.056 habitantes. Jacarezinho fica num ponto equidistante de São Paulo e de Curitiba (400 km). A sua riqueza provém do setor agropecuário e de prestação de serviços. No início do século, a maior cultura era a do café. Posteriormente, houve a substituição do café pelas lavouras de cana-de-açúcar, indústria de açúcar e álcool e pastagens, além de novos produtos com cotação no mercado

externo e interno, como soja, algodão e trigo, avicultura e suinocultura, que começaram a ganhar espaço a partir da década de 1970. Já o setor de serviços produz 54,58% do PIB do município, seguido da indústria (34%) e da agropecuária (11,42%) (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Wenceslau Braz tem dez municípios e uma população de 95.018 habitantes. A cidade de Wenceslau Braz é a base da microrregião. A sua economia é fortemente baseada em atividades agrícolas (feijão, milho, tomate e outros), na pecuária (bovinos e suínos) e na avicultura. O município foi polo regional do antigo IBC (Instituto Brasileiro do Café), com capacidade para mais de 600 mil sacas de café, produto abundante na região nos anos 1950 e 1960, mas que decaiu no mercado regional e foi, posteriormente, substituído por outras lavouras (IPARDES, 2007).

2.4. Mesorregião do Oeste Paranaense

A mesorregião do Oeste Paranaense é formada por cinquenta municípios agrupados em três microrregiões – Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo. Possui 1.245.391 habitantes, ou seja, 12,11% da participação do Estado. Essa região tem sido capaz de contrabalancear as tendências de concentração econômica e populacional do Paraná em torno da capital, Curitiba, e isso contribui para um maior equilíbrio regional do Estado. Tendo uma expressiva rede urbana, a mesorregião do Oeste tem demonstrado contínua capacidade de crescimento econômico. A dinâmica da mesorregião Oeste está associada à operação de um complexo agroindustrial moderno e competitivo, articulado aos eixos dinâmicos do país e do exterior. O agronegócio cooperativo serve de base para a progressiva expressão da mesorregião do Oeste no âmbito do setor primário estadual. A moderna base agropecuária tem sido capaz de compatibilizar a preponderância de mão de obra familiar com alto desempenho produtivo (IPARDES, 2004b e 2007).

Expandindo os postos de trabalho formais, o mercado de empregos tem influenciado positivamente na qualidade de vida da população. A mesorregião

Oeste está entre as mesorregiões paranaenses com menor taxa de pobreza. Do ponto de vista social, a mesorregião concentra 11 dos 23 municípios nas melhores posições do Estado em termos de IDH-M, estando, contudo, nessa mesma mesorregião, muitos municípios entre os piores do Estado nos índices do IDH-M. A princípio, essas disparidades podem ser plenamente sanadas via investimentos do poder público em áreas tradicionais de saúde e de educação, com consequentes elevações do IDH-M. A disponibilidade de um aparato consolidado de entidades voltadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como uma estrutura universitária atuante e em expansão na mesorregião Oeste, podem-se, com certa facilidade, articular intervenções governamentais visando à inclusão social (IPARDES, 2004b).

Com relação as microrregiões pertencentes à mesorregião Oeste, tem-se: A microrregião de Cascavel com dezoito municípios e uma população de 428.484 habitantes. A cidade de Cascavel se situa a 520 km da capital e é a mais populosa da microrregião, sendo sua grande maioria residente na área urbana. O ciclo da madeira, entre os anos 1930 e 40, atraiu grande número de famílias de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e, em especial, colonos poloneses, alemães e italianos, que, juntos, formaram a base populacional da cidade (IPARDES, 2004b e 2007).

Atualmente, Cascavel recebe o título de “Capital do Oeste Paranaense”, sendo um dos maiores centros econômicos do Paraná. O município é considerado também o polo universitário do oeste devido ao número de instituições de ensino superior.

Cascavel tem como principais produtos cultivados a soja, o trigo, o milho, o arroz, o algodão e o feijão, sendo que os três primeiros são os maiores expoentes. O município destaca-se ainda na avicultura, na bovinocultura, na suinocultura e na ovinocultura. A indústria cascavelense acha-se em fase de expansão, principalmente nas atividades ligadas ao beneficiamento da produção agropecuária (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Foz do Iguaçu tem onze municípios e uma população de 457.510 habitantes. Foz do Iguaçu é o principal município da microrregião e a

mais populosa da mesorregião. As principais fontes de renda no município são o turismo e a geração de energia elétrica (IPARDES, 2007).

A microrregião de Toledo tem 21 municípios e uma população de 359.397 habitantes. Toledo é um dos principais municípios do Oeste do Paraná. Estando próxima de Cascavel, forma, juntamente com esta cidade, um eixo de desenvolvimento agroindustrial. Concentrando diversas cooperativas e empresas do ramo, graças principalmente às férteis e planas terras dessa região, que garantem ao município uma posição de prestígio entre os maiores produtores de grãos do Estado do Paraná, ocupa o primeiro lugar em valor da produção agropecuária estadual (IPARDES, 2007).

Toledo está situado na região Extremo Oeste do Paraná, que é uma área de colonização relativamente recente (1950). A atividade inicial que promovia a ocupação era a exploração de madeira para a Argentina e para o Uruguai. O desenvolvimento de Toledo se deu de forma acelerada em torno da economia das comunidades agrícolas. Entre 1960 e 1980, a modernização agropecuária estimulou novas relações no campo e a especialização agrícola favoreceu a monocultura e a concentração da propriedade, ocasionando o êxodo rural e a acelerada urbanização. A cidade conta ainda com quatro universidades, entre elas a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTF-PR), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e um *campus* da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC (IPARDES, 2007).

2.5. Mesorregião do Sudoeste Paranaense

A mesorregião do Sudoeste Paranaense tem 37 municípios agrupados em três microrregiões (Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco). A ocupação territorial da mesorregião Sudoeste é recente. Essa mesorregião tem 565.392 habitantes, o que representa 5,49% da população do Estado. Até meados de 1940 a região era constituída de mata densa de araucárias, o que faz da Sudoeste uma das últimas áreas de ocupação intensiva do Estado. Duas cidades se destacam nessa região: Pato Branco e Francisco Beltrão (IPARDES, 2004b).

A influência do modo de produção não extensivo e diversificado, introduzido pelos imigrantes gaúchos e catarinenses, é o traço marcante dessa mesorregião. Entre os anos de 1991 e 2000 houve uma queda de 25% no número de habitantes rurais, no entanto a região continua aparecendo como a segunda menos urbanizada do Estado. Ali a economia rural sempre foi baseada em minifúndios, isso devido às características do relevo acidentado, e, como característica da região, têm-se as pequenas propriedades com mão de obra familiar. A mesorregião Sudoeste vem, no entanto, apresentando um crescimento da concentração fundiária, com a introdução de novas técnicas de cultivo a partir da expansão da soja (IPARDES, 2004b e 2007).

A renda *per capita* do Sudoeste registra mudanças positivas e, durante os anos 1990, verificou-se a menor taxa de desemprego do Estado – com crescimento do emprego formal maior do que o estadual. A cidade de Francisco Beltrão se destaca na área educacional, pois a taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 25 anos era de 9,4% em 2000, o que significou uma redução de 43,5% em relação a 1991, quando o índice registrava 16,7%. A média de anos de estudo em pessoas acima de 25 anos subiu de 4,6 para 6,0 anos. O IDH-Educação de Francisco Beltrão é de 0,918, uma melhoria de 13,6% em relação a 1991, quando o índice era 0,809. Em que pesem, porém, esses dados promissores, 25% das famílias da mesorregião vivem em condições de pobreza (IPARDES, 2004b).

No que diz respeito ao meio ambiente, a produção intensiva em pequenas propriedades representou pressão considerável sobre as áreas disponíveis, avançando a ocupação para áreas de florestas, o que resultou em um alto grau de comprometimento ambiental do Sudoeste, comprometimento potencializado pelas duas usinas hidrelétricas que foram criadas na região.

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Sudoeste Paranaense, tem-se: A microrregião de Capanema com oito municípios e uma população de 93.055 habitantes. Capanema é a principal cidade da microrregião. Por volta de 1950 chegaram as primeiras correntes migratórias, predominantemente de origem alemã e italiana, vindas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A microrregião de Francisco Beltrão tem dezenove municípios

e uma população de 231.021 habitantes. A maioria dos habitantes é descendente de europeus, principalmente alemães e italianos. A economia da região está atrelada ao agronegócio, todavia, devido às formações de relevos antigos, o território não pode ser plenamente aproveitável. Somente nas partes norte e oeste da microrregião as terras são de relevo mais suave, sendo assim intensivamente aproveitadas para a agricultura, principalmente para o plantio de soja, milho e trigo, com destaque também para a criação de aves (IPARDES, 2007).

A cidade de Francisco Beltrão é a maior em população e arrecadação e a segunda maior em área do Sudoeste do Paraná. A sua economia tem como base a agricultura extensiva e as atividades industriais concentradas no abate de aves e no setor têxtil. Com a progressiva evasão da zona rural e o conseqüente aumento do perímetro urbano, observa-se também um incremento nas atividades ligadas à industrialização e ao desenvolvimento do setor terciário (IPARDES, 2004b).

A crescente participação do setor terciário está ligada à centralidade e influência que a cidade exerce sobre os outros municípios da região como polo urbano. A pobreza – conceituada como a porcentagem de pessoas que vivem com rendimento inferior a meio salário mínimo – encontra-se em queda acentuada, perfazendo menos de 20% da população (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Pato Branco tem dez municípios e uma população de 152.464 habitantes. A cidade de Pato Branco tem índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,849 – que a coloca como 34ª melhor cidade em qualidade de vida do Brasil, apesar de a microrregião apresentar um alto índice de pobreza IPARDES (2004b). A sua atividade econômica está fortemente centrada na agricultura e na pecuária. Pato Branco também se destaca como um importante centro médico e de serviços (IPARDES, 2007).

2.6. Mesorregião do Centro-Sul Paranaense

A mesorregião do Centro-Sul Paranaense tem 29 municípios, que estão agrupados em três microrregiões denominadas Guarapuava, Palmas e Pitanga. A sua área territorial, de 26.409,78 km², equivale a 6% do território total do Estado

e a densidade populacional é a mais baixa dentre todas as mesorregiões, com uma população de 454.712 habitantes (IPARDES, 2007).

A ocupação do seu território baseou-se em grandes propriedades rurais, com atividades de cunho extensivo e extrativo. Nas últimas décadas do século XX, umas correntes migratórias, oriundas predominantemente do Norte e do Oeste do Paraná, foram atraídas pela existência de áreas economicamente subutilizadas. A mesorregião Centro-Sul apresenta uma das estruturas produtivas mais concentradas do Estado, fortemente polarizada entre grandes e pequenas propriedades.

A sua pequena base populacional e a baixa densidade de ocupação, mantêm a mesorregião Centro-Sul como uma das mesorregiões menos urbanizadas do Paraná. Tal característica é reforçada pelo fato de a região concentrar 34% das famílias assentadas em projetos de reforma agrária e 62% das áreas indígenas do Paraná. A produção agrícola familiar é marcada por baixos rendimentos e a organização em cooperativas sofre sucessivas crises. No tocante à proteção ambiental, a região concentra 15% da cobertura florestal estadual remanescente, além de uma importante extensão de área reflorestada (IPARDES, 2004b).

A transição demográfica não se encontra em fase avançada na mesorregião Centro-Sul, que apresentou o nível mais elevado de fecundidade na comparação mesorregional durante os anos 1990, tendo menores índices de expectativa de vida ao nascer. A composição etária é marcada por uma população preponderantemente jovem, com ainda pouco expressiva presença de idosos. Todos os municípios da mesorregião Centro-Sul apresentam IDH-M abaixo da média paranaense, sendo o índice de renda *per capita* o que registra condições mais críticas. A dificuldade de geração de emprego na mesorregião reflete-se no fato de 33% das famílias residentes se encontrarem em situação de pobreza. Sete dos dez municípios mais pobres do Paraná situam-se na mesorregião Centro-Sul (IPARDES, 2004b).

No tocante à estrutura ocupacional, a importância das atividades rurais é marcante, somando 39% do total de ocupados. O crescimento da taxa de

emprego formal na região é atribuído, em grande medida, à instalação de 17 novas municipalidades na década de 1990. Concentradas em Guarapuava, as ocupações industrial e terciária não têm alcançado dinamismo suficiente para absorver a população ativa. Tanto é que Guarapuava apresenta a maior taxa de pessoas desocupadas da mesorregião (IPARDES, 2004b).

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Centro-Sul paranaense, tem-se: A microrregião de Guarapuava com dezoito municípios e uma população de 376.178 habitantes. A cidade de Guarapuava possui 45% dessa população. No município, a agropecuária representa aproximadamente 18% da composição do PIB municipal. O município tem forte participação na produção agrícola do Estado. É um dos maiores produtores de batata-inglesa do Brasil e também um grande produtor de milho, soja e cevada. A indústria tem participação de 35% no PIB, e o setor madeireiro é a atividade industrial que mais emprega. Fábricas de papel e papelão, de bebidas, de insumos químicos, de produtos alimentares e a agroindústria também possuem forte participação. O setor de serviços vem crescendo gradativamente e já incorpora, aproximadamente, 47% do PIB de Guarapuava (IPARDES, 2007).

A microrregião de Palmas tem cinco municípios e uma população de 88.852 habitantes. Palmas, é a principal cidade, com 36.528 habitantes, é o 15º município mais desigual da região do Sul do Brasil e o 9º no Paraná (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Pitanga é composta de seis municípios e uma população de 78.534 habitantes. Pitanga é a principal cidade, com 34.210 habitantes, que estão espalhados quase que equitativamente entre as regiões urbana e rural (18.865 e 15.445, respectivamente) (IPARDES, 2007).

2.7. Mesorregião Sudeste Paranaense

A mesorregião Sudeste Paranaense é formada pela união de 21 municípios agrupados em quatro microrregiões denominadas Irati, São Matheus do Sul, Prudentópolis e União da Vitória. De acordo com os dados do IPARDES (2007),

essa mesorregião conta com 396.081 habitantes, cerca de 3,85% da população do Estado. Essa região é uma das áreas de ocupação mais antigas do Paraná. Durante o período de intensa atração de estrangeiros para o Brasil, ela recebeu considerável fluxo de imigrantes, predominantemente eslavos. Os colonos assentaram-se em pequenas propriedades dedicadas a atividades extrativas e à pequena agricultura de subsistência.

Entre as mesorregiões do Estado, a Sudeste apresenta uma das menores bases populacionais e o processo de transição demográfica não tem se efetuado com a rapidez observada em outras áreas. Os níveis de fecundidade são maiores e os de expectativa de vida ao nascer são ligeiramente menores quando comparados à média estadual.

Com relação à qualidade de vida da população, em todos os municípios o IDH-M é verificado como inferior ao índice médio paranaense, com exceção de União da Vitória. A baixa frequência escolar por parte das crianças e dos jovens e a considerável taxa de mortalidade infantil são índices que representam a situação social da mesorregião: em 30% dos municípios, a taxa de pobreza é superior a 40%, o que representa mais que o dobro da média no Estado (IPARDES, 2004b).

A mesorregião Sudeste é a menos urbanizada do Paraná, onde a estruturação das cidades segue um padrão de fraca concentração. Do total da população, 42% das pessoas vivem em áreas rurais (IPARDES, 2004).

A evolução da agropecuária denota intensificação da produção via aumento de produtividade dos principais produtos regionais, contribuindo para alteração na pauta dos produtos, ascendendo culturas como soja, milho, erva-mate e fumo, sem que as demais (batata e feijão) apresentem redução. A estrutura fundiária tem se mantido estável, conservando a expressividade dos produtores familiares. Em relação ao meio ambiente, a mesorregião Sudeste preserva o maior contingente de floresta de araucárias no Paraná, sendo a terceira área, no comparativo mesorregional, tanto a contribuir para o estoque florestal do Estado quanto para o reflorestamento (IPARDES, 2004b).

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Sudeste Paranaense, tem-se: A microrregião de Irati que agrega um montante populacional de 93.866 habitantes e está dividida em quatro municípios. Irati é a principal cidade e a sua população é de aproximadamente 54.151 moradores (IPARDES, 2004b).

A constituição populacional é uma mescla de diferentes etnias, especialmente poloneses e ucranianos, que mantêm os costumes e as tradições dos seus ascendentes. A economia de Irati está especialmente centrada no setor terciário, que equivale a 57,89% do PIB municipal, enquanto o setor de indústrias conta com 26,18% e a agropecuária perfaz 15,93%. Embora a agropecuária ocupe o último lugar no PIB da cidade, 66% da sua área é ocupada por agricultura e pastagem (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Prudentópolis é a mais populosa da mesorregião Sudeste Paranaense, com 125.602 habitantes, divididos sete municípios. Prudentópolis tem 48.708 habitantes. O destaque do município está no seu relevo, que apresenta diversas serras e dezenas de cachoeiras. Atualmente, Prudentópolis é considerada a cidade mais ucraniana do Brasil, sendo 80% da sua população descendente dessa nacionalidade de imigrantes.

A microrregião de São Mateus do Sul tem três municípios com 60.240 habitantes. E o município de São Mateus do Sul concentra 39.152 habitantes. Os pioneiros na ocupação da área constituíam-se de emigrantes do sul do Brasil e imigrantes espanhóis, alemães e poloneses. No município encontra-se a Usina Industrial de Xisto da Petrobrás, em parte fruto dos esforços dos imigrantes alemães, que procuravam explorar o petróleo de xisto na região. A população urbana de São Mateus do Sul é praticamente a mesma da residente na zona rural (IPARDES, 2004b).

A microrregião de União da Vitória tem sete municípios e uma população de 116.373 habitantes. União da Vitória é o principal município, com 51.043 habitantes. A colonização territorial foi iniciada em 1881 por imigrantes europeus de diversas etnias, entre os quais se destacam ucranianos, poloneses, alemães e italianos – atraídos pelo clima e pela topografia semelhantes aos da sua

terra natal. União da Vitória teve o seu apogeu na década de 1950 com o ciclo da erva-mate e a intensificação da extração de madeira. O município tem um dos melhores índices de qualidade de vida no Paraná, com um IDH de 0,793. Nele, 95% da população é alfabetizada e reside em domicílios com água encanada, esgoto sanitário e coleta de lixo IPARDES (2004b e 2007).

2.8. Mesorregião Metropolitana de Curitiba

A mesorregião Metropolitana de Curitiba é formada por 37 municípios agrupados em cinco microrregiões denominadas: Cerro Azul, Curitiba, Lapa, Paranaguá e Rio Negro. De acordo com os dados de 2007, essa mesorregião tem 3.469.820 habitantes, ou seja, 33,7% da população do Estado. Segundo o IPARDES, (2004b), na microrregião de Curitiba há a maior densidade demográfica do Estado, com 366,7 habitantes por km².

A concentração de atividades e população nessa mesorregião se intensifica a partir da década de 1970. Em meio à crescente evasão que atingiu o meio rural paranaense devido à modernização da agricultura, uma parcela considerável do fluxo populacional convergiu para Curitiba e adjacências, pessoas atraídas, em parte, pelas possibilidades apresentadas no Centro Industrial de Araucária e na Cidade Industrial de Curitiba. O crescimento urbano na área metropolitana e na capital não diminuiu durante as décadas seguintes, fazendo com que, em 2007, tal aglomerado constituísse uma área única de ocupação, totalizando mais de 30% da população urbana do Paraná (IPARDES, 2007).

A estrutura econômica da mesorregião passou por um considerável aumento do número de indústrias, consolidando a sua infraestrutura e se posicionando como alternativa para os novos investimentos e ampliando a pauta de produtos – entre os quais se destaca a implantação do polo automotivo. A demanda por serviços e por mercadorias especializados também se ampliou, fomentada por capital estrangeiro e direcionada para o mercado global. O comércio varejista teve papel expressivo nas mudanças do setor comercial, demonstrado pelo montante de *shopping centers* e hipermercados instalados na

mesorregião. Isso não apenas aumentou a oferta, como alterou o perfil dos fornecedores e dos consumidores, intensificando a adoção de padrões internacionais para lojas e produtos.

Uma das peculiaridades da mesorregião Metropolitana de Curitiba é a compartimentação do território. Associada às características naturais do ambiente, tal nítida diferenciação foi reforçada pelos processos de apropriação e de reprodução do espaço. A urbanização acentuada da mesorregião é fortemente concentrada em algumas áreas do território. Em 2000, 37% da cobertura vegetal original apresentava-se preservada, o que significa forte contraste positivo na comparação mesorregional. A principal razão dessa conservação está na dificuldade de ocupação em áreas de serra e da proporção de solos inaptos para atividades agropecuárias. As iniciativas estatais para garantir a biodiversidade resultaram no estabelecimento de diversas unidades de conservação, cujo montante representa 44,3% do território da mesorregião. Nas aglomerações urbanas, entretanto, especialmente na região metropolitana da capital, a preservação dos recursos hídricos tem entrado em conflito com a expansão urbana (IPARDES, 2004b e 2007).

Em relação ao mercado de trabalho regional, os indicadores apontam dificuldades de absorção da mão de obra disponível. A mesorregião Metropolitana de Curitiba possui a maior taxa de desemprego, o maior crescimento da população em idade ativa e um dos menores aumentos nos postos de emprego formal, quando comparada às outras mesorregiões do Paraná durante o período de 1996/2001. A análise do IPARDES (2007) indica que o incremento ocupacional na década de 1990 foi marcado pela precarização do trabalho e pelo aumento do setor informal. Apesar disso, é a Mesorregião Metropolitana de Curitiba que concentra o maior nível de formalização do emprego, bem como as maiores oportunidades de rendimento para os trabalhadores engajados nos segmentos mais modernos da economia.

A disparidade entre as áreas urbanas e rurais dessa mesorregião fica patente no contraste entre municípios, estando no limite mais intenso das desigualdades sociais. Assim demonstram os indicadores sociais de educação,

saúde, habitação, infraestrutura urbana e pobreza: alguns dos municípios da mesorregião Metropolitana de Curitiba estão entre aqueles com mais baixos valores de IDH-M do Paraná. É no aglomerado metropolitano que se encontra o maior contingente de população em situação de carência. O mesmo contraste salientado no âmbito da mesorregião é diagnosticado em relação aos bairros de Curitiba: há extremos de concentração de riquezas e de carências, apresentadas em desigualdades socioespaciais (IPARDES, 2004b).

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Metropolitana de Curitiba, tem-se: A microrregião de Cerro Azul com três municípios e abriga uma população de 30.358 habitantes. O município de Cerro Azul tem 16.496 habitantes. A cidade fica a 92 quilômetros de distância da capital e é conhecida como a terra da laranja. Já a microrregião de Curitiba tem uma população de 3.063.140 habitantes dos 3.469.820 computados na totalidade da mesorregião. A região abriga dezenove municípios, com destaque para o seu centro automotivo. A cidade de Curitiba, capital do Estado, tem 1.794.408 habitantes, mas, apesar de ser densamente povoada – 4.111,9 hab/km² –, medições recentes indicam que a área verde de Curitiba é de 51 metros quadrados por habitante, cerca de três vezes superior à área mínima recomendada pela ONU. Ao que pesem, no entanto, essas características positivas, a cidade vem, recentemente, passando por um processo de inchaço populacional, em parte fruto da maciça propaganda governamental veiculada durante a década de 1990 (IPARDES, 2004b e 2007).

Como qualquer outra grande cidade brasileira, Curitiba tem os seus problemas sociais, como a existência de grandes favelas em alguns bairros e no entorno do município e expressivo crescimento do contingente de moradores de rua. O índice de criminalidade, no entanto, é baixo, se comparado a outras cidades do mesmo porte. Embora tenha mais de três séculos de fundação, o crescimento demográfico de Curitiba deu-se, fundamentalmente, nos últimos cem anos, em virtude de maciços afluxos migratórios de outros países, e, nos últimos anos, pela intensa migração do interior do Paraná e de outros Estados. Na sua formação histórica, a demografia de Curitiba é o resultado da miscigenação das três etnias básicas que compõem a população brasileira: o índio, o português

e o negro. Mais tarde, com a chegada dos imigrantes, especialmente poloneses, ucranianos, italianos, alemães e japoneses, formou-se um caldo de cultura singular, que caracteriza a população da cidade, os seus valores e modo de vida.

O processo de desenvolvimento populacional tanto da cidade como do município teve origem com o tropeirismo e ondas migratórias iniciadas por portugueses, espanhóis e outros grupos étnicos incluindo ciganos, judeus e africanos. Após esse período, a cidade recebeu forte onda de imigração europeia: alemães a partir de 1833; os italianos, por volta de 1871; e, posteriormente, poloneses e ucranianos. Atualmente a cidade é o centro da cultura polonesa no Brasil (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Lapa possui dois municípios e sua população é de 45.891 habitantes. A cidade da Lapa tem 41.689 habitantes. Com a quarta maior área territorial do Estado, o município tem um grande potencial turístico e agropastoril, sendo o maior produtor de fruta de caroço do Estado (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Paranaguá tem uma população de 245.845 habitantes e está dividida em sete municípios. A cidade de Paranaguá abriga pouco mais da metade da população dessa microrregião, com 133.559 habitantes. O maior destaque da cidade é o porto de Paranaguá, que se tornou um dos mais importantes do Brasil. Outro destaque é a Ilha do Mel, considerada um dos lugares mais bonitos do Sul do país, com praias e construções históricas como o Farol das Conchas e a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres (IPARDES, 2007).

A microrregião do Rio Negro tem uma população de 84.586 habitantes e está dividida em seis municípios. A cidade de Rio Negro faz fronteira com o Estado de Santa Catarina, apresenta uma população de 29.862 habitantes e tem como particularidade a sua sede integrada à cidade vizinha de Mafra (SC). Essas duas cidades, juntas, formam um aglomerado urbano de cerca de 94.000 habitantes – fenômeno típico de cidades irmãs, localizadas em margens opostas nos pontos de travessia de rios de grande porte, apresentando uma simbiose no

relacionamento socioeconômico, comportando-se como uma cidade única (IPARDES, 2007).

2.9. Mesorregião Noroeste

A mesorregião Noroeste possui três microrregiões: Paranavaí, Cianorte e Umuarama, que, juntas, abrangem 61 municípios, com uma população total de 630.421 habitantes, sendo que a região vem, sistematicamente, apresentando decréscimo populacional. A área total da Noroeste é de 24.488,68 km² (12% da extensão territorial do Paraná) e a região faz fronteira com os Estados do Mato Grosso do Sul e de São Paulo. O processo de ocupação da mesorregião Noroeste deu-se com a expansão da fronteira agrícola durante a década de 1940, impulsionada pela produção de café. Após os anos 1960 e 1970, da crise cafeeira, a Mesorregião Noroeste não transitou com facilidade para os novos padrões de modernização da atividade agrícola. Apesar de ser predominante de relevo plano, somente 45% do solo da região é considerado apto para atividades agro-silvo-pastoris. Altamente suscetível à erosão, as características ecológicas inviabilizam a expansão acentuada das culturas anuais, favorecendo a pecuária extensiva (IPARDES, 2007).

Os dois períodos históricos de desenvolvimento produtivo da mesorregião têm por base a cafeicultura e a pecuária, atividades que determinam de maneira marcante as características ambientais e populacionais da Mesorregião Noroeste. O uso inadequado das terras e o intenso desmatamento fazem dessa uma das regiões mais degradadas em termos de preservação ambiental, com apenas 4,1% da cobertura florestal original sobrevivente. Tendo sido a terceira mesorregião mais populosa do Paraná no começo dos anos 1970, desde então apresenta intenso decréscimo populacional, com taxas continuamente negativas no saldo de migração com origem rural e, mais recentemente, também urbana. Entre as dez mesorregiões paranaenses, a Noroeste apresenta o maior índice de idosos, entre os quais há predomínio masculino. Vinte cinco por cento dos habitantes dessa mesorregião estão em situação de pobreza. Apenas em Umuarama e em Cianorte

se verificam valores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) acima da média estadual. Na maioria dos municípios, entretanto, a frequência escolar nos níveis pré-escolar e fundamental é maior do que a verificada na média paranaense. No tocante à existência de incubadoras, de agências de desenvolvimento ou de centros tecnológicos capazes de apoiar e de estimular experiências de Ciência, Tecnologia e Inovação, a região Noroeste não dispõe de infraestrutura específica própria (IPARDES, 2007).

A taxa de desemprego está entre as menores entre as mesorregiões do Paraná. No período de 1996/2001, a região apresentou um dos maiores incrementos relativos em relação ao nível de emprego formal no Estado. Isso é, em parte, atribuído a desenvolvimento da indústria têxtil (vestuário), cujo polo de dinamismo é Cianorte. Com efeito, na área de confecção, a mesorregião Noroeste se insere como referência nacional (IPARDES, 2004b).

Além da indústria da moda, a agropecuária mantém a sua importância na ocupação da mão de obra regional. E, de fato, a expressividade da criação bovina entre as atividades desenvolvidas na região é uma das particularidades da mesorregião Noroeste – assim como indicadores de produtividade comparativamente mais baixos na agropecuária. Enquanto fronteira para expansão da soja e do milho, em sistema que se vale dos avanços tecnológicos e da reforma de pastagens, a mesorregião Noroeste também apresentou crescimento na cultura de produtos direcionados à indústria, como cana-de-açúcar, mandioca e aves. Essa mesorregião destaca-se, em comparação com as outras do Paraná, na produção de casulos do bicho-da-seda, de café e de frutas (abacaxi, laranja e manga). Em relação à industrialização, a mesorregião Noroeste concentra as atividades de beneficiamento da mandioca e é o maior polo sucroalcooleiro do Estado do Paraná.

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Noroeste, tem-se: A microrregião de Paranavaí com 260.588 habitantes distribuídos em seus 29 municípios. Só na cidade de Paranavaí vivem 79.110 habitantes. A citricultura é uma das mais recentes alternativas agrícolas da região. Apesar de nova, ela veio com muita força e transformou Paranavaí no maior produtor de laranjas do

Paraná. O município também produz mandioca, algodão, café, bicho-da-seda, abacaxi, pecuária e soja. Dessas, a produção de mandioca é a mais significativa. É a segunda maior do Estado e ocupa 30 mil hectares. A produtividade da região é duas vezes superior que a média nacional (IPARDES, 2007).

A microrregião de Cianorte tem uma população de 135.123 habitantes, distribuídos em onze municípios. Só a cidade de Cianorte, com 64.498 habitantes, abriga quase metade do total dessa microrregião. O processo de ocupação tem início na década de 1950, quando começa a colonização nessa área pela Companhia de Terras Norte do Paraná. O município de Cianorte ocupa uma posição importante dentro do quadro econômico da região Noroeste do Paraná, sendo que o principal destaque da cidade na área econômica é a indústria do vestuário, pois o município abriga mais de 400 grifes que revendem seus produtos para todo o Brasil, realizando também anualmente a Expovest, maior Feira do Vestuário do Sul do País. Além disso, possui força econômica em diversas culturas agrícolas (IPARDES, 2007).

A microrregião de Umuarama, com 40,75% da população da mesorregião, ou seja, apresenta 256.894 habitantes. Umuarama tem 95.153 habitantes, é uma das principais cidades do Paraná, estando a 580 km da capital do Estado. A cidade também é polo da região de Entre Rios (IPARDES, 2007).

2.10. Mesorregião Centro-Oriental

A região Centro-Oriental é composta por três microrregiões: Jaguariaíva, Ponta Grossa e Telêmaco Borba, que, juntas, abrangem 14 municípios, que somam 674.124 habitantes. Essa região é parte do “Paraná Tradicional”, cuja economia e sociedade se originaram em fazendas, a partir das quais se organizaram os processos de produção. Assim, os ciclos econômicos do tropeirismo, da erva-mate e da madeira, complementados pela agricultura de subsistência, foram sustentados por grandes propriedades. Esse processo de ocupação tem as suas marcas presentes na mesorregião Centro-Oriental, conforme se verifica pela alta concentração da posse da terra (IPARDES, 2007).

As atividades extrativas e a pecuária predominaram até meados da década de 1970 na mesorregião. Os agricultores pertencentes a colônias e organizados em cooperativas, bem como os grandes proprietários, por meio da incorporação de inovações, puderam superar os entraves naturais de baixa fertilidade e de pouca profundidade do solo. Assim, a Centro-Oriental consolidou a sua produção como importante segmento agroindustrial do Paraná, dotada de alto grau de articulação com os mercados nacional e internacional. A produção intensiva de *commodities* e de outras culturas com mercado e rentabilidade garantidos são favorecidas nas lavouras.

O parque agroindustrial regional tem, como característica favorável para sua implementação, a localização geográfica: enquanto entroncamento rodoferroviário e próximo ao Porto de Paranaguá, a Centro-Oriental é um dos mais importantes polos de produção de papel e papelão no Brasil. Outros produtos que se destacam em sua pauta são o leite, os seus derivados e o grupo agroquímico-moageiro (moagem de soja e produção de fertilizantes) (IPARDES, 2007).

Na segunda metade da década de 1990, a proximidade com Curitiba e a consolidação da infraestrutura urbano-industrial foram estratégias para a incorporação de novos segmentos, resultantes da irradiação do crescimento metropolitano recente. Apesar da dinâmica econômica favorável, ela não tem se refletido no mercado de trabalho na mesorregião. A mesorregião Centro Oriental apresenta uma das maiores taxas de desemprego entre as regiões do interior e a menor taxa de atividade da população economicamente ativa em todo o Paraná. Dentre as causas deste diagnóstico está a relativamente baixa proporção de ocupados em atividades agropecuárias.

Desde 1970, a mesorregião Centro-Oriental recebeu um significativo incremento populacional, especialmente em Ponta Grossa e imediações. As recentes perdas na população rural foram compensadas pelo crescimento das áreas urbanas, fazendo com que o peso populacional da mesorregião Centro Oriental se elevasse no âmbito estadual. Os saldos de migração têm se

apresentado positivos para a mesorregião, que absorve, predominantemente, o fluxo de outras regiões do Paraná (IPARDES, 2004b e 2007).

Os índices de IDH-M, à exceção de Ponta Grossa, apresentam um desempenho desfavorável para a mesorregião Centro-Oriental em comparação com a média do Estado. Como evidência do grau de desigualdade social e regional, é possível contrastar a maioria dos municípios, dos quais nenhum com taxa de pobreza maior do que a média paranaense, com outros da mesma mesorregião que registram o dobro dessa média. O atendimento às demandas sociais é dificultado, em alguns casos, em que as finanças municipais são preponderantemente dependentes das transferências do governo federal.

No que se refere ao meio ambiente, a mesorregião Centro-Oriental se destaca pela presença de extensas áreas de reflorescimento de pinus. O *Canyon Guartelá* e o Parque Estadual de Vila Velha são sítios naturais com grande valor turístico. Com efeito, o potencial turístico da mesorregião pode contribuir para a diversificação da matriz produtiva (IPARDES, 2004b e 2007).

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Centro-Oriental, tem-se: A microrregião de Telêmaco Borba, com 154.619 habitantes, divididos em seis municípios. A cidade de Telêmaco Borba tem 65.797 habitantes e o seu desenvolvimento está intimamente ligado à necessidade de o Brasil ser autossuficiente na produção de papel. Em 1941, a fabricação de papel ficou ao encargo dos industriais que instituíam as Indústrias Klabin do Paraná Papel e Celulose S/A na fazenda Monte Alegre. Com os problemas com moradias clandestinas no entorno da fábrica, iniciou-se, do lado oposto à fábrica com relação ao rio Tibagi, o loteamento de 300 alqueires de terra, que se chamou "Mandaçaia" e mais tarde foi batizado como "Cidade Nova". Somente em 1964 a cidade foi emancipada de Tibagi, município de origem (IPARDES, 2007).

A microrregião de Jaguariaíva conta com 100.036 habitantes distribuídos em quatro municípios. A cidade de Jaguariaíva apresenta 31.865 habitantes. O seu surgimento, de acordo com os historiadores, se deu devido ao Caminho das Tropas, uma rota de tropeiros que ligava a região Sul do Brasil a Sorocaba, em

São Paulo, no século XVIII, caminho no qual a região servia como um ponto de parada.

A microrregião de Ponta Grossa tem 419.469 habitantes, em quatro municípios. A cidade de Ponta Grossa, com 306.351 habitantes, é a principal cidade. Ponta Grossa é considerada área propícia para o desenvolvimento da pecuária. Os Campos Gerais tornaram-se, já no século XVIII, passagem obrigatória na rota do comércio que levava gado e muares do Rio Grande do Sul para o abastecimento de São Paulo e das Minas Gerais. A cidade recebeu, ainda no final do século XIX, um número considerável de imigrantes russos-alemães e, no decorrer dos anos, foram surgindo outros grupos, entre eles poloneses, alemães, russos, italianos, sírios, austríacos e portugueses (IPARDES, 2004b e 2007).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Gremaud e Braga (2006), a compreensão das alterações da economia regional é a base para o entendimento das modificações ocorridas em termos nacionais. O pressuposto é o de que a principal diferença, quando se analisa o aspecto da economia regional em relação à economia nacional, se dá, sobretudo, pela ausência de barreiras em relação à migração e à circulação de bens, de serviços e de capital. Essa maior mobilidade de recursos entre regiões pode determinar a influência de uma área sobre as demais, em relação à atração de recursos produtivos ou a domínio de mercados, em virtude de dotações diferenciadas de recursos naturais, de tamanho de mercados consumidores, de qualificação de mão de obra, entre outras.

No conjunto de teorias clássicas de desenvolvimento regional prevalece a concepção da existência de uma atividade motriz de caráter exógeno capaz de influenciar, por meio de encadeamentos, as demais atividades econômicas. É o chamado paradigma “*centro-abaixo*”, paradigma que se baseia na presença de forças impulsoras advindas das regiões centrais, ou seja, uma força externa (exógena) a se instalar na região para desencadear o processo de desenvolvimento. Nessa definição enquadram-se, principalmente a Teoria de Base de Exportação, o Modelo de Causação Circular Cumulativa e a Teoria de Polos de Crescimento (SILVA, RIPPEL e FERRERA de LIMA, 2000; REZENDE, FERNANDES e SILVA, 2007). Essas teorias, porém, por tratarem

da interferência externa (exógenas), não será objeto de aprofundamento deste estudo, e sim as teorias relacionadas com as mudanças provocadas por mecanismos internos (endógenos).

Com base no conjunto de informações inicialmente apresentadas na introdução e na caracterização do problema e, posteriormente, na apresentação das mesorregiões, percebe-se que o desenvolvimento econômico e social nas diferentes regiões do Estado do Paraná não se distribui de forma homogênea no espaço. Daí a grande importância dos estudos relacionados à distribuição espacial do desenvolvimento econômico, social e institucional. Desta forma, este capítulo contém a revisão de literatura e o modelo teórico.

3.1. Aspectos da Teoria Clássica do Desenvolvimento Regional

Logo após a II Guerra Mundial, a base teórica para as políticas de desenvolvimento regional eram os modelos e os estudos tradicionais sobre a localização industrial. Esses modelos e estudos, de origem alemã, com Von Thunen (1826), com Weber (1909), com Losch (1940) e com Christaller (1966), juntamente com os modelos teóricos desenvolvidos nos Estados Unidos (Isard, 1956), são conhecidos na literatura sobre economia regional como *as teorias clássicas da localização das atividades econômicas*. Essa concepção teórica destaca o papel dos custos dos transportes, a disponibilidade das matérias-primas e a dimensão dos mercados como determinantes da “localização ótima” das indústrias em algumas regiões. As economias externas, desenvolvidas inicialmente por Marshall (1890), decorrentes da aglomeração de atividades numa determinada região são, de forma geral, negligenciadas por essa teoria.

Segundo Krugman (1991), as teorias clássicas sobre localização encontram limites para o entendimento dos processos de concentração das atividades em uma dada região. Esses limites derivam do caráter metodológico (estático) dessas teorias. De acordo com o referido autor, para entender o complexo processo de concentração das atividades econômicas em uma mesma região é necessária uma análise dinâmica de tais processos.

No entender de Amaral Filho (2002), as teorias tradicionais sobre localização rivalizavam com as teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomerações. Tais teorias são fortemente influenciadas pelas concepções marshallianas, por considerarem as economias externas como determinantes para a explicação da aglomeração industrial, e keynesianas, por defenderem a necessidade de intervenção externa na economia. Dentre os autores da abordagem teórica sobre desenvolvimento regional, destacam-se Perroux (1955), North (1955), Myrdal (1972) e Hirschman (1958).

Esse conjunto de teorias constata que o desenvolvimento econômico não se distribui de forma homogênea no espaço, visto que as disparidades de renda e de crescimento econômico são indícios da existência de características específicas em cada região. Essa constatação levou diversos autores a analisarem a distribuição espacial do desenvolvimento econômico. Um primeiro conceito fundamental a balizar o conhecimento sobre o desenvolvimento econômico regional é o conceito de Espaço Econômico, cujo primeiro conjunto de abordagens, de autores como Von Thünen (1826), Weber (1909) e Lösch (1940), concentrava-se, basicamente, em entender como as atividades econômicas se distribuíam no meio geográfico.

Von Thünen (1826) desenvolveu a sua análise, que ficou conhecida como os Anéis de Von Thünen. Assim, ele visava explicar como se desenvolvia o distanciamento das atividades agrícolas do centro do mercado, tendo como objetivo a maximização da renda da terra. Isso se daria devido ao aumento dos custos de transporte, fazendo com que as culturas mais nobres tenderiam a ocupar as localizações mais próximas ao núcleo central, reservando as partes externas às culturas de menor rendimento, mas com custos de transporte inferiores.

Weber (1909) teve como foco as razões da localização industrial, ressaltando o papel dos custos de transporte, de matérias-primas e de produtos acabados e o deslocamento da mão de obra, em função da localização daqueles e dos mercados consumidores. Por sua vez, Lösch (1940) apresentou a Teoria sobre Sistemas de Cidades, que, a partir de hipóteses como planície homogênea,

população igualmente distribuída por todo o território sob análise, existência de economias de escala e concorrência perfeita, indicava que as atividades econômicas estariam no centro das áreas de mercado, que eram uniformes e combinavam escala e custo de transportes.

Christaller (1966) desenvolveu a Teoria dos Lugares Centrais, com a noção de centralidade urbana. A ideia principal era de que os espaços econômicos se organizariam, de forma natural, em um centro econômico. Desta forma, seria possível hierarquizar as regiões econômicas de acordo com a sua posição geográfica. Assim, os obstáculos naturais e de infraestrutura seriam fundamentais para determinar maior ou menor centralidade de um produto e de uma cidade. Quanto menores fossem os custos econômicos associados à distância, maiores seriam as possibilidades de um bem ou serviço vir a se constituir como central.

Perroux (1977) em meados de 1940, desenvolveu a Teoria de Polo de Crescimento ou desenvolvimento, explicando as razões do processo de concentração e o papel das empresas líderes, indústrias motrizes e indústrias-chave (capazes de gerar efeitos de encadeamento e de integração) no processo de crescimento regional ou local.

A Teoria dos Polos de Crescimento descreve uma propriedade da economia industrializada, propriedade segundo a qual as diferenças de dinamismo entre indústrias se refletem na sua capacidade para absorver recursos financeiros e para induzir transações, funcionando como condutoras – motrizes, na sua expressão – da formação de impulsos de crescimento. Esses impulsos de crescimento não se distribuem, porém, de forma homogênea pelo espaço econômico, mas de forma concentrada (PERROUX, 1977).

Assim, a inserção de uma atividade motriz, *vis-à-vis*, representada pelo segmento da indústria dentro de um sistema regional, suscitará externalidades à região receptora. À medida que esses efeitos vão se concentrando, a atividade motriz se tornará um polo propulsor da economia na região. O desenvolvimento, nesse caso, dependerá do nível e da qualidade dos efeitos positivos e negativos desse segmento. Desta forma, torna-se necessária a realização de ações que

promovam os efeitos positivos, sob pena de conduzir a economia regional a uma situação de estrangulamento caso haja concentração de efeitos negativos (PERROUX, 1982).

Segundo Pires (2001), a aglomeração territorial de indústrias motrizes acaba determinando o surgimento de um polo industrial complexo que, a partir da intensificação das atividades econômicas, gera novos padrões de consumo, promovendo o aumento de necessidades coletivas (como habitação, transportes e serviços públicos), colaborando também para a formação de empresários e de trabalhadores qualificados. A constituição desses polos industriais acabaria modificando o meio geográfico, gerando uma acumulação de recursos, tanto materiais quanto humanos, que seria traduzida pelas disparidades inter-regionais.

Myrdal foi um dos autores centrais da formulação do modelo de Causação Circular Cumulativa, cujo foco eram as relações estabelecidas entre espaços desequilibradamente desenvolvidos, que acarretariam uma trajetória de crescente agravamento das disparidades matriciais nos níveis de desenvolvimento. No seu estudo analisando comparativamente os níveis de desenvolvimento econômico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, Myrdal (1972), constata três situações simultâneas: i) existe um pequeno número de países prósperos e uma grande quantidade de países extremamente pobres; ii) os países prósperos encontram-se em processo de desenvolvimento contínuo; iii) enquanto os países pobres defrontam-se com um nível médio e lento de desenvolvimento, quando não estão estagnados ou mesmo em retrocesso. E, em geral, as desigualdades econômicas entre os dois grupos de países têm aumentado. Myrdal (1972) vai de encontro à assertiva liberal de que o equilíbrio estável da economia seria garantido pelos mecanismos de mercado e que, nas relações de comércio entre países ou entre regiões de níveis de desenvolvimento diferentes, haveria uma tendência à igualação dos custos e da produtividade dos fatores produtivos, propiciando que ambos os países avançassem em termos de desenvolvimento. Ele afirma que as forças de mercado em atuação tendem a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais.

A base teórica da sua contestação parte da premissa de que existe um processo de causação circular cumulativo, processo cujos efeitos surgem de mudanças sociais ou econômicas primárias, mudanças que estariam na essência da explicação do porquê ocorrem e se ampliam as desigualdades entre países e entre regiões prósperas e pobres, e, conseqüentemente, da disparidade entre os seus respectivos níveis de desenvolvimento. Observar esse processo constituiria o procedimento mais adequado para a análise de tão crucial questão, que é a interseção das curvas de demanda e de oferta a um preço de equilíbrio automaticamente determinado pelo mecanismo do mercado (SANTOS, 2002).

Hirshman (1958), com os seus Efeitos para Frente e para Trás, argumenta que o desenvolvimento é, por natureza, desequilibrado e que determinadas regiões devem ser polos de crescimento, polos que serão estendidos para outras regiões, por meio de uma cadeia de desequilíbrios.

Por sua vez, a Teoria da Base de Exportação considera o processo de exportação como a principal força desencadeadora do processo de desenvolvimento da região. O crescimento, nessa teoria, depende da dinamicidade das atividades econômicas básicas ou de exportação que, por sua vez, incentivam o desenvolvimento de atividades complementares (não básicas). As atividades básicas são motoras, pois são fortalecidas pelo comércio inter-regional e drenam rendas de outras regiões, sendo assim a força motriz da economia. Por serem mais ampliadas e diversificadas, as atividades básicas exercem um maior impacto sobre o emprego nas atividades não básicas, que, além de serem suporte às atividades básicas, são também voltadas ao comércio intrarregional, conforme Oliveira e Lima (2003) e Piffer (1999).

Nas décadas subseqüentes, aspectos não tangíveis, fundamentados na cultura local, no comportamento da sociedade civil, na organização institucional e produtiva, bem como nas novas formas de competição e de cooperação, começam a ganhar importância na explicação do desenvolvimento regional ou local.

Com isso, a capacidade de a sociedade liderar o seu próprio desenvolvimento econômico, condicionando-o à mobilização dos fatores

produtivos disponíveis na sua área e ao seu potencial, traduz a forma de desenvolvimento regional denominado endógeno. Assim, o sucesso econômico de cada país ou região passa a depender da capacidade de se especializar naquilo que consiga estabelecer vantagens comparativas efetivas e dinâmicas, decorrentes do seu estoque de atributos e da capacidade local de promoção continuada da sua inovação (BENKO, 1999).

Dessa forma, tem-se a ideia de que o desenvolvimento está enraizado nas condições locais, sejam elas materiais ou imateriais, alterando o foco do planejamento regional, direcionando-o para a localidade.

Em oposição ao conjunto de teorias clássicas, surgiram outras teorias, como as teorias do desenvolvimento regional endógeno, que embasam este estudo.

3.2. Modelo Teórico

3.2.1. A Teoria do Desenvolvimento Regional Endógeno

A concepção teórica do desenvolvimento endógeno surgiu das transformações ocorridas nas teorias de desenvolvimento regional nos últimos trinta anos. Essas transformações foram provocadas pela crise e pelo declínio de regiões tradicionalmente industriais e pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais. Esse fato tem sido observado desde o fim da década de 1980. Isso se dá ao mesmo tempo em que ocorre um movimento de extroversão por parte das empresas (subcontratações, alianças e fusões) e dos países (abertura comercial e aumento do volume do capital em circulação mundial), conforme Rezende, Fernandes e Silva (2007). Neste contexto, a endogenia é o conceito que unifica os termos *desenvolvimento local*, *desenvolvimento regional* e *desenvolvimento territorial*, usados tantas vezes como sinônimos, apesar das suas nuances de significados (ROSA, 2004).

A teoria do desenvolvimento endógeno pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial que constituem o

capital social de uma região. Desta forma, a contribuição da teoria endogenista foi a de identificar quais fatores de produção atualmente decisivos – como capital social, capital humano, conhecimento, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e informação – eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Por conseguinte, logo se conclui que as regiões dotadas desses fatores (ou que estivessem estrategicamente direcionadas para desenvolvê-los inteiramente) teriam as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado (SOUZA FILHO, 2002).

Para melhor compreensão do modelo de desenvolvimento endógeno, faz-se necessário reportar-se aos primeiros modelos neoclássicos de crescimento econômico, em que o progresso tecnológico era considerado um elemento exógeno, ou seja, não explicado dentro do próprio modelo. Desta forma, o progresso tecnológico era um dado do problema e explicado por fatores externos aos próprios modelos. As inovações, entretanto, não surgem do nada. Pelo contrário, elas necessitam ser criadas, segundo Aghion e Howitt (1998), pelos seres humanos, operando no intervalo normal das suas motivações, no processo de tentar resolver problemas de produção, de aprender a partir da experiência, de encontrar novas e melhores formas de fazer as coisas, de lucrar com a abertura de novos mercados. Nesse aspecto, a inovação é, assim, um processo social.

Desta forma, poder-se-ia caracterizar que o objetivo principal da teoria do crescimento endógeno é investigar e compreender a ação recíproca entre conhecimento tecnológico e várias características estruturais da economia e da sociedade, e quanto esta atuação recíproca resulta em crescimento econômico. Assim, pode-se conceituar que o crescimento endógeno é o crescimento econômico gerado por fatores dentro do processo de produção (isto é: mudanças tecnológicas induzidas, rendimentos crescentes, economias de escala etc.) em oposição a fatores externos (exógenos) tais como os acréscimos populacionais.

Nas suas contribuições para um novo paradigma do desenvolvimento territorial, Boisier (1999) analisa as questões do desenvolvimento endógeno e do desenvolvimento exógeno. Enquanto o desenvolvimento endógeno se origina na própria região, em uma situação de endogenia, o desenvolvimento exógeno lhe

seria imposto a partir do exterior. Para o autor, os governos regionais, para serem atores relevantes do desenvolvimento das suas regiões, devem ser capazes de não apenas conduzir o processo, mas também de estimulá-lo, como agentes catalisadores com capacidade para gerar sinergia a partir do encontro de agentes individuais. Essa capacidade dos governos regionais é importante, como vantagem estratégica das regiões, à medida que se intensifica a mobilidade espacial do capital.

Assim, neste novo contexto, as novas ideias que procuram explicar por que alguns países e regiões crescem e se desenvolvem mais rapidamente do que os demais enfatizam o conhecimento como um fator de produção separado e a importância de investimentos na criação do conhecimento e nas atividades de Pesquisa e Desenvolvimento. Segundo Haddad (2004), pessoas qualificadas são fundamentais para a descoberta de novos conhecimentos, pois delas depende inventar novos produtos e novos processos tecnológicos, operar e manter equipamentos mais complexos, usar eficientemente novos produtos e novos processos etc. É por meio do capital humano e das habilidades de um país ou de uma região que se determina o seu crescimento econômico no longo prazo e as suas chances de transformar esse crescimento em processos de desenvolvimento. É a localização e a implantação de novas atividades econômicas numa determinada região que poderá elevar os seus níveis de produção, de renda, de emprego e da base tributável a um ritmo mais intenso do que o crescimento da sua população, sem que, entretanto, ocorra um processo de desenvolvimento econômico e social. Os valores *per capita* do produto e da renda regional se expandem, denotando, basicamente, que a área de influência das novas atividades estará vivendo uma etapa favorável na sua trajetória de crescimento econômico e que, em média, estará havendo um aumento na quantidade de bens e de serviços à disposição dos seus habitantes. Se as taxas de crescimento do PIB e da renda *per capita* da região se mantiverem positivas e elevadas por um longo período, então foi encontrada uma alternativa de expansão sustentada da sua economia.

Esse processo de crescimento econômico irá depender, principalmente, da capacidade de a região atrair recursos (financeiros, tecnológicos etc.) nacionais e

internacionais, públicos e privados, por intermédio de diferentes modalidades (negociação de projetos, transferências intergovernamentais de natureza não constitucional etc.). Dependerá, também, dos impactos que as políticas macroeconômicas (monetária, cambial, fiscal) e setoriais (transporte, energia etc.) terão sobre a economia regional. Essas políticas, comandadas principalmente pelo Governo Federal, geram condições externas às decisões regionais que podem ou estimular ou retardar o crescimento econômico da região, de acordo com os rebatimentos específicos dessas políticas sobre a sua estrutura produtiva. Quase sempre essas políticas são, por si só, predominantes e capazes de explicar o crescimento econômico e a evolução da renda de uma determinada região.

Por outro lado, o processo de desenvolvimento de uma região, que pressupõe o seu crescimento econômico, dependerá, fundamentalmente, da sua capacidade de organização social e política, que se associa ao aumento da autonomia regional para a tomada de decisões, ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo seu processo de crescimento regional, a um crescente processo de inclusão social, a um processo permanente de conservação e de preservação do ecossistema regional. Essa capacidade de organização social da região é o fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento, por meio de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional (BOISIER, 1992).

Segundo essa concepção de Boisier (1992), o desenvolvimento de determinada região pressupõe a existência de um crescente processo de autonomia decisória; uma crescente capacidade regional de captação e de reinversão do excedente econômico; um crescente processo de inclusão social (inclusive digital); uma crescente consciência e ação ambientalista; uma crescente sincronia intersetorial e territorial do crescimento; e uma crescente percepção coletiva de pertencer à região.

Alguns dos analistas, entre eles Furtado (1982) e Boisier (1992), que estudaram os problemas de regiões que acumularam um grande atraso

econômico, ou que perderam o seu dinamismo, estão convencidos de que o desenvolvimento não se limita à expansão da capacidade produtiva (mais investimentos em projetos de infraestrutura econômica ou em projetos diretamente produtivos). Entendem eles que o verdadeiro desenvolvimento de uma região ocorre, principalmente, por meio de um processo de ativação, ou seja, de mudanças ou amadurecimento institucional e de canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade dos seus habitantes.

Assim, o desenvolvimento ocorrerá quando, na sociedade local, se manifestar uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas. Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência dos seus problemas e se empenha em resolvê-los.

Neste contexto, Boisier (1992) argumenta que o desenvolvimento de uma região ou localidade, no longo prazo, depende profundamente da sua capacidade de organização social e política para modelar o seu próprio futuro, ou seja, do processo de desenvolvimento endógeno, o que se relaciona, em última instância, com a disponibilidade de diferentes formas de capitais intangíveis na região ou localidade. O Quadro 4 apresenta cinco formas de capital intangíveis e as suas respectivas especificações. Além desses, Boisier (2000) menciona, ainda, como capitais intangíveis: o capital cultural, o capital cognitivo e o capital simbólico. Assim, portanto, dentro dessa concepção, para que a região consiga transformar o crescimento econômico em desenvolvimento de longo prazo, será necessária a perfeita mobilidade desses capitais. Assim, é preciso aliar o estoque de conhecimentos e de habilidades com a prática de políticas democráticas, de confiança e de cooperação.

O conceito de desenvolvimento endógeno pode ser mais bem compreendido em situações de assimetria no retrocesso econômico. Assim, se uma economia desenvolvida se atrofia ou involui por causa de um evento exógeno (por exemplo, países da Europa após a II Grande Guerra) e assume os indicadores de renda *per capita*, de comércio e de produtividade típicos de uma

economia subdesenvolvida, quando recebe novos estímulos e incentivos (Plano Marshall), a sua reação é rápida e acelerada, por causa da sua capacidade endógena de mobilizar capitais tangíveis e intangíveis para promover a retomada do desenvolvimento econômico e social.

Quadro 4 - Formas de capital determinantes do processo de desenvolvimento regional.

Formas de Capital	Especificação
1. Capital Institucional	As instituições ou organizações públicas e privadas existentes na região: o seu número, o clima de relações interinstitucionais (cooperação, conflito, neutralidade), o seu grau de modernidade.
2. Capital Humano	O estoque de conhecimentos e habilidades que possuem os indivíduos que residem na região e a sua capacidade para exercitá-los.
3. Capital Cívico	A tradução de práticas de políticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação pessoal com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas etc.
4. Capital Social	O que permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum.
5. Capital Sinérgico	Consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular, de forma democrática, as diversas formas de capital intangível disponíveis nessa comunidade.

Fonte: Boisier (2000).

O processo de desenvolvimento endógeno é concebido e implementado a partir da capacidade de que dispõe determinada comunidade para a mobilização

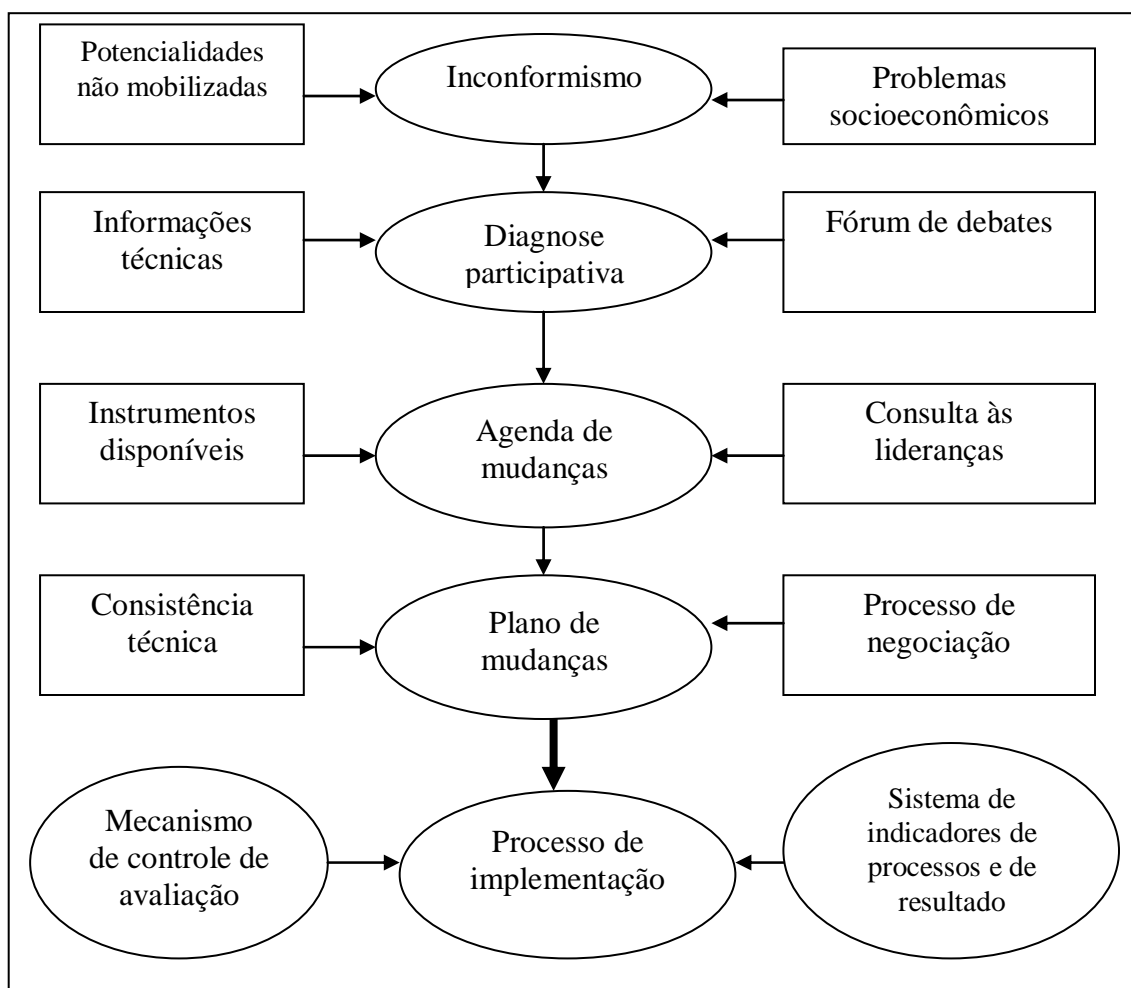
social e política de recursos humanos, materiais e institucionais, em uma determinada localidade ou região. Segundo Haddad (2004c), a razão por que algumas regiões crescem e se desenvolvem mais rapidamente do que outras está em que elas enfatizam o conhecimento no processo produtivo. O capital humano e as habilidades de uma região determinam o seu crescimento econômico no longo prazo e as suas chances de transformar esse crescimento em processos de desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento de uma região, para Haddad (2004c), dependerá, fundamentalmente, da sua capacidade de organização social e política para modelar o seu próprio futuro, ou seja, de endogenia. Ele ocorre quando, endogenamente, se manifesta uma energia capaz de estruturar recursos tangíveis (capital físico, capital natural) e intangíveis (capital social, capital humano e capital institucional), que se encontravam latentes ou dispersos.

A Figura 4 apresenta as etapas de um processo de desenvolvimento endógeno, desenvolvimento que se inicia, basicamente, com um processo de inconformismo da comunidade local, pois, enquanto não houver esse tipo de manifestação, não se dará o *start* desse processo. Assim, a primeira etapa constitui-se na organização e na estruturação do inconformismo.

Segundo Haddad (2008), não há desenvolvimento onde não há inconformismo com relação ao mau desempenho dos indicadores econômicos, sociais e de sustentabilidade ambiental. Ocorre que enquanto houver conformismo, apatia ou a passividade dos habitantes de um município ou região, então é porque a dinâmica de organização social e política ainda não se faz presente.

A segunda etapa consiste em diagnosticar, técnica e politicamente, as razões e as causas do mau desempenho desses indicadores. Não se trata apenas de preparar documentos elaborados por especialistas, mas, principalmente, de conscientizar as lideranças políticas e comunitárias sobre o que deve ser feito para transformar as condições atuais, visando obter melhores índices de desenvolvimento humano, de competitividade econômica etc.



Fonte: Haddad (2008).

Figura 4 - Etapas de um processo de desenvolvimento endógeno.

A terceira etapa envolve a transformação de uma agenda de mudanças em um plano de trabalho de mudanças, ou seja, um Plano de Ação. O que está em questão é um plano de trabalho que seja não somente tecnicamente consistente, mas essencialmente gerado a partir de uma intensa mobilização dos segmentos da sociedade civil, em regime de pacto e de parceria com as autoridades e com instituições locais e supralocais, ou seja, está em questão um modelo de gestão participativa.

A quarta etapa consiste no processo de implementação das etapas anteriores, por meio da criação de mecanismos de controle e avaliação, formados por um conjunto de indicadores de processos e de resultados.

E, tendo como referencial a regionalidade, o desenvolvimento por endogenia implica a capacidade sinérgica de gerar valor agregado com retenção do excedente econômico local, além de impulsionar a atratividade no excedente de outras regiões. Para melhor exemplificar este contexto, Pedro Filho (2009) cita a estruturação do ecoturismo no Estado de Rondônia em áreas indígenas, estruturação a qual, uma vez edificada pela endogenia, resultaria na evolução das disponibilidades existentes em uma Reserva Indígena, enquanto induz ao aproveitamento do novo cenário a) para a própria qualidade de vida nas tribos; b) para elevar o padrão de vida dos índios; e c) motivar a visitação por interessados, atraídos pelo turismo exótico oferecido pelos anfitriões tribais. Desta forma, o resultado seria a geração de emprego e renda, com progresso regionalizado garantido por aglomeração de firmas voltadas para o lazer, entretenimento e serviços diversos no cenário periférico.

Neste contexto, Boisier (1999) é categórico ao afirmar que:

[...] no hay ninguna receta que garantice el éxito en materia de desarrollo. Pero sé hay por lo menos dos afirmaciones ciertas: si el desarrollo se encuentra em nuestro futuro, no será con las ideas del pasado que lo alcanzaremos; si el desarrollo es un producto de la propia comunidad, no seran otros sino sus propios miembros quienes lo construyan (BOISIER, 1999, p. 89).

Rosa (2004) focalizou atores locais para o fenômeno de endogenia, como sinônimos de laços cooperativos. É seguindo essa mesma lógica que Haddad (2004c) explicita a razão para a qual, em alguns países, o desenvolvimento é mais rápido e eficaz do que em outros; para ele, o capital humano e as suas habilidades e o capital social são determinantes para a transformação processual do desenvolvimento; afirma que a endogenia é a própria capacidade de articulação na via da cultura regional. Desta forma, analisa-se o desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva endógena, isto é, dando ênfase nos fatores

internos à região capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para toda a sociedade.

Segundo Oliveira e Lima (2003), quando se pensam e se discutem questões sobre o desenvolvimento regional, tem-se que, antes de qualquer iniciativa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento. O desenvolvimento deve ser entendido como um processo complexo de mudanças e de transformações tanto de ordem econômica, política e, mas principalmente, humana e social. Segundo Oliveira (2002), o desenvolvimento nada mais é que o crescimento, ou seja, são os incrementos positivos no produto e na renda que são transformados para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, alimentação, educação, transporte, habitação, lazer, dentre outras.

Segundo a concepção de Sthor e de Taylor (1981), o desenvolvimento centrado na ideia de baixo para cima, ou o paradigma desde baixo¹, tem como meta o desenvolvimento pleno das potencialidades e das habilidades humanas da sociedade local. Dentro dessa lógica, para Andrade (1997), o paradigma de desenvolvimento centrado na perspectiva de baixo para cima requer, para a sua construção, que:

[...] critérios alternativos de destinação de fatores, substituindo o princípio de máxima rentabilidade, pelo de mobilização integral de recursos; critérios alternativos de intercâmbio de produtos, substituindo o princípio predominante de vantagens comparativas, pelo de benefícios obtidos pelo comércio; formas específicas de organização social e econômica (desenvolvimento rural e de aldeias, uso de tecnologias intensivas em mão-de-obra através de projetos pequenos e medianos) com destaque para a organização territorial; e uma mudança no conceito de desenvolvimento, que abranja metas sociais mais amplas, com uma motivação endógena. (ANDRADE, 1997, p. 19-20).

Dentro deste contexto, Sthor e Taylor (1981) levantaram quatro hipóteses essenciais que norteiam o paradigma do desenvolvimento desde baixo:

¹ Desenvolvimento endógeno.

- a) as disparidades regionais são consequências negativas de uma integração econômica de grande escala, executadas sem preparação suficiente;
- b) o conceito de desenvolvimento não deve subordinar-se a pressões de curto prazo de um mecanismo de mercado ou de influências externas, devendo obedecer às especificidades locais de natureza cultural e institucional;
- c) o impulso da formulação e de execução do desenvolvimento deve ser originado das respectivas comunidades, descartando a ideia de que as comunidades de pequena escala só podem atingir o desenvolvimento por intermédio de outras regiões de maior nível de desenvolvimento;
- d) necessidade de uma maior autodeterminação nacional e regional.

Essas hipóteses apontam a necessidade de as políticas macroeconômicas privilegiarem os elementos locais para promover o desenvolvimento, visando ao aproveitamento pleno dos recursos humanos, ambientais e institucionais da região.

Segundo Boisier (1989), para que seja possível entender o processo de desenvolvimento regional deve-se dar uma atenção especial a um conjunto de elementos, que ele chamou de macroparâmetros. Assim, eles são os que delimitam o âmbito do planejamento do desenvolvimento regional em termos de sistemas de organização econômica, de estilos de desenvolvimento e dos conceitos hoje dominantes sobre o desenvolvimento econômico. Desta forma, o que está sendo proposto por Boisier (1999) não substitui, mas sim complementa as teorias sobre o desenvolvimento econômico regional, que, na sua maioria, enfatizam, apenas e tão somente, a dinâmica do crescimento em uma preocupação única de responder ao “como” e não ao “por que” da ocorrência do desenvolvimento. O processo de crescimento econômico regional pode ser considerado como essencialmente originado em forças e em mecanismos exógenos à região; que depende principalmente (mas não exclusivamente) do esboço das políticas macroeconômicas, do critério que direciona a alocação de recursos entre as regiões e da demanda externa. Pelo contrário, o processo de desenvolvimento regional deve ser considerado, principalmente, como a

internalização do crescimento e, em consequência, como de natureza essencialmente endógena.

Para Boisier (1989), no longo prazo, o desenvolvimento de uma região² é explicado como resultado da interação de três forças: alocação de recursos, política econômica e ativação social. Essas forças mantêm relação de interdependência recíproca, ou seja, mantêm relações de retroalimentação. A Figura 5 demonstra essa relação.

Na primeira força, que é representada pela alocação de recursos, o desenvolvimento está associado à realidade dos recursos disponíveis e depende da participação regional no uso dos recursos nacionais e estaduais. Esse fator tem a ver com o processo de alocação inter-regional dos recursos e relaciona as decisões que pertencem ao âmbito exclusivamente controlado pelo Estado. E, por assim dizer, é essencialmente exógeno à região e tem características predominantemente centralizadas.

A segunda força, que é representada pelas ações das políticas econômicas e setoriais, está relacionada aos efeitos das políticas macroeconômicas e setoriais, isto é, depende da ação do governo federal, que pode afetar positiva ou negativamente a região. A política econômica pode agir como coadjuvante do processo de crescimento econômico, indo na mesma direção ou pode vir na direção oposta e freá-lo. Semelhante ao processo anterior, essa força depende de decisões iniciais tomadas pelo Estado, força que é exógena à região.

Por último, mas não menos importante, a terceira força, que é representada pela ativação social, em que o desenvolvimento regional depende da ativação social da população local, quer dizer, da capacidade da região em criar um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais suficientes para direcionar o crescimento, desencadeado por forças exógenas, para atingir o desenvolvimento no sentido estrito da palavra. A ativação social é, portanto, uma força endógena em essência.

² As regiões, na análise de Boisier (1989), são expressões territoriais de grupos sociais com história, consciência e expressão política, em outros termos, não são objetos, e sim sujeitos do processo de planejamento.



Fonte: Boisier (1989).

Figura 5 - Funções, Dimensões e Retroalimentação no Planejamento Regional.

Essa terceira força, ao contrário das duas primeiras, é completamente endógena e está associada: ao aumento da autonomia de decisão da região; ao aumento da capacidade regional para reter e para reinvestir o excedente gerado pelo processo de crescimento; a uma permanente e crescente melhora social (qualidade de vida).

Com o predomínio da racionalidade econômica, como expressão máxima do sistema mundial e produtor de mercadorias, no capitalismo, segundo Kurz (1992), a variável social tende a ser negligenciada, a ponto de aparecer nas políticas econômicas tradicionais apenas como notas de rodapé. Sendo a social uma variável fundamentalmente endógena, é evidente que a sua marginalização, consciente ou não, é decisiva para explicar o sucesso ou o fracasso das intervenções.

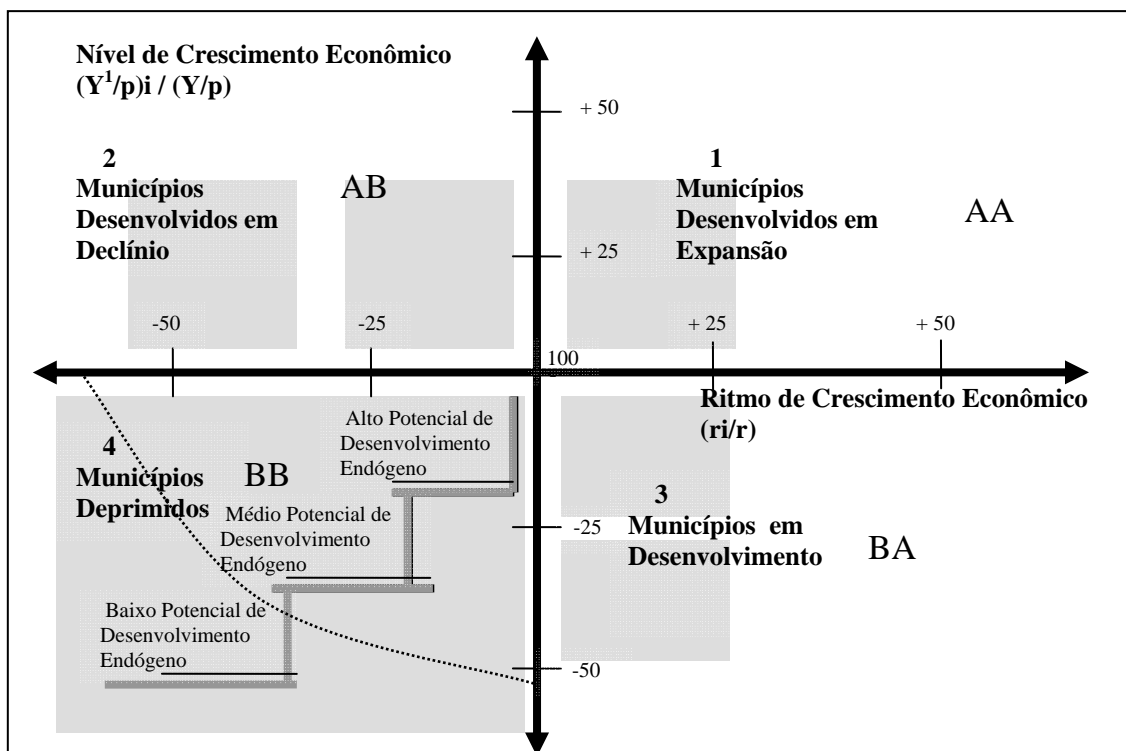
3.2.2. Regionalização do processo de desenvolvimento endógeno

3.2.2.1. Caracterização das regiões economicamente deprimidas

Segundo Lemos (2004), a análise regional estabelece que uma região possa ser classificada segundo os objetivos e segundo os critérios para a sua delimitação. Por sua vez, o objetivo dessa regionalização pode se dar para fins de análise ou para fins de planejamento. Desta forma, o critério a ser adotado para o processo de uma regionalização pode ser por meio da homogeneidade ou da heterogeneidade do potencial endógeno. E, a partir da combinação destas dimensões, tem-se a classificação das regiões deprimidas, não somente em relação aos aspectos econômicos, mas, sobretudo, do ponto de vista do potencial endógeno, ou seja, aquelas regiões que, além de não apresentarem potencial econômico, também não apresentaram, na sua composição local, um conjunto de elementos capazes de reverterem ou de modificarem um estado de acomodação e de conformismo frente a uma dada situação de estagnação econômica e social.

Seguindo essa metodologia, primeiramente faz-se necessário estabelecer quais municípios seriam classificados como economicamente deprimidos considerando somente as variáveis econômicas, para, posteriormente, estabelecer o nível de potencial endógeno dos municípios economicamente deprimidos. Desta forma, a Figura 6 representa as possibilidades de combinação entre o nível de crescimento econômico e o ritmo de crescimento econômico. Na Figura 6, o cruzamento dos eixos – o ponto 100 – equivale à média estadual das duas variáveis.

Essas hipóteses apontam a necessidade de as políticas macroeconômicas privilegiarem os elementos locais para promover o desenvolvimento, visando ao aproveitamento pleno dos recursos humanos, ambientais e institucionais da região.



Fonte: Adaptado de BRASIL (2009).

Figura 6 – Possibilidades de combinações segundo o Nível de Crescimento e o Ritmo de Crescimento Econômico.

Pelo cruzamento dessas duas variáveis, verifica-se que:

- (1) Municípios Desenvolvidos em Expansão: são aqueles com o nível de crescimento e o ritmo de crescimento econômico acima da média estadual, situação, na Figura 6, representada por AA;

- (2) Municípios Desenvolvidos em Declínio: são aqueles com o nível de crescimento econômico acima da média estadual, porém seu ritmo de crescimento econômico está em declínio, abaixo, portanto da média estadual, situação, na Figura 6, por AB;

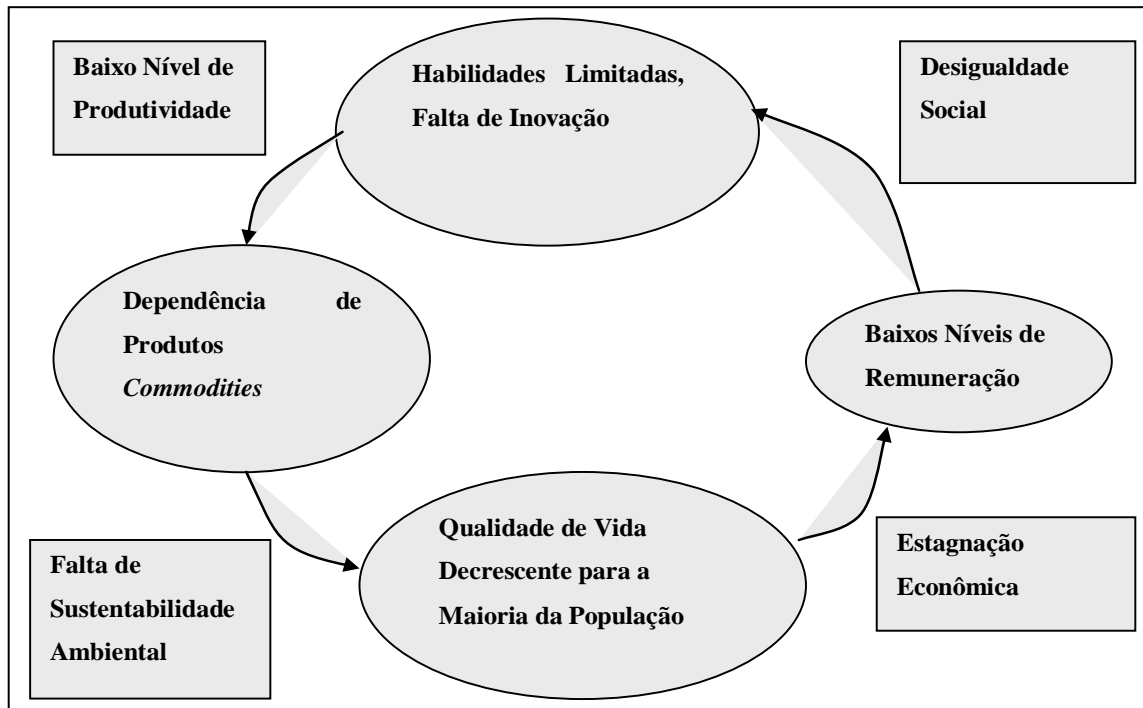
- (3) Municípios em Desenvolvimento: são aqueles com ritmo de crescimento econômico em expansão, porém com nível de crescimento econômico abaixo da média estadual, situação, na Figura 6, representada por BA;

- (4) Municípios Deprimidos: são aqueles com nível de crescimento econômico e ritmo de crescimento econômico ambos abaixo da média estadual e que não apresentaram reações positivas de crescimento econômico ao longo dos diferentes ciclos de expansão da economia estadual, situação, na Figura 6, representada por BB. Posteriormente, nesse quadrante da Figura 6, serão estabelecidas subclassificações dos municípios quanto ao seu potencial de desenvolvimento endógeno.

Porter (1992), analisando as regiões (ou os municípios) que tinham as suas economias estruturadas na produção de bens e de serviços intensivos em fatores primários (recursos naturais, mão de obra qualificada ou semiquificada, fatores climáticos etc.), afirmou que eles seriam incapazes de produzirem os fundamentos de uma competitividade sustentável, bem como incapazes de prover a melhoria das condições de vida aos seus habitantes. Dentro deste contexto, as economias desses municípios tornam-se deprimidas ao longo do tempo, pois são caracterizadas por:

- sofrerem um processo de deterioração nas suas relações de troca;
- se destacam pelos valores baixos de seus indicadores sociais;
- não têm condições de sustentar o seu processo de crescimento no longo prazo;
- e apresentarem um ciclo vicioso da destruição da riqueza (Figura 7).

Assim, segundo Porter (1992), nas regiões de baixa densidade de empreendimentos são ainda mais escassas as condições básicas de dinamização dos negócios e da economia. Isso se torna mais evidente quando se trata de municípios de baixo dinamismo socioeconômico e, para que ocorram mudanças nesses municípios, é necessário, além da identificação, da mobilização e do aproveitamento dos recursos endógenos existentes nesses municípios, ocorrer, de forma concomitante, a atração, a negociação e a captação de recursos exógenos, como forma de potencializar a mobilização para o desenvolvimento das aglomerações produtivas locais.



Fonte: Adaptado de FIEMG (2000).

Figura 7 – Representação do ciclo vicioso do baixo potencial endógeno.

Nesse sentido, Boisier (1999) evidencia que o aumento da eficiência econômica e, conseqüentemente, da produtividade e da competitividade, pode não resultar, necessariamente, em aumento do bem-estar socioeconômico dos mais pobres, nem reduzir o desemprego e o subemprego significativamente nesses municípios. Nesses casos, os programas e os projetos federais e estaduais que visam, via de regra, socorrer esses municípios, precisam ser eficientes sob o aspecto econômico, com ações e medidas voltadas ao benefício dos grupos sociais de baixa renda. Outro problema enfrentado por esses municípios está associado ao crescimento econômico aliado à sustentabilidade ambiental, em que, muitas vezes, ambos não ocorrem como consequência lógica do jogo espontâneo de mercado. Assim, as ações desses programas, além de visarem à equidade social, devem buscar a sustentabilidade ambiental, para evitar que o

processo de crescimento reduza drasticamente os recursos naturais desses municípios.

Entende-se, portanto, que não poderá haver desenvolvimento na grande maioria dos municípios enquanto houver problemas sociais crônicos. Desta forma, torna-se indispensável que haja uma visão holística no processo de organização por parte dos governantes e dos líderes regionais. Neste contexto, o crescimento econômico de uma região é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental), o qual pressupõe um processo de inclusão social, com uma vasta gama de oportunidades e de opções para as pessoas. Além de empregos de alto nível e de rendas mais elevadas, é preciso que as pessoas desfrutem de uma vida longa e saudável, adquiram conhecimentos técnicos e culturais, tenham acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente.

3.2.3. Teoria do Capital Humano

O capital humano é um dos propulsores para se transformar o crescimento de curto prazo em estabilidade e em manutenção plena do desenvolvimento endógeno no longo prazo. E, para que ocorra o efetivo aumento de capital humano, segundo Schultz (1964), deve existir o investimento básico no ser humano por via da educação, porém nunca se descuidando dos investimentos em saúde, isto é, saneamento básico, água tratada, combate a doenças como verminoses, malária, dengue etc. As pessoas valorizam as suas capacidades, tanto como produtores quanto como consumidores, pelo próprio investimento que fazem em si mesmas, sendo a educação a melhor forma de investir em capital humano. Enquanto, o nível de bens de produção, composto por estruturas, equipamentos e patrimônios tem declinado, em relação à renda, o capital humano tem aumentado.

Nesse sentido, Schultz (1964) procura explicar o significado da educação, mencionando que a sua caracterização se dá por meio do ensino e do aprendizado, sendo que o seu significado decorre da extração de algo potencial

ou latente de uma pessoa, aperfeiçoando-a, moral e mentalmente, a fim de torná-la suscetível a escolhas individuais e sociais, preparando-a para uma profissão, por meio de instrução sistemática, e exercitando-a na formação de habilidades.

A instrução decorre de serviços educacionais ministrados em escolas primárias e secundárias, abrangendo o esforço de aprender. Já a educação leva a um conceito mais amplo, pois, além de produzir a instrução, progride o conhecimento por meio da pesquisa. A instrução pode produzir tanto benefícios presentes quanto futuros, sendo que, no último caso, ela passa a ter característica de investimento, afetando tanto as futuras despesas quanto as futuras rendas, passando a assemelhar-se ao investimento em outros bens de produção. Assim, sempre que a instrução elevar as rendas futuras, então ela pode gerar uma ampliação da produtividade, de modo que passa a ser considerada como investimento em capital humano, devido às habilidades adquiridas na escola, dissociando o seu progresso no crescimento econômico, uma vez que ela aumenta a capacidade de adaptação das pessoas nos momentos de flutuações de oportunidades de emprego (flutuações associadas ao crescimento econômico), servindo como estímulo à flexibilidade na realização desses reajustamentos ocupacionais e regionais (SCHULTZ, 1964).

Nesse sentido, Schultz (1964) afirma que alguns aumentos significativos na renda nacional são consequências do aumento do nível de capital humano advindo da educação, pois menciona que o fato de tratar a educação como capital humano nada mais é senão um passo à frente, um passo rumo a uma captação consciente de todo o capital. A educação é uma forma de investimento realizada com a finalidade de aquisição de capacitações que oferecem satisfações futuras, passando a fazer parte integrante da pessoa a partir do seu recebimento, ou seja, uma forma de capital humano, visto que o investimento em capital humano proporciona as externalidades positivas por meio de aumentos no nível tecnológico.

Desta forma, o capital humano pode ser definido, segundo Clemente e Higachi (2000), como a soma de habilidades dos indivíduos, pois a acumulação de capital humano é uma atividade social envolvendo grupos de pessoas em uma

forma que não tem contrapartida na acumulação de capital físico. Desde que se incorpore aos indivíduos, o capital humano é apropriado por eles.

Outro aspecto positivo abordado por Schultz (1973) decorre daquele em que a maioria do capital não humano tem uma vida produtiva mais curta do que o período direcionado ao capital humano. Assim, esse tipo de capital tende a obter resultados por períodos de tempo mais longos, tornando-se mais eficiente que as demais formas de capital. Existe, ao longo do tempo, uma forte conexão entre investimento em capital humano e o valor econômico do homem, uma vez que, quanto mais investimentos em educação, maior será a tendência de elasticidade da sua produtividade, refletindo maiores rendimentos e maior eficiência, influenciando na dinâmica e no desempenho do crescimento econômico nacional.

Tenani (2003) argumenta que não há outra maneira de um país crescer de forma sustentada senão por meio da acumulação conjunta dos dois insumos de produção: capital físico, por meio de poupança e de investimento, e capital humano, pela educação; em decorrência, afirma que capital humano e o investimento em educação não estão ligados apenas ao campo social, mas também ao campo econômico. O crescimento baseado apenas na acumulação de capital físico enfrenta difícil restrição econômica: é sujeito a retornos decrescentes de escala e, por isso, tende a se extinguir, uma vez que não é possível alocar os mesmos insumos de produção, indefinidamente, de maneira cada vez mais eficiente. No médio prazo, a produtividade marginal desses insumos diminui, exaurindo-se o crescimento econômico, que pode tornar-se insuficiente até mesmo para compensar a depreciação do capital e o crescimento da população.

Assim, os benefícios advindos do aumento do nível de capital humano estão no aumento do bem-estar (devido à produtividade do trabalho), na capacidade empreendedora, na aquisição de informações, no ajuste dos desequilíbrios inerentes ao processo de modernização, na migração para melhores oportunidades e nos ganhos em satisfação que fazem parte integrante de futuro consumo (SCHULTZ, 1987). Desse modo, esse volume de capital adquirido passa a consistir em aptidões e em informações que têm valor

econômico. Nesse sentido, torna-se possível perceber que a educação pode oferecer externalidades positivas diretas e indiretas na economia. A externalidade direta refere-se aos melhores rendimentos ao indivíduo, proporcionando, num caráter coletivo, maior crescimento econômico, enquanto a indireta proporciona maior equidade e justiça social.

Neste estudo, a teoria do capital humano estará atrelada a outros fatores que propiciem um efeito multiplicador positivo no sistema socioeconômico, tornando-se um elemento quantitativo e qualitativo. Mesmo diante dos benefícios que o capital humano pode apresentar ao contexto econômico-social, servindo como um dinamizador do crescimento econômico e aproximador de classes sociais, como apontado por diversos pesquisadores, existem algumas críticas a esses trabalhos. Entre eles cabe citar Tenani (2003), para o qual o acúmulo de capital humano não existe sem crescimento econômico sustentado. A dinâmica que surge da interação entre poupança e educação tem por efeito a influência mútua entre a produtividade do capital humano e a do capital físico, resultando em que a lei dos rendimentos decrescentes deixe de ser um fator limitante para o processo de crescimento econômico. O certo é que países que possuem um sistema educacional mais produtivo, gerando mais capital humano e mais qualificado, tendem a crescer mais rapidamente, no médio e longo prazo, e essa prática não seria diferente nos municípios.

3.2.4. Teoria do Capital Social

Não existe uma definição exata do termo “capital social”, mas indicadores associados a vários exemplos dos seus atributos englobam tanto variáveis estruturais quanto atitudinais que levam à formação de redes de cooperação visando à produção de bens coletivos e à capacidade de estabelecer laços de confiança interpessoal. A teoria do capital social elaborada por Putnam (2002) ocorreu entre 1970 e 1989 na Itália, acompanhando o processo de implantação da descentralização administrativa e o desempenho institucional dos vinte governos regionais criados nas regiões Norte e Sul daquele país. O foco da sua pesquisa

era responder ao porquê de alguns governos democráticos terem bom desempenho e outros não. Desta forma, o seu principal objetivo foi avaliar o impacto da descentralização na redução da desigualdade entre as regiões Norte e Sul da Itália.

Assim, Putnam (2002) investigou se o êxito de um governo democrático depende de quão próximo o seu meio se acha do ideal de uma comunidade cívica. Essa interrogação levou Putnam (2002) a definir que, em termos práticos, uma “comunidade cívica” tem o mesmo sentido de “capital social”, incorporando os princípios de: participação cívica; igualdade política; sentimentos de solidariedade, confiança e tolerância; e estruturas sociais de cooperação (associações). Neste contexto, para Putnam (2002), a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para os empreendimentos coletivos. Assim, o presente estudo utilizará, para avaliar a organização cívica, o critério da participação da comunidade nos conselhos municipais, seja por meio da sua formação e instalação, seja por meio da forma de constituição desses conselhos, se na forma paritária ou não.

Do ponto de vista econômico, o capital social é produto espontâneo dos jogos repetidos do dilema do prisioneiro. Na primeira tentativa não há possibilidade de obter um resultado de cooperação, mas, se o jogo é repetido, a simples estratégia de pagar com a mesma moeda (cooperação por cooperação, traição por traição) conduz os dois jogadores a um resultado de cooperação. Em qualquer situação teórica dum jogo, se os indivíduos interatuam com outro de forma repetida, eles desenvolvem uma aposta na sua reputação de honestidade e integridade (FUKUYAMA, 2000). Nesse sentido, segundo Higgins (2005), as normas de cooperação é o resultado da repetida interação comunitária.

Desta forma, a literatura acadêmica que discute a teoria do capital social parte do pressuposto de que as variáveis econômicas não são suficientes para produzir desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Afirmam os estudiosos que o crescimento econômico não produz, de forma direta, o desenvolvimento social, e alegam que as instituições e o sistema social

são elementos-chave na resolução do problema do acesso aos benefícios econômicos produzidos e da sua repartição. Por essa razão, autores como Putnam (2002), Coleman (1990) e Abramovay (2000) tratam, nos seus respectivos campos de estudo, as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo enquanto fatores fundamentais do desenvolvimento local.

Os fatores de ordem social, institucional e cultural são reconhecidos por terem impacto direto no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de melhores formas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva. Segundo Milani (2005), há muito tempo se sabe que o desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. Destaca ele que o crescimento econômico é uma variável essencial, porém não suficiente para ensejar o desenvolvimento local.

Conforme já foi apresentado e discutido no Quadro 4, para que ocorra a endogenia, ela depende da capacidade de mobilização da comunidade local, da base para o topo, para uma atuação permanente de melhoria e de desenvolvimento dos capitais, entre eles: social, humano, estrutural, ambiental e intelectual. Embora se saiba da importância e da contribuição isolada de cada tipo de capital, porém, para efeitos deste estudo, serão enfocados os aspectos do capital social como elemento de propulsão do desenvolvimento dos municípios que forem considerados, dentro da dimensão econômica, como deprimidos. Assim, dado o capital social de um município, a partir daí será definida a capacidade que o município tem de criar e de sustentar associações cívicas.

Da mesma forma que outros tipos de capitais, o capital social é produtivo e possibilita a realização e a conquista de objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse. Nesse sentido, o nível de cidadania de uma região pode ser considerado como um importante índice de desenvolvimento socioeconômico, desenvolvimento que tem, em sua base, redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, deveres e canais de informação. O capital social, na visão de Pedro Filho (2009), deve ser a base de toda estratégia de

desenvolvimento de uma região, pois, fazendo um paralelo, esse autor afirma que as regiões mais prósperas são aquelas que desenvolveram o seu capital social.

Bandeira e César (2001) se referem à importância do capital social para o desenvolvimento endógeno, mas também referem o inverso, onde o rápido crescimento pode minar o capital social e enfraquecer os padrões de convivência social. Por conseguinte, logo se concluiu que a região dotada desses fatores (ou a que está estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente) teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado, sendo:

[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

Assim, a capacidade de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis na sua área e ao seu potencial endógeno, traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno. Esse processo, para o desenvolvimento regional ou local, depende da conciliação das políticas que impulsionam o crescimento com os objetivos locais (OLIVEIRA e LIMA, 2003).

Desta forma, entende-se que o capital social é o processo e o instrumento de empoderamento do cidadão e que pode mudar as relações pessoais e os intercâmbios sociais que gerem mais redes de cooperação e de solidariedade. Assim, a elevação dos índices de capital social pode ter efeitos positivos pelo seu impacto na democracia e no desenvolvimento socioeconômico (BARQUERO, 2001). O capital social pode ser incrementado pela cultura e educação, potencializando comportamentos participativos e cidadãos. As principais variáveis do capital social são: confiança, cooperação e a participação política dos cidadãos, que colaboram para incrementar políticas públicas a fim de que elas se tornem eficazes para o desenvolvimento das comunidades.

A confiança alimenta a previsibilidade das relações sociais e, por sua vez, gera a cooperação entre as pessoas. A cooperação, por sua vez, alimenta a confiança e a reciprocidade entre os membros das associações e incrementa a participação em associações voluntárias. Sabe-se, no entanto, que a ausência de comportamentos cooperativos não colabora para promover a prática das pessoas na afiliação em associações voluntárias e no reconhecimento de aspectos positivos da cultura das regiões excluídas, em muitas comunidades. A valorização da cultura local permitiria o fortalecimento das redes de capital social e de desenvolvimento regional.

Barquero (2006) destaca que a capacidade de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional está condicionada à mobilização dos fatores produtivos disponíveis na região e ao seu potencial endógeno. Neste contexto, segundo Barquero (2006), o desenvolvimento regional terá duas dimensões no desenvolvimento regional endógeno: a econômica, que está relacionada à capacidade de organização dos fatores produtivos da sociedade local, e a sociocultural, onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região.

Cabe à área econômica procurar o melhor caminho de viabilizar o projeto, com a obtenção de recursos governamentais (públicos ou privados), oriundos de financiamento ou de subsídios de apoio, porém esses recursos deverão sempre ser aplicados como investimentos em áreas ou em subprojetos dentro do projeto maior de planejamento estratégico.

A área política deve promover a articulação de todo o processo, amarrando a área técnica com a econômica. Estão incluídos, nessa área, os poderes executivo e legislativo, em todas as suas esferas: municipal, estadual e federal, aumentando a sua participação e a sua responsabilidade conforme a proximidade com a comunidade. O ideal é que não se misture a responsabilidade e a obrigação política com interesses eleitorais, interesses que, muitas vezes, acabam desarticulando um grupo de atores inicialmente motivados. Para se manter o equilíbrio e a harmonia entre as três áreas é importante que a parceria entre as diversas instituições seja sincera, madura e participativa.

A cultura de uma comunidade pode colaborar para a elevação ou não dos estoques de capital social que possam promover a ampliação da qualidade de vida e assegurar o desenvolvimento socioeconômico.

Segundo Nazzari et alii (2004), a formação cultural local, o fortalecimento e a mobilização das culturas tradicionais, e a ampliação de uma identidade cívica podem exercer papéis importantes nas políticas e nos projetos que visem à superação do estado de pobreza e consequente integração de populações marginalizadas e excluídas. Mesmo desprovidas e carentes de bens materiais, a cultura e as tradições, com seus conhecimentos acumulados e aplicados em projetos de integração social, podem ter um papel fundamental.

As dimensões do conceito de capital social envolvem, portanto, o plano individual, social e institucional: No plano individual são desencadeados sentimentos de confiança, de reciprocidade, de identidade cívica e de previsibilidade; por sua vez, no plano social ocorrem o fortalecimento e a cooperação sistêmica, a coesão social, bem como atitudes virtuosas e padrões valorativos e éticos no espaço público; e, no plano institucional, leva ao engajamento em associações voluntárias e na vida cívica, à participação política e à horizontalidade nas relações sociais e institucionais.

4. REFERENCIAL ANALÍTICO

Com base nos elementos do referencial teórico, a estimativa para este estudo do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses levou em consideração somente os municípios que foram enquadrados como deprimidos na dimensão econômica. Conforme Haddad (2004a) e Boisier (2000), para melhor mensurar o desenvolvimento endógeno devem-se incluir variáveis que captem a contribuição do capital humano e do capital social. Neste estudo, o capital humano está contido na dimensão social, por meio dos indicadores de educação e longevidade da população, e o capital social foi captado a partir da dimensão institucional composta pela existência de conselhos municipais, pelo tipo de participação da população nesses conselhos, pela existência de plano diretor, pela existência de consórcios etc. Utilizou-se o município como unidade espacial de análise. Desta forma, um aglomerado de municípios com dados característicos permitirá a indicação de uma região deprimida, podendo essa região expressar, ao mesmo tempo, a realidade de apenas um município, bem como a de um conjunto de municípios próximos.

Inicialmente foram definidas e escolhidas as variáveis mais significativas para representar as dimensões econômicas, sociais e institucionais, além de serem utilizadas na elaboração dos indicadores síntese. Esses indicadores terão

como função destacar a posição relativa de cada município em relação à média estadual em todas as dimensões.

4.1. Dimensão Econômica

4.1.1. Indicador do nível de crescimento econômico dos municípios paranaenses - INC_{PR}

Para calcular o nível de crescimento econômico apresentado por cada um dos 399 municípios paranaenses foi construído um indicador baseado no PIB *per capita* de cada um deles. Esse indicador visa situar cada município em relação ao PIB *per capita* médio estadual, por meio da equação (1):

$$INC_{PR} = (PIB_{pci} / PIB_{pcm}) \times 100 \quad (1)$$

sendo:

PIB_{pci} = PIB *per capita* do município i ;

PIB_{pcm} = PIB *per capita* médio estadual.

4.1.2. Indicador do ritmo de crescimento econômico dos municípios paranaenses - IRC_{PR}

Para a determinação do ritmo de crescimento econômico dos municípios paranaenses foi construído, para cada município, um indicador relativo à média estadual. Para tanto se utilizou a equação (2):

$$IRC_{PR} = [((\pi / \psi) - 1) / ((K / \Phi) - 1)] \times 100 \quad (2)$$

sendo:

$\pi = PIB_{pc2006_i}$ = PIB *per capita* do município i em 2006;

$\psi = PIB_{pc1999_i}$ = PIB *per capita* do município i em 1999;

$K = PIB_{pc2006_m} = \text{PIB per capita médio estadual em 2006};$

$\Phi = PIB_{pc1999_m} = \text{PIB per capita médio estadual em 1999}.$

4.1.3. Indicador do potencial de desenvolvimento dos municípios paranaenses - IPD_{PR}

A ferramenta utilizada na construção desse indicador foi a Análise Fatorial. Utilizando como base a variância do fator e a variância total, foi elaborada a construção do fator ponderado, obtido utilizando-se a expressão (3):

$$FP_i = (\text{var}F1/\text{vartotal}) \times F1_i + (\text{var}F2/\text{vartotal}) \times F2_i + \dots + (\text{var}Fn/\text{vartotal}) \times Fn_i \quad (3)$$

sendo: FP_i – fator ponderado do município i ; $\text{var}F1$ – variância do fator 1; $\text{var}F2$ – variância do fator 2; $\text{var}Fn$ – variância do fator n ; vartotal – variância total do modelo; $F1_i$ – valor do fator 1 para o município i ; $F2_i$ – valor do fator 2 para o município i ; Fn_i – valor do fator n para o município i .

Para calcular o indicador de potencial de desenvolvimento dos municípios paranaenses dentro da dimensão econômica foram utilizadas 42 variáveis, observadas para cada um dos 399 municípios paranaenses, as quais estão apresentadas no Quadro 5.

4.1.3.1. Análise Fatorial – AF

A análise fatorial é um conjunto de métodos estatísticos que, em certas situações, permite explicar o comportamento de um número relativamente grande de variáveis observadas em termos de um número relativamente pequeno de variáveis latentes ou fatores. Essa análise pode ser entendida como uma técnica estatística exploratória, destinada a resumir as informações contidas em um conjunto de variáveis em um conjunto de fatores, com o número de fatores sendo geralmente bem menor que o número de variáveis observadas. O método visa

reunir os dados empíricos não ordenados das variáveis a partir da combinação linear, a fim de que:

- um número de variáveis, ou fatores, seja obtido a partir das variáveis escolhidas (matriz de dados originais) sem perda de informações, que serão reproduzidas de maneira resumida no modelo final;

- a obtenção de fatores permita a reprodução dos padrões de relações separadas entre grupos de variáveis;

- cada padrão de relações tenha condições de ser interpretado de maneira lógica.

De acordo com Andrade (1989), utilizando-se o município como unidade de avaliação, a análise fatorial pode ser aplicada com, basicamente, duas finalidades alternativas: a) agrupar os municípios segundo a similaridade dos seus perfis; b) agrupar as variáveis, servindo para delinear padrões de variação nas características. O procedimento para essa segunda alternativa é desenvolvido por Ferreira (1989), que o apresenta como um dos métodos para a delimitação de regiões homogêneas, método adotado neste estudo.

De acordo com Mingoti (2005), existem dois tipos de análise fatorial: a exploratória e a confirmatória. A exploratória busca encontrar os fatores subjacentes às variáveis originais amostradas, significando que, nesse caso, o pesquisador não tem noção clara de quantos fatores fazem parte do modelo e nem o que eles representam. Na confirmatória, o pesquisador tem em mãos um modelo fatorial pré-especificado, desejando verificar se é aplicável ou consistente com os dados amostrais de que dispõe. Neste estudo será utilizada a análise fatorial exploratória, denominada apenas de análise fatorial.

Segundo Barroso e Artes (2003), o primeiro fator contém o maior percentual de explicação da variância total do conjunto de variáveis; o segundo fator, o segundo maior percentual, e assim sucessivamente. Cada fator consiste, portanto, em uma combinação linear das variáveis padronizadas incluídas no estudo, contendo o maior percentual de explicação da variância total do conjunto de variáveis originais, ou seja, eles devem reproduzir a variabilidade das

características que estão sendo utilizadas para representar os municípios paranaenses.

Na análise fatorial desenvolvem-se basicamente quatro etapas: (i) cálculo da matriz de correlação de todas as variáveis; (ii) determinação do número e extração dos fatores; (iii) rotação dos fatores, transformando-os com a finalidade de facilitar a sua interpretação; e (iv) cálculo dos escores fatoriais. Esses escores são utilizados, então, em outras análises, como a formação de grupos homogêneos de observações (*clusters*), permitindo a classificação dos indivíduos.

A primeira etapa da análise fatorial consiste em determinar a matriz de correlação entre as variáveis originais. Em termos matemáticos, o modelo AF pode ser representado por:

$$Z_i = a_{i1}F_1 + a_{i2}F_2 + \dots + a_{ir}F_r + \varepsilon_i \quad (4)$$

sendo que: Z_i constitui as variáveis originais padronizadas; a_{ij} é o coeficiente denominado de carga fatorial (*factor loading*), que representa o grau de relacionamento linear do fator j com a variável i ; F_j são os fatores ($j = 1, 2, \dots, r$, sendo r menor que p , sendo p o número de variáveis originais padronizadas); e ε é o termo de erro aleatório.

Em notação matricial, o modelo (4) é expresso como:

$$Z = AF + \varepsilon \quad (5)$$

sendo que: Z é um vetor de dimensão $px1$; A é a matriz de cargas fatoriais, de dimensão pxr (r é o número de fatores extraídos); F_{rx1} é um vetor aleatório, que contém r fatores a serem identificados; e ε_{px1} é um vetor de erro aleatório, que corresponde à parcela da variância total da variável i não explicada pelos fatores comuns.

O modelo de AF possui cinco pressuposições fundamentais:

1. os fatores devem ter média igual a zero, ou seja, $E(F_j) = 0$ ($j=1, 2, \dots, r$);

2. os fatores devem apresentar variância igual a 1 e serem não correlacionados entre si, ou seja, a matriz de variância e covariância dos fatores deve ser igual a uma matriz identidade;
3. os erros devem ter média zero, ou seja, $E(\varepsilon) = 0$;
4. os erros não devem ser correlacionados entre si e não necessariamente terem a mesma variância. A matriz de variância e covariância dos erros é definida por: $Cov(\varepsilon_{p \times p}) = \psi = diag(\psi_1, \psi_2, \dots, \psi_p)$; e
5. os fatores não devem ser correlacionados com os erros, o que implica que os vetores F e ε representam duas fontes de variação distintas, relacionadas com as variáveis originais padronizadas (Johnson e Wichern, 1992).

Diante dessas pressuposições, a matriz de correlações ($R_{p \times p}$) pode ser reparametrizada conforme especificado em (6), significando que a AF procura encontrar uma matriz, composta das cargas fatoriais ou das correlações entre as variáveis originais e os fatores, que, quando multiplicada pela sua transposta, consiga reproduzir a matriz de correlações entre as variáveis.

$$R_{p \times p} = AA' + \psi \quad (6)$$

A segunda etapa da AF consiste na determinação do número de fatores necessários para representar o conjunto de dados. Da matriz $R_{p \times p}$ são obtidas, inicialmente, as raízes características e as proporções explicadas da variância total dos dados, podendo-se utilizar o método dos componentes principais, que são combinações lineares das variáveis. O primeiro fator está associado à maior raiz característica, o que faz com que o primeiro fator contenha o maior percentual de explicação da variância total das variáveis da amostra, o segundo fator contenha o segundo maior percentual e assim por diante.

Com relação à variância total, a proporção explicada pelo fator F_j ($PVTE_{F_j}$) é obtido por:

$$PVTE_{F_j} = \frac{\sum_{i=1}^p a_{ij}^2}{p} \quad (7)$$

A escolha do número de fatores é, via de regra, baseada em dois critérios tidos como principais: o primeiro consiste em manter os fatores que captam certa percentagem da variância dos dados e o segundo está relacionado com a manutenção do número de fatores igual ao número de raízes características (*eigenvalue*), maiores ou iguais a 1.

A escolha adequada do número de fatores, segundo Mingoti (2005), deve levar em consideração, também, a interpretação dos mesmos e o princípio da parcimônia, ou seja, a descrição da estrutura de variabilidade do vetor aleatório Z por meio de um pequeno número de fatores.

No decorrer da segunda etapa é calculada a variância comum h_i^2 , ou comunalidade que representa quanto da variância total de X_i é reproduzida pelos fatores comuns, sendo calculada a partir do somatório ao quadrado das cargas fatoriais das variáveis sobre cada fator Johnson e Wichern (1992), indicando a eficiência dos mesmos na explicação da variabilidade total. Quanto mais próximo de 1 for o valor da comunalidade, maior parcela da variância de determinada variável estará sendo captada pelo conjunto dos fatores considerados. Assim, altos valores das comunalidades para todas as variáveis são prenúncio de que o modelo de AF está bem ajustado, segundo Barroso e Artes (2003). Isso ocorre, pois a variância de Z_i é dada por:

$$Var(Z_i) = a_{i1}^2 + a_{i2}^2 + \dots + a_{ir}^2 + \psi_i \quad (8)$$

sendo: $h_i^2 = a_{i1}^2 + a_{i2}^2 + \dots + a_{ir}^2$

A expressão (7) implica que a variância de Z_i é decomposta em duas partes. A primeira, que é a própria *comunalidade* (h_i^2), corresponde à variabilidade de Z_i explicada pelos r fatores incluídos no modelo fatorial. A segunda, chamada de *unicidade* ou *variância específica* (ψ_i), é a parte da

variabilidade de Z_i associada apenas ao erro aleatório ε_i , o qual é específico de cada variável. Como as variáveis Z_i possuem variâncias iguais a 1, segue que $h_i^2 + \psi_i = 1$.

A terceira etapa consiste na rotação dos fatores, ou seja, os fatores obtidos são submetidos a uma rotação, mantendo a ortogonalidade entre eles. Esse procedimento de rotação consiste em modificar as cargas fatoriais no intuito de obter uma solução mais simples de ser interpretada, em que cada fator se relaciona mais claramente com determinadas variáveis. Com isso se espera que os indicadores que tenham correlação mais forte entre si estejam dentro de um mesmo fator e apresentam correlação mais fraca com os demais fatores. A rotação afeta o percentual da variância total explicada por cada um dos fatores, mas não afeta o percentual da variância total explicada pelo conjunto de fatores, ou seja, a rotação redistribui a variância explicada entre os diversos fatores.

Existem vários métodos de rotação, sendo que o mais utilizado é o método Varimax, que forma um novo sistema de eixos ortogonais, com o mesmo número de fatores e permite que o grupo de variáveis apareça com maior destaque, facilitando a interpretação e a análise dos resultados.

Por fim, na quarta etapa serão calculados os escores fatoriais relacionados com cada observação. Para gerar a matriz dos escores fatoriais (\hat{F}) por meio do método de regressão, de acordo com Johnson e Wichern (1992), deve-se, inicialmente, obter a matriz dos coeficientes fatoriais a partir da multiplicação da matriz transposta das cargas fatoriais (A') pela inversa da matriz de correlações (R^{-1}). Por fim, multiplica-se a matriz dos coeficientes fatoriais pela matriz dos dados originais padronizados (Z):

$$\hat{F} = A' R^{-1} Z \quad (9)$$

Além das etapas descritas para o desenvolvimento da AF, deve-se observar a necessidade de utilização de medidas visando analisar a adequabilidade do uso dessa técnica multivariada, frente a determinados

conjuntos de variáveis e observações. Dentre eles podem ser destacados: o critério de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO), a mediada de adequabilidade amostral (MSA) e o teste de esfericidade de *Bartlett*.

O critério de KMO constitui um indicador que compara, entre as variáveis originais padronizadas, as magnitudes dos coeficientes de correlações simples com as dos coeficientes de correlações parciais de acordo com a equação (10).

$$KMO = \frac{\sum_{i=1}^p \sum_{j=1}^p r_{ij}^2}{\sum_{i=1}^p \sum_{j=1}^p r_{ij}^2 + \sum_{i=1}^p \sum_{j=1}^p a_{ij}^2} \quad (10)$$

em que: r_{ij}^2 é o coeficiente de correlação simples e a_{ij}^2 é o coeficiente de correlação parcial entre as variáveis Z_i e Z_j .

Para a interpretação dos valores de KMO segundo Barroso e Artes (2003), pode-se utilizar a seguinte escala: os valores inferiores a 0,50 indicam que o uso da análise fatorial não é adequado; entre 0,51 e 0,60 são considerados regulares; entre 0,61 e 0,70 são considerados bons; entre 0,71 e 0,80 são considerados ótimos; e valores de KMO acima de 0,81 até 1,0 são considerados como excelentes, porém para outros autores, como para Vu e Turner (2006, p. 6), “[...] *a minimum value of the KMO of 0.6 or above is necessary for a good factor analysis*”.

Segundo Mingoti (2005), o ajuste de um modelo de AF aos dados pressupõe que as variáveis-respostas sejam correlacionadas entre si. Assim, se as variáveis são provenientes de uma distribuição normal p-variada, então é possível fazer o teste de hipótese para verificar se a matriz de correlação populacional é próxima ou não da matriz identidade. Desta forma, o teste de esfericidade de *Bartlett* é utilizado para testar a hipótese nula (H_0) de que a matriz de correlações ($R_{p \times p}$) é uma matriz identidade ($I_{p \times p}$). Para que o modelo de AF possa ser ajustado, o teste de *Bartlett* deve rejeitar a hipótese nula. A estatística do teste T é dada por:

$$T = -\left[n - \frac{1}{6}(2p + 11)\right] \times \left[\sum_{j=1}^p \ln(\hat{\lambda}_j)\right] \quad (11)$$

sendo que $\ln(\cdot)$ representa a função logaritmo neperiano e $\hat{\lambda}_i, i = 1, 2, \dots, p$ são os autovalores da matriz de correlação amostral ($R_{p,p}$). Sob a hipótese nula e n grande, a estatística T tem uma distribuição aproximadamente qui-quadrado com $\frac{1}{2}p(p-1)$ graus de liberdade.

4.1.3.2. Variáveis utilizadas na análise fatorial

A escolha do conjunto de variáveis utilizadas inicialmente para calcular o indicador do potencial de desenvolvimento dos municípios paranaenses - IPD_{PR} , teve como base o já sugerido em alguns trabalhos anteriormente publicados e que fizeram uso dessa metodologia. Entre eles Haddad (1993), Perobelli et alii (1999), Boisier (2000) e Rezende, Fernandes e Silva (2007). Desta forma, foram selecionadas, no primeiro momento, 82 variáveis. Após os testes iniciais, esse número de variáveis foi reduzido para 42, conforme pode ser observado no Quadro 5 quando da aplicação da análise fatorial, mais especificamente por intermédio da matriz de correlação e a posterior verificação dos valores da comunalidade das variáveis. Desta forma, desconsideraram-se todas as variáveis que apresentaram um valor de comunalidade abaixo de 0,01.

Essas 42 variáveis estão relacionadas com as áreas social, econômica, agropecuária e política. No Quadro 5, a última coluna apresenta a classificação das variáveis. Em termos de dimensão, essas variáveis procuram refletir os elementos explicativos do potencial endógeno, conforme exposto no referencial teórico.

Quadro 5 - Relação das variáveis utilizadas na análise fatorial para a construção dos fatores, por ano e fonte para determinação do Indicador do Potencial de Desenvolvimento dos municípios paranaenses - IPD_{PR}.

Unid.	Variável	Ano	Fonte	Dimensão
Var01	Consumo de energia elétrica residencial em MWh	2007	Ipardes	Econômica
Var02	Consumo de energia elétrica da indústria em MWh	2007	Ipardes	Econômica
Var03	Consumo de energia elétrica do comércio em MWh	2007	Ipardes	Econômica
Var04	Consumo de energia elétrica rural em MWh	2007	Ipardes	Econômica
Var05	Número de residências com ligação de esgoto	2007	Ipardes	Social
Var06	Número de veículos registrados	2007	Ipardes	Econômica
Var07	Gastos do SUS com hospitalização	2007	IBGE	Social
Var08	Nº de alunos matriculados na pré-escola e creches	2006	Ipardes	Social/Política
Var09	Número de alunos matriculados no ensino fundamental	2006	Ipardes	Social/Política
Var10	Número de alunos matriculados no ensino médio	2006	Ipardes	Social/Política
Var11	Número de professores no ensino pré-escolar e creches	2006	Ipardes	Social/Política
Var12	Número de professores no ensino fundamental	2006	IBGE	Social/Política
Var13	Número de professores no ensino médio	2006	IBGE	Social/Política
Var14	População ocupada no setor agropecuário	2000	IBGE	Econômica
Var15	População ocupada no setor industrial	2000	IBGE	Econômica
Var16	População ocupada no setor da construção civil	2000	IBGE	Econômica
Var17	População ocupada no setor do comércio e serviços	2000	IBGE	Econômica
Var18	População ocupada no setor da educação	2000	IBGE	Econômica
Var19	População ocupada no setor da saúde	2000	IBGE	Econômica
Var20	Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária	2007	IBGE	Econômica
Var21	Número de agências bancárias	2007	IBGE	Econômica
Var22	Número de emissoras de rádio	2007	IBGE	Social/Política
Var23	Arrecadação do ICMS	2007	Ipardes	Econômica
Var24	Total da receita tributária	2007	Ipardes	Econômica
Var25	Total do FPM	2007	Ipardes	Econômica
Var26	Despesas municipais com a saúde e assistência social	2007	Ipardes	Social
Var27	Despesas municipais com a educação	2007	Ipardes	Social
Var28	Esperança de vida ao nascer	2000	IBGE	Social
Var29	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	2000	IBGE	Social
Var30	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	2000	IBGE	Social
Var31	Nº de pessoas residentes com 15 anos ou mais de estudos	2001	IBGE	Social/Política
Var32	Número de estabelecimentos agropecuários	2006	IBGE	Econômica
Var33	Número de estabelecimentos agropecuários com tratores	2006	IBGE	Econômica
Var34	Estabelecimentos de saúde total	2005	IBGE	Social/Política
Var35	Leitos p/ internação em estabelecimentos de saúde total	2005	IBGE	Social
Var36	IDH-M Longevidade	2000	Ipardes	Social
Var37	IDH-M Educação	2000	Ipardes	Social
Var38	% de pessoas que vivem em domicílios com TV	2000	IBGE	Social
Var39	% de pessoas que vivem em domicílios com telefone	2000	IBGE	Social
Var40	% de pessoas que vivem em domicílios com carro	2000	IBGE	Social
Var41	% de pessoas que vivem em domicílios com geladeira	2000	IBGE	Social
Var42	% de pessoas que vivem em domicílios com computador	2000	IBGE	Social

Fonte: Resultados da pesquisa.

Dada a grande diversidade de variáveis e o elevado número de municípios, nem sempre foi possível utilizar um único ano como período de referência. Conforme ressaltam Perobelli et alii (1999), a utilização de variáveis com datas diferentes não traz problemas para as conclusões retiradas da análise fatorial, pois os fatores serão calculados por um critério de ponderação das variáveis normalizadas pelos valores estimados na matriz de coeficientes de escores fatoriais. Assim, para compor a base de dados deste estudo utilizaram-se informações do Atlas de Desenvolvimento Social, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

4.2. Dimensão Social

4.2.1. Índice de longevidade nos municípios paranaenses - IL_{PR}

A Esperança de Vida ao Nascer, medida em anos, foi utilizada para o cálculo do Indicador da Longevidade. A posição relativa de cada município em relação ao Estado foi obtida por meio da equação (12):

$$IL_{PR} = (EVN_i / EVN_m) \times 100 \quad (12)$$

sendo:

EVN_i = Esperança de vida ao nascer do município i ;

EVN_m = Esperança de vida ao nascer média do Estado.

4.2.2. Índice de educação dos municípios paranaenses - IE_{PR}

A utilização do índice de educação IE_{PR} servirá de *proxy* para medir o índice de capital humano no município por ser um elemento propulsor da transformação do crescimento de curto prazo em desenvolvimento de longo prazo. A educação é, portanto, uma forma de investimento realizada no presente com a finalidade de aquisição de capacitações que oferecem satisfações futuras,

passando a fazer parte integrante da pessoa a partir do seu recebimento, ou seja, uma forma de capital humano.

Em relação à Educação, foram utilizadas, para construção do indicador, as duas variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Segundo Haddad (2004a), devem-se considerar as mesmas ponderações que são utilizadas para a formação do IDM-M. Assim, a taxa de alfabetização de adultos formada pelo percentual de pessoas acima de 15 anos de idade que sabem ler e escrever terá peso (2), conforme a expressão (13). E a taxa bruta de frequência escolar, calculada por meio da proporção entre o número total de pessoas em todas as faixas etárias que frequentam os cursos fundamentais, segundo grau ou superior em relação ao total de pessoas na faixa etária de 7 a 22 anos, terá peso (1), conforme a expressão (14).

Inicialmente será atribuída uma nota que varia de 1 a 10 para cada variável:

$$\text{Nota AA}_i = [((\text{TAA}_i - \text{Linf}) / (\text{Lsup} - \text{Linf})) \times 9] + 1 \quad (13)$$

$$\text{Nota FE}_i = [((\text{TFE}_i - \text{Linf}) / (\text{Lsup} - \text{Linf})) \times 9] + 1 \quad (14)$$

sendo:

TAA_i = Taxa de alfabetização de adultos no município i ;

TFE_i = Taxa de frequência escolar no município i ;

Linf = Limite inferior;

Lsup = Limite superior;

Limite inferior = 0; limite superior = 100.

O passo seguinte compreendeu o cálculo da nota média, que foi ponderada pelos pesos, para cada município, e que foi transformada no indicador relativo à média estadual (base 100), conforme a equação (15):

$$\text{IE}_{\text{PR}} = [((\text{Nota AA}_i \times 2 + \text{Nota FE}_i) / 3) / ((\text{Nota AA}_m \times 2 + \text{Nota FE}_m) / 3)] \times 100 \quad (15)$$

sendo:

Nota AA_i = Nota para adultos alfabetizados no município i ;

Nota FE_i = Nota para frequência escolar no município i ;

Nota AA_m = Nota média para adultos alfabetizados no Estado;

Nota FE_m = Nota média para frequência escolar no Estado.

4.3. Dimensão Institucional

4.3.1. Indicador da qualidade institucional dos municípios paranaenses - $IQIM_{PR}$

Esse indicador foi calculado para os 399 municípios do Estado. Os dados referem-se ao ano de 2005 (IBGE, 2005). A classificação foi obtida a partir de três conjuntos de subindicadores, com peso igual (33,33%), para cada um deles. São eles: grau de participação, capacidade financeira e capacidade gerencial. Cada conjunto de subindicadores foi construído a partir de um número variado de índices considerados relevantes para a sua caracterização e com pesos que refletem a importância que será atribuída aos aspectos considerados (HADDAD, 2004b). A Figura 8 resume a construção desse indicador, que servirá para determinar a capacidade de endogenia do município a partir da participação popular na formação e nas ações de deliberação dos conselhos municipais. Esta forma de participação será utilizada como *proxy* do índice de capital social.

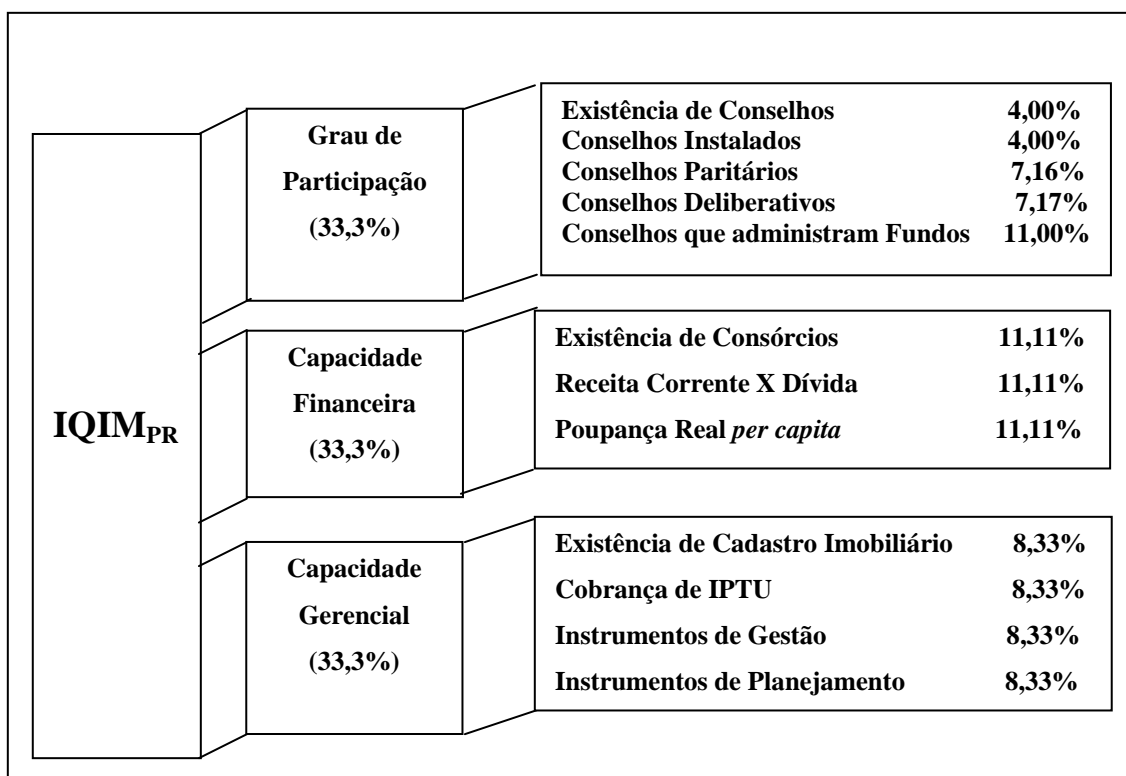
Para a construção de cada índice atribuiu-se uma nota ao município, que variou de 1 a 6, por meio da expressão (16):

$$MI = [((X - \text{menor } X) / (\text{maior } X - \text{menor } X)) \times 5] + 1 \quad (16)$$

em que:

X é o dado do município.

No caso dos municípios em que a informação não estava disponível, foi atribuído o menor valor.



Fonte: Haddad (2004b).

Figura 8 - Indicador de Qualidade Institucional dos Municípios Paranaenses - IQIM_{PR}.

Para melhor entendimento de cada um dos subindicadores, e da forma como cada um foi calculado, será feita a descrição de cada um deles nos subcapítulos subsequentes.

4.3.1.1. Grau de participação dos municípios paranaenses

Por meio desse subindicador calculou-se o grau de participação da população na administração municipal a partir do número de Conselhos Municipais criados e que efetivamente estavam em funcionamento e das características dos seguintes conselhos: Conselho Municipal de Política Urbana,

Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar, Conselho Municipal de Habitação, Conselho Municipal de Transporte, Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Conselho Municipal de Cultura. Sabe-se que, na totalidade, os municípios, em função da obrigatoriedade da legislação, apresentam um número muito maior de conselhos. Nesse caso desconsideraram-se os conselhos que, por força da Lei, existem em todos os municípios, tais como: Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Saúde, Conselho Municipal da Educação, entre outros.

Desta forma, foi atribuída a pontuação ao município em função do número de Conselhos existentes, de quantos deles estão instalados e efetivamente estão operando, quantos são paritários, quantos são deliberativos e quantos administram fundos.

Conforme já observado, o capital social parte de uma rede de cooperação em que a honestidade, a confiança e a observância da lei são fatores cruciais para a elevação dos estoques de capital social no município. Neste estudo, a captação do capital social se deu por meio da participação popular nas ações dos conselhos municipais contribuirá para estabelecer a importância do desenvolvimento endógeno, por meio da participação para a construção de uma cultura política democrática e participativa. Ocorre, no entanto, que os estudos sobre a condução da política econômica e social dos municípios nem sempre têm dado a devida atenção ao impacto do capital social nos fatores de ordem socioeconômica, cultural e política com respeito às atitudes e aos comportamentos políticos. Considerando as lacunas existentes acerca do assunto, neste estudo buscou-se dimensionar os níveis de capital social e destacar a sua importância para a estruturação do município. Para que haja, no entanto o fortalecimento das redes de capital social e o desenvolvimento municipal, não pode haver ausência de comportamentos cooperativos e participativos da população, pois a ausência desses comportamentos não colabora para promover a prática das pessoas na afiliação em conselhos e em associações voluntárias e no reconhecimento de aspectos positivos da cultura local.

4.3.1.2. Capacidade financeira dos municípios paranaenses

A capacidade financeira dos municípios foi calculada por 3 índices: o número de consórcios criados para atender a demandas da população, dos quais o município participa, com peso 11,11%, subdividido nos consórcios intermunicipais (6,11%), nos consórcios com o Estado (2,5%) e nos consórcios com a União (2,5%) – nesses três seguimentos de consórcios foram incluídas as áreas de educação, de saúde, de assistência e desenvolvimento social, de direito da criança e do adolescente, de emprego e/ou trabalho, de turismo, de cultura, de habitação, de meio ambiente, de transporte, de desenvolvimento urbano e de saneamento e/ou manejo de resíduos sólidos. A relação entre a dívida do município e as suas receitas correntes líquidas das despesas de pessoal (ou seja, a sua capacidade de quitar essa dívida no tempo); e a Poupança Real *per capita*, que foi obtida por meio da expressão (17):

$$PRpc = (RT - OC - AB - AM - OR) / POP \quad (17)$$

sendo:

RT = receita total;

OC = operações de crédito;

AB = alienação de bens;

AM = amortizações;

OR = outras receitas de capital;

POP = população total.

4.3.1.3. Capacidade gerencial dos municípios paranaenses

A capacidade gerencial dos municípios, que participa com peso de 33,33% na formação do IQIM_{PR}, foi avaliada com base em quatro subindicadores, sendo que cada um representava 8,33%:

i) Existência de Cadastro Imobiliário. Para a formação desse subindicador foram consideradas quatro variáveis: existência de cadastro imobiliário, cadastro imobiliário informatizado, existência de planta genérica de valores e planta genérica de valores informatizada. Para cada uma dessas quatro variáveis, a resposta era sim ou não. O Quadro 6 apresenta o percentual máximo que cada município poderia obter nesse subindicador com base no número de respostas positivas.

Quadro 6 – Percentual passível de ser obtido por cada município paranaense com base no subindicador existência de cadastro imobiliário.

Qtd¹ de Sim	Nota	Peso	%
4	6	0,01388	8,33
3	5	0,01388	6,94
2	4	0,01388	5,55
1	3	0,01388	4,17
0	1	0,01388	1,39

¹ Quantidade

Fonte: Resultado da pesquisa.

ii) Cobrança de IPTU. Para a formação desse subindicador foram consideradas duas variáveis: se o município cobra IPTU e o ano da publicação da lei que autoriza a cobrança do imposto. Assim, se o município efetua a cobrança do IPTU, isso representa o percentual de 5,33%. Os 3% restantes foram atribuídos em função do ano de publicação da lei que autoriza a cobrança do imposto. Desta forma, para os municípios em que a lei autorizando a cobrança do IPTU foi anterior a 1970, o município obteve nota 6, o que corresponde ao percentual de 3%; para os que se encontram entre 1971 e 1990, a nota atribuída foi 5; e para os municípios cuja autorização ocorreu entre 1991 e 2005, a nota foi

4. O Quadro 7 apresenta o percentual máximo que cada município poderia obter nesse subindicador com base no número de respostas positivas e no ano da publicação da lei que autoriza o município a efetuar a cobrança do IPTU.

iii) Instrumentos de Gestão Pública. Para a formação desse subindicador foram consideradas quatro variáveis: a existência de Lei de Parcelamento do Solo, a existência de Lei de Zoneamento ou equivalente, a existência de Código de Obras e Código de Posturas e a existência de lei específica de Contribuição de Melhoria. O Quadro 8 apresenta o percentual máximo que cada município poderia obter nesse subindicador com base no número de respostas positivas.

iv) Instrumentos de Planejamento. Para a formação desse subindicador foram consideradas três variáveis: a existência do plano diretor, se o município estava elaborando o plano diretor no ano de 2005 e a existência da Lei Orgânica municipal. O Quadro 9 apresenta o percentual máximo que cada município poderia obter nesse subindicador com base no número de respostas positivas.

Quadro 7 - Percentual passível de ser obtido por cada município paranaense com base no subindicador cobrança de IPTU.

O município cobra IPTU¹			
Resposta	Nota	Peso	%
Sim	6	0,00888	5,33
Não	1	0,00888	0,89
Ano da Lei			
Ano	Nota	Peso	%
1970	6	0,005	3,00
1990	5	0,005	2,50
2005	4	0,005	2,00

¹ Imposto Predial e Territorial Urbano

Fonte: Resultado da pesquisa.

Quadro 8 - Percentual passível de ser obtido por cada município paranaense com base no subindicador instrumentos de gestão pública municipal.

Qtd¹ de Sim	Nota	Peso	%
4	6	0,01388	8,33
3	5	0,01388	6,94
2	4	0,01388	5,55
1	3	0,01388	4,17
0	1	0,01388	1,39

¹ Quantidade

Fonte: Resultado da pesquisa.

Quadro 9 - Percentual passível de ser obtido por cada município paranaense com base no subindicador instrumentos de planejamento municipal.

Qtd¹ de Sim	Nota	Peso	%
3	6	0,01333	8,00
2	5	0,01333	6,67
1	4	0,01333	5,33
0	1	0,01333	1,33

¹ Quantidade

Fonte: Resultado da pesquisa.

4.4. Identificação dos Municípios Deprimidos no Estado do Paraná

4.4.1. Tipologia de municípios com relação à dimensão econômica

Para determinar o número de municípios deprimidos do Estado do Paraná, sob a ótica do potencial de desenvolvimento endógeno, foi necessário

estabelecer, sob o aspecto da dimensão econômica, quais municípios estariam enquadrados como economicamente deprimidos em relação aos índices do nível de crescimento econômico, do ritmo de crescimento econômico e do potencial de desenvolvimento. Desta forma, para melhor caracterizar a escolha desses municípios, o Quadro 10 apresenta as oito combinações possíveis entre os indicadores econômicos, conforme a posição do município entre acima (A) ou abaixo (B) da média estadual em relação a cada um dos índices considerados nessa dimensão. E, por intermédio da análise de cada uma dessas combinações, foi possível realizar a caracterização dos municípios paranaenses tipificados em:

- BBB – municípios claramente deprimidos do ponto de vista econômico; ou seja, baixo nível de crescimento, baixo ritmo de crescimento e baixo potencial de desenvolvimento;

- BBA e BAA – municípios com potencial próprio para alcançar níveis de desenvolvimento mais elevados, sendo que o que os diferencia é o fato de terem crescido acima da média estadual no período analisado no indicador de potencial de desenvolvimento;

- ABB e AAB – situações anômalas (renda alta com potencial de desenvolvimento baixo);

- BAB – municípios que, apesar de terem crescido acima da média estadual no período analisado, ainda não alcançaram um patamar favorável e apresentam baixo potencial no nível de crescimento econômico e no potencial de desenvolvimento;

- ABA – municípios economicamente consolidados, mas que apresentaram um ritmo de crescimento econômico abaixo da média estadual no período analisado, seja por enfrentarem alguma situação conjuntural, seja por já terem atingido patamares muito elevados de renda;

- AAA – municípios claramente não deprimidos do ponto de vista econômico, onde todos os indicadores estão acima da média estadual, considerado consolidado.

Quadro 10 - Caracterização das oito possíveis combinações entre os indicadores econômicos para a determinação do potencial dos municípios.

Classificação do Município	Tipo	Nível de Crescimento	Ritmo de Crescimento	Potencial de Desenvolvimento
Deprimido	BBB	Baixo	Baixo	Baixo
	BAB	Baixo	Alto	Baixo
Em Declínio	ABB	Alto	Baixo	Baixo
	AAB	Alto	Alto	Baixo
Com Potencial	BBA	Baixo	Baixo	Alto
	BAA	Baixo	Alto	Alto
Consolidado	ABA	Alto	Baixo	Alto
	AAA	Alto	Alto	Alto

Fonte: Haddad (2004b).

Para efeito de análise deste estudo, e com base na tipificação apresentada por Haddad (2004b), no Quadro 10 foram considerados municípios economicamente deprimidos aqueles classificados como BBB ou BAB. Para uma melhor caracterização dos municípios deprimidos, os mesmos serão melhor caracterizados nas dimensões social e institucional, dimensões as quais permitirão a construção de modelos específicos para esses municípios.

4.4.2. Modelos de municípios deprimidos em relação ao potencial endógeno

A mesma lógica descrita no subitem (4.4.1) será utilizada para a construção do Quadro 11, relacionando as oito combinações possíveis entre os indicadores socioinstitucionais (educação, longevidade e qualidade institucional) conforme a posição do município entre acima (A) ou abaixo (B) da média estadual em relação a essas variáveis. Nesse caso serão, porém, consideradas as combinações apenas dentre os municípios já considerados deprimidos (tipos BBB e BAB na tipologia econômica).

A utilização desses indicadores socioinstitucionais, agregados aos indicadores econômicos e organizados de acordo com o número de indicadores positivos ou negativos, permitiu a construção de uma proposta de modelos de municípios deprimidos para o Paraná, conforme o seu potencial de endogenia, ou seja, com baixo, médio ou alto potencial endógeno. Para efeito deste estudo, os municípios classificados como economicamente deprimidos não sofreram distinção entre os tipos BBB ou BAB.

Quadro 11 – Caracterização das oito possíveis combinações entre os indicadores socioinstitucionais para a determinação do potencial endógeno.

Classificação do Município	Tipo	Educação	Longevidade	Qualidade Institucional
Baixo Potencial Endógeno	BBB	Baixo	Baixo	Baixo
Médio Potencial Endógeno	BBA	Baixo	Baixo	Alto
	ABB	Alto	Baixo	Baixo
	BAB	Baixo	Alto	Baixo
	BAA	Baixo	Alto	Alto
Alto Potencial Endógeno	ABA	Alto	Baixo	Alto
	AAB	Alto	Alto	Baixo
	AAA	Alto	Alto	Alto

Fonte: Haddad (2004b).

Assim, foram considerados municípios economicamente deprimidos com **baixo** potencial de desenvolvimento endógeno aqueles que não apresentaram nenhum indicador socioinstitucional acima da média estadual, ou seja, os índices de educação, de longevidade e de qualidade institucional estão todos abaixo da média estadual. Foram considerados como de **médio** potencial de desenvolvimento endógeno os municípios que apresentaram ao menos um

indicador (educação, longevidade ou qualidade institucional) acima da média estadual, permitindo, assim, uma vantagem comparativa na construção do desenvolvimento. E foram considerados com **alto** potencial de desenvolvimento endógeno os municípios que apresentaram dois ou três desses indicadores acima da média estadual, ou seja, em condições favoráveis de desenvolvimento.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1. Análise do nível de Potencial de Desenvolvimento Endógeno dos Municípios Paranaenses

Para melhor entendimento dos resultados, este capítulo foi subdividido em relação à dimensão econômica, à dimensão social e à dimensão institucional. Foram construídos indicadores para explicar a situação do município em relação a cada uma das dimensões. Inicialmente procedeu-se à caracterização dos municípios deprimidos em relação à dimensão econômica (análise tradicional) e também em relação à dimensão econômica ampliada, que serviu de parâmetro para determinar o conjunto de municípios economicamente deprimidos do Estado e, posteriormente, com base nesse grupo de municípios, determinou-se o potencial de desenvolvimento endógeno. Para melhor explicar os resultados encontrados, será descrita, a seguir, cada uma das dimensões e os seus respectivos indicadores.

5.1.1. Análise da dimensão econômica dos municípios paranaenses pelo método tradicional

Na caracterização da dimensão econômica foram elaborados três conjuntos de indicadores: Indicador do Nível de Crescimento Econômico dos Municípios Paranaenses - INC_{PR} , Indicador do Ritmo de Crescimento Econômico dos Municípios Paranaenses - IRC_{PR} e o Indicador do Potencial de Desenvolvimento dos Municípios Paranaenses - IPD_{PR} .

O INC_{PR} foi utilizado para calcular o nível de crescimento econômico de cada um dos 399 municípios paranaenses. A variável utilizada nesse indicador foi o PIB *per capita* relativo ao ano de 2006. Por meio desse indicador, situou-se cada município em relação ao PIB *per capita* médio estadual, que foi da ordem de R\$ 13.186,00. Essa média colocou o Paraná entre os 7 primeiros Estados com maiores médias de PIB *per capita* e acima da média brasileira que, em 2006, foi da ordem de R\$ 8.300,00 (IBGE, 2007).

Os resultados apresentados no Quadro 12 demonstram que, dos 399 municípios paranaenses, 346 deles apresentaram um PIB *per capita* inferior à média estadual, ou seja, 86,72% dos municípios paranaenses foram classificados como economicamente deprimidos, segundo o INC_{PR} .

Esse resultado reforça a argumentação inicial, a de que, no Paraná, embora a média estadual esteja acima da média nacional, a discrepância e o distanciamento entre os municípios paranaenses na formação da renda ainda é muito grande. Aproximadamente 25% dos municípios do Estado estão classificados nas faixas de maior distanciamento do PIB médio estadual. Dentre os municípios situados abaixo da média estadual, a maior concentração está entre as faixas de 40 a 70 por cento da média estadual, indicando que mais da metade dos municípios paranaenses apresentam um PIB *per capita* inferior à média estadual, resultado esse que só amplia as desigualdades regionais. No outro extremo, apenas 13,28% dos municípios estão situados acima da média estadual. Desta forma, esses dados confirmam uma grande concentração de riqueza em algumas regiões e, mais especificamente, em alguns municípios.

Quadro 12 - Distribuição por faixa percentual em relação à média estadual dos municípios paranaenses economicamente deprimidos, segundo o Indicador do Nível de Crescimento Econômico - INC_{PR} , para o ano de 2006.

Potencial de Desenvolvimento Econômico	Faixas em % do INC_{PR} em relação à média estadual	Números de Municípios	% de Municípios
Baixo	De 20 a 30	3	0,75
	De 30 a 40	19	4,76
	De 40 a 50	75	18,80
Médio	De 50 a 60	77	19,30
	De 60 a 70	80	20,05
	De 70 a 80	45	11,28
Alto	De 80 a 90	35	8,77
	de 90 a 100	12	3,01
total de municípios inferior à média estadual		346	86,72
total de municípios superior à média estadual		53	13,28
Total		399	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

O Quadro 13 apresenta a relação por ordem crescente dos 53 municípios em relação ao INC_{PR} com resultado superior à média estadual. Com relação à distribuição desses municípios, as mesorregiões Norte Central Paranaense, com 11; Metropolitana de Curitiba, com 10; e Oeste Paranaense, com 10, são as mesorregiões que apresentaram as maiores concentrações de municípios com o INC_{PR} acima da média estadual. O resultado mais significativo ficou por conta do município de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, com o maior índice (540,85), ou seja, quase o dobro do índice de Carambeí, segundo colocado.

Quadro 13 - Classificação por ordem do Indicador do Nível de Crescimento Econômico - INC_{PR} dos 53 municípios paranaenses acima da média estadual, para o ano de 2006.

Ordem	Municípios	INC_{PR}	Ordem	Municípios	INC_{PR}
1	Araucária	540,85	28	Toledo	115,98
2	Carambeí	247,55	29	São Carlos do Ivaí	115,11
3	Japira	241,02	30	Rondon	114,27
4	Paranaguá	211,51	31	São Tomé	112,25
5	São José dos Pinhais	204,29	32	Jaguariaíva	110,97
6	Lobato	173,02	33	Jaguapitã	110,93
7	Piên	171,11	34	Campo Mourão	110,72
8	Mangueirinha	168,92	35	Juranda	110,37
9	Capitão L. Marques	164,93	36	Ponta Grossa	108,98
10	Douradina	159,53	37	Jussara	108,18
11	Cafelândia	157,82	38	Sertanópolis	106,84
12	Palotina	151,56	39	Doutor Ulysses	106,61
13	Boa Esperança	147,03	40	Mauá da Serra	106,61
14	Arapoti	143,76	41	Indianópolis	106,32
15	Diamante D'Oeste	137,41	42	Rio Negro	105,67
16	Curitiba	136,33	43	Dois Vizinhos	105,43
17	Telêmaco Borba	135,69	44	Rancho A. D'Oeste	104,25
18	Foz do Iguaçu	134,14	45	Pinhais	103,74
19	Céu Azul	129,30	46	Renascença	102,97
20	Balsa Nova	128,11	47	São Pedro do Ivaí	102,21
21	Maripá	126,75	48	Londrina	101,16
22	Luiziana	124,37	49	Colorado	100,71
23	Quatro Barras	123,56	50	Pinhão	100,38
24	Maringá	123,34	51	Rolândia	100,30
25	São Jorge do Ivaí	119,57	52	Arapongas	100,30
26	Marechal C. Rondon	117,25	53	Quatro Pontes	100,05
27	Tibagi	116,96			

Fonte: Resultados da pesquisa.

O desempenho econômico significativo do município de Araucária se dá pela grande concentração de indústrias ligadas aos setores de papel, de metalurgia, de fertilizantes e, principalmente, de refino de petróleo. Trata-se de empresas consideradas dinâmicas, ou seja, de alto valor adicionado (IBGE, 2007). E a participação, nessa relação de outros municípios pertencentes à região Metropolitana de Curitiba, reforça a indicação de concentração do segmento

industrial nessa mesorregião. Outros municípios que também apresentaram desempenho econômico significativo pertencem à região Oeste, região esta que apresenta uma dinâmica própria baseada no setor agroindustrial. E, considerando que, no período de análise, o setor agrícola foi favorecido por questões climáticas e de preços favoráveis de suas *commodities*, proporcionado pelo efeito cambial, esses municípios ampliaram suas rendas.

O segundo índice calculado dentro da dimensão econômica foi o Indicador do Ritmo de Crescimento Econômico dos Municípios Paranaenses - IRC_{PR} . Esse índice determinou o ritmo de crescimento econômico dos municípios paranaenses em relação à média estadual entre dois períodos, conforme demonstrado por meio da equação (2). A diferença básica desse indicador (IRC_{PR}) com o calculado anteriormente (INC_{PR}), é que no (INC_{PR}) utilizou-se o PIB *per capita* de um único ano (2006), ou seja, de forma estática, enquanto que no (IRC_{PR}) estão sendo usados, de forma comparativa, os valores do PIB *per capita* tanto do município, quanto o PIB *per capita* médio do Estado de dois períodos 1999 e 2006.

Desta forma mediu-se o nível de desempenho econômico não apenas em um único ano (2006), mas o seu desempenho econômico de forma dinâmica em dois momentos distintos (1999 e 2006), permitindo, assim, captar o valor do PIB *per capita* do município e do Estado ao longo de um período de tempo.

O Quadro 14 apresenta a distribuição dos municípios por faixas segundo o IRC_{PR} . Nesse caso, o número de municípios que se encontram abaixo da média estadual é da ordem de 69,42%, o que corresponde ao total de 277 municípios. Em relação ao IRC_{PR} , 122 municípios paranaenses apresentaram um resultado superior à média estadual, indicando que alguns municípios apresentaram um desempenho econômico melhor no decorrer do tempo (1999 e 2006), do que aquele avaliado de forma estática em 2006. A relação dos 122 municípios está apresentada no Quadro 1A do Apêndice A. O que chama atenção nesse grupo de municípios é o ótimo desempenho apresentado por Japira, município de pequeno porte, sem um parque industrial consolidado, e basicamente dependente do setor

rural. Cabe destacar que esse desempenho também ocorreu em outros pequenos municípios, considerados de pouca expressão econômica no Estado.

Quadro 14 - Distribuição por faixa percentual em relação a média estadual dos municípios paranaenses economicamente deprimidos, segundo o Indicador do Ritmo de Crescimento Econômico - IRC_{PR}, para os anos de 1999 e 2006.

Classificação do Ritmo de Crescimento	Faixas em % do IRC_{PR} em relação à média estadual	Números de Municípios	% de Municípios
Depressivo	De -100 a 0	5	1,25
	de 0 a 10	8	2,01
Recessivo	de 10 a 20	9	2,26
	de 20 a 30	18	4,51
	de 30 a 40	21	5,26
Estagnado	de 40 a 50	16	4,01
	de 50 a 60	45	11,28
	de 60 a 70	37	9,27
	de 70 a 80	45	11,28
	de 80 a 90	41	10,28
	de 90 a 100	32	8,02
total de municípios inferior à média estadual		277	69,42
total de municípios superior à média estadual		122	30,58
Total		399	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Ao mesmo tempo, porém, esse indicador também aponta para o fraco desempenho econômico de alguns municípios. Nesse sentido, o Quadro 2A do Apêndice A apresenta a relação dos 35 municípios que estão classificados nas três piores faixas com índice positivo, os quais foram classificados como de ritmo de crescimento econômico municipal recessivo, caracterizando uma redução expressiva das atividades agrícolas, comerciais e industriais desses municípios, e os 5 municípios que estão localizados na faixa cujo desempenho econômico entre 1999 e 2006 foi negativo, ou seja, apresentaram uma redução no PIB *per capita* de 2006 em relação a 1999, foram classificados como de ritmo de crescimento econômico municipal depressivo – fase essa considerada bem mais severa do que a recessiva.

Desta forma, 237 municípios paranaenses foram classificados em relação ao ritmo de crescimento econômico como estagnados, ou seja, eles apresentaram uma situação de crescimento econômico nulo ou muito baixo. Apesar de essa ser uma situação menos grave do que uma situação de recessão, a estagnação da economia local também tem repercussões muito negativas, dado que taxas de crescimento econômico muito baixas são geralmente insuficientes para criar novos empregos e necessários para atender à demanda crescente de emprego devido ao crescimento populacional e para continuar dinamizando a economia local.

O Quadro 15 apresenta o resultado da utilização da metodologia tradicional, ou seja, aquela que utiliza somente a combinação dos dois indicadores econômicos: o nível de crescimento e o ritmo de crescimento econômico de cada município, entre acima (A) ou abaixo (B) da média estadual, conforme já descrito na Figura 6 e reproduzido na Figura 9 com o respectivo número de municípios paranaenses que figuram em cada um dos quadrantes.

O quadrante 1 representa os municípios desenvolvidos em expansão (AA) do Estado. São 26 municípios, que obtiveram um desempenho acima da média do Estado tanto no nível de crescimento econômico (ano 2006), bem como no ritmo de crescimento econômico no período de 1999 a 2006. De um total de 399 municípios no Estado, somente 6,52% conseguiram se classificar nessa categoria.

A relação dos 26 municípios que figuram nessa categoria (AA) encontra-se no Quadro 15A do Apêndice A. O quadrante 2 representa os municípios desenvolvidos em declínio (AB) dentro do Estado. São 27 municípios, ou seja, são aqueles que obtiveram um desempenho acima da média do Estado no indicador nível de crescimento (ano 2006) e um desempenho abaixo da média do Estado no indicador do ritmo de crescimento no período de 1999 a 2006. Classificaram-se nessa categoria 6,77% dos municípios.

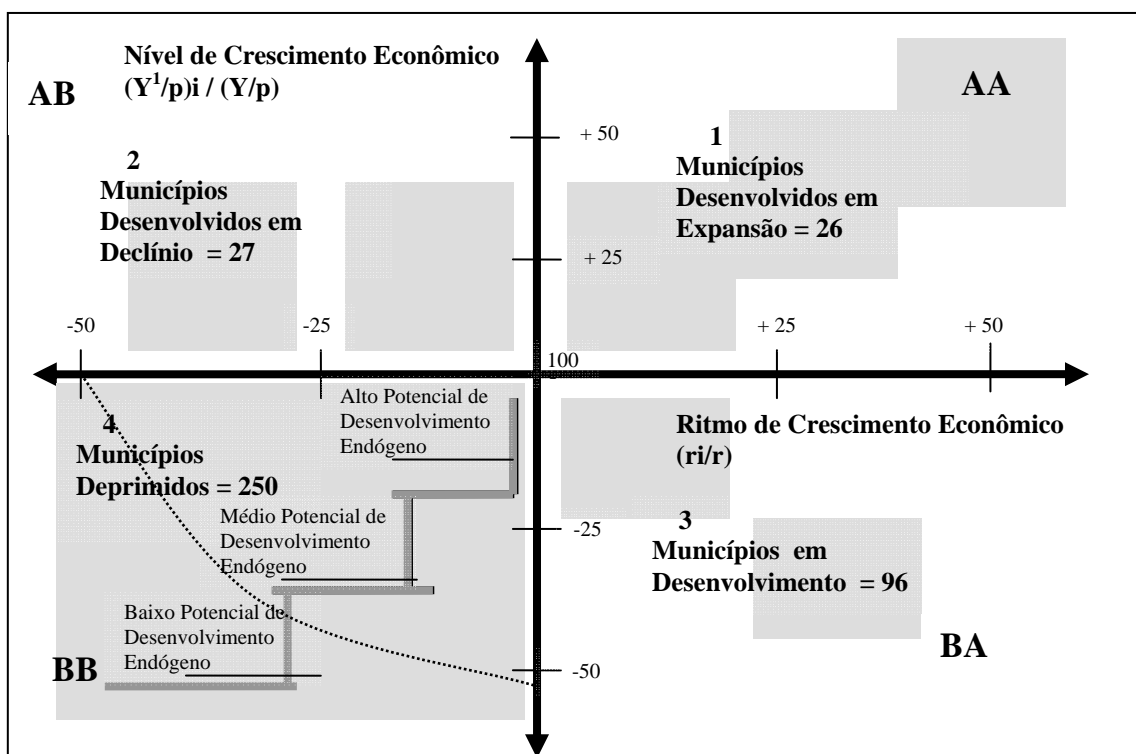
A relação dos 27 municípios que figuram nessa categoria (AB) encontra-se no Quadro 16A do Apêndice A. O quadrante 3 representa os municípios em desenvolvimento (BA) dentro do Estado. São 96 municípios, ou seja, são aqueles municípios que obtiveram um desempenho abaixo da média do Estado no indicador nível de crescimento (ano 2006) e um desempenho acima da média do Estado no indicador do ritmo de crescimento no período de 1999 a 2006.

Quadro 15 - Combinação da forma tradicional dos indicadores econômicos:
Nível de Crescimento - INC_{PR} e Ritmo de Crescimento Econômico
- IRC_{PR} dos municípios paranaenses – 1999 e 2006.

Classificação do Município	Tipo	Nível de Crescimento	Ritmo de Crescimento	Número de Municípios	% de Municípios
Desenvolvidos em expansão	AA	Alto	Alto	26	6,52
Desenvolvidos em Declínio	AB	Alto	Baixo	27	6,77
Em Desenvolvimento	BA	Baixo	Alto	96	24,06
Deprimidos	BB	Baixo	Baixo	250	62,66
Total		-	-	399	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Classificaram-se nessa categoria 24,06% dos municípios paranaenses. A relação dos 96 municípios paranaenses que figuram nessa categoria (BA) encontra-se no Quadro 17A do Apêndice A. O quadrante 4 representa os municípios paranaenses deprimidos (BB) dentro do Estado. São 250 municípios, que obtiveram um desempenho abaixo da média do Estado tanto no indicador de nível de crescimento econômico (ano 2006), bem como no indicador do ritmo de crescimento econômico no período de 1999 a 2006. Estão classificados nessa categoria 62,66% dos municípios do Estado. A relação dos 250 municípios paranaenses que figuram na categoria (BB) encontra-se no Quadro 18A, do Apêndice A.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 9 – Classificação dos municípios paranaenses em relação ao nível de crescimento e ao ritmo de crescimento econômico - 1999 a 2006.

Mesmo considerando o Estado do Paraná com um parque industrial desenvolvido tecnologicamente, com uma agricultura dinâmica, diversificada e responsável por boa parte da safra agropecuária nacional, quando se analisam os indicadores econômicos percebe-se que são poucos os municípios paranaenses que se apropriam da formação dessa riqueza. O Quadro 16 apresenta, de forma comparativa, a relação dos 26 municípios paranaenses que, simultaneamente, foram classificados como de melhor desempenho nos dois indicadores (INC_{PR} e IRC_{PR}).

Esses resultados demonstram que pouco mais de 6% dos municípios paranaenses conseguiram manter um desempenho econômico superior à média do Estado em relação ao nível de crescimento econômico e ao ritmo de crescimento econômico. Esse resultado deixa transparecer que algo de anormal está acontecendo com a economia local da grande maioria dos municípios do Estado. Eles não conseguem manter uma trajetória de crescimento estável e consistente, e, como boa parte dos municípios do Estado tem a base de sua economia no setor agropecuário, ficam na dependência do desempenho da produção e do nível de preço desse segmento, sobretudo no mercado externo. Em negrito procurou-se destacar os municípios que se classificaram em uma posição melhor em relação ao ritmo de crescimento econômico ao longo do período (1999 e 2006), do que o desempenho obtido em relação ao nível de crescimento econômico relativo a um único período (2006). Desta forma, apenas sete municípios apresentaram desempenho superior, indicando que os municípios do Estado ainda não têm uma estrutura econômica consolidada, e apresentando-se altamente dependente do rumo da economia nacional.

Cabe, porém, destaque para o desempenho do pequeno município de Japira, com uma população de 4.694 habitantes em 2007 e localizado na mesorregião Norte Pioneiro Paranaense, que obteve, nos dois indicadores considerados, o melhor desempenho, ou seja, conseguiu, ao longo do período de 1999 a 2006, manter um crescimento da sua renda de forma sustentada frente aos demais municípios do Estado.

Quadro 16 - Relação dos municípios paranaenses classificados simultaneamente nos indicadores econômicos de Nível de Crescimento - INC_{PR} e Ritmo de Crescimento - IRC_{PR} acima da média estadual.

Municípios	INC_{PR}	Municípios	IRC_{PR}
Araucária	540,85	Araucária	142,81
Boa Esperança	147,03	Boa Esperança	109,61
Campo Mourão	110,72	Campo Mourão	145,49
Colorado	100,71	Colorado	133,88
Curitiba	136,33	Curitiba	124,00
Diamante D'Oeste	137,41	Diamante D'Oeste	430,81
Douradina	159,53	Douradina	303,99
Doutor Ulysses	106,61	Doutor Ulysses	117,11
Indianópolis	106,32	Indianópolis	115,76
Jaguapitã	110,93	Jaguapitã	168,46
Jaguariaíva	110,97	Jaguariaíva	132,18
Japira	241,02	Japira	684,75
Juranda	110,37	Juranda	116,22
Londrina	101,16	Londrina	104,12
Marechal C. Rondon	117,25	Marechal C. Rondon	104,11
Maringá	123,34	Maringá	111,80
Mauá da Serra	106,61	Mauá da Serra	113,98
Palotina	151,56	Palotina	112,44
Piên	171,11	Piên	137,50
Pinhais	103,74	Pinhais	107,03
Ponta Grossa	108,98	Ponta Grossa	110,26
Rondon	114,27	Rondon	139,72
São Carlos do Ivaí	115,11	São Carlos do Ivaí	106,08
São Pedro do Ivaí	102,21	São Pedro do Ivaí	144,57
Telêmaco Borba	135,69	Telêmaco Borba	150,08
Tibagi	116,96	Tibagi	107,41

Fonte: Resultados da pesquisa.

Segundo o *site* oficial da Prefeitura Municipal de Japira (2009), o Município depende economicamente da agricultura e tem nas culturas do café, do feijão e do milho e na produção de aves e de bovinos as principais atividades agropecuárias. A maior parte da população está localizada na zona rural, sendo o grau de urbanização de 47,48% no ano 2000. Ocorre, porém, que o bom desempenho obtido na dimensão econômica por esse município não reflete ganhos

e benefícios sociais para a população, conforme está destacado no *site* do município:

As maiores necessidades de nossa população são no momento: construção de uma Rede de Esgoto e de um aterro sanitário, a reabertura do Hospital e uma rodoviária. Além destas necessidades mais aparentes, há uma população que, devido à situação econômica, necessitam de atendimentos básicos de saúde e assistência social. (JAPIRA, 2009).

Desta forma, esses resultados confirmam que somente a análise isolada da dimensão econômica, tendo por base o crescimento econômico medido pelo PIB *per capita*, não pode ser considerada como uma variável suficiente e capaz de explicar a realidade local.

5.1.2. Análise da dimensão econômica dos municípios paranaenses de forma ampliada

Os resultados apresentados no item anterior levaram somente em consideração dois aspectos econômicos, ou seja, o nível de crescimento e o ritmo de crescimento econômico dos municípios paranaenses tendo como parâmetro desse crescimento a média estadual.

Neste contexto, o presente estudo procurou, além de analisar o desempenho econômico dos municípios paranaenses utilizando o seu crescimento econômico com base na renda, também incluir um novo indicador que permitisse medir o potencial de desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Assim, buscou-se identificar os municípios que, mesmo não apresentando um nível e um ritmo de crescimento econômico acima da média estadual, reunissem um conjunto de variáveis econômicas, sociais e políticas em condições favoráveis e que fossem capazes de modificar a sua realidade. Desta forma, foi criado um novo índice na dimensão econômica.

Nesse caso, o novo índice tem por base o Indicador do Potencial de Desenvolvimento dos Municípios Paranaenses - IPD_{PR}, que utilizou a análise

fatorial para a construção do índice de potencial de desenvolvimento, obtido por meio do cálculo do fator ponderado para cada município paranaense.

Verificou-se, inicialmente, se os valores obtidos com o emprego da análise fatorial estavam adequados ao estudo das variáveis propostas. Nesse sentido, foram realizados dois testes estatísticos, o KMO e de esfericidade de *Bartlett*. Assim, usou-se o teste de *Bartlett*, que testa a hipótese nula (H_0) para verificar se a matriz de correlações é estatisticamente igual à matriz identidade, buscando-se rejeitar H_0 . Conforme pode ser observado no Quadro 17, pela estatística de teste qui-quadrado, o valor obtido (58423,47) permite rejeitar H_0 a menos de 0,1% de significância. Este resultado rejeita a hipótese nula de que a matriz de correlações seja uma matriz-identidade, ou seja, de que as variáveis não são correlacionadas e que os dados são bons para aplicação da análise fatorial.

Quadro 17 - Adequabilidade da análise fatorial com base nos testes de KMO e esfericidade de *Bartlett*.

Adequabilidade de <i>Kaiser-Meyer-Olkin</i> – KMO		0,945
Teste de esfericidade de <i>Bartlett</i>	qui-quadrado	58423,47
	Df	861
	Significância	0,000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nesse mesmo sentido, visando medir a adequação da amostra, foi realizado, conjuntamente, o índice de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO), e o valor obtido foi 0,945, valor esse considerado, segundo Barroso e Artes (2003), como excelente, o que sugere que os dados levantados podem ser tratados através da análise fatorial. Conforme Hair et alii (1998), esse resultado implica que os

fatores latentes explicam grande parte da associação entre as variáveis e que os resíduos estão pouco associados entre si. Em outras palavras, esse resultado indica a adequação do ajuste do modelo de análise fatorial ortogonal aos dados dos municípios do Paraná.

O Quadro 18 apresenta os autovalores da matriz de correlação amostral, com as respectivas porcentagens de variância total explicada e acumulada. Como não existem critérios absolutos para decidir qual o número exato de fatores que devem ser extraídos, optou-se por considerar os cinco fatores cujas raízes características foram superiores a 1, não obstante esses cinco fatores escolhidos possibilitaram captar uma proporção satisfatória da variância total das variáveis originais, ou seja, eles são capazes de explicar 90,21% da variância total dos dados.

Quadro 18 – Raízes características e porcentagem da variância explicada e acumulada da matriz de correlações simples (399 x 42), para os municípios paranaenses.

Fatores	<i>Eigenvalues</i> Inicial			Variância rotacionada		
	Total	% de Variância	Variância Acumulada (%)	Total	% de Variância	Variância Acumulada (%)
1	25,67	61,13	61,13	25,22	60,04	60,04
2	4,95	11,79	72,91	4,34	10,34	70,38
3	3,97	9,45	82,36	3,97	9,45	79,83
4	2,29	5,45	87,81	2,46	5,86	85,69
5	1,01	2,40	90,21	1,90	4,53	90,21

Método de extração: Análise de Componentes Principais.

Fonte: Resultados da pesquisa.

O Quadro 19 apresenta as cargas fatoriais, ou seja, os coeficientes de correlação entre cada fator e cada uma das 42 variáveis após a rotação. As cargas fatoriais acima de 0,60, em valor absoluto, que foram arbitradas como de forte associação entre o fator e a variável, estão destacadas em negrito. Embora a escolha desse percentual seja subjetiva, optou-se por seguir a mesma linha de trabalhos que também adotaram o valor de 0,60 como referência, entre eles Hoffmann (1994) e Correa e Figueiredo (2006). Na última coluna do Quadro 19 destacam-se os valores das comunalidades (proporção da variância da variável que é “explicada” pelo conjunto dos fatores) após a rotação. Pode-se inferir que os valores encontrados para as comunalidades mostram que todas as variáveis têm grande parte da sua variabilidade captada e representada pelos cinco fatores.

Com o resultado das cargas fatoriais, apresentados no Quadro 19, foi possível realizar uma interpretação específica para cada fator. Cabe ressaltar que a variável “Var 40 - Percentual de domicílios com carros” foi a única que obteve correlação de 0,585 com o Fator 5 e de 0,629198 com o Fator 3, e considerando que valor arbitrado como de forte associação seria igual ou superior a 0,60, essa variável ficou representada pelo Fator 3. Ademais, todas as variáveis apresentaram uma forte associação com o seu respectivo fator.

Constatou-se, para o primeiro fator (F_1) (cujo percentual da variância explicada, segundo o Quadro 18, foi de 61,13%), a existência de 27 variáveis com cargas fatoriais superando o limite mínimo de 0,60. Todas as variáveis apresentaram sinais positivos e são fortemente correlacionadas, o que caracteriza ser F_1 um fator de medida de “*crescimento e desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses*”. Desta forma, esse fator representa a dimensão econômica.

Nesse sentido, verificou-se uma aproximação muito forte de todos os atributos nesse fator, tendo somente quatro das vinte e sete variáveis que formaram o fator (F_1) na faixa de 0,8 a 0,9 (Var 02 - consumo de energia elétrica industrial - esse fator indica que, quanto maior o consumo de energia pelo setor industrial, mais desenvolvido é o município em termos de indústrias).

Quadro 19 - Cargas fatoriais das 42 variáveis e valores das comunalidades explicada por cada fator.

Variáveis	F ₁	F ₂	F ₃	F ₄	F ₅	Comunalidade
Var01	0,9959	0,0226	-0,0194	0,0351	-0,0188	0,9943
Var02	0,8403	0,1780	-0,0095	0,1067	0,0303	0,7502
Var03	0,9922	0,0042	-0,0132	0,0223	-0,0217	0,9857
Var05	0,9909	0,0034	-0,0178	0,0182	-0,0245	0,9832
Var06	0,9947	0,0298	-0,0119	0,0301	-0,0209	0,9918
Var07	0,9921	0,0630	-0,0210	0,0325	-0,0196	0,9901
Var08	0,9698	0,1480	-0,0295	0,0638	-0,0025	0,9673
Var09	0,9843	0,1171	-0,0311	0,0295	-0,0136	0,9846
Var10	0,9934	0,0818	-0,0223	0,0360	-0,0161	0,9955
Var11	0,9220	0,2278	-0,0272	0,0825	-0,0010	0,9096
Var12	0,9878	0,1296	-0,0267	0,0354	-0,0161	0,9948
Var13	0,9823	0,1363	-0,0284	0,0466	-0,0104	0,9866
Var15	0,9855	0,0834	-0,0127	0,0617	-0,0148	0,9824
Var16	0,9769	0,0980	-0,0292	0,0544	-0,0101	0,9678
Var17	0,9943	0,0317	-0,0219	0,0309	-0,0193	0,9915
Var18	0,9939	0,0492	-0,0133	0,0291	-0,0236	0,9918
Var19	0,9915	0,0033	-0,0097	0,0161	-0,0277	0,9841
Var21	0,9856	-0,0032	-0,0081	0,0141	-0,0271	0,9724
Var22	0,8157	0,3918	-0,0227	0,1410	0,0200	0,8396
Var23	0,8793	-0,0525	0,0081	0,0395	0,0134	0,7777
Var24	0,8710	0,1402	-0,0083	0,0809	0,0249	0,7855
Var25	0,9140	0,2249	-0,0545	0,0767	0,0135	0,8951
Var26	0,9928	0,0295	-0,0137	0,0274	-0,0186	0,9878
Var27	0,9924	0,0504	-0,0206	0,0270	-0,0158	0,9888
Var31	0,9829	-0,0447	-0,0033	0,0053	-0,0324	0,9691
Var34	0,9847	0,0768	-0,0149	0,0248	-0,0308	0,9773
Var35	0,9735	0,0583	-0,0308	0,0402	-0,0290	0,9545
Var04	0,1026	0,8626	-0,0911	0,1898	0,0371	0,8003
Var14	0,2188	0,8800	-0,0056	-0,0989	-0,0801	0,8385
Var20	0,0769	0,8439	-0,0845	0,1025	0,0201	0,7361
Var32	0,0339	0,8673	0,0259	-0,1366	-0,0858	0,7800
Var33	0,0924	0,9020	-0,0285	0,1267	0,0239	0,8397
Var29	-0,0327	-0,0377	0,9099	0,0336	0,2036	0,8729
Var30	0,0109	-0,0275	0,7705	-0,0421	0,0140	0,5965
Var38	-0,0211	-0,0182	0,9402	0,0409	0,1548	0,9105
Var40	-0,0552	-0,0831	0,6291	-0,0159	0,5881	0,7518
Var41	-0,0552	-0,0617	0,9197	0,0546	0,2086	0,8991
Var28	0,0482	-0,0155	0,0494	0,9602	-0,0505	0,9296
Var36	0,0500	-0,0127	0,0445	0,9615	-0,0504	0,9317
Var37	0,2453	0,3217	-0,0426	0,6605	0,1280	0,6181
Var39	-0,0406	-0,0196	0,4620	0,0059	0,8311	0,9063
Var42	-0,0299	-0,0222	0,4137	-0,0131	0,8406	0,8794

Fonte: Resultados da pesquisa.

A Var 22 - número de emissoras de rádio, também expressa o nível de desenvolvimento econômico do município, visto que as emissoras de rádio dependem diretamente do dinamismo do comércio local, a Var 23 - valor do repasse do ICMS, quanto maior, maior será o reflexo do setor econômico no município e a Var 24 - total da receita tributária municipal, reflete a capacidade que o município tem em gerar recursos próprios). Todas as demais 23 variáveis apresentam resultados acima de 0,9, indicando, nesse caso, que a correlação com o fator é quase total. Neste contexto, as características dessas variáveis e os seus respectivos sinais positivos indicam a forte correlação com: o consumo de energia elétrica residencial e comercial que refletem, cada uma a seu modo, a importância que cada segmento tem e quanto maior esse consumo maior o poder de renda da população e mais dinâmico será o comércio daquele município. Por sua vez, a relação de alunos matriculados e o número de professores nas escolas nos níveis de pré-escola, ensino fundamental e médio, número de pessoas residentes com quinze anos de estudos ou mais, refletem, por sua vez, uma medida de desenvolvimento econômico e endógeno, ou seja, quanto maior for a correlação das variáveis, maior será o aumento do capital social daquele município. Outra medida que expressa o crescimento econômico de um município é o número de agências bancárias e o total da população empregada nos diversos setores (educação, indústria, comércio, saúde e construção civil). Desta forma, quanto maiores os gastos com hospitalização do SUS e total de estabelecimentos de saúde e número de leitos hospitalares no município, bem como o valor das despesas municipais com a saúde e a educação. Refletindo a importância e a preocupação que o município tem no desenvolvimento econômico, visto que, desta forma, esses municípios estão contribuindo para reduzir as desigualdades sociais, proporcionando uma melhor qualidade de vida para seus munícipes e a sociedade em geral.

O segundo fator (F_2) representa o potencial do setor agropecuário dos municípios paranaenses. Ele é constituído por 5 variáveis com cargas fatoriais acima de 0,60. Todas as variáveis apresentam sinais positivos e são fortemente correlacionadas e o percentual de variância explicada foi de 11,79% e as suas

cargas fatoriais explicativas ficaram em torno de 0,86. Compõem esse fator as variáveis: Var 04 - consumo de energia elétrica rural em MWh, indicando que quanto maior o consumo de energia elétrica no meio rural mais desenvolvido será o setor naquele município, visto que esse é um insumo básico para atender as necessidades produtivas de trato e de manejo da produção, bem como aquelas derivadas de operações agroindustriais e da qualidade de vida doméstica; a Var 14 - população ocupada no setor agropecuário, reflete, em conjunto com outras variáveis, a importância do setor rural para o município, bem como pode ser utilizada como indicativo de qualidade de vida no setor agropecuário, afinal a manutenção do homem no campo tem como resultado a geração de renda, a melhoria de qualidade de vida como saúde, educação, boas estradas e acesso à informação; a Var 20 - Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária, indica os resultados do rendimento do estabelecimento, da terra e da força de trabalho, ou seja, da importância do setor agropecuário na formação de renda do município – assim, quanto maior esse valor, maior será o reflexo do setor agropecuário no município; a Var 32 - número de estabelecimentos agropecuários, reflete a forma de distribuição das propriedades agropecuárias no município, em que, quanto maior o número de propriedades, menos concentrada encontra-se a distribuição de terra no município e mais diversificada será a sua produção e menos dependente será o município de uma ou duas culturas ou atividade pecuária; e a Var 33 - número de estabelecimentos agropecuários com tratores, reflete o índice de modernização das propriedades agrícolas, pois, quanto maior for o número de propriedade com tratores, mais intensiva será a sua produção e maiores serão os seus reflexos na formação de renda do município com maior acesso dos produtores a máquinas e a implementos agrícolas.

O terceiro fator (F_3) representa o potencial de desenvolvimento econômico e endógeno de qualidade de vida dos municípios paranaenses. Ele guarda forte associação positiva com 5 variáveis e que representaram 9,45% da variância total do modelo, sendo duas cargas fatoriais explicativas abaixo de 0,80 e três acima de 0,9. Compõem esse fator as variáveis: a Var 29 - % de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água tratada; a Var 30 - % de pessoas que vivem em

domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo. O reflexo dessas duas variáveis implica (ou não) desenvolvimento social, qualidade de vida, preservação ambiental, dignidade das pessoas, pois é grande a quantidade de famílias que moram em condições sub-humanas, sem água tratada e sem saneamento básico, tendo que utilizar fossas que contribuem para contaminar os lençóis freáticos. Por sua vez, também é grande o número de casas que não são assistidas com a coleta diária ou mesmo que semanal de lixo, cujo reflexo se vê no aumento de doenças e na poluição dos rios. Assim, quanto maior for a correlação dessas variáveis, maior será o índice de qualidade de vida desses municípios e maiores serão os investimentos públicos na busca por melhor qualidade de vida da população. As outras três variáveis que compõem esse fator são: a Var 38 - % de pessoas que vivem em domicílios com TV; a Var 40 - % de pessoas que vivem em domicílios com carro; e a Var 41 - % de pessoas que vivem em domicílios com geladeira. Essas variáveis procuram refletir a melhoria de qualidade de vida das famílias, visto serem esses bens de uso familiar (e não apenas individual) e estão correlacionados com a renda familiar, pois, quanto maior for a correlação dessas variáveis, maior será o investimento das famílias em melhoria de qualidade de vida.

O quarto fator (F_4) representa o potencial de desenvolvimento econômico e endógeno inerente às condições de vida dos municípios. Assim, pode-se caracterizar esse fator como de medida de dimensão social. Ele manteve correlação alta e positiva com três variáveis, a esperança de vida ao nascer (Var 28), o IDHM de longevidade (Var 36) e o IDHM da educação (Var 37). O fator (F_4) representou 4,45% da variância total do modelo. Assim, um dos principais reveladores das condições de vida da população é a esperança de vida ao nascer, que, neste estudo, obteve carga fatorial da ordem de 0,96, indicando que, quanto maior, melhor a esperança de vida ao nascer da população local. A mesma carga fatorial obteve a Var 36, que mediu o IDHM de longevidade, mostrando uma mesma relação que a variável esperança de vida ao nascer. Desta forma, essas variáveis refletem um conjunto de indicadores que, quando combinados, implicam a melhoria da dimensão social, pois, para que ocorra aumento de

esperança de vida e longevidade, faz-se necessário melhorar as condições de vida da população, por meio de investimentos na saúde, higiene e lazer.

O quinto fator (F_5) representa as condições de modernidade e o percentual da variância explicada foi de 2,40%. Ele é composto por duas variáveis com sinais positivos e estão fortemente correlacionadas, ou seja, com carga fatorial acima de 0,83. Fazem parte desse fator as variáveis que mediram o percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone (Var 39) e percentual de pessoas que vivem em domicílios com computador (Var 42). Cabe realçar que as variáveis (Var 39 e Var 42) “descolaram-se” das variáveis contidas no F_3 (potencial de desenvolvimento de qualidade de vida dos municípios paranaenses), quando as duas enfatizam a importância do telefone e, principalmente, do computador no domicílio como avanço do nível educacional para a promoção do nível de desenvolvimento do município.

Para a determinação da dimensão econômica dos municípios paranaenses de forma ampliada foi incorporado o cálculo do terceiro índice, ou seja, o Indicador do Potencial de Desenvolvimento dos Municípios Paranaenses - IPD_{PR} , que foi obtido por meio do cálculo do fator ponderado para cada município conforme (expressão 3). Assim, através da variância de cada fator, da variância total e do fator do respectivo município, pode-se determinar o fator ponderado do município i (FP_i).

O Quadro 20 apresenta a distribuição dos municípios por faixas do IPD_{PR} . Observa-se que 299 municípios estão situados abaixo da média do fator ponderado (base 100), o que corresponde a 74,94% dos municípios paranaenses. Desta forma, classificou-se o conjunto de municípios que estão abaixo da média estadual em baixo e médio potencial de desenvolvimento. Na faixa que corresponde de 10 a 20 por cento da média estadual, um único município figura nesse intervalo, tratando-se, especificamente, do município de Andirá, localizado na microrregião de Cornélio Procópio e na mesorregião Norte Pioneiro.

Por sua vez, quatro municípios figuram na faixa entre 20 e 30 por cento da média estadual. São eles: Clevelândia (Centro Sul), Nova Esperança (Norte Central), Siqueira Campos (Norte Pioneiro) e Wenceslau Braz (Norte Pioneiro).

Esses dados também apontam para o conjunto de municípios situados abaixo da média, a existência de uma grande concentração de municípios entre as faixas de 40 a 80 por cento da média estadual. O Quadro 3A do Apêndice A apresenta a relação dos 100 municípios cujo IPD_{PR} está situado na faixa acima da média estadual.

Quadro 20 - Distribuição por faixa percentual em relação à média estadual, segundo o Indicador do Potencial de Desenvolvimento dos Municípios Paranaenses - IPD_{PR} .

Classificação do Município	Faixas em % de IPD_{PR} em relação à média	Números de Municípios	% de Municípios
Baixo	De 10 a 20	1	0,25
	De 20 a 30	4	1,00
	De 30 a 40	12	3,01
	De 40 a 50	21	5,26
	De 50 a 60	45	11,28
Médio	De 60 a 70	88	22,06
	De 70 a 80	70	17,54
	De 80 a 90	33	8,27
	De 90 a 100	25	6,27
	total de municípios inferior à média estadual	299	74,94
Alto	total de municípios superior à média estadual	100	25,06
Total		399	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

De forma comparativa, verificou-se, dentro da dimensão econômica, quais os municípios que foram classificados nos três indicadores simultaneamente, ou

seja, buscou-se a classificação dos municípios que obtiveram desempenho acima da média estadual no nível de crescimento econômico, no ritmo de crescimento econômico e no potencial de desenvolvimento. Entre eles tem-se 3 pertencentes à mesorregião Metropolitana de Curitiba (Curitiba, Araucária e Pinhais); 2 pertencentes à mesorregião Norte Central (Londrina e Maringá); 2 pertencentes à mesorregião Oeste Paranaense (Marechal Cândido Rondon e Palotina), 1 pertencente à mesorregião Centro Oriental (Ponta Grossa) e 1 pertencente à mesorregião Centro Ocidental (Campo Mourão). Assim, qualquer indicador econômico já indicaria uma grande discrepância entre as mesorregiões, visto que, nesse comparativo, das 10 mesorregiões do Estado, 5 não tiveram nenhum município classificado com base nos três indicadores de forma simultânea da dimensão econômica.

5.1.3. Análise da dimensão social dos municípios paranaenses

A caracterização da Dimensão Social teve por base a combinação de dois indicadores: o Índice de Longevidade nos Municípios Paranaenses - IL_{PR} e o Índice de Educação nos Municípios Paranaenses - IE_{PR} , variável essa que será utilizada como uma *proxy* do capital humano.

Para a determinação do Índice de Longevidade nos Municípios Paranaenses (IL_{PR}), utilizou-se a esperança de vida ao nascer medida em anos relativo a cada município em relação à esperança de vida média do Estado, média que foi de 69,83 anos no ano 2000, conforme equação (12).

O Quadro 21 apresenta a distribuição dos municípios paranaenses segundo o índice de longevidade (IL_{PR}). O número de municípios que se encontram abaixo da média estadual (base 100) é da ordem de 59,90%. Isso corresponde ao total de 239 municípios distribuídos em todas as mesorregiões do Estado. Dos municípios situados abaixo da média, seis estão classificados na faixa de 80 a 90 por cento da média estadual, faixa que representa a menor esperança de vida do Estado e estão localizados em, basicamente, três mesorregiões do Estado. A

mesorregião Centro-Oriental tem o maior número de municípios: Imbaú, Ortigueira e Ventania.

Quadro 21 - Distribuição por faixa percentual em relação à média estadual, segundo o Índice de Longevidade nos Municípios Paranaenses - IL_{PR} , para o ano 2000.

Faixas em % do IL_{PR} em relação à média estadual	Números de Municípios	% de Municípios
de 80 a 90	6	1,50
de 90 a 100	233	58,40
total de municípios inferior à média estadual	239	59,90
total de municípios superior à média estadual	160	40,10
Total	399	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

A mesorregião Centro-Sul aparece em segundo lugar, com dois municípios: Mato Rico e Palmital, e a mesorregião Sudeste Paranaense, com o município de São João do Triunfo. Do total, 233 municípios estão classificados na faixa de 90 a 100 por cento da média estadual. A relação desses municípios encontra-se no Quadro 11A do Apêndice A.

Em relação aos municípios paranaenses que estão situados acima da média estadual quanto ao índice de longevidade, o percentual é da ordem de 40,10%, ou seja, 160 municípios. A relação desses municípios encontra-se no Quadro 12A do Apêndice A. Dentre esses municípios, os três primeiros com maior longevidade no Estado encontram-se na mesorregião Oeste, são eles: Quatro Pontes, Maripá e Entre Rios do Oeste, todos municípios pequenos e com população abaixo de 5,5

mil habitantes. Assim, estes municípios que apresentaram um índice superior à média do Estado refletem, por meio deste indicador, as melhorias e os benefícios proporcionados pelos investimentos municipais em saúde pública.

O segundo indicador calculado na dimensão social foi o Índice de Educação dos Municípios Paranaenses - IE_{PR} , composto por duas variáveis (taxa de alfabetização e frequência escolar), que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Nesse caso, o estudo manteve as mesmas ponderações que são utilizadas para a formação do IDM-M, conforme observado por meio da equação (15).

Para compor a nota que foi atribuída a cada município e a sua respectiva posição, utilizou-se a taxa de alfabetização de adultos média no Estado (91,50%) e a taxa bruta de frequência escolar média no Estado (84,60%). O Quadro 22 mostra que também em relação ao índice de educação é elevado o número de municípios que estão localizados abaixo da média estadual (85,96%) e apenas 14,04% estão situados acima da média estadual. Nesse indicador, embora existam municípios abaixo da média, ocorreu uma maior concentração de municípios próximos à média, tanto para os que estão abaixo, quanto para os que estão acima da média, se comparado aos demais indicadores. O Quadro 4A do Apêndice A apresenta a relação e a posição dos 56 municípios que estão com o Índice de Educação dos Municípios Paranaenses (IE_{PR}) acima da média do Estado (base 100). Embora todas as dez mesorregiões tenham classificado cidades entre as 56, o maior destaque fica para a mesorregião Oeste, com 19 municípios. Em seguida aparecem a mesorregião Metropolitana (com 9), a Sudoeste (com 9), a Norte Central (com 8), as mesorregiões Centro-Occidental, Centro-Oriental e Noroeste (que classificaram 2 municípios cada) e, com somente um município classificado por mesorregião, aparecem o Centro-Sul, o Norte Pioneiro e o Sudeste. A justificativa para estes municípios terem obtido um melhor resultado em relação aos demais está no fato de ter havido investimentos realizados no setor de educação acima dos limites estabelecidos constitucionalmente.

Quadro 22 - Distribuição por faixa percentual em relação à média estadual, segundo o Índice de Educação nos Municípios Paranaenses - IE_{PR}, para o ano 2000.

Faixas em % do IE_{PR} em relação à média estadual	Números de Municípios	% de Municípios
de 80 a 90	42	10,53
de 90 a 100	301	75,44
total de municípios inferior a média estadual	343	85,96
total de municípios superior a média estadual	56	14,04
Total	399	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Os Apêndices 13A e 14A do Apêndice A apresentam, respectivamente, a relação dos 42 municípios que estão localizados na faixa de 80 a 90 por cento da média estadual e os 301 que estão localizados na faixa de 90 a 100 por cento da média estadual.

5.1.4. Análise da dimensão institucional dos municípios paranaenses

A terceira dimensão utilizada foi a dimensão institucional, em que se mediu a qualidade institucional dos municípios paranaenses. Desta forma, foi criado o Indicador da Qualidade Institucional dos Municípios Paranaenses (IQIM_{PR}), que foi aplicado aos 399 municípios do Estado. A classificação de cada município dentro desse indicador se deu por meio da combinação dos resultados de três conjuntos de subindicadores, em que cada um tinha o mesmo peso (33,33%). Nesse sentido foram utilizados os subindicadores: grau de participação, capacidade financeira e capacidade gerencial – os três já descritos e apresentados no subcapítulo 4.3.1, apresentados na Figura 8.

O primeiro subindicador teve a função de determinar o grau de participação da população nos municípios paranaenses, servindo, desta forma, como uma *proxy* do capital social, ou seja, buscou-se, por meio desse instrumento, avaliar a efetiva participação da comunidade nas ações da administração municipal a partir do número de Conselhos Municipais criados e que efetivamente estavam em funcionamento e das características deles. Nesse sentido, foi avaliada a existência ou não dos seguintes conselhos: Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar; Conselho Municipal de Habitação; Conselho Municipal de Transporte; Conselho Municipal de Meio Ambiente e Conselho Municipal de Cultura. Cabe destacar que os Conselhos Municipais de Saúde e de Educação não foram considerados, visto que, constitucionalmente, existe a obrigatoriedade da formação desses conselhos para todos os municípios, para que os mesmos recebam os recursos repassados tanto pelo governo federal, quanto pelo estadual para essas áreas.

Também dentro desse subindicador de grau de participação, outro índice utilizado foi a verificação de quantos dos conselhos existentes estavam efetivamente instalados e em operação, pois, em muitos municípios, constatou-se a existência do conselho através da lei, porém, na prática, nunca foi instalado e, em muitos municípios, mesmo ocorrendo a instalação, o conselho não vinha operando de forma regular. Uma vez constatada a existência do conselho e o seu efetivo funcionamento, mais três índices foram calculados para medir quantos desses conselhos são paritários, quantos são deliberativos e quantos estavam administrando fundos.

Considerando o peso relativo que foi atribuído a cada índice, ou seja, onde a existência de conselhos e conselhos instalados tinha peso relativo de 4%, o tipo de participação em conselhos paritários e em conselhos deliberativos teve peso relativo de 7,16% e de 7,17%, respectivamente, e, para os conselhos que administram fundos, foi atribuído peso de 11%. O Quadro 23 apresenta a distribuição dos municípios por faixa em relação aos 33,33% do subindicador em questão. Nesse sentido, verifica-se que a maior concentração de municípios ficou na faixa de 0% a 15%, com 324 municípios, representando 84,20%. Somente 7

municípios alcançaram um percentual entre 25% e 33,33% e estão localizados em três mesorregiões: A Metropolitana de Curitiba, com três municípios (Paranaguá, Rio Negro e São José dos Pinhais), a Centro-Oriental, com três municípios (Carambeí, Castro e Ponta Grossa) e a Noroeste, com um município (Cianorte). O resultado desse indicador demonstra como fraco ou quase que inexpressivo o grau de participação da população em relação aos conselhos municipais dos municípios paranaenses, ou seja, a participação do cidadão nas decisões do poder público quando avaliada via conselhos municipais foi pouco significativa. A relação dos 68 municípios que se classificaram entre 15% e 25% encontra-se no Quadro 19A do Apêndice A. Nessa relação encontram-se municípios com maior expressividade econômica e melhor colocação obtida em outros indicadores sociais.

Quadro 23 - Distribuição por faixa percentual em relação à média estadual, segundo o grau de participação no Índice de Qualidade Institucional Municipal (IQIM_{PR}) dos municípios paranaenses.

Faixas em % do Grau de Participação em relação à média estadual	Números de Municípios	% de Municípios
de 0% a 15%	324	81,20
de 15% a 25%	68	17,04
de 25% a 33,33%	7	1,75
Total	399	100,00%

Fonte: Resultados da pesquisa.

O segundo subindicador determinou a capacidade financeira dos municípios paranaenses e teve peso de 33,33%. O seu cálculo se deu por intermédio de três índices: existência de consórcios, receita corrente *versus*

dívida e poupança real *per capita*. Assim, o primeiro índice mediu o número de consórcios criados ou existentes no ano de 2005 para atender às demandas da população, dos quais o município participa, e recebeu o peso de 11,11%. Dada, porém, a existência de três tipos de consórcio, eles foram subdivididos em consórcios intermunicipais (com peso de 6,11%), consórcios com o Estado (com peso de 2,5%) e consórcios com a União (com peso de 2,5%). O segundo índice mediu a relação entre a dívida do município e as suas receitas correntes líquidas já deduzidas as despesas de pessoal. Esse índice caracterizou os municípios que, no ano de 2007, possuíam recursos suficientes para quitarem as suas despesas, já descontados, do valor das receitas, os valores gastos com a folha de pagamentos.

Nesse sentido, os resultados apontaram que 42 municípios apresentaram um índice inferior à unidade, ou seja, esses municípios não possuíam, em 2007, recursos suficientes para quitarem a folha de pagamentos e os compromissos já empenhados, demonstrando a precariedade das finanças municipais, bem como a baixa capacidade de investimentos do poder público local. O Quadro 5A do Apêndice A apresenta a relação dos 42 municípios nessa condição. Sob esse aspecto, a inclusão de alguns municípios nessa categoria chama a atenção e cabe destaque, entre eles: Curitiba, por ser a capital do Estado (com um índice de 0,8995) e Maringá, por ser uma das mais dinâmicas cidades da Região Norte do Estado (com um índice de 0,9845). Outra observação cabe em relação ao grande número de municípios pertencentes à região da área alagada da hidrelétrica de Itaipu, entre eles Santa Helena, Quatro Pontes, Mercedes, Entre Rios do Oeste e Itaipulândia, pois esses municípios recebem, na sua grande maioria, uma parcela significativa de *royalties*, o que injeta significativos recursos no município. Nesse sentido, o município de Quatro Pontes, na Região Oeste do Estado, que, nos indicadores sociais, apresenta os melhores resultados, ou seja, é o município com o maior IDH do Estado, não demonstrou esse mesmo desempenho em relação à sua capacidade de pagamento. Nesse particular caberia um outro estudo, pois, na grande maioria dos municípios lindeiros, dado o elevado volume de recursos provenientes dos *royalties*, é nítido o descompasso entre os investimentos realizados pelos municípios nos aspectos sociais e aqueles

investimentos realizados em atividades que proporcionam retorno de renda ao município. Entende-se que, nesse ritmo, muitos dos municípios, quando do término do pagamento dos *royalties* pela Itaipu em 2023, dado o grande volume atual de benefícios concedidos à população, não terão a mínima condição de manter esses serviços com a renda municipal sem o repasse dos *royalties*.

O terceiro índice calculou a Poupança Real *per capita* do município para o ano de 2007, que foi obtida por meio da expressão (17). Calculado o valor de cada município, atribuiu-se uma nota de 1 a 6 em função do valor obtido por cada município. Foi atribuída a nota 1 para os que foram classificados dentro do limite inferior, ou seja, de zero a R\$ 475,20³, valor do salário mínimo regional no Paraná no ano de 2007; a nota 2 para os que se encontravam entre 1 e 2 S.M. regional; a nota 3 para os que se encontravam entre 2 e 3 S.M. regional; a nota 4 para os que se encontravam entre 3 e 4 S.M. regional; a nota 5 para os que se encontravam entre 4 e 6 S.M. regional; e a nota 6 para os que se encontravam acima de 6 S.M. regional. Os resultados obtidos dentro dessas categorias apontam que nenhum município ficou classificado entre zero e 1 S.M. regional, 89 municípios ficaram entre 1 e 2 S.M. regional (e a relação dos municípios classificados nessa categoria encontra-se no Quadro 20A do Apêndice A), 188 municípios ficaram entre 2 e 3 S.M. regional (e a relação dos municípios classificados nessa categoria encontra-se no Quadro 21A do Apêndice A), 78 municípios ficaram entre 3 e 4 S.M. regional (e a relação dos municípios classificados nessa categoria encontra-se no Quadro 22A do Apêndice A), 37 municípios ficaram entre 4 e 6 S.M. regional (e a relação dos municípios classificados nesta categoria encontra-se no Quadro 23A do Apêndice A) e 7 municípios: Araucária, Esperança Nova, Itaipulândia, Jardim Olinda, Nova Aliança do Ivaí, São Manoel do Paraná e Saudade do Iguaçu obtiveram resultado acima de 6 S.M. regional.

Considerando o peso relativo de cada índice, no subindicador da capacidade financeira, em que a existência de consórcios, a receita corrente em

³ Conforme apresentado no Quadro 1B do Apêndice B, o Estado do Paraná, em 2007, adotou um salário mínimo regional por categoria (NOTADEZ, 2007).

relação à dívida e o valor da poupança real *per capita* teve peso relativo de 11,11% cada um respectivamente. O Quadro 24 apresenta a distribuição dos municípios por faixa em relação aos 33,33% do subindicador que mede a capacidade financeira. Neste sentido, a maior concentração de municípios ficou na faixa de 15% a 25%, com 255 municípios representando aproximadamente 64% do conjunto de município do Estado e somente 1 município alcançou a faixa entre 25% e 33,33% (São Jorge do Patrocínio, com 5.017 habitantes), na mesorregião Noroeste. Esses resultados demonstraram que mais de 35% dos municípios paranaenses apresentaram um baixo desempenho na sua capacidade de participar de consórcios municipais e intermunicipais, no seu controle da relação receita/despesa municipais e na geração de poupança real *per capita*. Assim, dentro da conceituação do desenvolvimento endógeno, esses 35% de municípios paranaenses não apresentam condições de alavancar a demanda efetiva das suas economias via gastos públicos ou investimentos e manutenção da infraestrutura municipal.

O terceiro subindicador determinou a capacidade gerencial dos municípios paranaenses com peso relativo de 33,33%. Esse subindicador foi avaliado com base em quatro índices com pesos relativos de 8,33% cada. O primeiro índice avaliou, para cada município, a existência de cadastro imobiliário, bem como se ele era informatizado ou não e a existência de planta genérica de valores, bem como se a planta era informatizada ou não; o segundo índice avaliou se o município cobra ou não IPTU e, se cobra, o ano da lei que instituiu a cobrança do IPTU; o terceiro índice avaliou os instrumentos de gestão, que, por sua vez, era composto da existência da lei de parcelamento do solo, da lei de zoneamento ou equivalente, do código de obras e de lei específica de contribuição de melhoria; o quarto índice considerado foi os instrumentos de planejamento de cada município, sendo que primeiramente se verificou a existência ou não do plano diretor, e, como segundo alternativa, se o município estava elaborando o plano diretor, a existência de Lei Orgânica e o respectivo ano de aprovação da Lei Orgânica do município.

Quadro 24 - Distribuição por faixa percentual em relação à média estadual, segundo a Capacidade Financeira dos municípios paranaenses.

Faixas em % da Capacidade Financeira em relação à média estadual	Números de Municípios	% de Municípios
de 0% a 15%	143	35,84
De 15% a 25%	255	63,91
de 25% a 33,33%	1	0,25
Total	399	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Em relação ao primeiro índice, que avaliou a existência de cadastro imobiliário, os resultados indicam que 15 municípios não apresentam cadastro imobiliário e 48 municípios não possuem cadastro imobiliário informatizado. E também se observou que 66 municípios não possuem a planta genérica de valores, e que 163 municípios não possuem a planta genérica de valores informatizada. Dos 399 municípios, pouco mais da metade, ou seja, 231 apresentaram resposta positiva em relação aos quatro indicadores utilizados, e, considerando-se que esses indicadores são a base para o cálculo da cobrança de tributos municipais, torna-se relativamente elevado o número de municípios sem uma política de implantação e de gerenciamento dos instrumentos tributários municipais.

O resultado apresentado em relação ao segundo índice foi de 100% dos municípios praticando a cobrança do IPTU, porém, quando se confronta esse índice com os resultados da planta genérica de valores e do cadastro imobiliário, percebe-se que, embora o IPTU esteja sendo cobrado, em muitos municípios essa cobrança é feita sem que se tenha uma preocupação com o respectivo valor do imóvel, bem como com a sua atualização venal.

Com relação ao resultado do índice que mediu o instrumento de gestão, ele apresentou um total de 217 municípios com resultado positivo em todos os itens. Com pelo menos três dos indicadores como positivo constatou-se um total de 62 municípios (e a relação dos municípios que compõem esse grupo pode ser visualizada no Quadro 24A do Apêndice A). O número de municípios com pelo menos dois dos indicadores como positivo totalizou 49 municípios (os quais podem ser observados no Quadro 25A do Apêndice A). E, com apenas um dos indicadores como positivo, foram encontrados 52 municípios (a relação desses municípios pode ser vista no Quadro 26A do Apêndice A). O que chama a atenção, nesta última relação, é a inclusão do município de Japira com apenas um indicador de instrumento de gestão positivo (a existência de código de obras), já que, conforme se pôde anteriormente constatar nos indicadores econômicos, o município de Japira apresentava a melhor *performance* dentre todos os municípios do Estado. Outro resultado a que cabe destaque, porém pelo lado negativo, é o resultado apresentado no Quadro 25, em que 19 municípios não

Quadro 25 - Relação dos municípios paranaenses que não apresentaram nenhum instrumento de gestão pública municipal.

Nº	Município	Lei de parcelamento do solo	Lei de zoneamento ou equivalente	Código de obras	Lei específica de Contribuição de melhoria
1	Adrianópolis	Não	Não	Não	Não
2	Antônio Olinto	Não	Não	Não	Não
3	Arapuã	Não	Não	Não	Não
4	Figueira	Não	Não	Não	Não
5	Guaporema	Não	Não	Não	Não
6	Laranjal	Não	Não	Não	Não
7	Manfrinópolis	Não	Não	Não	Não
8	Mirador	Não	Não	Não	Não
9	Miraselva	Não	Não	Não	Não
10	Nova Aliança do Ivaí	Não	Não	Não	Não
11	Nova Esperança do Sudoeste	Não	Não	Não	Não
12	Nova Santa Bárbara	Não	Não	Não	Não
13	Nova Tebas	Não	Não	Não	Não
14	Perobal	Não	Não	Não	Não
15	Porto Vitória	Não	Não	Não	Não
16	Primeiro de Maio	Não	Não	Não	Não
17	Rancho Alegre	Não	Não	Não	Não
18	Santa Inês	Não	Não	Não	Não
19	Santa Mônica	Não	Não	Não	Não

Fonte: Resultados da pesquisa.

apresentam nenhum dos instrumentos de gestão positivo, demonstrando que, no Estado do Paraná, há municípios totalmente desprovidos de instrumentos gerenciais para a sua melhor administração.

O Quadro 26 apresenta a distribuição dos municípios por faixa em relação aos 33,33% do subindicador que mede a capacidade gerencial. Mais de 80% dos municípios estão localizados na faixa de 25% a 33%, demonstrando que, nesse aspecto, os municípios paranaenses apresentam um bom desempenho nos recursos de gestão e nos instrumentos de gestão e planejamento. Esse resultado vem ao encontro do estabelecido em 2001 pelo Estatuto das Cidades⁴, que determinou a implantação de alguns desses instrumentos de planejamento nas cidades com mais de dez mil habitantes.

Quadro 26 - Distribuição por faixa percentual em relação à média estadual, segundo a capacidade gerencial do setor público dos municípios paranaenses.

Faixas em % da Capacidade Gerencial em relação à média estadual	Número de Municípios	% de Municípios
de 0 a 15	0	0,00
de 15 a 25	76	19,05
de 25 a 33,33	323	80,95
Total	399	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

A utilização desse indicador demonstra a capacidade que os municípios têm de gerir e de planejar as fontes de recursos próprios, porém a grande maioria

⁴ Lei Federal nº 10.257/2001, que obrigou grande parte dos municípios a elaborar ou rever seus planos diretores (BRASIL, 2001).

dos municípios mantém as suas atividades através dos repasses feitos pelo governo federal (FPM) e pelo governo estadual (ICMS), deixando de arrecadar recursos que são especificamente municipais. Assim, pode-se observar que 19% (Quadro 27) desses municípios apresentam uma reduzida capacidade de gestão municipal, principalmente quando analisados sob a óptica de cada um dos índices propostos neste estudo, conforme já apresentado na análise anterior dos instrumentos de gestão pública.

5.1.5 – Análise dos indicadores econômicos, sociais e institucionais para a caracterização do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses

Para identificar e analisar o processo de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses, por meio das desigualdades econômicas, sociais e institucionais, procedeu-se à estratificação dos municípios em agrupamentos homogêneos, hierarquizando-os quanto ao grau de crescimento econômico e de desenvolvimento social e institucional. Inicialmente, os municípios foram classificados segundo a dimensão econômica, que mediu o nível e o ritmo de crescimento econômico, bem como o seu potencial de desenvolvimento socioeconômico, permitindo passar para a classificação das dimensões social e institucional, determinando, assim, o seu grau de endogenia, a sua capacidade de organização social e política, ou seja, o seu capital humano e social.

Para avaliar o grau de capacidade endógena⁵ foram utilizados três indicadores: o grau de educação da população do município, o grau de longevidade e a qualidade institucional do município. Neste contexto, o índice de qualidade institucional do município foi utilizado para captar o capital social, que foi tanto maior quanto maior foi o grau de participação das comunidades locais

⁵ Diz respeito à capacidade dos atores locais (sejam eles empresas, organizações, sindicatos ou outras instituições) de induzir o processo de desenvolvimento. Esse novo paradigma de desenvolvimento regional é também chamado de modelo de desenvolvimento regional “de baixo para cima”.

na gestão do município, quanto maior a capacidade financeira do município e quanto melhor a capacidade gerencial do município.

O primeiro passo para a identificação do grupo homogêneo de municípios deprimidos no Estado constituiu-se nas possíveis combinações entre os indicadores econômicos, conforme a posição do município entre acima (A) ou abaixo (B) da média estadual. E, a partir da análise de cada uma dessas combinações, foi possível realizar oito tipos de caracterização dos municípios paranaenses, conforme já apresentado no Quadro 10.

Foram considerados, para efeito de análise deste estudo e com base na tipificação já apresentada por Haddad (2004b), no Quadro 10, municípios economicamente deprimidos aqueles que foram classificados como BBB ou BAB (BBB – municípios claramente deprimidos do ponto de vista econômico e BAB – municípios que, apesar de terem crescido acima da média estadual no período analisado no que diz respeito ao ritmo de crescimento econômico, ainda não alcançaram um patamar favorável apresentando um baixo potencial de desenvolvimento).

O Quadro 27 relaciona as oito combinações possíveis na dimensão econômica, conforme a posição do município entre acima (A) ou abaixo (B) da média estadual dos três indicadores econômicos considerados, ou seja, nível de crescimento, ritmo de crescimento e potencial de desenvolvimento. Desta forma, percebe-se que as duas combinações (BBB e BAB) estabelecidas para determinar o conjunto de municípios deprimidos dentro da dimensão econômica são as com maior número de municípios, ou seja, BBB com 191, o que representa 47,87%, e BAB, com 75 municípios, representando 18,80%. As duas combinações, juntas, totalizam 266 municípios (66,67% dos municípios paranaenses) que podem ser considerados como economicamente deprimidos dentro da dimensão econômica. Esse resultado vem reforçar os dados já apresentados na introdução e no problema sobre as desigualdades vivenciadas pelos municípios paranaenses.

Quadro 27 - Combinação dos indicadores econômicos para a determinação do número de municípios paranaenses homogêneos.

Tipo	Nível de Crescimento	Ritmo de Crescimento	Potencial de Desenvolvimento	Número de Municípios	% de Municípios
BBB	Baixo	Baixo	Baixo	191	47,87
BBA	Baixo	Baixo	Alto	59	14,79
ABB	Alto	Baixo	Baixo	17	4,26
BAB	Baixo	Alto	Baixo	75	18,80
BAA	Baixo	Alto	Alto	21	5,26
ABA	Alto	Baixo	Alto	10	2,51
AAB	Alto	Alto	Baixo	16	4,01
AAA	Alto	Alto	Alto	10	2,51
Total				399	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

De forma semelhante, e como parte da metodologia proposta, para uma melhor caracterização dos municípios deprimidos, os mesmos também foram caracterizados nas dimensões social e institucional. Nesse caso também foram obtidas oito combinações entre os indicadores socioinstitucionais, conforme a posição do município entre acima (A) ou abaixo (B) da média estadual. Nesse caso, foram somente consideradas as combinações dentre os 266 municípios considerados economicamente deprimidos (tipos BBB e BAB na tipologia econômica, Quadro 27), permitindo, assim, determinar o grau de endogenia e a capacidade de organização social e política dos municípios considerados economicamente deprimidos.

O Quadro 28 apresenta as oito combinações dentro do conjunto dos 266 municípios considerados economicamente deprimidos (tipos BBB e BAB), os quais serão comparados com os indicadores de educação, de longevidade e de qualidade institucional. Nesse sentido, essa reclassificação indicou uma maior

concentração de municípios (31,95%) na combinação onde os três indicadores analisados ocupam posição inferior à média estadual, ou seja, 85 municípios

Quadro 28 – Combinação dos indicadores socioinstitucionais para determinação do potencial de desenvolvimento endógeno no conjunto de municípios tipos BBB e BAB, determinados na dimensão econômica.

Tipo	Educação	Longevidade	Qualidade Institucional	Nº de Municípios	% de Municípios
BBB	Baixo	Baixo	Baixo	85	31,95
BBA	Baixo	Baixo	Alto	80	30,08
BAB	Baixo	Alto	Baixo	47	17,67
ABB	Alto	Baixo	Baixo	3	1,13
ABA	Alto	Baixo	Alto	2	0,75
BAA	Baixo	Alto	Alto	40	15,04
AAB	Alto	Alto	Baixo	5	1,88
AAA	Alto	Alto	Alto	4	1,50
Total				266	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

classificados como BBB. De forma relativa, os resultados obtidos dessa combinação indicam uma grande carência dos municípios quando avaliados em relação às dimensões sociais e institucionais e, por consequência, na sua capacidade de endogenia, principalmente em relação aos indicadores de educação e de qualidade institucional. Nesse particular, os resultados apontam para a fragilidade dos municípios incluídos nessa categoria, onde, analisando os três indicadores positivos (AAA) dentro das três dimensões avaliadas, pode ser

considerada uma anomalia, categoria em que se enquadram somente 4 municípios, sendo eles Ampére, Pontal do Paraná, Realeza e Serranópolis do Iguaçu, indicando, que embora tenham sido classificadas inicialmente como economicamente deprimidos, apresentam condições endógenas de saírem da situação.

Por meio da utilização dos indicadores socioinstitucionais, agregados aos indicadores econômicos, foi possível organizá-los de acordo com o número de indicadores positivos (acima) ou negativos (abaixo) da média estadual. Nesse sentido, foi mantida a mesma proposta inicial para a seleção dos municípios economicamente deprimidos, ou seja, os que foram classificados como BBB ou BAB, o que permite, desta forma, a construção de uma proposta de modelos de municípios deprimidos para o Paraná conforme o seu potencial de endogenia.

Desta forma, dentro do modelo de potencial de endogenia, adaptado de Haddad (2004b), utilizaram-se três conceituações para classificar o município já definido como economicamente deprimido. Na primeira conceituação foi considerado como município economicamente deprimido com **baixo** potencial de desenvolvimento endógeno aquele que não apresentou nenhum indicador socioinstitucional (educação, longevidade ou qualidade institucional) acima da média estadual. Na segunda conceituação foi considerado como de **médio** potencial de desenvolvimento endógeno o município que apresentou ao menos um indicador socioinstitucional acima da média estadual, o que lhe permitia uma vantagem comparativa na construção do desenvolvimento. E, na terceira conceituação, foi considerado com **alto** potencial de desenvolvimento endógeno o município que apresentou dois ou três desses indicadores socioinstitucional em condições favoráveis, ou seja, acima da média estadual.

Assim, dos 266 municípios paranaenses inicialmente classificados como economicamente deprimidos, conforme demonstrado no Quadro 27, por meio da combinação BBB e BAB, após a aplicação do modelo de endogenia proposto, chegou-se a 85 municípios economicamente deprimidos e com baixo potencial endógeno por não apresentarem nenhum indicador socioinstitucional acima dos respectivos indicadores do Estado. A relação dos municípios que estão

caracterizados nesta categoria está no Quadro 6A do Apêndice A. Os resultados demonstram que, no Paraná, os municípios economicamente deprimidos e com baixo potencial endógeno, embora estejam distribuídos em todo o Estado, apresentam maior concentração em algumas mesorregiões, como a Centro-Sul, Noroeste, Centro-Ocidental e Norte Pioneiro Paranaense. Desta forma, o subdesenvolvimento é espacialmente localizado em áreas que apresentaram características geográficas distintas. E, neste contexto, percebe-se que são municípios pobres, de baixo dinamismo, de baixo potencial econômico e, principalmente, que sinalizam dificuldades para a superação endógena dos seus problemas socioeconômicos. Ou seja, são municípios deprimidos num sentido amplo e sem perspectiva de modificarem a realidade existente.

É importante destacar que há um elemento comum em quase todos esses 85 municípios. Eles se encontram em áreas geográficas do Estado onde ocorreram processos de desmatamento e de uso predatório dos seus ecossistemas, reduzindo drasticamente a produtividade dos recursos naturais dos municípios, ou seja, a destruição do seu capital natural.

Conforme foi observado na problemática deste estudo, quando se fez referência ao fato de que muito dos municípios paranaenses apresentavam PIB *per capita* idêntico ou abaixo ao de muitos municípios do sertão nordestino, pode-se então fazer a seguinte indagação: Como sobrevive a economia urbana desses municípios? Esses municípios estão sobrevivendo à custa de transferências que são extraídas a partir do excedente econômico gerado nos municípios mais prósperos do país. Essas transferências, segundo Haddad (2004b), se manifestam, em nível da renda das famílias, pela aposentadoria rural, pelo Bolsa-Família, pelo sistema assistencial da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS⁶) etc., e, em nível das finanças públicas municipais, pelas regras adotadas pelo FPM, pela cota-parte livre do ICMS, pelos fundos setoriais etc.

⁶ Lei Federal nº 8.742/1993 (LOAS), que determina que a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado. É Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Essa constatação acaba gerando uma grande preocupação no que diz respeito à redução ou, até mesmo, ao fim dessas transferências, pois se, por algum mecanismo político, fossem bloqueados os mecanismos de transmissão de benefícios compensatórios, provavelmente o Estado teria municípios com os seus indicadores sociais e econômicos em igualdade de semelhança aos dos países mais pobres da África. Nesse aspecto, os dados do crescimento do PIB *per capita* entre o ano de 1991 a 2000 demonstram que, enquanto o PIB *per capita* do Brasil cresceu a uma taxa anual de 1,39% ao ano, o crescimento das transferências *per capita* foi de 6,9% ao ano. Ou seja, o PIB *per capita* local pode crescer (como vem crescendo no século XXI) sem que tenha necessariamente ocorrido um processo de crescimento econômico no município. Para, portanto, evitar a formação, no Estado do Paraná, de municípios que dependam permanentemente das rendas transferidas pelos governos federal e estadual, é preciso que se estructure, nos municípios deprimidos, um processo de ativação e de canalização das suas forças sociais, de melhoria da capacidade associativa e de exercício da iniciativa criativa.

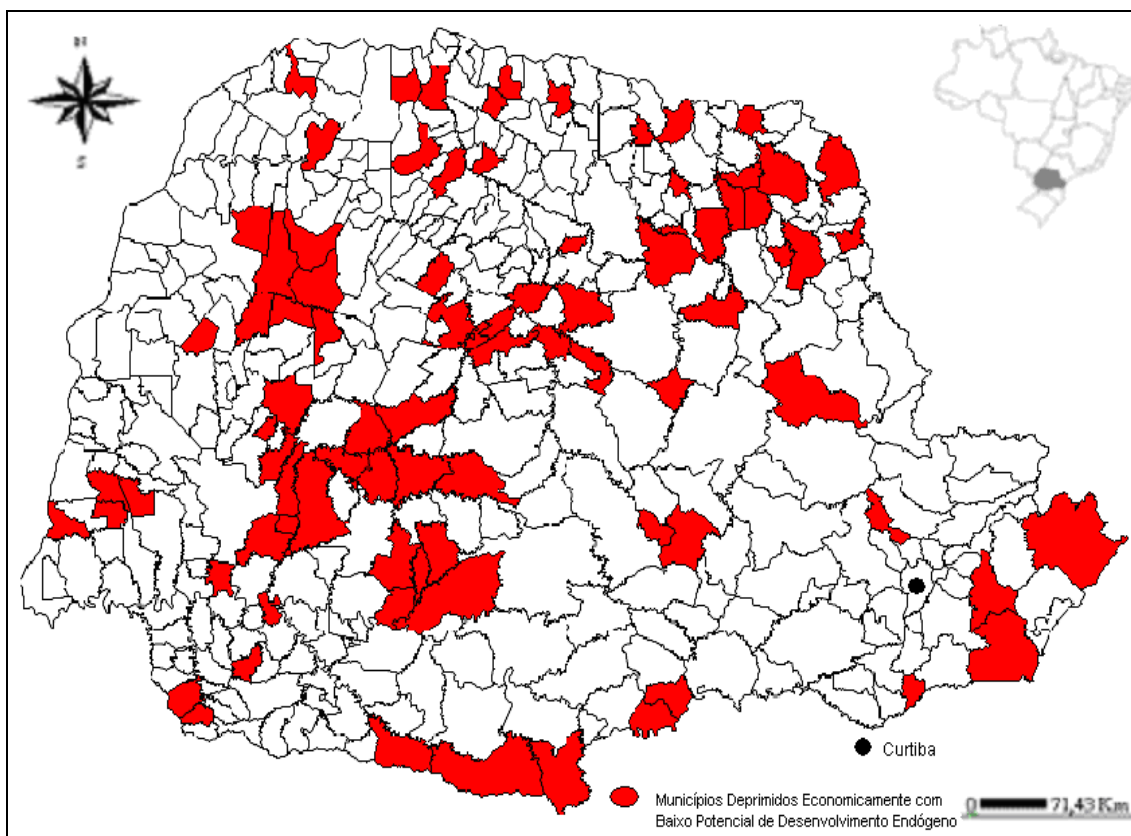
O Quadro 29 apresenta a combinação entre os municípios paranaenses que foram definidos como economicamente deprimidos na dimensão econômica (BBB BAB) e a combinação das dimensões social e institucional. Desta forma, 85 municípios foram caracterizados como economicamente deprimidos e de baixo potencial endógeno, nos quais todos os indicadores socioinstitucionais estavam abaixo da média estadual. A localização geográfica deles é apresentada na Figura 10. Esses municípios representam 31,95% dos 266 municípios paranaenses que foram caracterizados como economicamente deprimidos na dimensão econômica.

Já 130 municípios foram caracterizados como economicamente deprimidos de médio potencial endógeno, pois apresentaram pelo menos um dos indicadores social ou institucional positivo. Eles representam 48,87% dos municípios paranaenses que haviam sido caracterizados como economicamente deprimidos na dimensão econômica.

Quadro 29 - Organização das combinações para a construção dos arquétipos do Potencial de Desenvolvimento Endógeno dos Municípios Paranaenses.

Tipo	Nº de Municípios (Tipo)	Nº de Municípios (Arquétipo)	Arquétipos
BBBBB	58	85	Municípios economicamente deprimidos com baixo potencial de desenvolvimento endógeno
BABBBB	27		
BBBBBA	63	130	Municípios economicamente deprimidos com médio potencial de desenvolvimento endógeno
BBBBAB	2		
BBBABB	36		
BABBBA	17		
BABBAB	1		
BABABB	11		
BBBAAB	2	51	Municípios economicamente deprimidos com alto potencial de desenvolvimento endógeno
BBBABA	24		
BBBBAA	2		
BABAAB	3		
BABABA	16		
BABBAA	0		
BBBAAA	4		
BABAAA	0		
Total de municípios		266	

Fonte: Resultados da pesquisa.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 10 – Localização dos 85 municípios paranaenses economicamente deprimidos e com baixo potencial de desenvolvimento endógeno.

A relação dos 130 municípios que estão caracterizados nessa categoria pode ser visualizada no Quadro 7A do Apêndice A, e as suas respectivas localizações podem ser visualizada na Figura 8A do Apêndice A. E, na categoria caracterizada como economicamente deprimidos e de alto potencial endógeno, por agregarem dois ou três dos indicadores socioinstitucionais positivos, foram obtidos 51 de municípios, representando 19,17% dos 266 municípios paranaenses que foram caracterizados como economicamente deprimidos na dimensão econômica.

A relação dos municípios classificados nessa categoria está apresentada no Quadro 9A do Apêndice A, e as suas respectivas localizações podem ser visualizadas na Figura 10A do Apêndice A.

5.1.6. Análise do potencial de desenvolvimento endógenos por meio dos capitais humano e social dos municípios paranaenses

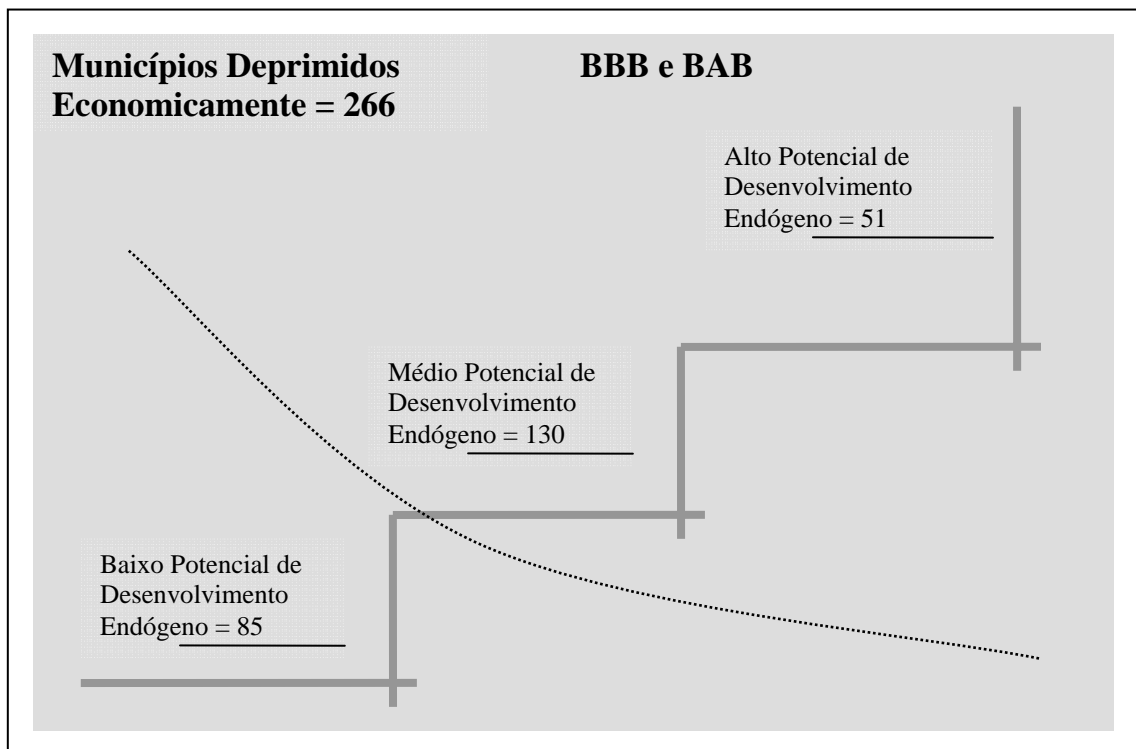
Este estudo apresentou como hipótese básica que a grande maioria dos municípios paranaenses classificados como economicamente deprimidos também seriam municípios que apresentariam baixos indicadores de capital humano e de capital social. Assim, por meio de variáveis *proxy* procurou-se captar o potencial de desenvolvimento endógeno de cada município. Assim, os municípios paranaenses economicamente deprimidos e sem uma formação de capital humano e social foram medidos por um índice de educação e de participação popular via conselhos municipais, respectivamente.

A Figura 11 representa, de forma resumida, o terceiro quadrante da Figura 9, que representa a distribuição espacial dos municípios paranaenses em função da sua dimensão econômica. Esse quadrante caracteriza exclusivamente os 266 municípios economicamente deprimidos nos três níveis de potencial de desenvolvimento endógeno (alto, médio e baixo).

A representação gráfica da Figura 11 procura retratar uma “escala” caracterizando o esforço que cada município paranaense economicamente deprimido terá que promover para superar as suas deficiências em termos econômicos, sociais e institucionais. Caso o esforço ocorra, isso permite, desta forma, que ele se desloque para um grau melhor dentro do mesmo quadrante, ou se desloque para outro quadrante diferente da qualidade de deprimido.

Os resultados do Quadro 30 demonstram que os municípios deprimidos têm uma maior dificuldade de mobilização, de organização e de participação popular, dificultando as iniciativas coletivas de coesão social, de solidariedade e de confiança. Para Putman (2002) e Haddad (2008), esses são elementos fundamentais para promoverem uma inquietação popular positiva, pois, enquanto

não houver um processo de inconformismo da comunidade local com o seu subdesenvolvimento, não se dará o *start* para a mudança dessa situação.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 11 – Representação do terceiro quadrante da dimensão econômica e do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses.

Enquanto houver conformismo, apatia ou passividade dos habitantes do município ou região, é porque a dinâmica da organização social e política ainda não se faz presente, denotando falhas na composição do capital humano e capital social. Ou seja, a formação do capital humano, nesses municípios economicamente deprimidos e com reduzidos potenciais de desenvolvimento endógenos, mais que adestrar e instruir, deve criar uma mentalidade crítica, e questionadora. Desta forma, os dados do Quadro 30 remetem para um resultado estarrecedor, onde aproximadamente 75% dos municípios paranaenses considerados economicamente deprimidos são municípios cuja emancipação

ocorreu há trinta, cinquenta ou mais de cem anos. Isso demonstra que, nesses municípios, o passar do tempo e a situação precária econômica e social não promoveram, nessa população, o *star* de inconformismo e de busca de novas alternativas.

Quadro 30 – Participação percentual e número de municípios paranaenses economicamente deprimidos com base no potencial de desenvolvimento endógeno em relação ao período de emancipação.

Anos de emancipação	Municípios com Baixo potencial endógeno	%	Municípios com Médio potencial endógeno	%	Municípios com Alto potencial endógeno	%
de 12 a 25 anos	22	25,88%	34	26,15%	14	27,45%
de 26 a 49 anos	29	34,12%	48	36,92%	21	41,18%
de 50 a 99 anos	27	31,76%	43	33,08%	14	27,45%
mais de 100	7	8,24%	5	3,85%	2	3,92%
Total de municípios	85	100,00%	130	100,00%	51	100,00%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Neste sentido, o Quadro 31 apresenta os dados relativos à formação do índice de educação dos 85 municípios que foram classificados como economicamente deprimidos e de baixo potencial de desenvolvimento endógeno no Estado do

Quadro 31 – Distribuição do índice de educação em relação aos 85 municípios paranaenses economicamente deprimidos e com baixo potencial de desenvolvimento endógeno.

	Nota AAI ¹	% em relação a média	Nota FEI ²	% em relação a média	IE ³
Média do Estado do Paraná	9,15		8,46		100,00
1 Itaipulândia	9,14	99,90%	8,45	99,89%	99,90
2 Morretes	9,21	100,69%	8,28	97,94%	99,82
3 Guaratuba	9,29	101,57%	7,94	93,83%	99,13
4 Paula Freitas	9,21	100,69%	8,06	95,23%	98,96
5 Paulo Frontin	9,42	102,95%	7,54	89,13%	98,58
6 Cruzeiro do Oeste	8,57	93,70%	9,07	107,22%	97,98
7 Ubitatã	8,64	94,49%	8,91	105,31%	97,91
8 Nova Londrina	8,96	97,93%	8,27	97,80%	97,89
9 Virmond	9,19	100,49%	7,80	92,22%	97,88
10 Mandaguaçu	8,91	97,44%	8,34	98,62%	97,81
11 Nova Esperança	8,97	98,03%	8,02	94,78%	97,00
12 Cruzeiro do Iguaçu	8,77	95,87%	8,38	99,07%	96,88
13 Laranjeiras do Sul	8,92	97,54%	8,07	95,41%	96,87
14 Anahy	8,61	94,19%	8,60	101,62%	96,54
15 Califórnia	8,76	95,77%	8,30	98,07%	96,50
16 Vera Cruz do Oeste	8,52	93,11%	8,75	103,49%	96,39
17 Piraí do Sul	9,07	99,21%	7,55	89,20%	96,05
18 Iguaçu	8,65	94,59%	8,37	98,99%	95,98
19 Ribeirão Claro	8,82	96,46%	7,96	94,10%	95,71
20 Nova Esperança do Sudoeste	8,73	95,47%	8,11	95,91%	95,61
21 Borrazópolis	8,59	93,90%	8,39	99,21%	95,58
22 Santo Antônio da Platina	8,70	95,08%	8,13	96,07%	95,39
23 Guamiranga	9,15	100,00%	7,23	85,42%	95,39
24 Santo Antônio do Sudoeste	8,64	94,49%	8,20	96,99%	95,28
25 Paranacity	8,70	95,18%	7,97	94,21%	94,87
26 Leopólis	8,52	93,21%	8,33	98,41%	94,86
27 Rancho Alegre	8,63	94,39%	8,08	95,55%	94,76
28 Ibema	8,61	94,10%	8,13	96,08%	94,72
29 Imbituva	9,35	102,26%	6,62	78,22%	94,66
30 Tapejara	8,64	94,49%	7,98	94,34%	94,44
31 Andirá	8,71	95,28%	7,81	92,35%	94,35
32 Nova Cantu	8,27	90,45%	8,69	102,72%	94,33
33 Clevelândia	8,84	96,65%	7,52	88,94%	94,21
34 Maria Helena	8,11	88,68%	8,95	105,77%	94,09
35 Porto Barreiro	8,84	96,65%	7,45	88,04%	93,93
36 Agudos do Sul	8,84	96,65%	7,43	87,86%	93,87
37 Moreira Sales	8,23	89,96%	8,65	102,24%	93,85
38 Roncador	8,33	91,04%	8,44	99,80%	93,81
39 Guaraniaçu	8,61	94,10%	7,84	92,72%	93,66
40 Braganey	8,46	92,52%	8,06	95,33%	93,41
41 Cantagalo	8,67	94,78%	7,63	90,25%	93,35
42 Nossa Senhora das Graças	8,38	91,63%	8,18	96,73%	93,25
43 Quinta do Sol	8,06	88,09%	8,82	104,21%	93,19
44 Jardim Alegre	8,17	89,37%	8,58	101,38%	93,17
45 Cândói	8,72	95,37%	7,44	87,91%	93,02
46 Florestópolis	8,43	92,13%	8,02	94,85%	92,99
47 Nova América da Colina	8,39	91,73%	8,07	95,43%	92,90
48 Janiópolis	8,10	88,58%	8,62	101,89%	92,79
49 Bom Jesus do Sul	8,40	91,83%	8,01	94,67%	92,73
50 Catanduvas	8,28	90,55%	8,20	96,88%	92,55
51 Faxinal	8,31	90,85%	8,14	96,22%	92,55
52 Palmas	8,84	96,65%	7,07	83,57%	92,52
53 Tomazina	8,44	92,32%	7,76	91,70%	92,13
54 Boa Vista da Aparecida	8,36	91,44%	7,81	92,31%	91,71
55 Tuneiras do Oeste	8,41	91,93%	7,70	91,02%	91,64
56 Amaporã	8,33	91,04%	7,79	92,03%	91,36
57 General Carneiro	8,82	96,46%	6,78	80,16%	91,30
58 Brasilândia do Sul	7,92	86,62%	8,56	101,21%	91,23
59 Diamante D'Oeste	8,15	89,08%	8,08	95,51%	91,11
60 Nova Santa Bárbara	8,17	89,37%	7,99	94,49%	90,99
61 Jundiá do Sul	8,19	89,57%	7,95	93,95%	90,95
62 Jaboti	8,29	90,65%	7,75	91,58%	90,95
63 Ribeirão do Pinhal	8,17	89,37%	7,93	93,75%	90,76
64 Barbosa Ferraz	7,94	86,81%	8,39	99,21%	90,73
65 Palmital	8,23	89,96%	7,78	92,02%	90,61
66 Lunardelli	8,01	87,60%	8,16	96,41%	90,39
67 Salto do Itararé	8,07	88,29%	7,98	94,35%	90,21
68 Ramilândia	7,95	86,91%	8,20	96,98%	90,09
69 São João do Caiuá	8,17	89,37%	7,75	91,61%	90,08
70 Abatiá	8,11	88,68%	7,81	92,29%	89,82
71 Cafeara	8,01	87,60%	7,98	94,32%	89,72
72 Mariluz	7,89	86,32%	8,16	96,41%	89,51
73 Santa Maria do Oeste	8,25	90,16%	7,43	87,81%	89,42
74 Campo Bonito	8,13	88,88%	7,45	88,13%	88,64
75 Congonhinhas	7,93	86,71%	7,80	92,15%	88,43
76 Curitiba	8,11	88,68%	7,37	87,17%	88,20
77 Guaraqueçaba	8,22	89,86%	7,09	83,79%	87,94
78 Grandes Rios	7,80	85,24%	7,87	93,02%	87,70
79 Rosário do Ivaí	7,90	86,42%	7,60	89,79%	87,48
80 Itaperuçu	8,58	93,80%	6,19	73,16%	87,27
81 Altamira do Paraná	7,90	86,42%	7,36	87,04%	86,62
82 São Jerônimo da Serra	7,62	83,37%	7,87	93,08%	86,44
83 Godoy Moreira	7,39	80,81%	8,17	96,63%	85,81
84 Laranjal	7,74	84,65%	7,28	86,11%	85,11
85 Imbaú	7,90	86,42%	6,18	73,07%	82,20

¹ Nota para adultos alfabetizados no município i

² Nota para frequência escolar no município i

³ Índice de Educação

Fonte: Resultados da pesquisa.

Paraná. Percebe-se que são raros os municípios enquadrados nessa classificação em que a taxa de alfabetização de adultos (AA_i) apresentasse um desempenho acima da média estadual⁷. A melhoria do índice de educação é considerada como um dos fatores decisivos na mudança de *performance* dos municípios com baixo potencial de desenvolvimento endógeno, pois a elevação do nível do capital humano é um elemento de mudança e de transformação local no médio e longo prazo, uma vez que o maior e melhor nível de instrução qualitativa da população contribuirá para o aumento da sua eficiência e da sua produtividade, refletindo na melhoria das condições de vida. Para que isso ocorra, o investimento e o acompanhamento da sociedade e do setor público nessa área torna-se de fundamental importância para a formação e a qualificação das futuras gerações.

Para Putnam (2002), uma comunidade cívica organizada representa o capital social de um município por meio da incorporação dos princípios de igualdade política, dos sentimentos de confiança e de solidariedade.

O reflexo da comunidade civil organizada é o espírito de cooperação e de participação da comunidade. Assim também o é a política adotada pelo município em relação à constituição e à forma de gerenciamento das ações dos conselhos municipais, ou seja, em relação à existência e ao tipo de participação da população nesses conselhos (se conselho participativo, se conselho deliberativo etc.).

Embora se saiba da importância e da contribuição isolada de cada tipo de capital para a formação do desenvolvimento local, neste estudo foram enfocados os aspectos do capital social como elemento de propulsão do desenvolvimento endógeno dos municípios considerados dentro da dimensão econômica como deprimidos. Assim sendo, o capital social de um município é a capacidade que o município tem de criar, de estimular e de sustentar associações cívicas organizadas.

⁷ Formada pelo percentual de pessoas acima de 15 anos de idade que sabem ler e escrever e a taxa bruta de frequência escolar (FE_i), calculada através da proporção entre o número total de pessoas em todas as faixas etárias que frequentam os cursos fundamentais, segundo grau ou superior em relação ao total de pessoas na faixa etária de 7 a 22 anos.

As informações do Quadro 32 representam a rede de confiança e, por consequência, o nível de cidadania dos 85 municípios considerados economicamente deprimidos e com baixo potencial de desenvolvimento endógeno. Com base nesses dados verificou-se que, na sua grande totalidade, é muito baixa a participação da população nas decisões dos conselhos, sejam elas paritárias ou deliberativas. Considerando-se como participação deliberativa as ações da população nos conselhos municipais, tem-se que, dos 85 municípios paranaenses, 58 desses não apresentaram nenhuma participação em termos de deliberação em nenhum dos conselhos; 21 apresentaram participação deliberativa em apenas um dos conselhos; e 6 apresentaram participação deliberativa em pelo menos dois dentre os três conselhos, sendo que nenhum dos 85 municípios paranaenses apresentou participação deliberativa nos três conselhos.

Frente a essas informações, a falta de mecanismos que propiciem o surgimento e o desenvolvimento do capital social deve ser objeto de preocupação das autoridades em esferas estaduais e federais, pois não se consegue ter regiões fortes e dinâmicas se elas forem compostas por municípios que não tenham uma sociedade civil organizada e dinâmica no seu meio.

A mesma tendência verificada em relação à participação deliberativa se mantém em termos de formação de conselhos quanto à sua paridade. Ou seja, a grande maioria dos 85 municípios paranaenses considerados economicamente deprimidos e de baixo potencial de desenvolvimento endógeno tem, na constituição de seus conselhos municipais, a prática de formação de conselhos de forma não paritária, sem envolvimento popular e sem comprometimento da sociedade.

Quadro 32 – Caracterização do tipo de conselho municipal em relação aos 85 municípios paranaenses economicamente deprimidos e com baixo potencial de desenvolvimento endógeno.

Municípios	Paritário					contagem de Sim	Deliberativo			contagem de Sim
	1	2	3	4	5		6	7	8	
1 Abatiá	Não	Não	Não	Sim	Sim	2	Não	Não	Sim	1
2 Agudos do Sul	Sim	Não	Não	Não	Não	1	Não	Não	Sim	1
3 Altamira do Paraná	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
4 Amaporã	Sim	Não	Não	Não	Não	1	Não	Não	Não	0
5 Anahy	Não	Sim	Não	Não	Não	1	Sim	Não	Não	1
6 Andirá	Não	Não	Não	Não	Sim	1	Não	Não	Não	0
7 Barbosa Ferraz	Não	Sim	Não	Não	Não	1	Sim	Não	Não	1
8 Boa Vista da Aparecida	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
9 Bom Jesus do Sul	Não	Não	Não	Sim	Não	1	Não	Não	Não	0
10 Borrazópolis	Não	Não	Não	Sim	Não	1	Não	Não	Não	0
11 Braganey	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
12 Brasilândia do Sul	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
13 Cafeara	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
14 Califórnia	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
15 Campo Bonito	Sim	Não	Não	Não	Não	1	Não	Não	Não	0
16 Cândói	Não	Não	Não	Sim	Não	1	Não	Não	Não	0
17 Cantagalo	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
18 Catanduvas	Não	Não	Não	Sim	Não	1	Sim	Não	Sim	2
19 Clevelândia	Não	Não	Não	Não	Não	0	Sim	Não	Não	1
20 Congonhinhas	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
21 Cruzeiro do Iguaçu	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
22 Cruzeiro do Oeste	Não	Não	Não	Sim	Sim	2	Não	Não	Sim	1
23 Curiúva	Não	Não	Não	Não	Sim	1	Não	Não	Não	0
24 Diamante D'Oeste	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
25 Faxinal	Não	Não	Não	Sim	Não	1	Não	Não	Não	0
26 Florestópolis	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
27 General Carneiro	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
28 Godoy Moreira	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
29 Grandes Rios	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
30 Guamiranga	Não	Não	Não	Não	Não	0	Sim	Não	Não	1
31 Guaraniçua	Sim	Não	Não	Não	Não	1	Não	Sim	Não	1
32 Guaraqueçaba	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
33 Guaratuba	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
34 Ibema	Não	Não	Não	Sim	Não	1	Não	Não	Não	0
35 Iguaçu	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
36 Imbaú	Não	Não	Não	Não	Sim	1	Não	Não	Não	0
37 Imbituva	Não	Não	Sim	Sim	Não	2	Não	Sim	Sim	2
38 Itaipulândia	Sim	Não	Não	Não	Não	1	Sim	Não	Não	1
39 Itaperuçu	Sim	Não	Não	Sim	Sim	3	Não	Não	Sim	1
40 Jaboti	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
41 Janiópolis	Sim	Não	Não	Sim	Não	2	Não	Não	Não	0
42 Jardim Alegre	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
43 Jundiá do Sul	Não	Não	Não	Sim	Não	1	Não	Não	Sim	1
44 Laranjal	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
45 Laranjeiras do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	4	Não	Sim	Não	1
46 Leópolis	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
47 Lunardelli	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
48 Mandaguçu	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
49 Maria Helena	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
50 Mariluz	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
51 Moreira Sales	Não	Não	Não	Sim	Não	1	Não	Não	Não	0
52 Morretes	Não	Sim	Não	Não	Não	1	Sim	Não	Sim	2
53 Nossa Senhora das Graças	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
54 Nova América da Colina	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
55 Nova Cantu	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
56 Nova Esperança	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
57 Nova Esperança do Sudo	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
58 Nova Londrina	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Sim	1
59 Nova Santa Bárbara	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
60 Palmas	Sim	Sim	Não	Não	Não	2	Sim	Sim	Não	2
61 Palmital	Não	Não	Não	Sim	Não	1	Não	Não	Sim	1
62 Paranacity	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
63 Paula Freitas	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
64 Paulo Frontin	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
65 Piraí do Sul	Sim	Não	Não	Não	Não	1	Não	Não	Não	0
66 Porto Barreiro	Não	Sim	Não	Não	Não	1	Sim	Não	Não	1
67 Quinta do Sol	Sim	Não	Não	Não	Não	1	Não	Não	Não	0
68 Ramilândia	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
69 Rancho Alegre	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
70 Ribeirão Claro	Não	Sim	Não	Sim	Sim	3	Não	Não	Sim	1
71 Ribeirão do Pinhal	Sim	Não	Não	Sim	Não	2	Não	Não	Sim	1
72 Roncador	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
73 Rosário do Ivaí	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
74 Salto do Itararé	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
75 Santa Maria do Oeste	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
76 Santo Antônio da Platina	Não	Não	Sim	Sim	Não	2	Não	Sim	Sim	2
77 Santo Antônio do Sudoeste	Sim	Não	Não	Sim	Não	2	Não	Não	Sim	1
78 São Jerônimo da Serra	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
79 São João do Caiuá	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0
80 Tapejara	Não	Sim	Não	Não	Não	1	Sim	Não	Não	1
81 Tomazina	Não	Sim	Sim	Sim	Não	3	Não	Não	Não	0
82 Tuneiras do Oeste	Sim	Sim	Não	Sim	Não	3	Sim	Não	Sim	2
83 Ubitatã	Não	Não	Não	Sim	Não	1	Não	Não	Sim	1
84 Vera Cruz do Oeste	Não	Sim	Não	Não	Não	1	Sim	Não	Não	1
85 Virmond	Não	Não	Não	Não	Não	0	Não	Não	Não	0

1 - Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar

2 - Conselho municipal de habitação

3 - Conselho municipal de transporte

4 - Conselho municipal de meio ambiente

5 - Conselho municipal de cultura

6 - Conselho de Habitação

7 - Conselho de Transporte

8 - Conselho do Meio Ambiente

Fonte: Resultados da pesquisa.

6. RESUMO E CONCLUSÕES

A análise do conjunto de informações econômicas e sociais do Estado do Paraná do ponto de vista conjuntural atribui ao Estado uma posição confortável em relação aos demais Estados brasileiros. Ocorre, porém, que esses resultados, obtidos em termos médios estaduais, acabam dando uma falsa impressão de que, no Paraná, a distribuição da riqueza e dos avanços sociais ocorre de forma homogênea. Dessa forma, quando se analisa a formação e a distribuição da riqueza entre os municípios paranaenses, percebe-se uma grande distorção. Os avanços que o Estado obteve na elevação da renda *per capita* ao longo dos últimos anos não foram distribuídos de forma equitativa entre os municípios, situação essa que fez ampliar as disparidades socioeconômicas. Trata-se de uma disparidade tão profunda, ao ponto de, em 2006, de um total de 399 municípios, somente 5 responderem por 43,7% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

Em vista do exposto, mais que apresentar indicadores de desigualdades socioeconômicas, os resultados da pesquisa também avaliaram se, no Paraná, os municípios economicamente deprimidos proporcionam um freio ao próprio processo de crescimento e de desenvolvimento econômico. Essa avaliação pressupõe que, em função do círculo vicioso da pobreza, quanto mais desigual um município, menor é a sua capacidade de reduzir a sua pobreza por intermédio das suas condições socioeconômicas. Assim, não são apenas os aspectos

econômicos os responsáveis pelo dinamismo econômico do município, mas a associação deles com fatores endógenos, tais como capital humano, capital social, capital institucional, capital físico e capital natural.

O objetivo desta pesquisa foi identificar entre os 399 municípios paranaenses, aqueles que, dentro das dimensões econômica, social e institucional, fossem considerados economicamente deprimidos e, com base nessa identificação, determinar o grau de potencial de desenvolvimento endógeno desses municípios.

Visando atender ao objetivo proposto, foi adotado um processo de regionalização dos municípios paranaenses por meio da homogeneidade ou da heterogeneidade do potencial endógeno. Inicialmente foi estabelecida a dimensão econômica formada por três índices: indicador do nível de crescimento econômico, indicador do ritmo de crescimento econômico e indicador do potencial de desenvolvimento. A partir do indicador do nível de crescimento econômico identificou-se o conjunto de municípios paranaenses que estavam acima ou abaixo do valor do PIB *per capita* médio estadual no ano de 2006. Por intermédio do indicador de ritmo de crescimento econômico identificou-se o grupo de municípios paranaenses que estavam situados acima ou abaixo da média estadual relativa ao PIB *per capita* dos anos de 1999 e 2006. E por meio do indicador do potencial de desenvolvimento endógeno identificaram-se os municípios paranaenses que apresentaram melhor desempenho relativo em 42 variáveis distribuídas nas dimensões econômica, social e política. Utilizando a análise fatorial foi possível determinar cinco fatores de desenvolvimento econômico e as suas respectivas variâncias, o que permitiu a construção de um fator ponderado, fator que representou o indicador de potencial de desenvolvimento.

Por meio da combinação desses três indicadores foram estabelecidas oito combinações entre os indicadores econômicos, conforme a posição do município entre acima (A) ou abaixo (B) da média estadual. Com a análise de cada uma dessas combinações estabeleceu-se uma tipologia de municípios paranaenses com relação à dimensão econômica. Considerou-se como município

economicamente deprimido aquele que apresentou baixo nível de crescimento econômico, baixo ritmo de crescimento econômico e baixo potencial de desenvolvimento.

Utilizando a mesma metodologia aplicada na construção da tipologia da dimensão econômica foram estabelecidas oito combinações possíveis entre os indicadores socioinstitucionais (educação, longevidade e qualidade institucional) conforme a posição do município entre acima (A) ou abaixo (B) da média estadual em relação a cada um desses indicadores. Cabe ressaltar que foram consideradas as combinações apenas dentre os municípios já considerados economicamente deprimidos.

Desta forma, a utilização dos indicadores socioinstitucionais agregados aos indicadores econômicos e organizados de acordo com o número de indicadores positivos ou negativos permitiu a construção do *ranking* de municípios economicamente deprimidos para o Paraná, conforme o seu potencial de endogenia, ou seja, com baixo, médio ou alto potencial de desenvolvimento endógeno.

A respeito das principais conclusões relacionadas com os resultados da metodologia utilizada e dos objetivos propostos, elas abrangem as dimensões econômica, institucional e social, bem como a determinação do potencial de desenvolvimento endógeno, as limitações e as sugestões da pesquisa.

Com relação à capacidade de desenvolvimento socioeconômico dos municípios, concluiu-se que 74,94% dos municípios paranaenses estão situados abaixo da média estadual, apresentando, nas suas estruturas econômicas, sociais e políticas, um grande distanciamento dos avanços já alcançados por um pequeno grupo de municípios no Estado, responsáveis pela elevação da média estadual.

Em relação à dimensão social concluiu-se, também, pelo grande distanciamento entre os municípios do Estado, cujo resultado é reflexo da situação econômica e social apresentada nos indicadores da dimensão econômica. Quanto mais precária a oferta de serviços básicos, menor é a expectativa de vida da população. Em relação aos municípios que apresentaram o maior índice de longevidade no Estado, os primeiros estão situados em

mesorregião com maior dinamismo, Em relação ao Índice de Educação dos Municípios Paranaenses, concluiu-se que é elevado o número de municípios paranaenses localizados abaixo da média estadual, refletindo que, na maioria dos pequenos municípios em que a renda da população é baixa, ocorre a saída dos jovens para o mercado de trabalho, visando complementar a renda familiar.

Em relação à efetiva participação da comunidade nas ações da administração municipal a partir dos conselhos municipais, pode-se concluir, por meio do cruzamento das informações, que, em aproximadamente 85% dos municípios do Estado, é baixíssima a participação da população em relação aos conselhos municipais, onde somente sete municípios paranaenses apresentaram um grau elevado de participação. Esta mesma lógica também se verifica em relação à capacidade financeira dos municípios paranaenses, pois mais de dez por cento deles não possuíam no ano de 2007, recursos suficientes para quitarem a folha de pagamento e os compromissos municipais já empenhados. Isso demonstra, claramente, a precariedade das finanças nesses municípios, bem como a baixa capacidade de investimentos do poder público local. Os resultados permitem concluir que mais de 35% dos municípios paranaenses apresentaram um baixo desempenho na sua capacidade de participar de consórcios municipais e intermunicipais, no seu controle da relação receita/despesa municipais e na geração de poupança real *per capita*. Assim, dentro da conceituação do desenvolvimento endógeno, esses 35% de municípios paranaenses não apresentaram condições de alavancar a demanda efetiva das suas economias, via gastos públicos ou investimentos e manutenção da infraestrutura municipal.

Com relação à capacidade gerencial dos municípios paranaenses, concluiu-se que os municípios apresentaram um bom desempenho nos recursos de gestão, nos instrumentos de gestão e no planejamento, demonstrando a capacidade que os municípios do Estado têm de gerir e de planejar os seus recursos. Em relação a este indicador concluiu-se, porém, que a grande maioria dos municípios mantém as suas atividades básicas via repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e Serviços (ICMS), deixando de arrecadar recursos especificamente municipais.

Esses resultados permitiram a identificação e a análise do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses. Por meio do perfil das desigualdades econômicas, sociais e institucionais, procedeu-se à estratificação dos municípios em agrupamentos homogêneos, hierarquizando-os quanto ao grau de crescimento e de desenvolvimento econômico, social e institucional. Com base na dimensão econômica concluiu-se que 266 municípios paranaenses foram classificados como economicamente deprimidos. E, por meio do modelo de endogenia, classificaram-se como de baixo potencial de desenvolvimento endógeno 85 municípios paranaenses. Os municípios deprimidos e de baixo potencial de desenvolvimento endógeno estão mais concentrados em algumas mesorregiões, como a Centro-Sul, a Noroeste, a Centro-Ocidental e a do Norte Pioneiro Paranaense. Neste contexto, concluiu-se que esse grupo de municípios é pobre e de baixo dinamismo, o que dificulta a superação endógena dos seus problemas socioeconômicos. Também se identificaram 130 municípios economicamente deprimidos de médio potencial de desenvolvimento endógeno e 51 municípios como economicamente deprimidos e de alto potencial endógeno, com maior chance de se deslocar para uma fase mais elevada do processo de desenvolvimento econômico.

O estudo conclui pela confirmação da hipótese apresentada, ou seja, que os municípios paranaenses classificados como economicamente deprimidos, por extensão, também seriam municípios que apresentariam baixos indicadores de capital humano e de capital social. Apresentam eles, portanto, maior dificuldade de mobilização, de organização e de participação popular, dificultando as suas iniciativas coletivas de coesão social, de solidariedade e de confiança. Por consequência, o nível de cidadania, ou seja, o capital social dos municípios economicamente deprimidos é muito baixo, com quase nenhuma participação da população nas decisões dos conselhos municipais, sejam elas paritárias ou deliberativas.

Esta pesquisa trouxe, também, importantes avanços científicos relacionados com o tema e com o problema de pesquisa, assim tornando possível ampliar a forma de medir a classificação dos municípios em relação ao seu nível de desenvolvimento econômico, não apenas no aspecto econômico, mas social e institucional. Foram alcançados resultados que reforçam a justificativa de que, para dimensionar o desenvolvimento endógeno dos municípios, é necessária, além da consideração de variáveis econômicas e sociais, a inclusão de variáveis que captem o modo de vida e a origem da sua população. Os resultados da pesquisa são de elevada importância na formulação de políticas públicas (sejam elas locais, estaduais ou federais) que visem modificar o perfil do desenvolvimento econômico de uma determinada região.

Quanto às principais limitações desta pesquisa, elas são de ordem metodológica, estando relacionadas com os dados utilizados, em que algumas variáveis refletem uma defasagem de cinco ou dez anos.

Finalmente, considerando que os municípios são o principal indutor do crescimento e do desenvolvimento socioeconômico, podem ser assinaladas sete sugestões para a realização de novos estudos envolvendo este tema: 1) a realização de novos estudos que considerem também a inclusão de outros aspectos da dimensão cultural e política como relevantes do desenvolvimento local; 2) a condução de estudos que permitam identificar qual tipo de arranjo institucional ou de políticas públicas tem melhores condições de criar ou de aumentar o estoque de capital humano e social existente nos municípios, bem como identificar quais tipos de políticas ou de programas que contribuíram ou contribuem para a diminuição desses capitais nesses municípios; 3) desenvolver novos estudos que contribuam para ampliar a literatura de desenvolvimento endógeno dos municípios brasileiros, que é relativamente escassa; 4) estimular o desenvolvimento de políticas públicas federais e estaduais específicas que privilegiem os elementos locais visando ao aproveitamento pleno dos recursos humanos, ambientais e institucionais da região; 5) promover agendas microrregionais visando à busca de soluções de forma conjunta e integrada para os problemas comuns dos municípios; 6) estimular a criação, por parte do

Estado, de mecanismos que estimulem e promovam o inconformismo da população dos municípios antigos e deprimidos, para que se inicie um processo de mudanças, 7) Sobretudo, sugere-se que os municípios deprimidos devem ser tratados de forma diferenciada, tal como, ocorre com as pequenas propriedades agrícolas, ou seja, com a formulação de políticas públicas diferenciadas, que estimulem a diversificação das atividades econômicas desses municípios, privilegiando ações que gerem condições de permanência da população jovem no município. Contribuindo assim, para que esses municípios retenham e estimulem seu capital humano e social.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial. In: **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, abril/junho 2000.

AGHION, P. and HOWITT, P. **Endogenous Growth Theory**. Cambridge: MA: MIT Press, 1998.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, DF: IPEA, p. 35-70. 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 18 ago. 2009.

AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas ppp**. Brasília, DF: IPEA, n.23, p. 261-286, 2001.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, CE: v. 26, n.3, 2002.

ANDRADE, J. R. L. **Uma estratégia alternativa de desenvolvimento regional: o turismo no Estado de Sergipe**. Curitiba, PR: 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.

ANDRADE, T. A. Métodos estatísticos e econométricos aplicados à análise regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza, CE: BNB, ETENE, 1989.

BANDEIRA, P. S.; CÉSAR, B. T. **Desenvolvimento regional, cultura política e capital social** - pesquisa empírica como subsídio à atividade parlamentar no Rio Grande do Sul. Relatório de Análise dos Resultados. 2001. (Relatório de

pesquisa). Disponível em: <www.al.rs.gov.br/download/Desenv_regional/pesquisa.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2009.

BAQUERO, M. **Capital social y cultura política en Brasil**: posibilidades y límites. América Latina Hoy. Editora Universidad de Salamanca, 33, p.157-177, 2001.

BAQUERO, M. Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: **Capital Social**: teoria e prática. Org(s): Marcello Baquero e Dejalma Cremonese. Ijuí, p.28–47, maio de 2006.

BARROSO, L. P.; ARTES, R. **Análise multivariada**. Lavras, Universidade Federal de Lavras, Departamento de Ciências Exatas. 48^a Reunião Anual da Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria e 10^o Simpósio de Estatística Aplicada à Experimentação Agrônômica. Lavras, MG: Julho, 2003.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do Século XXI**. 2. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1999.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza, CE: BNB/ETENE, 1989.

BOISIER, S. **Território, estado y sociedad**. Santiago do Chile: CEPAL, 1990.

BOISIER, S. **El difícil arte de hacer region**: Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Cusco: CBC, 1992.

BOISIER, S. **Teorias e metáforas sobre el desarrollo territorial**. Santiago do Chile: CEPAL, 1999.

BOISIER S. **Conversaciones sociales y desarrollo regional**. Editorial de la Universidad de Talca, 2000.

BRASIL. Lei. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Lei. 10.257, de 10 de julho de 2001.

BRASIL. Ministério do Planejamento, 2009. **Estudo de Atualização do Portfólio dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, de 2000-2007 para 2004-2011**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/arquivosdown/spi/Eixos2003>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo, SP: Atlas, 2000. 260 p.

COLEMAN, J. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press/Harvard University Press. 1990.

CORRÊA, A. M. C. J.; FIGUEIREDO, N. M. S. Modernização da agricultura brasileira no início dos anos 2000: uma aplicação da análise fatorial. **Revista GEPEC**, v. 10, n. 2, p. 82-99, jul./dez. 2006.

CHISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall Inc., 1966.

FERRERA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. A.; ALVES, L. R. Ciclos de produção intensiva e extensiva na agricultura brasileira e seus impactos na ocupação da mão-de-obra agrícola (1960-2000). **Canadian Journal Of Latin American Caribbean Studies**, Montreal: v. 30, n. 60, p. 93-116, 2005.

FERREIRA, C. M. de C. Métodos de regionalização. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza, CE: BNB, ETENE, 1989.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS - FIEMG. **Cresce Minas: um projeto brasileiro**. Belo Horizonte. FIEMG, 2000. 112 p. Disponível em: <http://www.salej.com.br/doc/cresce_minas.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2009.

FREITAS, C. A.; BACHA, C. J. C., FOSSATTI, D.M. Avaliação do desenvolvimento do setor agropecuário no Brasil: período de 1970 a 2000. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, SP: v. 16, n. 1, p. 111-124, abr. 2007.

FUKUYAMA, F. **What is social capital**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/fukuyama.htm#I>>. Acesso em: 3 set. 2009.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1982. 122 p.

GREMAUD, A. P.; BRAGA, M. B. Introdução à Teoria dos Jogos. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval (Orgs.). **Manual de introdução à economia**. Vol. 1. São Paulo, SP: Saraiva, 2006. p. 204-215.

GUALDA, N. L. P. Pólos de crescimento regionais – uma tentativa de identificação e avaliação de seus efeitos na economia paranaense. In: MAIA, S. F.; MEDEIROS, N. H. (Orgs.). **Transformações recentes na economia paranaense**. Recife, PE: Editora da UFPE, 2005. p. 131-154.

HADDAD, E. A. A determinação dos potenciais de crescimento econômico regional a partir da análise fatorial: um estudo de caso. **Nova Economia**, v. 3,

n. 1, p.103-256, 1993.

HADDAD, P. R. Força e fraqueza dos municípios de Minas Gerais. **Cadernos BDMG**. Belo Horizonte, MG: n. 8, abril de 2004a.

HADDAD, P. R., **Seminário do BNDES sobre arranjos produtivos locais**: texto de referência da palestra sobre cultura local e associativismo. Belo Horizonte, MG: set. 2004b.

HADDAD, P. R. Cultura local e associativismo. In: Seminário do BNDES sobre arranjos produtivos locais. **Anais...BNDES**. Belo Horizonte, MG: 2004c. 53 p.

HADDAD, P. R. **A educação superior e o desenvolvimento educação regional**: globalmente competitiva e localmente engajada. Sete Lagoas, MG: 2008. Disponível em: <http://www.unifemm.edu.br/v2/_files/palestra_paulo_haddad.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2009.

HAIR, J. F. Jr. ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Multivariate Data Analysis**. 5. ed. New Jersey: Upper Saddle River. Prentice Hall, 1998. 730 p.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó, SC: Argos, 2005. 263 p.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, 1961. (Primeira edição: 1958).

HOFFMANN, R. Componentes principais e análise fatorial. **Série Didática**, n. 90. Piracicaba, SP: DEAS/ESALQ, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (**IBGE**). 1995. Censo Agropecuário, 1995. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 mar. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (**IBGE**). 2000. Censo Demográfico, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 mai. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004/tab01.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/munic2005/>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. 2006a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 dez. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. 2006b. Contas regionais, 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2006/default.shtm. Acesso em: 4 abr. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004/tab01.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (**IBGE**). 2009. **Estados@Paraná**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr>. Acesso em: 3 abr. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP); INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília, DF: IPEA, 2000.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (**IPARDES**). 2004a. Atlas das necessidades habitacionais no Paraná. Curitiba, 2004. Convênio COHAPAR, IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 21 ago. 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (**IPARDES**). 2004b. Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba, PR: 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 21 ago. 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (**IPARDES**) 2005. Os vários Paranas: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio ao plano de desenvolvimento regional / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba, PR: IPARDES, 2005. 305 p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (**IPARDES**). 2007. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 20 nov. 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (**IPARDES**). 2008. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_PR.pdf. Acesso em: 14 jun. 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (**IPARDES**). 2009. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/indicadores_selecionados.pdf>. Acesso em: 14 set. 2009.

INTERNET PRODUTO INTERNO BRUTO (**IPIB**) 2007. Disponível em: <<http://www.ipib.com.br/ranking>>. Acesso em: 14 jun. 2007.

ISARD, W. **Location and Space Economy: A General Theory Relation to Industrial Location, Market Areas, Land Use Trade and Urban Structure**. Cambridge: MIT Press, 1956.

JAPIRA (2009) Prefeitura Municipal de Japira. Disponível em: <<http://www.japira.pr.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdMun=100141174>>. Acesso em: 17 out. 2009.

JOHNSON, R; WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical Analysis**. 3. ed. London: Prentice-Hall, 1992. 642 p.

KRUGMAN, P. **Geography and trade**. Leuven-London: Leuven University Press/MIT Press, 1991.

KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992. 232 p.

LEMOS, M. B. Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro: análise da experiência brasileira recente. **Face/Cedeplar-UFMG**. Belo Horizonte, MG: 2004. 29 p. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/publicacao/Cedeplar/regionaliza%E7%E3o%20final>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

LÖSCH, A. **The economics of location**. New Haven: Yale University Press, 1954. (Primeira edição: 1940).

LOURENÇO, G. M. Riquezas e desigualdade: contraste do Paraná. **Análise Conjuntural**. v. 28, n. 03-04, p. 15 – 18, mar./abr. 2006.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas); (Primeira edição: 1890).

MELO, C. O.; PARRÉ, J. L. Caracterização do desenvolvimento rural dos municípios paranaenses. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLIV. Fortaleza, 2006. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 2006. (CD-ROM).

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil) 2005. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/apesqnepol_capital.htm>. Acesso em: 19 set. 2009.

MINGOTI, S.A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005. 297 p.

MORETTO, A. C.; RODRIGUES, R. L.; PARRÉ, J. L. Tendência do agronegócio no Paraná: 1980 a 1995. In: CUNHA, Marina Silva; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; ROCHA JÚNIOR, Weimar Freire da. (Orgs.). **Agronegócio paranaense**: potencialidades e desafios. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2002. p. 265-280.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Saga, 1972. 239 p.

NAZZARI, R.K; CAMINATI, J.G.O; TEODORO JUNIOR, A; ANTUNES, E.R; CÂNDIDO DA SILVA, D.A; TEODORO, P.A.V.B; RAIZEL, T. **Desenvolvimento sustentável e capital social**: confiança, cooperação e participação política no Paraná. In: III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Cascavel, PR: 18 a 22 de outubro de 2004.

NORTH, D. C. (1955). “**Location Theory and Regional Economic Growth**”. *Journal of Political Economy*, LXIII, june. (Versão em português em SCHWARTZMANN, J., 1977).

NOTADEZ. **Salário Mínimo Regional**: Valor no Estado do Paraná. Curitiba: 2007. Disponível em: <<http://www.notadez.com.br/content/noticias.asp?id=40269>>. Acesso em: 25 mar. 2009.

OLIVEIRA, G. B. de; LIMA, J. E. de S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, v. 6, n. 2, p. 29-37, 2003.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, PR: v. 5, n. 2, p. 41-48, maio/ago. 2002.

PEDRO FILHO, F. S. **Endogenia, etnodesenvolvimento e desenvolvimento regionalizado**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/endogenia_Etnodesenvolvimento_e_desenvolvimento_regionalizado>. Acesso em: 13 mai. 2009.

PEROBELLI, F. S.; OLIVEIRA, A. F.; NOVY, L. G. G.; FERREIRA, M. V. Planejamento regional e potenciais de desenvolvimento dos municípios de Minas

Gerais na região em torno de Juiz de Fora: uma aplicação de análise fatorial. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG: v. 9, n. 1, p. 121-150, 1999.

PERROUX, F. O conceito de pólo de desenvolvimento. In: SCHWARTMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, p. 145-156, 1977. (Primeira edição: Note sur la notion de pôle de croissance, 1955).

PERROUX, F. **Dialogue des monopoles et des nations: équilibre ou dynamique des unités actives?** Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1982.

PIFFER, M. Apontamentos sobre a base econômica da Região Oeste do Paraná. In: CASSIMIRO FILHO, F. & SHIKIDA, P. F. A. (Orgs.). **Agronegócio e desenvolvimento regional**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 1999. p. 57-84.

PIRES, M. S. **Construção do modelo endógeno, sistêmico e distintivo de desenvolvimento regional e a sua validação através da elaboração e da aplicação de uma metodologia ao caso do Mercoeste**. 2001. 210 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PORTER, M. **Vantagem competitiva das nações**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campos, 1992. 897 p.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. Brasília, DF: Brasiliense, 1970. 368 p.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2002.

RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. Pólos de crescimento econômico: Notas sobre o caso do Estado do Paraná. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, RS: v. 14, n. 1, p. 136-149, 2009.

REZENDE, M. L.; FERNANDES, L. P. S.; SILVA, A. M. R. Utilização da análise fatorial para determinar o potencial de crescimento econômico em uma região do sudeste do Brasil. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, RS: n. 19, p. 92-108, 2007.

RODRIGUES, R. L.; MORETTO, A. C.; GUILHOTO, J. J. M. Transformações e tendências da estrutura produtiva paranaense no período 1980-1995. In: MAIA, S. F.; MEDEIROS, N. H. (Orgs.). **Transformações recentes na economia paranaense**. Recife, PE: UFPE, p.75-99, 2005.

ROSA, S. L. Couto. Diretrizes e princípios em desenvolvimento territorial. In: Valério Turnes et alii. **Projeto Meu Lugar: transformar regiões administrativas e territórios de desenvolvimento**. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2004.

SANTOS, D. O modelo de causalidade circular e cumulativa e o modelo centro-periferia. In: COSTA, José Silva (Coord.). **Compêndio de economia regional**. Coimbra: APDR, 2002. p. 189-200.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1967. 101 p.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1973. 250 p.

SCHULTZ, T. W. **Investindo no povo**: O segredo econômico da qualidade da população. Tradução de Elcio Gomes de Cerqueira. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1987. 202 p.

SHIKIDA, P. F. Desigualdades socioeconômicas no Paraná: uma análise de componentes principais. **Teoria e Evidência Econômica**, ano 16. n. 32. 2009. No Prelo.

SILVA, J. R.; RIPPEL. R.; FERRERA DE LIMA, J. A teoria dos pólos de crescimento de François Perroux. **Cadernos de Economia**, Chapecó, SC: Unochapecó, v. 4, n. 7, p. 75-95, 2000.

SOUZA FILHO, J. R. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. 2002. Disponível em: <www.nutep.adm.ufrgs.br>. Acesso em: 21 set. 2009.

STHOR, W. B.; TAYLOR, D. R. **Development from above or below?** The dialectics of regional planning in development countries. New York: John Willey and Sons. Tradução de Carlos A. Malferrari. São Paulo, SP: Pioneira, 1981. 451p.

TENANI, P. A chave de todas as portas. **Valor Econômico**, São Paulo, SP: 3, 4 e 5 out. 2003. Caderno EU, p. 12-13. 2003.

VU, C. J.; TURNER, L. International tourism and the economic matrix. **Working Paper**, Melbourne: Victoria University, 2006. 32p. Disponível em: <http://www.businessandlaw.vu.edu.au/app_eco/working_papers/2006/wp6_2006_vu_turner.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2008.

VON THÜNEN, J. H. **The isolated State**. New York: Pergamon Press, 1966. (Primeira edição: 1826).

WEBER, A. **Theory of location of industries**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1957. (Primeira edição: 1909).

ZAAR, M. H. **A produção do espaço agrário:** da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu. Cascavel, PR: Edunioeste, 1999. 148 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Quadro 1A - Classificação por ordem do Indicador do Ritmo de Crescimento Econômico - IRC_{PR} dos 122 municípios paranaenses acima da média do Estado, para os anos de 1999 e 2006.

Nº	Municípios	IRC _{PR}	Nº	Municípios	IRC _{PR}	Nº	Municípios	IRC _{PR}
1	Japira	684,75	42	União da Vitória	130,29	83	Ivaté	109,95
2	Tunas do Paraná	434,29	43	Iguatu	128,78	84	Boa Esperança	109,61
3	Diamante D'Oeste	430,81	44	Guaíra	128,77	85	São J. das Palmeiras	108,66
4	Douradina	303,99	45	Tijucas do Sul	127,46	86	Cascavel	108,59
5	Rio Branco do Ivaí	277,34	46	Pato Branco	125,99	87	Paranacity	108,32
6	Nova Tebas	260,46	47	Palmas	125,38	88	Campina da Lagoa	108,15
7	Moreira Sales	257,63	48	Barbosa Ferraz	124,87	89	Godoy Moreira	107,81
8	Cruzeiro do Oeste	239,14	49	Santa C. M. Castelo	124,84	90	Mandaguari	107,74
9	Inácio Martins	190,43	50	Umuarama	124,78	91	Cafeara	107,60
10	Lupionópolis	185,73	51	Curitiba	124,00	92	Assis Chateaubriand	107,55
11	Santa Cecília do Pavão	183,55	52	Porto Rico	123,20	93	Paula Freitas	107,47
12	General Carneiro	175,05	53	Paulo Frontin	121,65	94	Ibiporã	107,44
13	Sengés	174,15	54	Sapopema	120,84	95	Tibagi	107,41
14	Rosário do Ivaí	168,98	55	São João do Ivaí	119,91	96	Pinhais	107,03
15	Jaguapitã	168,46	56	Pérola	119,73	97	Matelândia	106,91
16	Tapira	165,07	57	Coronel Vivida	119,54	98	Goioerê	106,73
17	Cândido de Abreu	160,70	58	Reserva	119,09	99	São Carlos do Ivaí	106,08
18	Ivaiporã	153,89	59	Alto Piquiri	119,06	100	Paraíso do Norte	106,04
19	Mariluz	153,48	60	São Pedro do Paraná	117,96	101	São Jerônimo da Serra	105,54
20	Iretama	153,37	61	São Mateus do Sul	117,17	102	Medianeira	105,50
21	Contenda	152,53	62	Doutor Ulysses	117,11	103	Guaratuba	105,30
22	Telêmaco Borba	150,08	63	Uraí	116,29	104	Cianorte	105,11
23	Cruz Machado	149,10	64	Juranda	116,22	105	Marquinho	105,04
24	Paranapoema	148,80	65	Indianópolis	115,76	106	Santa Isabel do Ivaí	105,00
25	Campo Mourão	145,49	66	Cambará	115,41	107	Honório Serpa	104,32
26	São Pedro do Ivaí	144,57	67	Kaloré	114,74	108	Terra Roxa	104,24
27	Araucária	142,81	68	Guarapuava	114,29	109	Santa Fé	104,21
28	Santo Inácio	142,50	69	Borrazópolis	114,06	110	Londrina	104,12
29	Iporã	141,99	70	Tuneiras do Oeste	114,05	111	Marechal C. Rondon	104,11
30	Roncador	140,68	71	Mauá da Serra	113,98	112	Irati	103,01
31	Rondon	139,72	72	Paranavaí	112,94	113	Imbaú	102,84
32	São João do Triunfo	138,03	73	Barracão	112,77	114	Ubiratã	102,81
33	Xambê	137,87	74	Jandaia do Sul	112,51	115	Pinhalão	102,79
34	Piên	137,50	75	Palotina	112,44	116	Lindoeste	102,60
35	Joaquim Távora	136,83	76	Quitandinha	111,86	117	Tapejara	102,18
36	Capanema	133,99	77	Maringá	111,80	118	Catanduvas	102,05
37	Colorado	133,88	78	Fênix	110,95	119	São João do Caiuá	101,49
38	Brasilândia do Sul	132,68	79	Laranjeiras do Sul	110,67	120	Castro	100,96
39	Jaguariaíva	132,18	80	Faxinal	110,58	121	Assaí	100,67
40	São João	132,11	81	Campo do Tenente	110,41	122	Amaporã	100,16
41	Santo A. da Platina	131,33	82	Ponta Grossa	110,26			

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 2A - Classificação por ordem do Indicador do Ritmo de Crescimento Econômico - IRC_{PR} dos 40 municípios paranaenses abaixo da média do Estado, para os anos de 1999 e 2006.

Nº	Municípios	IRC _{PR}	Nº	Municípios	IRC _{PR}
1	Guapirama	-29,66	21	Saudade do Iguaçu	12,17
2	Cruzeiro do Iguaçu	-18,70	22	Serranópolis do Iguaçu	11,96
3	Cruzeiro do Sul	-17,11	23	Cruzmaltina	20,79
4	Conselheiro Mairinck	-2,39	24	Diamante do Norte	20,22
5	Carlópolis	-0,50	25	Foz do Jordão	25,83
6	Campo Magro	3,44	26	Iguaraçu	29,87
7	Fernandes Pinheiro	7,31	27	Itaperuçu	21,44
8	Itaúna do Sul	3,36	28	Jesuítas	29,16
9	Pinhão	6,66	29	Leópolis	21,30
10	Pitangueiras	4,43	30	Miraselva	21,94
11	Rancho Alegre	1,27	31	Nova E. do Sudoeste	22,59
12	Reserva do Iguaçu	3,93	32	Nova Santa Rosa	28,92
13	Sabáudia	5,75	33	Ouro Verde do Oeste	29,90
14	Barra do Jacaré	10,69	34	Pinhal de São Bento	27,93
15	Ivatuba	10,99	35	Piraquara	22,79
16	Jardim Olinda	17,89	36	Porto Barreiro	21,48
17	Mandirituba	18,10	37	Ribeirão do Pinhal	24,91
18	Mangueirinha	18,00	38	Santo A. do Paraíso	21,84
19	Porto Amazonas	13,59	39	São J. do Patrocínio	25,60
20	Santana do Itararé	18,35	40	Sertaneja	29,08

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 3A - Classificação por ordem do Indicador do Potencial de Desenvolvimento - IPD_{PR} dos 100 municípios paranaenses acima da média do Estado.

Nº	Municípios	IPD _{PR}	Nº	Municípios	IPD _{PR}	Nº	Municípios	IPD _{PR}
1	Curitiba	3254,23	35	Fazenda Rio Grande	149,56	68	Planalto	114,26
2	Londrina	894,19	36	Marmeleiro	148,86	69	Guairaçá	113,09
3	Maringá	585,98	37	Campo Mourão	146,61	70	Porto Amazonas	112,65
4	Cascavel	500,26	38	Marechal C. Rondon	145,35	71	Bocaiúva do Sul	112,56
5	Ponta Grossa	477,83	39	Pitanga	143,38	72	Pranchita	112,24
6	São José dos Pinhais	417,65	40	Capanema	143,28	73	Campina da Lagoa	111,04
7	Foz do Iguaçu	364,03	41	Santa Helena	143,18	74	Almirante Tamandaré	110,53
8	Guarapuava	334,00	42	Irati	142,20	75	Maripá	110,23
9	Araucária	329,57	43	Cambé	140,69	76	Pato Bragado	110,11
10	Toledo	290,43	44	Cândido de Abreu	139,91	77	Nova Aurora	109,25
11	Prudentópolis	271,88	45	Rio Bom	138,92	78	Esperança Nova	108,86
12	Pinhais	269,53	46	Rio Bonito do Iguaçu	137,95	79	Pinhalão	108,85
13	Colombo	247,19	47	Palotina	135,68	80	Quitandinha	107,46
14	Lapa	246,61	48	Reserva	132,41	81	Adrianópolis	107,43
15	Castro	235,53	49	Cianorte	132,39	82	Mariópolis	107,07
16	Paranaguá	206,80	50	Entre Rios do Oeste	129,39	83	Telêmaco Borba	106,58
17	Apucarana	191,19	51	Miraselva	129,09	84	São Pedro do Paraná	106,52
18	Umuarama	183,94	52	Saudade do Iguaçu	127,74	85	Munhoz de Melo	106,23
19	Diamante do Norte	183,44	53	Sarandi	127,39	86	São Jorge do Ivaí	106,09
20	Matinhos	177,97	54	Piraquara	127,19	87	Missal	105,44
21	Pato Branco	176,94	55	Mandirituba	125,86	88	Rio Azul	105,37
22	Doutor Camargo	176,73	56	São Mateus do Sul	125,66	89	Ivaí	105,16
23	Francisco Beltrão	169,08	57	São João do Triunfo	124,46	90	Iguatu	105,08
24	Santa Lúcia	166,44	58	Assis Chateaubriand	124,12	91	Santo A. do Caiuá	105,03
25	Goioerê	163,20	59	Tupãssi	123,34	92	Renascença	104,86
26	Arapongas	160,34	60	Centenário do Sul	122,68	93	Salgado Filho	103,75
27	Palmeira	156,37	61	Dois Vizinhos	121,57	94	Chopinzinho	103,74
28	Nova Santa Rosa	155,11	62	Novo Itacolomi	121,28	95	Flórida	103,62
29	Campo Largo	154,55	63	Quatro Pontes	121,05	96	Ourizona	103,27
30	Três B. do Paraná	153,68	64	Cornélio Procópio	120,71	97	Boa Esp. do Iguaçu	102,38
31	Paranavaí	153,66	65	Barra do Jacaré	120,31	98	Sertaneja	102,26
32	Cruz Machado	153,65	66	Tamboara	119,89	99	São M. do Iguaçu	101,58
33	Nova Fátima	152,77	67	Lobato	115,47	100	Ângulo	100,11
34	Ortigueira	152,40						

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 4A - Classificação por ordem do Índice de Educação - IE_{PR} dos 56 municípios paranaenses acima da média do Estado.

Nº	Localidade	IE	Nº	Localidade	IE
1	Curitiba	106,65	29	Cornélio Procópio	101,77
2	Quatro Pontes	106,55	30	Floresta	101,66
3	Maringá	105,92	31	Matinhos	101,42
4	Cascavel	105,79	32	São José dos Pinhais	101,36
5	Pato Branco	105,74	33	Rio Negro	101,29
6	Marechal C. Rondon	105,28	34	Campo Mourão	101,18
7	Maripá	105,19	35	Mariópolis	101,05
8	Nova Santa Rosa	104,86	36	Céu Azul	101,02
9	Toledo	104,81	37	Rolândia	100,86
10	Entre Rios do Oeste	104,41	38	Mandaguari	100,84
11	Palotina	104,33	39	Ampére	100,81
12	Francisco Beltrão	103,85	40	Assis Chateaubriand	100,80
13	Cafelândia	103,73	41	Quatro Barras	100,70
14	Ponta Grossa	103,15	42	Paranavaí	100,66
15	Londrina	103,10	43	Guarapuava	100,63
16	Pato Bragado	103,07	44	Realeza	100,62
17	Santa Helena	103,04	45	São Miguel do Iguaçu	100,45
18	Foz do Iguaçu	102,55	46	Arapongas	100,38
19	União da Vitória	102,53	47	Pontal do Paraná	100,36
20	Medianeira	102,41	48	Mallet	100,32
21	Dois Vizinhos	102,32	49	Porto Amazonas	100,28
22	Pinhais	102,32	50	Ivatuba	100,28
23	Serranópolis do Iguaçu	102,28	51	São Jorge d'Oeste	100,25
24	Araucária	102,14	52	Boa Esperança	100,21
25	Carambeí	101,98	53	Itapejara d'Oeste	100,10
26	Umuarama	101,90	54	Jandaia do Sul	100,10
27	Missal	101,87	55	Campo Largo	100,02
28	Paranaguá	101,78	56	Mercedes	100,01

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 5A - Relação dos 42 municípios paranaenses por ordem do Índice Rec/Desp no ano de 2007.

Nº	Municípios	Rec/Desp	Nº	Municípios	Rec/Desp
1	Enéas Marques	0,9979	22	Mandaguari	0,9357
2	Campina G. do Sul	0,9975	23	Pato Bragado	0,9123
3	Quarto Centenário	0,9962	24	Mercedes	0,9019
4	Tapejara	0,9957	25	Abatiá	0,9001
5	Diamante do Sul	0,9931	26	Curitiba	0,8995
6	Ribeirão Claro	0,9928	27	Iporã	0,8957
7	Santa Helena	0,9882	28	Capanema	0,8922
8	Maria Helena	0,9876	29	Kaloré	0,8919
9	Maringá	0,9845	30	General Carneiro	0,8845
10	Ubiratã	0,9837	31	Cantagalo	0,8779
11	Iguaraçu	0,9806	32	Entre R. do Oeste	0,8677
12	Florestópolis	0,9786	33	Bom Jesus do Sul	0,8653
13	Califórnia	0,9784	34	Rancho Alegre	0,8573
14	Cornélio Procópio	0,9734	35	Rancho A. D'Oeste	0,8573
15	Borrazópolis	0,9642	36	Ivaté	0,8570
16	Moreira Sales	0,9516	37	Ramilândia	0,8398
17	Francisco Alves	0,9442	38	Itaipulândia	0,8378
18	Guaratuba	0,9432	39	Japurá	0,8375
19	Mandaguaçu	0,9426	40	Nova Olímpia	0,8281
20	Bom Sucesso	0,9413	41	Barracão	0,7999
21	Quatro Pontes	0,9386	42	Piraí do Sul	0,7841

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 6A - Relação dos 85 municípios paranaenses economicamente deprimidos com baixo potencial de desenvolvimento endógeno.

Tipo	Municípios	
BBBBBB	Abatiá Agudos do Sul Altamira do Paraná Anahy Andirá Boa Vista da Aparecida Bom Jesus do Sul Braganey Califórnia Campo Bonito Candói Cantagalo Clevelândia Congonhinhas Cruzeiro do Iguaçu Curiúva Diamante D'Oeste Florestópolis Grandes Rios Guamiranga Guaraniaçu Guaraqueçaba Ibema Iguaçu Imbituva Itaipulândia Itaperuçu Jaboti Janiópolis	Jardim Alegre Jundiá do Sul Laranjal Leópolis Lunardelli Mandaguaçu Maria Helena Morretes Nossa S. das Graças Nova A. da Colina Nova Cantu Nova Esperança Nova Esp. do Sudoeste Nova Londrina Nova S. Bárbara Palmital Piraí do Sul Porto Barreiro Quinta do Sol Ramilândia Rancho Alegre Ribeirão Claro Ribeirão do Pinhal Salto do Itararé Santa M. do Oeste Santo A. do Sudoeste Tomazina Vera C. do Oeste Virmond
BABBBB	Amaporã Barbosa Ferraz Borrazópolis Brasilândia do Sul Cafeara Catanduvas Cruzeiro do Oeste Faxinal General Carneiro Godoy Moreira Guaratuba Imbaú Laranjeiras do Sul Mariluz	Moreira Sales Palmas Paranacity Paula Freitas Paulo Frontin Roncador Rosário do Ivaí Santo A. da Platina São Jerônimo da Serra São João do Caiuá Tapejara Tuneiras do Oeste Ubitatã

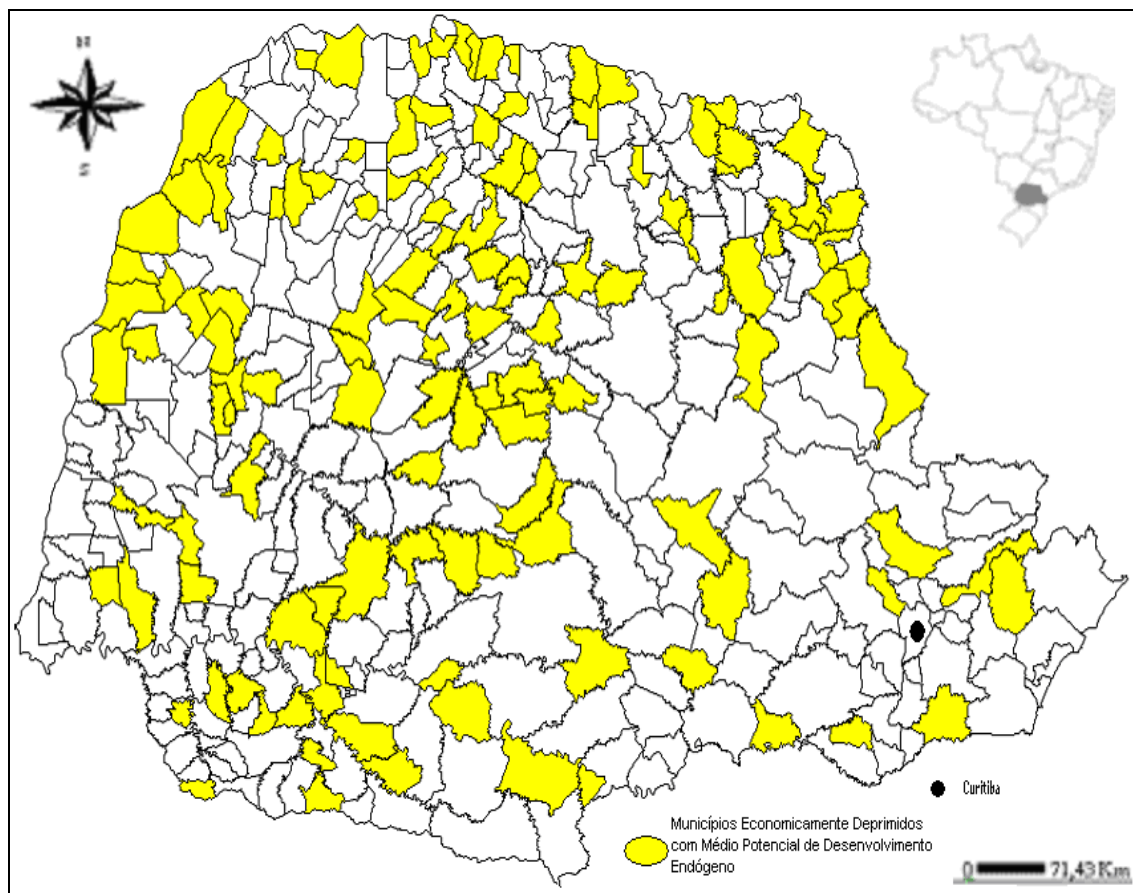
Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 7A - Relação dos 130 municípios paranaenses economicamente deprimidos com médio potencial de desenvolvimento endógeno.

Municípios			
BBBBBA	Alto Paraíso	Figueira	Porto Vitória
	Antônio Olinto	Foz do Jordão	Presidente C. Branco
	Arapuã	Goioxim	Quarto Centenário
	Araruna	Guaporema	Quedas do Iguaçu
	Ariranha do Ivaí	Guaraci	Querência do Norte
	Astorga	Ibaiti	Rebouças
	Bandeirantes	Iracema do Oeste	Reserva do Iguaçu
	Bituruna	Itaguajé	Rio Branco do Sul
	Boa V. de São Roque	Itambaracá	Santa Amélia
	Cafezal do Sul	Itaúna do Sul	Santa Inês
	Campina do Simão	Jataizinho	Santa Mônica
	Campo Magro	Mamborê	Santa T. do Oeste
	Carlópolis	Manoel Ribas	Santana do Itararé
	Cidade Gaúcha	Marialva	Santo A. do Paraíso
	Conselheiro Mairinck	Marumbi	São J. da B. Vista
	Corbélia	Mato Rico	Tamarana
	Corumbataí do Sul	Nova A. do Ivaí	Teixeira Soares
	Cruzmaltina	Nova Laranjeiras	Terra Rica
	Engenheiro Beltrão	Paiçandu	Turvo
	Espigão Alto do Iguaçu	Peabiru	Ventania
Farol	Perobal	Wenceslau Braz	
BBBBBAB	Floresta	São J. do Patrocínio	
BBBBABB	Alto Paraná	Formosa do Oeste	Primeiro de Maio
	Altônia	Francisco Alves	Quatiguá
	Alvorada do Sul	Guapirama	Sabáudia
	Antonina	Icaraíma	Salto do Lontra
	Bela Vista da Caroba	Inajá	Santa I. do Oeste
	Bela Vista do Paraíso	Ipiranga	Santa Mariana
	Bom Sucesso	Jacarezinho	São Pedro do Iguaçu
	Bom Sucesso do Sul	Japurá	São Seb. da Amoreira
	Campina G. do Sul	Jesuítas	Siqueira Campos
	Cruzeiro do Sul	Marilândia do Sul	Sulina
	Enéas Marques	Nova Olímpia	Verê
Floraí	Pitangueiras	Vitorino	
BABBBBA	Alto Piquiri	Lupionópolis	Santa C. de M. Castelo
	Campo do Tenente	Marquinho	Santo Inácio
	Honório Serpa	Matelândia	São João do Ivaí
	Inácio Martins	Nova Tebas	Sengés
	Iretama	Paranapoema	Tijucas do Sul
Lindoeste	Rio B. do Ivaí		
BABBAB	Medianeira		
BABABBB	Barracão	Ivaté	Santa Fé
	Coronel Vivida	Joaquim Távora	São João
	Fênix	Kaloré	Terra Roxa
	Ivaiporã	Pérola	

Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 8A - Mapa com a localização dos 130 municípios paranaenses economicamente deprimidos com médio potencial de desenvolvimento endógeno.



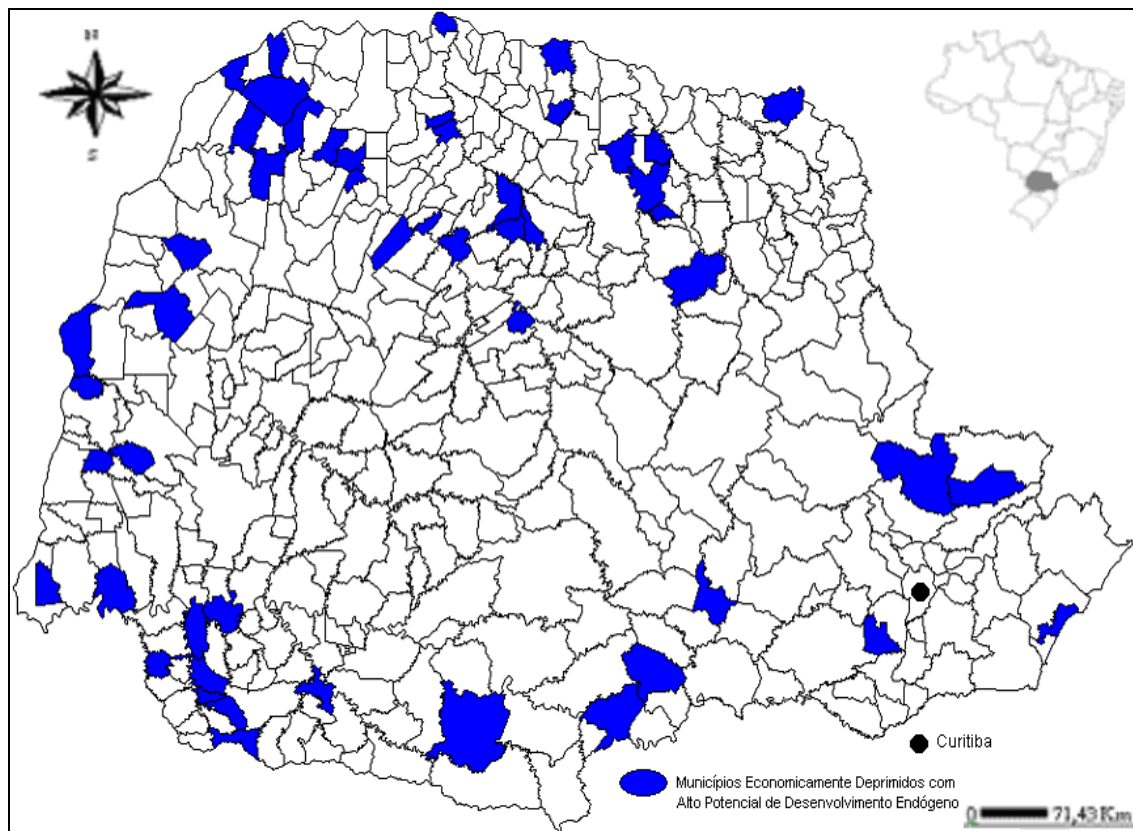
Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 9A - Relação dos 51 municípios paranaenses economicamente deprimidos com alto potencial de desenvolvimento endógeno.

Tipo	Municípios		
BBBAAB	Itapejara d'Oeste	Mercedes	
BBBABA	Atalaia	Lidianópolis	Pinhal de São Bento
	Cambira	Loanda	Planaltina do Paraná
	Cerro Azul	Manfrinópolis	Porecatu
	Coronel D. Soares	Marilena	Prado Ferreira
	Fernandes Pinheiro	Mirador	Santa T. de Itaipu
	Flor da Serra do Sul	Nova P. do Iguaçu	São M. do Paraná
	Itambé	Ouro Verde do Oeste	Terra Boa
	Jardim Olinda	Pérola d'Oeste	Uniflor
BBBBAA	Ivatuba	Mallet	
BABAAB	Jandaia do Sul	Mandaguari	União da Vitória
BABABA	Assaí	Paraíso do Norte	Tapira
	Cambará	Porto Rico	Tunas do Paraná
	Contenda	Santa C. do Pavão	Uraí
	Guaíra	Santa Isabel do Ivaí	Xambrê
	Ibiporã	São J. das Palmeiras	
	Iporã	Sapopema	
BABBAA		-	
BBBAAA	Ampére	Realeza	Serranópolis do Iguaçu
	Pontal do Paraná		
BABAAA		-	

Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 10A - Mapa com a localização dos 51 municípios paranaenses economicamente deprimidos com alto potencial de desenvolvimento endógeno.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 11A - Relação dos 233 municípios paranaenses classificados na faixa “de 90 a 100” por cento da média estadual do Índice de Longevidade - IL_{PR}.

Nº	Município	IL	Nº	Município	IL	Nº	Município	IL	Nº	Município	IL
1	Perobal	99,93	60	Califórnia	98,02	119	Imbituva	96,59	178	Ivaí	95,02
2	Carambei	99,89	61	Espigão A. do Iguaçu	98,00	120	Tapejara	96,59	179	Goioerê	94,94
3	Marialva	99,84	62	Marquinho	98,00	121	Braganey	96,58	180	Castro	94,77
4	Paçandu	99,84	63	Rolândia	97,95	122	Campo Bonito	96,58	181	Cafeara	94,76
5	São Pedro do Ivaí	99,76	64	Bom Jesus do Sul	97,92	123	Diamante do Sul	96,58	182	Arapoti	94,70
6	Paranavaí	99,74	65	São José da B. Vista	97,88	124	Guamiranga	96,52	183	Pirai do Sul	94,70
7	Abatiá	99,70	66	Ivatuba	97,85	125	Iretama	96,51	184	Nova E. do Sudoeste	94,67
8	Leópolis	99,70	67	Diamante D'Oeste	97,82	126	Carlópolis	96,49	185	Santo A. do Sudoeste	94,67
9	Ribeirão Claro	99,70	68	Iracema do Oeste	97,82	127	Tomazina	96,49	186	Almirante Tamandaré	94,66
10	Cascavel	99,67	69	Santa T. do Oeste	97,81	128	Congonhinhas	96,48	187	Santo Inácio	94,66
11	Nova Aurora	99,67	70	Foz do Iguaçu	97,78	129	Itambaracá	96,48	188	Candói	94,63
12	São Carlos do Ivaí	99,67	71	Itaipulândia	97,78	130	Nova A. da Colina	96,48	189	Irati	94,63
13	Ângulo	99,64	72	Matelândia	97,78	131	Ribeirão do Pinhal	96,48	190	Rebouças	94,63
14	Cornélio Procopio	99,64	73	Medianeira	97,78	132	Santa Amélia	96,48	191	Reserva do Iguaçu	94,63
15	Guaraci	99,64	74	Jardim Alegre	97,77	133	Santo A. do Paraíso	96,48	192	Roncador	94,63
16	Mandaguaçu	99,64	75	Paranaguá	97,67	134	Guaporema	96,45	193	Bituruna	94,59
17	Presidente C. Branco	99,64	76	Borrazópolis	97,47	135	Tuneiras do Oeste	96,45	194	Porto Vitória	94,59
18	Lindoeste	99,54	77	Faxinal	97,47	136	Santa Lúcia	96,43	195	Itaperuçu	94,53
19	Cafelândia	99,51	78	Marumbi	97,47	137	São Tomé	96,43	196	Rio Branco do Sul	94,53
20	Mallet	99,51	79	Rio Bom	97,47	138	Rondon	96,33	197	Nova Santa Bárbara	94,20
21	Jaguariaíva	99,47	80	Teixeira Soares	97,45	139	Quêrência do Norte	96,32	198	São J. da Serra	94,20
22	Cafezal do Sul	99,44	81	Anahy	97,44	140	Agudos do Sul	96,28	199	São J. do Patrocínio	94,03
23	Nova Aliança do Ivaí	99,38	82	Ibema	97,44	141	Catanduvas	96,22	200	Lunardelli	93,99
24	Corbélia	99,27	83	Araruna	97,37	142	Guaranaçu	96,22	201	Rio Bonito do Iguaçu	93,77
25	Florestópolis	99,26	84	Campo Mourão	97,37	143	Três B. do Paraná	96,22	202	Conselheiro Mairinck	93,67
26	Honório Serpa	99,23	85	Nossa S. das Graças	97,34	144	General Carneiro	96,15	203	Curiúva	93,67
27	Mauá da Serra	99,20	86	Lapa	97,32	145	Paula Freitas	96,15	204	Jaboti	93,67
28	Novo Itacolomi	99,20	87	Civelândia	97,28	146	Paulo Frontin	96,15	205	Japira	93,67
29	Colombo	99,17	88	Palmas	97,28	147	Ariranha do Ivaí	96,12	206	Pinhalão	93,67
30	Campo Largo	99,16	89	Andirá	97,22	148	Godoy Moreira	96,12	207	Laranjal	93,36
31	Ramilândia	99,14	90	Cruzeiro do Oeste	97,22	149	Rio Branco do Ivaí	96,12	208	Santa M. do Oeste	93,36
32	Laranjeiras do Sul	99,10	91	Dois Vizinhos	97,22	150	Cândido de Abreu	96,10	209	Janiópolis	93,30
33	Quedas do Iguaçu	99,10	92	Douradina	97,22	151	Quinta do Sol	96,06	210	Foz do Jordão	93,28
34	Rancho Alegre	99,08	93	Palmeira	97,21	152	Amaporã	95,93	211	Goioxim	93,28
35	Boa E. do Iguaçu	99,07	94	Quatro Barras	97,16	153	Tijucas do Sul	95,83	212	Inácio Martins	93,28
36	Cruzeiro do Iguaçu	99,07	95	Vera Cruz do Oeste	97,14	154	Boa V. de São Roque	95,78	213	Tibagi	93,17
37	Floresta	99,07	96	Guarapuava	97,08	155	Cruz Machado	95,75	214	Cruzmaltina	93,14
38	Marmeleiro	99,07	97	São Jorge d'Oeste	97,08	156	Maria Helena	95,68	215	Guaraqueçaba	92,75
39	Renascença	99,07	98	Pinhão	97,01	157	Juranda	95,63	216	Boa V. da Aparecida	92,18
40	Grandes Rios	99,05	99	Jundiá do Sul	96,99	158	Ubiratã	95,63	217	Campina da Lagoa	92,18
41	Manoel Ribas	99,05	100	Santo A. da Platina	96,99	159	Astorga	95,59	218	Moreira Sales	92,18
42	Terra Rica	99,03	101	Arapongas	96,95	160	Nova Esperança	95,59	219	Nova Cantu	92,18
43	Jataizinho	98,83	102	Cidade Gaúcha	96,95	161	Quitandinha	95,53	220	Quarto Centenário	92,18
44	Santa Mônica	98,75	103	Itaguajé	96,95	162	Figueira	95,46	221	Rancho A. D'Oeste	92,18
45	Itaúna do Sul	98,73	104	Guairaçá	96,92	163	Salto do Itararé	95,46	222	Virmond	92,18
46	Engenheiro Beltrão	98,60	105	Antônio Olinto	96,86	164	Santana do Itararé	95,46	223	Rosário do Ivaí	91,81
47	Piên	98,60	106	Guaratuba	96,86	165	Wenceslau Braz	95,46	224	São João do Ivaí	91,74
48	São Mateus do Sul	98,60	107	Morretes	96,86	166	Turvo	95,43	225	Santa C. de M. Casteln	91,65
49	Diamante do Norte	98,48	108	Capitão L. Marques	96,81	167	Barbosa Ferraz	95,40	226	Boa Esperança	91,19
50	Nova Tebas	98,31	109	Altamira do Paraná	96,71	168	Corumbataí do Sul	95,40	227	Campo do Tenente	91,14
51	Francisco Beltrão	98,25	110	Campina do Simão	96,69	169	Luiziana	95,40	228	Doutor Ulysses	91,14
52	Bandeirantes	98,18	111	Porto Barreiro	96,69	170	Peabiru	95,40	229	Sengés	91,06
53	Nova Londrina	98,18	112	Iguaraçu	96,68	171	Tamarana	95,33	230	Mariluz	90,73
54	Paranacity	98,18	113	Lupionópolis	96,68	172	Alto Paraíso	95,32	231	Ibaiti	90,23
55	São João do Caiuá	98,18	114	Santa Inês	96,68	173	Paranapoema	95,23	232	Cantagalo	90,18
56	Telêmaco Borba	98,18	115	Campo Magro	96,62	174	Nova Laranjeiras	95,20	233	Reserva	90,08
57	Assis Chateaubriand	98,14	116	Piraquara	96,62	175	Arapuã	95,16			
58	São M. do Iguaçu	98,10	117	Bocaiúva do Sul	96,61	176	Farol	95,15			
59	Mamboré	98,07	118	Brasilândia do Sul	96,61	177	Iguatu	95,05			

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 12A - Relação dos 160 municípios paranaenses classificados na faixa
 “maior que 100” por cento da média estadual do Índice de
 Longevidade - IL_{PR}.

Nº	Município	IL	Nº	Município	IL	Nº	Município	IL	Nº	Município	IL
1	Quatro Pontes	111,23	41	Verê	104,75	81	Londrina	102,21	121	Doutor Camargo	100,84
2	Maripá	111,01	42	Santa Izabel do Oeste	104,61	82	Sapopema	102,12	122	Alvorada do Sul	100,82
3	Entre Rios do Oeste	110,71	43	Cambira	104,55	83	Mirador	101,96	123	Uniflor	100,80
4	Barra do Jacaré	109,95	44	Ivaté	104,55	84	Guaíra	101,88	124	Cambará	100,70
5	Pranchita	109,57	45	Flórida	104,47	85	São Pedro do Iguaçu	101,88	125	Barracão	100,69
6	Tamboara	109,51	46	Mandaguari	104,44	86	Santa Isabel do Ivaí	101,85	126	Floraí	100,64
7	Capanema	109,47	47	Sarandi	104,44	87	Umuarama	101,85	127	Pinhal de S. Bento	100,64
8	Miraselva	109,38	48	Cambé	104,35	88	Contenda	101,80	128	Nova Olímpia	100,57
9	Pato Branco	108,94	49	Jesuítas	104,27	89	Tunas do Paraná	101,80	129	Pérola	100,57
10	Cianorte	108,75	50	Munhoz de Melo	104,18	90	Lidianópolis	101,76	130	Jandaia do Sul	100,53
11	Tupãssi	108,71	51	Enéas Marques	104,05	91	Manfrinópolis	101,69	131	Sabáudia	100,53
12	Formosa do Oeste	108,58	52	Xambrê	104,02	92	São J.das Palmeiras	101,69	132	Terra Boa	100,52
13	Salgado Filho	108,36	53	Planalto	103,97	93	Colorado	101,68	133	Assaí	100,50
14	Pato Bragado	107,40	54	Serranópolis do Iguaçu	103,82	94	Coronel D. Soares	101,68	134	Santa C. do Pavão	100,50
15	Sertaneja	106,99	55	Sulina	103,71	95	Matinhos	101,68	135	São S. da Amoreira	100,50
16	Lobato	106,93	56	Mangueirinha	103,69	96	Porecatu	101,62	136	Cerro Azul	100,49
17	Ibiporã	106,59	57	Ouro V. do Oeste	103,69	97	Guapirama	101,58	137	Planaltina do Paraná	100,47
18	Toledo	106,54	58	Santa Fé	103,64	98	Joaquim Távora	101,58	138	Primeiro de Maio	100,47
19	Pinhais	106,40	59	Nova Santa Rosa	103,62	99	Quatiguá	101,58	139	Altônia	100,46
20	Santo A. do Caiuá	106,32	60	Santa Helena	103,62	100	Siqueira Campos	101,58	140	Icaraíma	100,46
21	São P.do Paraná	106,32	61	Terra Roxa	103,62	101	Mandirituba	101,55	141	Céu Azul	100,43
22	Mercedes	106,04	62	Bela V.do Paraíso	103,58	102	Nova Fátima	101,52	142	Alto Paraná	100,42
23	Palotina	106,04	63	Pitangueiras	103,47	103	Ponta Grossa	101,52	143	Esperança Nova	100,37
24	Bom Sucesso do Sul	105,89	64	Maringá	103,42	104	São J. dos Pinhais	101,46	144	Indianópolis	100,37
25	Coronel Vivida	105,89	65	Missal	103,35	105	Flor da Serra do Sul	101,35	145	Rio Azul	100,36
26	Mariópolis	105,89	66	Santa Mariana	103,16	106	Nova P. do Iguaçu	101,35	146	Fênix	100,34
27	Saudade do Iguaçu	105,89	67	Cruzeiro do Sul	103,14	107	Porto Amazonas	101,33	147	Pitanga	100,33
28	Vitorino	105,76	68	Marilena	103,08	108	Sertanópolis	101,32	148	Inajá	100,32
29	Araucária	105,63	69	Jussara	103,06	109	Centenário do Sul	101,30	149	Porto Rico	100,32
30	Balsa Nova	105,63	70	Chopinzinho	102,96	110	Campina G. do Sul	101,29	150	Santa T.de Itaipu	100,30
31	Antonina	105,51	71	Prado Ferreira	102,79	111	Fazenda Rio Grande	101,29	151	Jardim Olinda	100,21
32	Salto do Lontra	105,40	72	Prudentópolis	102,51	112	Uraí	101,29	152	São M. do Paraná	100,21
33	Ourizona	105,31	73	Curitiba	102,49	113	São João	101,19	153	Bom Sucesso	100,19
34	Ampére	105,28	74	Jaguapitã	102,35	114	Marilândia do Sul	101,06	154	Japurá	100,09
35	Itapejara d'Oeste	105,24	75	Bela V. da Caroba	102,32	115	Jacarezinho	100,97	155	Adrianópolis	100,06
36	Marechal C. Rondon	105,23	76	Ivaiporã	102,32	116	Francisco Alves	100,95	156	Ipiranga	100,06
37	Kaloré	105,20	77	Pérola d'Oeste	102,32	117	Iporã	100,95	157	Itambé	100,04
38	São Jorge do Ivaí	105,00	78	Realeza	102,32	118	Atalaia	100,93	158	Tapira	100,04
39	Rio Negro	104,91	79	Pontal do Paraná	102,28	119	União da Vitória	100,92	159	Fernandes Pinheiro	100,03
40	Apucarana	104,78	80	Loanda	102,22	120	Paraíso do Norte	100,87	160	Alto Piquiri	100,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 13A - Relação dos 42 municípios paranaenses classificados na faixa “de 80 a 90” por cento da média estadual do Índice de Educação-IE_{PR}.

Nº	Município	Nota
1	Cruzmaltina	89,98
2	Iracema do Oeste	89,96
3	Santa Cecília do Pavão	89,94
4	Abatiá	89,82
5	Mato Rico	89,76
6	Cafeara	89,72
7	Mauá da Serra	89,66
8	Santa Mônica	89,63
9	Mariluz	89,51
10	Santa Maria do Oeste	89,42
11	Corumbataí do Sul	89,39
12	Tibagi	89,34
13	Marquinho	89,21
14	Iretama	89,14
15	Santana do Itararé	88,67
16	Campo Bonito	88,64
17	Nova Tebas	88,52
18	Congonhinhas	88,43
19	Ariranha do Ivaí	88,33
20	Curiúva	88,20
21	Guaraqueçaba	87,94
22	Rio Bonito do Iguaçu	87,77
23	Grandes Rios	87,70
24	Rosário do Ivaí	87,48
25	Itaperuçu	87,27
26	Rio Branco do Ivaí	87,07
27	Altamira do Paraná	86,62
28	São Jerônimo da Serra	86,44
29	Sapopema	86,27
30	Cândido de Abreu	86,13
31	Ventania	86,01
32	Diamante do Sul	85,87
33	Godoy Moreira	85,81
34	Tamarana	85,63
35	Adrianópolis	85,38
36	Laranjal	85,11
37	Doutor Ulysses	84,04
38	Cerro Azul	83,98
39	Imbaú	82,20
40	Reserva	82,05
41	Tunas do Paraná	81,36
42	Ortigueira	80,55

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 14A - Relação dos 301 municípios paranaenses classificados na faixa “de 90 a 100” por cento da média estadual do Índice de Educação - IE_{PR}.

Nº município	Nota	Nº município	Nota	Nº município	Nota	Nº município	Nota
1 Santa T. de Itaipu	99,94	77 São Manoel do Paraná	97,34	153 Ivaté	94,96	229 Campina do Simão	92,90
2 Itaipulândia	99,90	78 Iporá	97,26	154 Alto Piquiri	94,88	230 Nova A. da Colina	92,90
3 Marialva	99,90	79 Capitão L. Marques	97,20	155 Paranacity	94,87	231 Campo do Tenente	92,88
4 Morretes	99,82	80 Contenda	97,17	156 Leópolis	94,86	232 Rio Bom	92,86
5 Cambé	99,81	81 Paiçandu	97,16	157 Primeiro de Maio	94,85	233 Ipiranga	92,83
6 Apucarana	99,73	82 Nova Esperança	97,00	158 Siqueira Campos	94,84	234 Santo A. do Paraíso	92,82
7 São João	99,70	83 Japurá	96,96	159 Manoel Ribas	94,79	235 Santa Mariana	92,80
8 Irati	99,67	84 Barra do Jacaré	96,96	160 Rancho Alegre	94,76	236 Janiópolis	92,79
9 Tupãssi	99,59	85 Verê	96,95	161 Ibema	94,72	237 Cafezal do Sul	92,77
10 Fazenda Rio Grande	99,59	86 Santa Tereza do Oeste	96,91	162 Francisco Alves	94,71	238 Bom Jesus do Sul	92,73
11 Corbélia	99,58	87 Cruzeiro do Iguaçu	96,88	163 Imbituva	94,66	239 Tapira	92,70
12 Matelândia	99,49	88 Laranjeiras do Sul	96,87	164 Guaporema	94,66	240 Sengés	92,63
13 Porecatu	99,48	89 Astorga	96,81	165 Rondon	94,60	241 Iguatu	92,59
14 Itambé	99,47	90 Flórida	96,80	166 Campina da Lagoa	94,57	242 Catanduvas	92,55
15 Cianorte	99,28	91 Porto Rico	96,75	167 Santa C. de M. Castelo	94,56	243 Boa V. de São Roque	92,55
16 Jacarezinho	99,23	92 Sertãoópolis	96,69	168 Pitangueiras	94,55	244 Faxinal	92,55
17 Goioerê	99,22	93 Alvorada do Sul	96,66	169 Rancho A. D'Oeste	94,54	245 Palmas	92,52
18 São Mateus do Sul	99,17	94 Ivaiporã	96,64	170 São J. do Patrocínio	94,52	246 Marilândia do Sul	92,51
19 Mamborê	99,16	95 Juranda	96,59	171 Quitandinha	94,50	247 Japira	92,40
20 Nova Aurora	99,14	96 Pérola	96,54	172 Kalorê	94,44	248 Figueira	92,32
21 Guaratuba	99,13	97 Anahy	96,54	173 Tapejara	94,44	249 Bocaiúva do Sul	92,30
22 Colombo	99,07	98 Bela Vista da Caroba	96,50	174 Douradina	94,44	250 Uniflor	92,23
23 Pérola d'Oeste	99,03	99 Califórnia	96,50	175 Diamante do Norte	94,42	251 Pinhalão	92,22
24 Marmeleiro	98,97	100 Antonina	96,45	176 Fênix	94,37	252 Alto Paraíso	92,17
25 Paula Freitas	98,96	101 Almirante Tamandaré	96,44	177 Prudentópolis	94,37	253 Tomazina	92,13
26 Capanema	98,96	102 Vera Cruz do Oeste	96,39	178 Andirá	94,35	254 Turvo	92,12
27 Balsa Nova	98,90	103 Nova Aliança do Ivaí	96,31	179 Terra Boa	94,34	255 Nova Fátima	91,93
28 Ibitiporã	98,86	104 Esperança Nova	96,30	180 Nova Cantu	94,33	256 Parapovoema	91,91
29 Sulina	98,78	105 Santa Isabel do Ivaí	96,30	181 São Pedro do Ivaí	94,32	257 Goioxim	91,81
30 Guaíra	98,77	106 Sabáudia	96,30	182 Bela Vista do Paraíso	94,28	258 Arapuá	91,79
31 São Jorge do Ivaí	98,65	107 Santa Izabel do Oeste	96,28	183 Mangueirinha	94,25	259 Boa V. da Aparecida	91,71
32 Paulo Frontin	98,58	108 Castro	96,22	184 Ângulo	94,22	260 Espigão A. do Iguaçu	91,70
33 Colorado	98,56	109 Nova Prata do Iguaçu	96,14	185 Clevelândia	94,21	261 Tuneiras do Oeste	91,64
34 Porto Vitória	98,55	110 Paraíso do Norte	96,09	186 Bom Sucesso	94,11	262 Itaguajé	91,49
35 Palmeira	98,52	111 Indianópolis	96,08	187 Maria Helena	94,09	263 Santa Amélia	91,47
36 Formosa do Oeste	98,49	112 Quatiguá	96,08	188 Xambê	94,08	264 Manfrinópolis	91,39
37 Telêmaco Borba	98,47	113 Marumbi	96,06	189 Alto Paraná	94,07	265 São J. das Palmeiras	91,38
38 Loanda	98,30	114 Antônio Olinto	96,06	190 Santa Lúcia	94,07	266 Amaporá	91,36
39 Lapa	98,29	115 Terra Roxa	96,06	191 Jataizinho	94,03	267 General Carneiro	91,30
40 Florai	98,24	116 Pirai do Sul	96,05	192 Tamboara	94,03	268 Marilena	91,24
41 Renascer	98,23	117 Sertaneja	96,01	193 Santa Inês	93,98	269 Brasilândia do Sul	91,23
42 Chopinzinho	98,20	118 Iguaçu	95,98	194 Porto Barreiro	93,93	270 Coronel D. Soares	91,23
43 Cambará	98,15	119 Boa E. do Iguaçu	95,97	195 Nova Olimpia	93,93	271 Inácio Martins	91,20
44 Doutor Camargo	98,13	120 Salgado Filho	95,97	196 Agudos do Sul	93,87	272 Pinhal de São Bento	91,17
45 Ouro Verde do Oeste	98,10	121 Quedas do Iguaçu	95,94	197 Uraí	93,87	273 Farol	91,15
46 Bandeirantes	98,09	122 Cambira	95,93	198 Moreira Sales	93,85	274 Lupionópolis	91,14
47 Piên	97,98	123 Santa Fé	95,90	199 Tijucas do Sul	93,84	275 Diamante D'Oeste	91,11
48 Cruzeiro do Oeste	97,98	124 Ourizona	95,88	200 Roncador	93,81	276 Novo Itacolomi	91,09
49 Ubiratã	97,91	125 Bituruna	95,84	201 Lidianópolis	93,79	277 Itaúna do Sul	91,07
50 Piraquara	97,90	126 Cruz Machado	95,82	202 São Pedro do Paraná	93,73	278 São J. da Boa Vista	90,99
51 Nova Londrina	97,89	127 Jaguapitã	95,74	203 Flor da Serra do Sul	93,73	279 Nova Santa Bárbara	90,99
52 Virmond	97,88	128 Campo Magro	95,72	204 Centenário do Sul	93,71	280 Fernandes Pinheiro	90,96
53 Peabiru	97,86	129 Ribeirão Claro	95,71	205 Guaranicão	93,66	281 Ibaítí	90,96
54 Sarandi	97,83	130 Mandirituba	95,67	206 Planaltina do Paraná	93,63	282 Jundiá do Sul	90,95
55 Cidade Gaúcha	97,82	131 Nova E. do Sudoeste	95,61	207 Três Barras do Paraná	93,63	283 Jaboti	90,95
56 Mandaguaçu	97,81	132 Munhoz de Melo	95,60	208 São Pedro do Iguaçu	93,58	284 Querência do Norte	90,90
57 Jaguariaíva	97,77	133 Borrazópolis	95,58	209 Jesuítas	93,55	285 Mirador	90,89
58 Vitorino	97,69	134 Miraselva	95,55	210 Icaraíma	93,51	286 São João do Ivaí	90,86
59 Lobato	97,68	135 Assaí	95,51	211 Carlópolis	93,50	287 Nova Laranjeiras	90,77
60 Engenheiro Beltrão	97,63	136 Quarto Centenário	95,49	212 Braganey	93,41	288 Ribeirão do Pinhal	90,76
61 Rio Azul	97,62	137 Joaquim Távora	95,47	213 Ivaí	93,39	289 Barbosa Ferraz	90,73
62 Arapoti	97,58	138 Pitanga	95,46	214 Cantagalo	93,35	290 Conselheiro Mairinck	90,68
63 Atalaia	97,58	139 Santo A. da Platina	95,39	215 Itambaracá	93,34	291 Palmital	90,61
64 Coronel Vivida	97,56	140 Guamiranga	95,39	216 Nossa S. das Graças	93,25	292 São S. da Amoreira	90,60
65 Perobal	97,55	141 Santo A. do Sudoeste	95,28	217 Honório Serpa	93,24	293 Rio Branco do Sul	90,45
66 Jussara	97,54	142 Araruna	95,26	218 Wenceslau Braz	93,23	294 Lunardelli	90,39
67 Pranchita	97,53	143 Prado Ferreira	95,14	219 Quinta do Sol	93,19	295 Guairaçá	90,36
68 Campina G. do Sul	97,53	144 Saudade do Iguaçu	95,13	220 Pinhão	93,19	296 Jardim Olinda	90,27
69 Teixeira Soares	97,51	145 Presidente C. Branco	95,11	221 Jardim Alegre	93,17	297 Foz do Jordão	90,24
70 Rebouças	97,45	146 Salto do Lontra	95,09	222 Guaraci	93,04	298 Inajá	90,22
71 Barracão	97,45	147 Altônia	95,06	223 Luiziana	93,04	299 Salto do Itararé	90,21
72 Bom Sucesso do Sul	97,44	148 Guapirama	95,06	224 Cândói	93,02	300 Ramilândia	90,09
73 São Tomé	97,43	149 São João do Triunfo	95,05	225 Florestópolis	92,99	301 São João do Caiuá	90,08
74 Santo Inácio	97,40	150 Cruzeiro do Sul	95,00	226 São Carlos do Ivaí	92,97		
75 Planalto	97,39	151 Reserva do Iguaçu	94,99	227 Lindoeste	92,92		
76 Enéas Marques	97,38	152 Terra Rica	94,99	228 Santo A. do Caiuá	92,91		

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 15A - Relação dos 26 municípios paranaenses classificados dentro da Dimensão Econômica como de Alto Nível de Crescimento Econômico e Alto Ritmo de Crescimento Econômico (AA).

Nº	Município	Nível de crescimento	Ritmo de crescimento
1	Araucária	Alto	Alto
2	Boa Esperança	Alto	Alto
3	Campo Mourão	Alto	Alto
4	Colorado	Alto	Alto
5	Curitiba	Alto	Alto
6	Diamante D'Oeste	Alto	Alto
7	Douradina	Alto	Alto
8	Doutor Ulysses	Alto	Alto
9	Indianópolis	Alto	Alto
10	Jaguapitã	Alto	Alto
11	Jaguariaíva	Alto	Alto
12	Japira	Alto	Alto
13	Juranda	Alto	Alto
14	Londrina	Alto	Alto
15	Marechal C. Rondon	Alto	Alto
16	Maringá	Alto	Alto
17	Mauá da Serra	Alto	Alto
18	Palotina	Alto	Alto
19	Piên	Alto	Alto
20	Pinhais	Alto	Alto
21	Ponta Grossa	Alto	Alto
22	Rondon	Alto	Alto
23	São Carlos do Ivaí	Alto	Alto
24	São Pedro do Ivaí	Alto	Alto
25	Telêmaco Borba	Alto	Alto
26	Tibagi	Alto	Alto

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 16A - Relação dos 27 municípios paranaenses classificados dentro da Dimensão Econômica como de Alto Nível de Crescimento Econômico e de Baixo Ritmo de Crescimento Econômico (AB).

Nº	Município	Nível de crescimento	Ritmo de crescimento
1	Arapongas	Alto	Baixo
2	Arapoti	Alto	Baixo
3	Balsa Nova	Alto	Baixo
4	Cafelândia	Alto	Baixo
5	Capitão L. Marques	Alto	Baixo
6	Carambeí	Alto	Baixo
7	Céu Azul	Alto	Baixo
8	Dois Vizinhos	Alto	Baixo
9	Foz do Iguaçu	Alto	Baixo
10	Jussara	Alto	Baixo
11	Lobato	Alto	Baixo
12	Luiziana	Alto	Baixo
13	Mangueirinha	Alto	Baixo
14	Maripá	Alto	Baixo
15	Paranaguá	Alto	Baixo
16	Pinhão	Alto	Baixo
17	Quatro Barras	Alto	Baixo
18	Quatro Pontes	Alto	Baixo
19	Rancho A. D'Oeste	Alto	Baixo
20	Renascença	Alto	Baixo
21	Rio Negro	Alto	Baixo
22	Rolândia	Alto	Baixo
23	São Jorge do Ivaí	Alto	Baixo
24	São J. dos Pinhais	Alto	Baixo
25	São Tomé	Alto	Baixo
26	Sertanópolis	Alto	Baixo
27	Toledo	Alto	Baixo

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 17A - Relação dos 96 municípios paranaenses classificados dentro da Dimensão Econômica como de Baixo Nível de Crescimento Econômico e de Alto Ritmo de Crescimento Econômico (BA).

Nº	Município	Nível de crescimento	Ritmo de crescimento	Nº	Município	Nível de crescimento	Ritmo de crescimento
1	Alto Piquiri	Baixo	Alto	49	Marquinho	Baixo	Alto
2	Amaporã	Baixo	Alto	50	Matelândia	Baixo	Alto
3	Assaí	Baixo	Alto	51	Medianeira	Baixo	Alto
4	Assis Chateaubriand	Baixo	Alto	52	Moreira Sales	Baixo	Alto
5	Barbosa Ferraz	Baixo	Alto	53	Nova Tebas	Baixo	Alto
6	Barracão	Baixo	Alto	54	Palmas	Baixo	Alto
7	Borrazópolis	Baixo	Alto	55	Paraíso do Norte	Baixo	Alto
8	Brasilândia do Sul	Baixo	Alto	56	Paranacity	Baixo	Alto
9	Cafeara	Baixo	Alto	57	Paranapoema	Baixo	Alto
10	Cambará	Baixo	Alto	58	Paranavaí	Baixo	Alto
11	Campina da Lagoa	Baixo	Alto	59	Pato Branco	Baixo	Alto
12	Campo do Tenente	Baixo	Alto	60	Paula Freitas	Baixo	Alto
13	Cândido de Abreu	Baixo	Alto	61	Paulo Frontin	Baixo	Alto
14	Capanema	Baixo	Alto	62	Pérola	Baixo	Alto
15	Cascavel	Baixo	Alto	63	Pinhalão	Baixo	Alto
16	Castro	Baixo	Alto	64	Porto Rico	Baixo	Alto
17	Catanduvas	Baixo	Alto	65	Quitandinha	Baixo	Alto
18	Cianorte	Baixo	Alto	66	Reserva	Baixo	Alto
19	Contenda	Baixo	Alto	67	Rio Branco do Ivaí	Baixo	Alto
20	Coronel Vivida	Baixo	Alto	68	Roncador	Baixo	Alto
21	Cruz Machado	Baixo	Alto	69	Rosário do Ivaí	Baixo	Alto
22	Cruzeiro do Oeste	Baixo	Alto	70	Santa Cecília do Pavão	Baixo	Alto
23	Faxinal	Baixo	Alto	71	Santa C. de M.Castelo	Baixo	Alto
24	Fênix	Baixo	Alto	72	Santa Fé	Baixo	Alto
25	General Carneiro	Baixo	Alto	73	Santa Isabel do Ivaí	Baixo	Alto
26	Godoy Moreira	Baixo	Alto	74	Santo A. da Platina	Baixo	Alto
27	Goioerê	Baixo	Alto	75	Santo Inácio	Baixo	Alto
28	Guaíra	Baixo	Alto	76	São Jerônimo da Serra	Baixo	Alto
29	Guarapuava	Baixo	Alto	77	São João	Baixo	Alto
30	Guaratuba	Baixo	Alto	78	São João do Caiuá	Baixo	Alto
31	Honório Serpa	Baixo	Alto	79	São João do Ivaí	Baixo	Alto
32	Ibiporã	Baixo	Alto	80	São João do Triunfo	Baixo	Alto
33	Iguatu	Baixo	Alto	81	São J. das Palmeiras	Baixo	Alto
34	Imbaú	Baixo	Alto	82	São Mateus do Sul	Baixo	Alto
35	Inácio Martins	Baixo	Alto	83	São Pedro do Paraná	Baixo	Alto
36	Iporã	Baixo	Alto	84	Sapopema	Baixo	Alto
37	Irati	Baixo	Alto	85	Sengés	Baixo	Alto
38	Iretama	Baixo	Alto	86	Tapejara	Baixo	Alto
39	Ivaiporã	Baixo	Alto	87	Tapira	Baixo	Alto
40	Ivaté	Baixo	Alto	88	Terra Roxa	Baixo	Alto
41	Jandaia do Sul	Baixo	Alto	89	Tijucas do Sul	Baixo	Alto
42	Joaquim Távora	Baixo	Alto	90	Tunas do Paraná	Baixo	Alto
43	Kaloré	Baixo	Alto	91	Tuneiras do Oeste	Baixo	Alto
44	Laranjeiras do Sul	Baixo	Alto	92	Ubiratã	Baixo	Alto
45	Lindoeste	Baixo	Alto	93	Umuarama	Baixo	Alto
46	Lupionópolis	Baixo	Alto	94	União da Vitória	Baixo	Alto
47	Mandaguari	Baixo	Alto	95	Uraí	Baixo	Alto
48	Mariluz	Baixo	Alto	96	Xambrê	Baixo	Alto

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 18A - Relação dos 250 municípios paranaenses classificados dentro da Dimensão Econômica como de Baixo Nível de Crescimento Econômico e de Baixo Ritmo de Crescimento Econômico (BA).

Nº	Município	Nível de crescimento	Ritmo de crescimento	Nº	Município	Nível de crescimento	Ritmo de crescimento
1	Abatiá	Baixo	Baixo	65	Doutor Camargo	Baixo	Baixo
2	Adrianópolis	Baixo	Baixo	66	Enéas Marques	Baixo	Baixo
3	Agudos do Sul	Baixo	Baixo	67	Engenheiro Beltrão	Baixo	Baixo
4	Almirante Tamandaré	Baixo	Baixo	68	Entre Rios do Oeste	Baixo	Baixo
5	Altamira do Paraná	Baixo	Baixo	69	Esperança Nova	Baixo	Baixo
6	Alto Paraíso	Baixo	Baixo	70	Espigão Alto do Iguaçu	Baixo	Baixo
7	Alto Paraná	Baixo	Baixo	71	Farol	Baixo	Baixo
8	Altônia	Baixo	Baixo	72	Fazenda Rio Grande	Baixo	Baixo
9	Alvorada do Sul	Baixo	Baixo	73	Fernandes Pinheiro	Baixo	Baixo
10	Ampére	Baixo	Baixo	74	Figueira	Baixo	Baixo
11	Anahy	Baixo	Baixo	75	Flor da Serra do Sul	Baixo	Baixo
12	Andirá	Baixo	Baixo	76	Floraí	Baixo	Baixo
13	Ângulo	Baixo	Baixo	77	Floresta	Baixo	Baixo
14	Antonina	Baixo	Baixo	78	Florestópolis	Baixo	Baixo
15	Antônio Olinto	Baixo	Baixo	79	Flórida	Baixo	Baixo
16	Apucarana	Baixo	Baixo	80	Formosa do Oeste	Baixo	Baixo
17	Arapuã	Baixo	Baixo	81	Foz do Jordão	Baixo	Baixo
18	Araruna	Baixo	Baixo	82	Francisco Alves	Baixo	Baixo
19	Ariranha do Ivaí	Baixo	Baixo	83	Francisco Beltrão	Baixo	Baixo
20	Astorga	Baixo	Baixo	84	Goioxim	Baixo	Baixo
21	Atalaia	Baixo	Baixo	85	Grandes Rios	Baixo	Baixo
22	Bandeirantes	Baixo	Baixo	86	Guairaçá	Baixo	Baixo
23	Barra do Jacaré	Baixo	Baixo	87	Guamiranga	Baixo	Baixo
24	Bela Vista da Caroba	Baixo	Baixo	88	Guapirama	Baixo	Baixo
25	Bela Vista do Paraíso	Baixo	Baixo	89	Guaporema	Baixo	Baixo
26	Bituruna	Baixo	Baixo	90	Guaraci	Baixo	Baixo
27	Boa Esperança do Iguaçu	Baixo	Baixo	91	Guaraniaçu	Baixo	Baixo
28	Boa Ventura de São R	Baixo	Baixo	92	Guaraqueçaba	Baixo	Baixo
29	Boa Vista do Aparecid	Baixo	Baixo	93	Ibaiti	Baixo	Baixo
30	Bocaiúva do Sul	Baixo	Baixo	94	Ibema	Baixo	Baixo
31	Bom Jesus do Sul	Baixo	Baixo	95	Icaraíma	Baixo	Baixo
32	Bom Sucesso	Baixo	Baixo	96	Iguaraçu	Baixo	Baixo
33	Bom Sucesso do Sul	Baixo	Baixo	97	Imbituva	Baixo	Baixo
34	Braganey	Baixo	Baixo	98	Inajá	Baixo	Baixo
35	Cafezal do Sul	Baixo	Baixo	99	Ipiranga	Baixo	Baixo
36	Califórnia	Baixo	Baixo	100	Iracema do Oeste	Baixo	Baixo
37	Cambé	Baixo	Baixo	101	Itaguajé	Baixo	Baixo
38	Cambira	Baixo	Baixo	102	Itaipulândia	Baixo	Baixo
39	Campina do Simão	Baixo	Baixo	103	Itambaracá	Baixo	Baixo
40	Campina Grande do S	Baixo	Baixo	104	Itambé	Baixo	Baixo
41	Campo Bonito	Baixo	Baixo	105	Itapejara d'Oeste	Baixo	Baixo
42	Campo Largo	Baixo	Baixo	106	Itaperuçu	Baixo	Baixo
43	Campo Magro	Baixo	Baixo	107	Itaúna do Sul	Baixo	Baixo
44	Candói	Baixo	Baixo	108	Ivaí	Baixo	Baixo
45	Cantagalo	Baixo	Baixo	109	Ivatuba	Baixo	Baixo
46	Carlópolis	Baixo	Baixo	110	Jaboti	Baixo	Baixo
47	Centenário do Sul	Baixo	Baixo	111	Jacarezinho	Baixo	Baixo
48	Cerro Azul	Baixo	Baixo	112	Janiópolis	Baixo	Baixo
49	Chopinzinho	Baixo	Baixo	113	Japurá	Baixo	Baixo
50	Cidade Gaúcha	Baixo	Baixo	114	Jardim Alegre	Baixo	Baixo
51	Civelândia	Baixo	Baixo	115	Jardim Olinda	Baixo	Baixo
52	Colombo	Baixo	Baixo	116	Jataizinho	Baixo	Baixo
53	Congonhinhas	Baixo	Baixo	117	Jesuítas	Baixo	Baixo
54	Conselheiro Mairinck	Baixo	Baixo	118	Jundiá do Sul	Baixo	Baixo
55	Corbélia	Baixo	Baixo	119	Lapa	Baixo	Baixo
56	Cornélio Procópio	Baixo	Baixo	120	Laranjal	Baixo	Baixo
57	Coronel Domingos Soc	Baixo	Baixo	121	Leópolis	Baixo	Baixo
58	Corumbataí do Sul	Baixo	Baixo	122	Lidianópolis	Baixo	Baixo
59	Cruzeiro do Iguaçu	Baixo	Baixo	123	Loanda	Baixo	Baixo
60	Cruzeiro do Sul	Baixo	Baixo	124	Lunardelli	Baixo	Baixo
61	Cruzmaltina	Baixo	Baixo	125	Mallet	Baixo	Baixo
62	Curiúva	Baixo	Baixo	126	Mamborê	Baixo	Baixo
63	Diamante do Norte	Baixo	Baixo	127	Mandaguaçu	Baixo	Baixo
64	Diamante do Sul	Baixo	Baixo	128	Mandirituba	Baixo	Baixo

Continua...

Quadro 18A, cont.

Nº	Município	Nível de crescimento	Ritmo de crescimento	Nº	Município	Nível de crescimento	Ritmo de crescimento
129	Manfrinópolis	Baixo	Baixo	190	Quedas do Iguaçu	Baixo	Baixo
130	Manoel Ribas	Baixo	Baixo	191	Querência do Norte	Baixo	Baixo
131	Maria Helena	Baixo	Baixo	192	Quinta do Sol	Baixo	Baixo
132	Marialva	Baixo	Baixo	193	Ramilândia	Baixo	Baixo
133	Marilândia do Sul	Baixo	Baixo	194	Rancho Alegre	Baixo	Baixo
134	Marilena	Baixo	Baixo	195	Realeza	Baixo	Baixo
135	Mariópolis	Baixo	Baixo	196	Rebouças	Baixo	Baixo
136	Marmeleiro	Baixo	Baixo	197	Reserva do Iguaçu	Baixo	Baixo
137	Marumbi	Baixo	Baixo	198	Ribeirão Claro	Baixo	Baixo
138	Matinhos	Baixo	Baixo	199	Ribeirão do Pinhal	Baixo	Baixo
139	Mato Rico	Baixo	Baixo	200	Rio Azul	Baixo	Baixo
140	Mercedes	Baixo	Baixo	201	Rio Bom	Baixo	Baixo
141	Mirador	Baixo	Baixo	202	Rio Bonito do Iguaçu	Baixo	Baixo
142	Miraselva	Baixo	Baixo	203	Rio Branco do Sul	Baixo	Baixo
143	Missal	Baixo	Baixo	204	Sabáudia	Baixo	Baixo
144	Morretes	Baixo	Baixo	205	Salgado Filho	Baixo	Baixo
145	Munhoz de Melo	Baixo	Baixo	206	Salto do Itararé	Baixo	Baixo
146	Nossa Senhora das Gr	Baixo	Baixo	207	Salto do Lontra	Baixo	Baixo
147	Nova Aliança do Ivaí	Baixo	Baixo	208	Santa Amélia	Baixo	Baixo
148	Nova América da Colir	Baixo	Baixo	209	Santa Helena	Baixo	Baixo
149	Nova Aurora	Baixo	Baixo	210	Santa Inês	Baixo	Baixo
150	Nova Cantu	Baixo	Baixo	211	Santa Izabel do Oeste	Baixo	Baixo
151	Nova Esperança	Baixo	Baixo	212	Santa Lúcia	Baixo	Baixo
152	Nova Esperança do St	Baixo	Baixo	213	Santa Maria do Oeste	Baixo	Baixo
153	Nova Fátima	Baixo	Baixo	214	Santa Mariana	Baixo	Baixo
154	Nova Laranjeiras	Baixo	Baixo	215	Santa Mônica	Baixo	Baixo
155	Nova Londrina	Baixo	Baixo	216	Santa Tereza do Oeste	Baixo	Baixo
156	Nova Olímpia	Baixo	Baixo	217	Santa Terezinha de Itaip	Baixo	Baixo
157	Nova Prata do Iguaçu	Baixo	Baixo	218	Santana do Itararé	Baixo	Baixo
158	Nova Santa Bárbara	Baixo	Baixo	219	Santo Antônio do Caiuá	Baixo	Baixo
159	Nova Santa Rosa	Baixo	Baixo	220	Santo Antônio do Paraíso	Baixo	Baixo
160	Novo Itacolomi	Baixo	Baixo	221	Santo Antônio do Sudoe	Baixo	Baixo
161	Ortigueira	Baixo	Baixo	222	São Jorge do Patrocínio	Baixo	Baixo
162	Ourizona	Baixo	Baixo	223	São Jorge d'Oeste	Baixo	Baixo
163	Ouro Verde do Oeste	Baixo	Baixo	224	São José da Boa Vista	Baixo	Baixo
164	Paiçandu	Baixo	Baixo	225	São Manoel do Paraná	Baixo	Baixo
165	Palmeira	Baixo	Baixo	226	São Miguel do Iguaçu	Baixo	Baixo
166	Palmital	Baixo	Baixo	227	São Pedro do Iguaçu	Baixo	Baixo
167	Pato Bragado	Baixo	Baixo	228	São Sebastião da Amore	Baixo	Baixo
168	Peabiru	Baixo	Baixo	229	Sarandi	Baixo	Baixo
169	Perobal	Baixo	Baixo	230	Saudade do Iguaçu	Baixo	Baixo
170	Pérola d'Oeste	Baixo	Baixo	231	Serranópolis do Iguaçu	Baixo	Baixo
171	Pinhal de São Bento	Baixo	Baixo	232	Sertaneja	Baixo	Baixo
172	Piraí do Sul	Baixo	Baixo	233	Siqueira Campos	Baixo	Baixo
173	Piraquara	Baixo	Baixo	234	Sulina	Baixo	Baixo
174	Pitanga	Baixo	Baixo	235	Tamarana	Baixo	Baixo
175	Pitangueiras	Baixo	Baixo	236	Tamboara	Baixo	Baixo
176	Planaltina do Paraná	Baixo	Baixo	237	Teixeira Soares	Baixo	Baixo
177	Planalto	Baixo	Baixo	238	Terra Boa	Baixo	Baixo
178	Pontal do Paraná	Baixo	Baixo	239	Terra Rica	Baixo	Baixo
179	Porecatu	Baixo	Baixo	240	Tomazina	Baixo	Baixo
180	Porto Amazonas	Baixo	Baixo	241	Três Barras do Paraná	Baixo	Baixo
181	Porto Barreiro	Baixo	Baixo	242	Tupãssi	Baixo	Baixo
182	Porto Vitória	Baixo	Baixo	243	Turvo	Baixo	Baixo
183	Prado Ferreira	Baixo	Baixo	244	Uniflor	Baixo	Baixo
184	Pranchita	Baixo	Baixo	245	Ventania	Baixo	Baixo
185	Presidente Castelo Br	Baixo	Baixo	246	Vera Cruz do Oeste	Baixo	Baixo
186	Primeiro de Maio	Baixo	Baixo	247	Verê	Baixo	Baixo
187	Prudentópolis	Baixo	Baixo	248	Virmond	Baixo	Baixo
188	Quarto Centenário	Baixo	Baixo	249	Vitorino	Baixo	Baixo
189	Quatiguá	Baixo	Baixo	250	Wenceslau Braz	Baixo	Baixo

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 19A - Relação dos 68 municípios paranaenses que se classificaram entre 15% e 25% , segundo o grau de participação em conselhos.

Nº	Municípios	Nº	Municípios
1	Abatiá	35	Missal
2	Apucarana	36	Morretes
3	Arapongas	37	Munhoz de Melo
4	Arapoti	38	Nova Aurora
5	Araucária	39	Nova Olímpia
6	Assis Chateaubriand	40	Nova Prata do Iguaçu
7	Cambé	41	Ortigueira
8	Campina da Lagoa	42	Palmas
9	Campo Largo	43	Palotina
10	Campo Magro	44	Paranavaí
11	Campo Mourão	45	Pato Bragado
12	Carlópolis	46	Pato Branco
13	Cascavel	47	Piraquara
14	Catanduvas	48	Prudentópolis
15	Céu Azul	49	Quatro Barras
16	Chopinzinho	50	Realeza
17	Curitiba	51	Renascença
18	Foz do Iguaçu	52	Reserva
19	Francisco Beltrão	53	Ribeirão Claro
20	Guaíra	54	Ribeirão do Pinhal
21	Guarapuava	55	Rio Azul
22	Ibaiti	56	Rio Bonito do Iguaçu
23	Ibiporã	57	Santa Terezinha de Itaipu
24	Imbituva	58	Santo Antônio da Platina
25	Indianópolis	59	São Jorge do Ivaí
26	Irati	60	São Manoel do Paraná
27	Jacarezinho	61	São Miguel do Iguaçu
28	Lapa	62	Telêmaco Borba
29	Laranjeiras do Sul	63	Terra Rica
30	Loanda	64	Terra Roxa
31	Londrina	65	Tibagi
32	Mamborê	66	Toledo
33	Mandaguari	67	Tuneiras do Oeste
34	Maringá	68	Umuarama

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 20A - Relação dos 89 municípios paranaenses que se classificaram entre 1 e 2 salários mínimos regional, no índice de poupança real *per capita*.

Nº	Município	PRpc	Nº	Município	PRpc
1	Abatiá	693,03	46	Jandaia do Sul	883,76
2	Agudos do Sul	923,91	47	Japurá	767,90
3	Almirante Tamandaré	602,35	48	Jardim Alegre	805,77
4	Alto Paraná	857,20	49	Joaquim Távora	845,12
5	Alto Piquiri	913,13	50	Laranjeiras do Sul	772,28
6	Altônia	850,20	51	Mandaguaçu	760,70
7	Apucarana	863,42	52	Mandaguari	897,66
8	Arapongas	850,27	53	Mandirituba	911,62
9	Assis Chateaubriand	918,86	54	Medianeira	860,56
10	Astorga	944,27	55	Moreira Sales	904,45
11	Bandeirantes	949,60	56	Nova Esperança	868,89
12	Barbosa Ferraz	902,76	57	Nova Fátima	889,22
13	Bela Vista do Paraíso	907,63	58	Nova Tebas	936,81
14	Califórnia	927,65	59	Paçandu	690,96
15	Cambará	806,55	60	Palmas	853,79
16	Cambé	768,37	61	Palmital	885,12
17	Campina da Lagoa	877,92	62	Paraíso do Norte	913,39
18	Cândido de Abreu	917,47	63	Paranavaí	767,84
19	Cantagalo	940,17	64	Peabiru	946,08
20	Cascavel	809,22	65	Piraquara	829,89
21	Centenário do Sul	799,30	66	Pitanga	800,25
22	Cerro Azul	882,04	67	Planalto	893,81
23	Colombo	584,89	68	Ponta Grossa	877,76
24	Congonhinhas	914,80	69	Prudentópolis	706,35
25	Cornélio Procopio	880,12	70	Quedas do Iguaçu	861,64
26	Coronel Vivida	939,37	71	Quitandinha	867,23
27	Cruzeiro do Oeste	910,52	72	Realeza	883,33
28	Faxinal	896,13	73	Reserva	880,50
29	Fazenda Rio Grande	692,84	74	Ribeirão do Pinhal	793,65
30	Figueira	830,03	75	Roncador	850,38
31	Florestópolis	803,08	76	Santa Fé	860,72
32	General Carneiro	892,10	77	Santa Isabel do Ivaí	943,63
33	Goioerê	829,99	78	Santo Antônio da Platina	691,29
34	Grandes Rios	884,38	79	Santo Antônio do Sudoeste	830,93
35	Guarapuava	777,06	80	São João do Ivaí	939,60
36	Guaraqueçaba	868,73	81	São João do Triunfo	914,60
37	Ibaiti	736,51	82	São Mateus do Sul	938,32
38	Imbaú	778,93	83	Sarandi	582,09
39	Imbituva	934,88	84	Siqueira Campos	886,91
40	Irati	816,99	85	Tomazina	856,52
41	Iretama	915,70	86	Ubiratã	880,04
42	Itaperuçu	722,03	87	Umuarama	892,86
43	Ivaí	856,35	88	Uraí	790,71
44	Ivaiporã	687,84	89	Wenceslau Braz	764,15
45	Jacarezinho	794,41			

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 21A - Relação dos 188 municípios paranaenses que se classificaram entre 2 e 3 salários mínimos regional, no índice de poupança real *per capita*.

Nº	Município	PRpc	Nº	Município	PRpc	Nº	Município	PRpc
1	Adrianópolis	1368,78	64	Icaraíma	961,63	127	Pinhão	1031,81
2	Altamira do Paraná	1402,94	65	Inácio Martins	1172,34	128	Pirai do Sul	1007,73
3	Alvorada do Sul	1156,58	66	Inajá	1239,43	129	Porecatu	1010,20
4	Amaporã	1346,45	67	Ipiranga	1033,19	130	Pranchita	1246,30
5	Ampére	974,34	68	Iporã	1034,97	131	Presidente Castelo Branco	1083,80
6	Andirá	992,05	69	Itambaracá	1123,12	132	Primeiro de Maio	968,92
7	Antonina	1037,80	70	Itambé	1222,92	133	Quatiguá	1075,37
8	Antônio Olinto	1015,77	71	Itapejara d'Oeste	1024,39	134	Querência do Norte	1086,56
9	Arapoti	1254,18	72	Ivaté	1109,72	135	Quinta do Sol	1404,18
10	Araruna	1038,35	73	Jaboti	1246,38	136	Rebouças	981,53
11	Assaí	950,28	74	Jaguapitã	1004,68	137	Renascença	1303,91
12	Barracão	986,58	75	Jaguariaíva	963,12	138	Ribeirão Claro	1179,31
13	Bituruna	1376,64	76	Janiópolis	1091,54	139	Rio Azul	1007,07
14	Boa Ventura de São Roque	1323,43	77	Japira	1333,28	140	Rio Bonito do Iguaçu	1357,10
15	Boa Vista da Aparecida	1252,24	78	Jataizinho	994,48	141	Rio Branco do Sul	955,14
16	Bocaiúva do Sul	1013,61	79	Jesuitas	1026,32	142	Rio Negro	1037,42
17	Bom Sucesso	1076,37	80	Juranda	1158,66	143	Rolândia	965,58
18	Borrazópolis	970,26	81	Jussara	1415,04	144	Rondon	1065,05
19	Braganey	1146,91	82	Kaloré	1279,63	145	Rosário do Ivaí	1087,00
20	Cambira	1224,62	83	Lapa	991,64	146	Salgado Filho	1337,00
21	Campina Grande do Sul	1030,64	84	Laranjal	1280,51	147	Salto do Itararé	1046,04
22	Campo do Tenente	1242,45	85	Lidianópolis	1379,53	148	Salto do Lontra	991,96
23	Campo Largo	973,58	86	Lindoeste	1166,11	149	Santa Cruz de Monte Castelo	956,71
24	Campo Magro	1143,34	87	Loanda	1048,89	150	Santa Izabel do Oeste	1014,66
25	Campo Mourão	1128,02	88	Londrina	1215,28	151	Santa Maria do Oeste	1007,96
26	Capanema	1038,98	89	Lunardelli	1335,27	152	Santa Mariana	1010,18
27	Capitão Leônidas Marques	1128,83	90	Mallet	1047,03	153	Santa Tereza do Oeste	1231,23
28	Carlópolis	1033,59	91	Mamborê	1091,61	154	Santana do Itararé	1141,51
29	Castro	976,81	92	Manoel Ribas	1255,17	155	São Carlos do Ivaí	1404,98
30	Catanduvas	1366,97	93	Marechal Cândido Rondon	1182,77	156	São Jerônimo da Serra	983,62
31	Chopinzinho	1285,93	94	Maria Helena	1150,08	157	São João	1121,99
32	Cianorte	1136,83	95	Mariaíva	1023,02	158	São João do Caiuá	1185,86
33	Cidade Gaúcha	1197,29	96	Marilândia do Sul	1061,45	159	São José da Boa Vista	1110,45
34	Clevelândia	978,17	97	Mariena	1090,59	160	São José das Palmeiras	1389,39
35	Colorado	1135,79	98	Mariluz	958,60	161	São José dos Pinhais	1056,87
36	Contenda	1057,96	99	Maringá	1230,51	162	São Pedro do Iguaçu	1262,22
37	Corbélia	1061,06	100	Marmeleiro	1028,67	163	São Pedro do Ivaí	996,84
38	Cruz Machado	1240,80	101	Matelândia	1273,89	164	São Sebastião da Amoreira	1100,57
39	Cruzeiro do Sul	1359,45	102	Mauá da Serra	1313,36	165	Sapopema	1020,51
40	Curiúva	973,64	103	Morretes	1069,84	166	Sengés	1072,35
41	Diamante do Sul	1363,45	104	Nossa Senhora das Graças	1390,51	167	Sertãozinho	1210,59
42	Dois Vizinhos	986,29	105	Nova Aurora	1183,93	168	Tamarana	1053,12
43	Douradina	1312,08	106	Nova Cantu	1032,29	169	Tamboara	1392,98
44	Doutor Camargo	1075,20	107	Nova Esperança do Sudoeste	1388,98	170	Tapejara	1018,85
45	Doutor Ulysses	1170,70	108	Nova Laranjeiras	1230,08	171	Tapira	1234,79
46	Engenheiro Beltrão	979,82	109	Nova Londrina	1012,68	172	Teixeira Soares	1041,00
47	Fênix	1399,26	110	Nova Prata do Iguaçu	1238,84	173	Telêmaco Borba	1163,30
48	Floraí	1149,42	111	Nova Santa Rosa	1298,18	174	Terra Boa	1012,24
49	Floresta	1376,54	112	Ortigueira	960,77	175	Terra Rica	1049,71
50	Formosa do Oeste	1097,51	113	Ouro Verde do Oeste	1399,19	176	Terra Roxa	1042,50
51	Foz do Iguaçu	964,65	114	Palmeira	997,64	177	Tijucas do Sul	1114,21
52	Francisco Alves	1268,48	115	Palotina	1266,06	178	Toledo	1064,54
53	Francisco Beltrão	1023,86	116	Paranacity	1055,16	179	Três Barras do Paraná	1235,70
54	Godoy Moreira	1399,79	117	Paranaguá	1183,46	180	Tuneiras do Oeste	964,84
55	Goioxim	1031,81	118	Pato Branco	1102,18	181	Tupãssi	1349,81
56	Guaira	1234,75	119	Paula Freitas	1244,68	182	Turvo	1069,77
57	Guairaçá	1329,84	120	Paulo Frontin	1049,88	183	União da Vitória	1079,28
58	Guamiranga	1168,54	121	Perobal	1420,03	184	Ventania	1125,12
59	Guaranaçu	1051,18	122	Pérola	987,28	185	Vera Cruz do Oeste	1044,44
60	Guaratuba	1362,82	123	Pérola d'Oeste	1046,34	186	Verê	1062,06
61	Honório Serpa	1329,30	124	Piên	1339,67	187	Vitorino	1275,52
62	Ibema	1236,61	125	Pinhais	969,48	188	Xambê	1155,91
63	Ibiporã	988,11	126	Pinhalão	1163,38			

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 22A - Relação dos 78 municípios paranaenses que se classificaram entre 3 a 4 salários mínimos regional, no índice de poupança real *per capita*.

Nº	Município	PRpc	Nº	Município	PRpc
1	Anahy	1876,37	40	Mangueirinha	1483,74
2	Ângulo	1858,14	41	Mariópolis	1634,13
3	Arapuã	1566,64	42	Maripá	1717,55
4	Atalaia	1593,66	43	Marquinho	1525,51
5	Balsa Nova	1631,41	44	Marumbi	1508,63
6	Barra do Jacaré	1691,00	45	Matinhos	1630,40
7	Bela Vista da Caroba	1534,63	46	Mato Rico	1479,96
8	Boa Esperança	1546,53	47	Missal	1644,78
9	Bom Jesus do Sul	1490,54	48	Munhoz de Melo	1620,22
10	Cafelândia	1527,04	49	Nova América da Colina	1854,98
11	Cafezal do Sul	1445,14	50	Nova Olímpia	1795,91
12	Campina do Simão	1600,22	51	Nova Santa Bárbara	1518,93
13	Campo Bonito	1690,04	52	Planaltina do Paraná	1729,32
14	Candói	1457,07	53	Pontal do Paraná	1680,90
15	Céu Azul	1525,83	54	Porto Amazonas	1583,42
16	Conselheiro Mairinck	1615,68	55	Porto Vitória	1662,10
17	Coronel Domingos Soares	1530,13	56	Quarto Centenário	1498,54
18	Corumbataí do Sul	1442,89	57	Quatro Barras	1533,49
19	Cruzeiro do Iguaçu	1886,83	58	Quatro Pontes	1635,32
20	Cruzmaltina	1817,93	59	Ramilândia	1662,39
21	Curitiba	1860,98	60	Rancho Alegre	1592,34
22	Diamante do Norte	1493,12	61	Reserva do Iguaçu	1528,82
23	Diamante D'Oeste	1558,86	62	Rio Bom	1745,90
24	Enéas Marques	1509,61	63	Rio Branco do Ivaí	1543,55
25	Espigão Alto do Iguaçu	1501,57	64	Sabáudia	1427,77
26	Fernandes Pinheiro	1601,95	65	Santa Amélia	1431,09
27	Flor da Serra do Sul	1777,71	66	Santa Cecília do Pavão	1446,68
28	Foz do Jordão	1539,85	67	Santa Lúcia	1648,55
29	Guapirama	1640,08	68	Santa Terezinha de Itaipu	1436,16
30	Guaraci	1428,86	69	Santo Inácio	1559,61
31	Iguaraçu	1778,49	70	São Jorge do Ivaí	1506,67
32	Indianópolis	1431,56	71	São Jorge do Patrocínio	1765,60
33	Itaguajé	1463,25	72	São Jorge d'Oeste	1498,13
34	Itaúna do Sul	1538,44	73	São Miguel do Iguaçu	1441,97
35	Jundiá do Sul	1481,54	74	São Tomé	1452,87
36	Leópolis	1640,15	75	Sertaneja	1875,99
37	Luiziana	1436,42	76	Tibagi	1607,62
38	Lupionópolis	1673,20	77	Tunas do Paraná	1787,22
39	Manfrinópolis	1737,90	78	Virmond	1606,91

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 23A - Relação dos 37 municípios paranaenses que se classificaram entre 4 a 6 salários mínimos regional, no índice de poupança real *per capita*.

Nº	Município	PRpc	Nº	Município	PRpc
1	Alto Paraíso	2618,25	20	Ourizona	1968,28
2	Ariranha do Ivaí	2086,41	21	Paranapoema	2087,14
3	Boa Esperança do Iguaçu	2383,73	22	Pato Bragado	2826,22
4	Bom Sucesso do Sul	2170,26	23	Pinhal de São Bento	2062,71
5	Brasilândia do Sul	2178,59	24	Pitangueiras	2046,55
6	Cafeara	1972,40	25	Porto Barreiro	2017,54
7	Carambeí	1903,55	26	Porto Rico	2644,12
8	Entre Rios do Oeste	2615,88	27	Prado Ferreira	1920,43
9	Farol	1915,97	28	Rancho Alegre D'Oeste	2175,87
10	Flórida	2351,54	29	Santa Helena	2354,46
11	Guaporema	2396,53	30	Santa Inês	2625,43
12	Iguatu	2268,49	31	Santa Mônica	2052,31
13	Iracema do Oeste	2051,20	32	Santo Antônio do Caiuá	2045,17
14	Ivatuba	2088,07	33	Santo Antônio do Paraíso	2539,56
15	Lobato	2012,76	34	São Pedro do Paraná	2296,95
16	Mercedes	2150,45	35	Serranópolis do Iguaçu	2277,66
17	Mirador	2210,10	36	Sulina	2026,42
18	Miraselva	2756,10	37	Uniflor	2343,04
19	Novo Itacolomi	2038,70			

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 24A - Relação dos 62 municípios paranaenses que apresentaram pelo menos três instrumentos de gestão pública.

Nº	Município	Lei de parcelamento do solo	Lei de zoneamento ou equivalente	Código de obras	Lei específica de Contribuição de melhoria
1	Agudos do Sul	Sim	Sim	Sim	Não
2	Altamira do Paraná	Sim	Sim	Sim	Não
3	Alto Piquiri	Sim	Sim	Sim	Não
4	Araucária	Sim	Sim	Sim	Não
5	Barracão	Não	Sim	Sim	Sim
6	Bocaiúva do Sul	Sim	Sim	Sim	Não
7	Brasilândia do Sul	Sim	Não	Sim	Sim
8	Capanema	Sim	Sim	Sim	Não
9	Catanduvas	Sim	Sim	Sim	Não
10	Conselheiro Mairinck	Sim	Não	Sim	Sim
11	Coronel Domingos Soares	Não	Sim	Sim	Sim
12	Curiúva	Sim	Não	Sim	Sim
13	Doutor Camargo	Sim	Sim	Não	Sim
14	Engenheiro Beltrão	Sim	Sim	Sim	Não
15	Entre Rios do Oeste	Sim	Sim	Não	Sim
16	Floresta	Sim	Sim	Sim	Não
17	Flórida	Sim	Sim	Sim	Não
18	Guairaçá	Sim	Sim	Não	Sim
19	Honório Serpa	Sim	Não	Sim	Sim
20	Iguatu	Não	Sim	Sim	Sim
21	Ipiranga	Sim	Sim	Sim	Não
22	Iretama	Não	Sim	Sim	Sim
23	Itaipulândia	Sim	Sim	Sim	Não
24	Itambé	Sim	Sim	Sim	Não
25	Itaúna do Sul	Não	Sim	Sim	Sim
26	Jesuítas	Sim	Sim	Sim	Não
27	Lunardelli	Não	Sim	Sim	Sim
28	Mamborê	Não	Sim	Sim	Sim
29	Marilena	Sim	Não	Sim	Sim
30	Mercedes	Sim	Sim	Não	Sim
31	Morretes	Sim	Sim	Sim	Não
32	Nossa Senhora das Graças	Sim	Sim	Sim	Não
33	Nova Laranjeiras	Sim	Sim	Não	Sim
34	Nova Olímpia	Sim	Sim	Sim	Não
35	Novo Itacolomi	Sim	Sim	Não	Sim
36	Ourizona	Sim	Sim	Sim	Não
37	Paula Freitas	Sim	Sim	Sim	Não
38	Peabiru	Sim	Sim	Sim	Não
39	Pérola d'Oeste	Sim	Sim	Sim	Não
40	Pinhalão	Sim	Sim	Sim	Não
41	Porto Barreiro	Sim	Não	Sim	Sim
42	Prudentópolis	Sim	Sim	Não	Sim
43	Reserva do Iguaçu	Sim	Sim	Sim	Não
44	Salto do Lontra	Sim	Sim	Sim	Não
45	Santa Amélia	Não	Sim	Sim	Sim
46	Santa Helena	Sim	Sim	Sim	Não
47	Santa Izabel do Oeste	Sim	Sim	Sim	Não
48	Santo Antônio do Sudoeste	Sim	Sim	Sim	Não
49	São Jerônimo da Serra	Sim	Sim	Não	Sim

Continua...

Quadro 24A. Cont.

50	São José da Boa Vista	Sim	Não	Sim	Sim
51	São Manoel do Paraná	Sim	Sim	Sim	Não
52	São Mateus do Sul	Sim	Sim	Sim	Não
53	São Pedro do Paraná	Sim	Sim	Não	Sim
54	São Sebastião da Amoreira	Sim	Sim	Sim	Não
55	Sapopema	Sim	Sim	Sim	Não
56	Serranópolis do Iguaçu	Sim	Sim	Não	Sim
57	Siqueira Campos	Sim	Não	Sim	Sim
58	Tapejara	Sim	Sim	Sim	Não
59	Tapira	Sim	Sim	Sim	Não
60	Tomazina	Sim	Não	Sim	Sim
61	Doutor Ulysses	Sim	Sim	Sim	Não
62	Xambrê	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Resultados da pesquisa

Quadro 25A - Relação dos 49 municípios paranaenses que apresentaram pelo menos dois instrumentos de gestão pública.

Nº	Município	Lei de parcelamento do solo	Lei de zoneamento ou equivalente	Código de obras	Lei específica de Contribuição de melhoria
1	Abatiá	Não	Não	Sim	Sim
2	Antonina	Não	Não	Sim	Sim
3	Atalaia	Não	Não	Sim	Sim
4	Braganey	Sim	Sim	Não	Não
5	Cafeara	Sim	Não	Não	Sim
6	Cambará	Não	Não	Sim	Sim
7	Campo do Tenente	Sim	Sim	Não	Não
8	Castigalho	Não	Sim	Não	Sim
9	Cruzeiro do Sul	Não	Não	Sim	Sim
10	Diamante do Sul	Sim	Não	Não	Sim
11	Fernandes Pinheiro	Não	Não	Sim	Sim
12	Formosa do Oeste	Não	Não	Sim	Sim
13	Francisco Alves	Não	Sim	Sim	Não
14	Grandes Rios	Não	Sim	Não	Sim
15	Guapirama	Não	Sim	Sim	Não
16	Guaraqueçaba	Sim	Sim	Não	Não
17	Guaratuba	Sim	Não	Não	Sim
18	Imbaú	Não	Não	Sim	Sim
19	Indianópolis	Sim	Não	Sim	Não
20	Itaguajé	Não	Sim	Sim	Não
21	Ivaté	Sim	Não	Não	Sim
22	Joaquim Távora	Não	Não	Sim	Sim
23	Jundiá do Sul	Não	Não	Sim	Sim
24	Mariópolis	Não	Sim	Não	Sim
25	Paranapoema	Sim	Não	Não	Sim
26	Pinhal de São Bento	Não	Não	Sim	Sim
27	Planalto	Sim	Sim	Não	Não
28	Porto Amazonas	Não	Sim	Não	Sim
29	Prado Ferreira	Sim	Não	Não	Sim
30	Querência do Norte	Sim	Não	Não	Sim
31	Realeza	Sim	Não	Não	Sim
32	Rebouças	Não	Sim	Não	Sim
33	Rio Branco do Ivaí	Sim	Sim	Não	Não
34	Rio Branco do Sul	Sim	Sim	Não	Não
35	Roncador	Não	Sim	Não	Sim
36	Rosário do Ivaí	Não	Não	Sim	Sim
37	Salgado Filho	Não	Sim	Não	Sim
38	Santa Maria do Oeste	Sim	Sim	Não	Não
39	São Carlos do Ivaí	Sim	Não	Não	Sim
40	São João do Triunfo	Não	Sim	Sim	Não
41	São José das Palmeiras	Não	Não	Sim	Sim
42	São Pedro do Iguaçu	Não	Não	Sim	Sim
43	Tamarana	Sim	Não	Não	Sim
44	Tamboara	Não	Sim	Não	Sim
45	Tibagi	Não	Não	Sim	Sim
46	Três Barras do Paraná	Sim	Não	Não	Sim
47	Tunas do Paraná	Sim	Não	Não	Sim
48	Turvo	Não	Não	Sim	Sim
49	Umuarama	Sim	Não	Não	Sim

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 26A - Relação dos 52 municípios paranaenses que apresentaram pelo menos um instrumento de gestão pública.

Nº	Município	Lei de parcelamento do solo	Lei de zoneamento ou equivalente	Código de obras	Lei específica de Contribuição de melhoria
1	Anahy	Não	Não	Não	Sim
2	Astorga	Não	Não	Não	Sim
3	Barra do Jacaré	Não	Não	Sim	Não
4	Bela Vista da Caroba	Não	Não	Não	Sim
5	Boa Ventura de São Roque	Não	Não	Não	Sim
6	Bom Jesus do Sul	Não	Não	Não	Sim
7	Borrazópolis	Não	Não	Não	Sim
8	Cerro Azul	Não	Não	Não	Sim
9	Congonhinhas	Sim	Não	Não	Não
10	Cruz Machado	Não	Não	Não	Sim
11	Douradina	Não	Não	Não	Sim
12	General Carneiro	Não	Não	Não	Sim
13	Guaraci	Não	Não	Não	Sim
14	Guaraniaçu	Não	Não	Não	Sim
15	Icaraíma	Não	Não	Não	Sim
16	Inácio Martins	Não	Não	Não	Sim
17	Inajá	Não	Não	Não	Sim
18	Iracema do Oeste	Não	Não	Não	Sim
19	Ivatuba	Não	Não	Não	Sim
20	Jaboti	Não	Não	Não	Sim
21	Jaguapitã	Não	Não	Não	Sim
22	Japira	Não	Não	Sim	Não
23	Jardim Alegre	Não	Não	Não	Sim
24	Jardim Olinda	Não	Não	Não	Sim
25	Jussara	Não	Não	Não	Sim
26	Kaloré	Não	Não	Não	Sim
27	Leópolis	Não	Não	Não	Sim
28	Lupionópolis	Não	Não	Não	Sim
29	Mangueirinha	Não	Não	Não	Sim
30	Marumbi	Não	Não	Sim	Não
31	Nova América da Colina	Não	Não	Sim	Não
32	Nova Cantu	Não	Não	Não	Sim
33	Nova Fátima	Não	Não	Sim	Não
34	Ortigueira	Não	Não	Não	Sim
35	Palmital	Não	Não	Sim	Não
36	Paranacity	Não	Não	Não	Sim
37	Planaltina do Paraná	Não	Não	Não	Sim
38	Pranchita	Não	Não	Não	Sim
39	Presidente Castelo Branco	Não	Não	Não	Sim
40	Quarto Centenário	Não	Não	Não	Sim
41	Quatiguá	Não	Não	Sim	Não
42	Rio Azul	Não	Não	Não	Sim
43	Rio Bom	Não	Não	Não	Sim
44	Santa Cecília do Pavão	Não	Não	Não	Sim
45	Santa Cruz de Monte Castelo	Não	Não	Não	Sim
46	Santana do Itararé	Não	Não	Não	Sim
47	Santo Antônio do Paraíso	Não	Não	Não	Sim
48	São João do Caiuá	Não	Não	Não	Sim
49	Tijucas do Sul	Não	Não	Não	Sim
50	Uniflor	Não	Não	Não	Sim
51	Alto Paraíso	Não	Não	Não	Sim
52	Virmond	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Resultados da pesquisa.

APÊNDICE B

Salário Mínimo Regional: Valor no Estado do Paraná

A Lei nº 15.486, publicada no DO-PR de 02.05.2007, aprovou o salário mínimo regional para o Estado do Paraná, com vigência a partir de 1º de maio de 2007. O Estado do Paraná apresentou o salário mínimo regional, classificando-o de acordo com os grandes grupos da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e não mais por atividade.

O salário mínimo regional não se aplica aos trabalhadores que têm piso salarial fixado em convenção, acordo ou dissídio coletivo, nem aos servidores públicos municipais (Art. 1º da Lei Complementar nº 103/2000) e varia de R\$ 462,00 a R\$ 475,20 conforme quadro 1B do Apêndice B.

Quadro 1B - Valores do salário mínimo regional no Paraná no ano de 2007, por grupo de trabalhadores.

Piso Salarial	Trabalhadores Abrangidos
R\$ 475,20	Técnicos de Nível Médio correspondente ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
R\$ 473,00	Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.
R\$ 468,60	Trabalhadores de Serviços Administrativos correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 4 da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
R\$ 466,40	Trabalhadores de Reparação e manutenção correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 9 da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
R\$ 464,20	Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 5 da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
R\$ 462,00	Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondente ao Grande Grupo 6 da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Fonte: Notadez, 2007.